

**O PODER LOCAL EM
ESPOSENDE
40 ANOS de PROMESSAS e
PICARDIAS**

Manuel Albino Penteado Neiva

**O PODER LOCAL EM
ESPOSENDE
40 ANOS de PROMESSAS e
PICARDIAS**

**Esposende
2014**

Ficha Técnica

Título: O Poder Local em Esposende: 40 Anos de Promessas e Picardias

Autor: Manuel Albino Penteadó Neiva

Editor: Câmara Municipal de Esposende

Data e Local da Edição: 25 de Abril de 2014, Esposende

Impressão e Acabamento:

Depósito Legal: 000000000

INTRODUÇÃO

O executivo da câmara de Esposende reuniu em 23 de Abril de 1974.

Para além do presidente Carlos Oliveira Martins esteve o vice-presidente Manuel Pinheiro Borda e os vogais Manuel Cardoso e Silva, Joaquim Gonçalves Regado, João Alberto Terra de Sá e Cândido Pereira Dias Vinha.

Em Esposende nada fazia prever que se estava em vésperas de uma revolução. Tudo corria na normalidade.

No dia 25 de Abril de 1974 – uma Quinta-feira, a Câmara Municipal de Esposende fez sair um edital no qual anunciava estar aberto o período para consulta do Recenseamento Eleitoral. Nele se dizia que "desde o dia 1 até ao dia 10 de Maio, próximo futuro, se encontra patente na secretaria desta câmara, durante as horas de expediente, o recenseamento eleitoral da Assembleia Nacional para o ano de 1974". Neste mesmo dia, e em termos de contabilidade, a Câmara apresentava um saldo de 6.986.364\$90, correspondendo 5.414.766\$70 á Câmara, 465.861\$90 á Zona de Turismo de Esposende e 1.106.326\$50 aos Serviços Municipalizados. Esta verba estava depositada na Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência.

Já depois da revolução de 25 de Abril, o executivo volta a reunir em 30 de Abril, 4 de Maio e 28 de Maio.

I – A GOVERNAÇÃO DA CÂMARA

1.1 – O Executivo de transição

O executivo da câmara de Esposende reuniu em 23 de Abril de 1974.

Para além do presidente Carlos Oliveira Martins estiveram presentes o vice-presidente Manuel Pinheiro Borda e os vogais Manuel Cardoso e Silva, Joaquim Gonçalves Regado, João Alberto Terra de Sá e Cândido Pereira Dias Vinha.

Em Esposende nada fazia prever que se estava em vésperas de uma revolução. Tudo corria na normalidade.

No dia 25 de Abril – uma Quinta-feira, a Câmara Municipal fez sair um edital no qual anunciava estar aberto o período para consulta do Recenseamento Eleitoral¹. Nele se dizia que *"desde o dia 1 até ao dia 10 de Maio, próximo futuro, se encontra patente na secretaria desta câmara, durante as horas de expediente, o recenseamento eleitoral da Assembleia Nacional para o ano de 1974"*. Nesse mesmo dia, e em termos de contabilidade, a Câmara apresentava um saldo de 6.986.364\$90, correspondendo 5.414.766\$70 á Câmara, 465.861\$90 á Zona de Turismo de Esposende e 1.106.326\$50 aos Serviços Municipalizados. Esta verba estava depositada na Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência.



¹ - Este recenseamento foi, logo a seguir, dado como nulo.

Já depois da revolução de 25 de Abril, o executivo volta a reunir em 30 de Abril, 4 de Maio e 28 de Maio.

— Pedido de demissão da Câmara Municipal:— Sua Excelência o Senhor Ministro da Administração Interna, digo, A Câmara Municipal resolveu enviar a Sua Excelência o Senhor Ministro da Administração Interna a seguinte exposição:— Senhor Ministro da Administração Interna. Excelência:— A Câmara Municipal de Esposende, em sua reunião de vinte e nove de Abril último aprovou, por unanimidade, um telegrama que fez enviar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Salvação Nacional, General António de Spínola, dando todo o seu apoio e colaboração ao Movimento das Forças Armadas que no dia vinte e cinco de Abril estabeleceram as liberdades democráticas no País, que das

Os fangueiros esperavam ansiosamente que no dia 26 de abril a sua terra fosse elevada à categoria de Vila. Deslocar-se-ia aqui, propositadamente, o Dr. César Moreira Baptista, Ministro do Interior do governo de Marcelo Caetano.

Na reunião de 28 de Maio de 1974² disse-se que tinha sido enviado ao Ministro da Administração Interna a seguinte exposição: - "*Senhor Ministro da Administração Interna - Excelência. A câmara municipal de Esposende, em sua reunião de 29 de Abril³ último aprovou, por unanimidade, um telegrama que fez enviar ao Ex.mo Senhor Presidente da Junta de Salvação Nacional, general António de Spínola, dando a conhecer todo o seu apoio e colaboração do Movimento das Forças Armadas que no dia 25 de Abril estabeleceram as liberdades democráticas no país, que das mesmas estava privado desde 28 de Maio de 1926*". O executivo deliberou ainda, por unanimidade, apresentar colectivamente, o seu pedido de demissão a Sua Ex.^a o Senhor Ministro da Administração Interna, "*facilitando assim o estabelecimento de novas estruturas dentro do movimento libertador em marcha*". Contudo, "*só deixará de exercer as suas funções quando a Comissão Administrativa, a nomear, tomar posse, dando deste modo seguimento normal a todos os assuntos correntes*". Afirma a sua fé "*nos destinos da Pátria e saúda o Governo Provisório que orienta e trabalha pela liberdade e grandeza do povo português. A Bem da Nação, Esposende, 28 de Maio de 1974. A Câmara Municipal*".

Em virtude do disposto no art. 6º do DL n.º 236/74 de 3 de Junho⁴ o Presidente da Câmara Carlos Martins e o vice-presidente Manuel Pinheiro Borda foram exonerados dos respectivos

² - Nesta altura estava no poder o I Governo Provisório encabeçado pelo Primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos. Era Ministro da Administração Interna o Dr. Joaquim Magalhães Mota. Faziam parte do governo, entre outros, Francisco Sá Carneiro, Mário Soares, Álvaro Cunhal e Salgado Zenha.

³ - Curiosamente não há qualquer acta que informe ter havido uma reunião em 29 de Abril mas antes em 30 de Abril.

⁴ - O Decreto-Lei n.º 236/74, de 3 de Junho, do Ministério da Administração Interna, que confere competência ao Ministro da Administração Interna para, mediante portaria, dissolver os corpos administrativos autárquicos e nomear em sua substituição comissões administrativas. Os presidentes e os vice-presidentes das Câmaras, os administradores de bairro e os presidentes das juntas de freguesias que «não forem reconfirmados» no prazo de quinze dias, ficam automaticamente exonerados, e até à nomeação do substituto, o presidente da Câmara é substituído pelo vereador mais velho.

cargos a partir de 18 de Junho⁵. Esta exoneração, embora prevista, deixou o executivo camarário numa posição frágil já que a força do poder residia, principalmente, no seu presidente. A lei impunha que a sua substituição fosse feita pelo vereador mais velho. Assim, esse lugar seria ocupado pelo Professor Joaquim Gonçalves Regado. Na reunião ordinária da câmara de 9 de Julho de 1974, este apresenta uma exposição, que vinha acompanhada por um atestado médico, comunicando que não podia continuar a desempenhar o cargo de vereador por motivo de doença. O lugar de Presidente seria, pela mesma legislação, ocupado pelo vogal Cândido Pereira Dias Vinha. Este, no entanto, alegou que "*por falta de saúde*" não podia desempenhar aquele cargo. Aceite a justificação, assumiu o cargo de presidente interino João Alberto Terra de Sá, até à tomada de posse da Comissão Administrativa.

⁵ - Na reunião de Câmara de 25 de Junho de 1974 os vereadores em exercício de funções deliberaram prestar homenagem ao seu Presidente e vice-presidente "Um voto de muito apreço pela acção desenvolvida, durante muitos anos, nesta câmara. O presidente Carlos Martins tinha sido eleito vereador efectivo em 25 de Novembro de 1954, entrando em exercício em 2 de Janeiro de 1954. Exerceu este cargo até 2 de Março de 1967, altura em que passou a ocupar a presidência da Câmara. Passou definitivamente a presidente em 11 de Julho desse mesmo ano. Manuel Pinheiro Borda foi eleito vereador a 2 de Janeiro de 1955 até 6 de Dezembro de 1967, passando depois a ocupar as funções de vice-presidente.



1.2 – A Primeira Comissão Administrativa



Tomou posse, na sala de sessões desta câmara, no dia 20 de Novembro de 1974, sendo-lhe dada pelo Governador Civil de Braga Dr. José de Araújo Pereira Sampaio. Assistiram muitas pessoas que se congratularam com o momento político vivido.

A primeira reunião da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Esposende aconteceu em 27 de Novembro de 1974⁶. Foi nomeado para a presidir o Dr. António Fernandes Torres, tendo como vogais Carlos Alberto da Silva Vasquinho Roriz Pereira, Dr. Alceu Maria Vinha dos Santos, Júlio Augusto Magalhães Faria e Dr. José Francisco Brás Marques⁷.

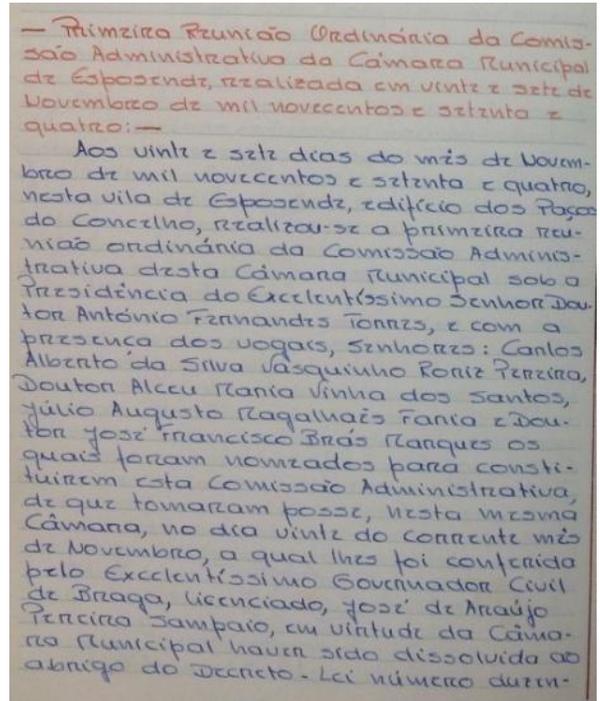


⁶ - O anterior executivo já tinha aprovado o seu Plano de Actividades para 1975 do qual constava, entre outras realizações, o Palácio da Justiça, uma marina ao sul da vila, um Campo de Golf com 18 buracos, o desassoreamento do rio Cávado de Fão até à foz.

⁷ - Convém referir que Francisco Brás Marques estava ligado à linha política do PPD. Por uma questão de enquadramento histórico o PPD é legalizado em 25 de Janeiro de 1975, passando a PSD em 3 de Outubro de 1976. A sua fundação remonta, no entanto, a 6 de Maio de 1974.

Não ia ser fácil para esta Comissão Administrativa gerir os destinos do concelho. Tudo estava muito politizado, reinava, quer a nível nacional, quer mesmo local, alguma anarquia, desconfiava-se de tudo e de todos, não havia o mínimo respeito pelas autoridades. Poder-se-à mesmo dizer que o poder tinha descido à rua.

Aqui vivia-se um mau estar entre a população e o poder local fomentado principalmente por forças políticas que não aceitavam ser dirigidos pelo MDP-CDE o que, para muitos, era o mesmo que PCP.



Como exemplo disso é a notícia *“Em Rio Tinto – Esposende, até entre os mortos há luta de classes”*⁸. O PPD local reage ao teor da notícia, considerando-a mentirosa e sem fundamento. O que se assistia, de facto, era um confronto entre a população daquela freguesia e o poder camarário. Os riotintenses acusavam o MDP-CDE de ter medo de fazer campanha na sua freguesia – conotada por ter fortes ligações ao PPD, e de serem confrontados com algumas verdades inconvenientes para alguns destacados elementos do MDP. Diziam alguns dos seus moradores que *“o povo não aceitava a sua duplicidade”* e que também não aceitavam *“não poder intervir directamente na escolha das autarquias”*. Relatavam que estavam fartos de arengas *“de doutrinadores e de demagogos”*.

⁸ - O Comércio do Porto de 23 de Junho de 1975



As eleições para a Constituinte que se realizaram em 25 de Abril de 75 foram o primeiro grande teste para as forças partidárias concelhias. Os ânimos exaltavam-se com frequência e não faltaram os confrontos físicos. A campanha eleitoral foi muito vivida e, para exemplo, vale a pena recordar um episódio passado em Fão quando por lá cruzava uma caravana política. Então, o jovem Manuel Vieira, militante do PPD, terá provocado um dos opositores que, mais tarde, o vai denunciar à justiça por agressão. Este caso vai ter o seu epílogo em fins de Outubro

nada se tendo provado que o jovem tenha agredido quem quer que fosse, ficando, assim, absolvido do crime que era acusado.

Mas este episódio não é caso único.

Em Gemeses, em Setembro de 1975, o clima não era, também, pacífico. A maioria dos gemeenses não aceitava, de ânimo leve, a imposição de alguém para os governar *"impondo as suas ideias"*. Logo que tomaram conhecimento de que, *"nas suas costas"* tinha sido *"instituída uma associação para controlo de todas as actividades"* insurgiu-se *"contra a posição assumida por idealistas minoritários"*. Foi marcado um plenário, que se realizou na rua porque a Comissão Administrativa não lhe cedeu qualquer sala para o efeito, onde decidiram *"anular a sua criação, pois não teve o apoio da maioria"*. Desconfiavam que essa associação pretendia *"tomar os poderes na freguesia"*. Não aceitavam de forma alguma que viessem *"forasteiros de fora"* para gerir Gemeses.

Entretanto os partidos políticos, com representação concelhia, começavam a dar sinais de organização e a prepararem-se para duras lutas políticas que se adivinhavam.

Num domingo, 21 de Setembro de 75, a Escola Primária de Esposende encheu-se de militantes e simpatizantes do PPD. Tinha sido marcado um plenário para eleger os órgãos políticos concelhios. Assim, o Plenário passou a ser presidido por José Rodrigues da Silva que tinha como vice-presidente Angelino Fernandes Grilo e secretário Manuel Sacramento Gonçalves. A presidir à Comissão Política ficou Albino Pedrosa Campos tendo como vice-presidente Francisco Brás Marques. Como vogais foram eleitos Manuel Marques, Artur Costa, Manuel Mariz da Silva, Alberto Queiroga Figueiredo, João Francisco Sousa Domingues, Abel Cardoso e Emídio Real. Os delegados eleitos á Assembleia Distrital foram Mário Belo, Manuel de Lemos, António Pires Carneiro, Geraldo Malgueiro e José Fernandes Ribeiro.

Do poder central iam chegando notícias que, agradando a uns, preocupavam outros. Após o 11 de Março de 1975 assistiu-se a uma série de nacionalizações de vários serviços, entre as quais estavam os hospitais das Santas Casas de Misericórdia numa tentativa de socializar a saúde.

Em inícios de Outubro era esse o mote de conversa entre os esposendenses. Alguns perguntavam *"Porque não experimentar no concelho de Esposende, um modelo de socialismo no sector da saúde?"*.

O certo é que a Santa Casa da Misericórdia de Esposende iria iniciar, em breve, o processo de eleição de uma nova Provedoria⁹ e essa seria uma boa oportunidade *"para remodelação dos sistemas já ultrapassados - e que sempre nortearam as Misericórdias mais de acordo com as necessidades actuais, mais consentâneas com o socialismo que pretendemos alcançar"*.

⁹ - Provedor – Heitor Alves da Costa; Vice - Provedor - Samuel Vieira dos Santos; Secretário – Fernando Baptista Marques; Vogais – António Santos Portela, Eduardo Reis, Hercílio Campos, Joaquim C. Macedo, Padre Pires Afonso, D. Maria da Soledade R.G. Brochado.



A última metade de 1975 vai apresentar índices de violência nunca antes sentidos, radicalizando-se o discurso político. As acções de violência assolam o país. São queimadas sedes de partidos políticos, principalmente do PCP, da UDP e do MDP-CDE, os boicotes às actividades político-partidárias são uma constante. O discurso de momento era, sobretudo, um apelo para que se respeitassem os Direitos e Deveres Fundamentais dos cidadãos.

Para muitos dos portugueses a esperança renova-se com a tomada de posse do VI Governo Provisório em 19 de

Setembro. Para outros é hora de reforçar a luta e a extrema-esquerda europeia une-se, num comício realizado em Paris no dia 30 de Setembro, de apoio à Revolução Portuguesa.

Os esposendenses, apoiantes deste governo não se cansam de dizer que já se sentia alguma autoridade o que *“não era comum nos cinco governos anteriores”* e chamavam à atenção do Primeiro-ministro que *“existe um Partido político a mais o qual, se não puder ser eliminado totalmente, cortem-lhe as asas”*.

Esposende não foge a toda esta insegurança e, também aqui, ocorrem actos de verdadeiro vandalismo nomeadamente atentados à bomba e acções incendiárias. Em 5 de Outubro, pelas 7 horas da manhã, é incendiada a viatura que pertencia ao Dr. António Torres, que presidia à CA da Câmara. Na altura ninguém quis atribuir esse incêndio a qualquer acto criminoso, mas sim a um curto-circuito. Era voz corrente de que tinha sido provocado por um *“cocktail molotov”*.

Sucediam-se os comícios de apoio à políticas do VI Governo Provisório para onde se deslocavam os altos responsáveis dos partidos, nomeadamente PPD e PS.

Em Braga realizou-se um desses comícios, promovido pelo PPD, onde participaram centenas de esposendenses e aí usaram da palavra Jorge Manuel Ribeiro, que representava a JSD de Esposende e Francisco Brás Marques que também era vice-presidente da Comissão Política Distrital de Braga.

Em meados de Novembro o VI Governo Provisório sente-se impotente perante o estado do país, com militares e políticos a desentenderem-se constantemente, com acções de rua, barricadas e ameaças de guerra civil. Perante a situação o governo auto-suspende as suas funções “*por não ter garantias*”.

Na reunião de 12 de Novembro de 1975 o vogal da CA, Brás Marques, propôs que fosse enviado um telegrama ao Governo apoiando as medidas tomadas para reforço da autoridade e disciplina face aos problemas de insegurança que o país vivia. Os restantes elementos da CA manifestaram posições discordantes quanto à formulação do texto pois consideravam-no de teor político-partidário. A proposta foi derrotada com três votos contra. António Torres, Presidente da CA proferiu uma declaração de voto esclarecendo que era contra por uma questão de coerência com atitudes anteriores nomeadamente aquando da apresentação de proposta semelhante no V Governo Provisório. Esta tomada de posição da Comissão Administrativa deu origem a uma notícia publicada no jornal “*O Primeiro de Janeiro*” de 20 de Novembro cujo título era “*A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Esposende é contra o VI Governo*”¹⁰. Nessa mesma notícia dava-se conta que uma proposta de apoio às medidas do VI Governo que tinham por fim o restabelecimento da

¹⁰ - O VI Governo Provisório toma posse em 19 de Setembro de 1975 e foi chefiado por Pinheiro de Azevedo. Foi substituído a 23 de Junho de 1976.

disciplina a autoridade no País, havia sido chumbada por três votos contra e um só a favor. A CA reagiu na reunião de Câmara, extraordinária, de 26 de Novembro de 1975, repudiando tal informação e esclarecendo que *“Primeiro na reunião ordinária de 21 de Novembro corrente o vogal Dr. José Francisco Brás Marques apresentou uma proposta para que a Comissão Administrativa Municipal enviasse um telegrama ao Governo apoiando as medidas resolvidas para reforço da autoridade e disciplina; Segundo, em reunião, também ordinária, na vigência do V Governo Provisório¹¹, havia sido feita proposta semelhante por um vogal da Comissão Administrativa, tendo, então, sido deliberado, por maioria, não dever fazer-se uma definição em termos que poderiam envolver uma tomada de posição partidária de um órgão colegial; Terceiro, a Comissão Administrativa Municipal de Esposende, com a mesma coerência, e também por maioria, entendeu, mais uma vez, não dever subscrever o telegrama proposto pelo vogal Dr. Francisco Marques por igualmente poder extrair-se conotação partidária desta atitude de um órgão colegial; Quarto, a notícia publicada em “O Primeiro de Janeiro” não corresponde, pois, à verdade, uma vez que a deliberação pela Comissão Administrativa da Câmara em coerência com a posição anterior, foi a recusa de envolver-se em definições partidárias”*.

¹¹ - O V Governo Provisório toma posse a 8 de Agosto de 1975 e é chefiado por Vasco Gonçalves. Viria a cair a 19 de Setembro de 1975.

Este governo, representante do Movimento das Forças Armadas (MFA) e próximo do Partido Comunista Português (PCP), chefiou quatro governos provisórios (II^o a V^o). Assistiu ao fim do Império Colonial, esteve á frente de um país profundamente dividido quanto ao caminho a seguir. Vivia-se na altura num clima de permanentes conflitos políticos e sociais. Os militares que dominavam a cena política, eram na sua maioria favoráveis à construção de um regime "socialista" assente numa economia estatizada. O sector bancário é nacionalizado, criando um vasto sector de empresas públicas ou intervencionadas. No Alentejo é lançada uma polémica "Reforma Agrária". O Estado torna-se um monstro que absorve cada vez mais recursos, sem qualquer racionalidade ou eficácia. O desperdício generaliza-se, sustentado em discursos políticos demagógicos. Os problemas económicos e sociais são agravados com a chegada de cerca de um milhão de "retornados" (portugueses das ex-colónias). As tensões sociais tornam-se difíceis de controlar.

Esta polémica faz com que Francisco Brás Marques envie ao Governo Civil de Braga o seu pedido de demissão como vogal desta CA, dando a conhecer esta sua intenção ao Presidente António Torres que o comunica na reunião de 29 de Dezembro de 1975. Curiosamente nas reuniões subsequentes as faltas de Francisco Marques foram, sempre, consideradas injustificadas.

Em Esposende ainda se acredita no VI Governo Provisório, sobretudo no seu Primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, e para demonstrar esse apoio, o PPD e o PS convocam um comício, em 23 de Novembro, para o Largo dos Bombeiros Voluntários. O objectivo não era, só, apoiar o VI Governo mas, também, repudiar a acção da Comissão Administrativa que geria os destinos da Câmara Municipal e o facto de esta ter rejeitado o envio de um telegrama, proposto pelo vogal da CA, Brás Marques, de apoio às medidas *“para restabelecer a disciplina e autoridade no país”*.

Neste comício não faltaram as palavras de ordem que eram gritadas em alta voz: - *“Reaccionários fora da câmara já”, “Nem fascismo nem social-fascismo”, “Democracia sim, ditadura não”, “Governo há só um o VI e mais nenhum”* ou ainda *“Em frente, sem medo Pinheiro de Azevedo”, “Isto não é canalha, é povo que trabalha”*.

O tempo estava chuvoso mas, mesmo assim, ninguém desmobilizou. Iniciou o comício, usando da palavra, Agostinho Neiva que *“dirigiu palavras de apoio e exortação ao VI Governo Provisório”* pedindo aos governantes que conduzissem *“o país à estabilidade social e política num verdadeiro pluralismo”*. Falou de seguida Jorge Ribeiro, em representação dos jovens sociais-democratas, aproveitando o momento para *“denunciar a atitude da CA da Câmara numa atitude de oposição ao governo”*. O Arq. Alfredo Magalhães¹² denunciou *“os*

¹² - O Arq. Alfredo Coelho de Magalhães foi opositor do Estado Novo, tendo participado activamente nas campanhas eleitorais de Norton de Matos e de Humberto Delgado, de quem foi colaborador próximo. Após o 25 de Abril aderiu ao Partido Socialista, filiando-se, mais tarde, no Partido Social-democrata.

perigos de uma ditadura totalitária e os graves inconvenientes daí resultantes" e em representação dos lavradores falou José Carvalho Mota, de Fonte Boa. Finalizou o comício o Dr. Albino Campos que na ocasião disse "*tenho na minha frente o povo deste concelho, o povo que trabalha e que sente a verdadeira democracia*". No final os manifestantes aprovaram algumas moções e telegramas de apoio ao Governo, a enviar ao Primeiro-ministro, ao Ministro da Administração Interno, ao Governador Civil de Braga e ao Comandante da Região Militar Norte. Cantou-se, como era hábito o Hino Nacional.

Ao Primeiro-ministro

- O povo do concelho de Esposende, reunido em 23 de Novembro em grandiosa manifestação de apoio ao VI Governo Provisório vem manifestar na pessoa de V. Ex.ª o seu incondicional apoio ao VI Governo cõnscio como está de ser a única alternativa para resolver agrave crise que a nação atravessa. Esperando de V. Ex.ª uma atitude firme e decidida na instauração da autoridade, ordem e disciplina em todos os sectores da vida portuguesa.

Ao Governador Civil

- Considerando que o actual Governador Civil representa a vontade do povo do Distrito de Braga; Considerando que o Governador Civil se comprometeu a seguir a autoridade do VI Governo, o povo de Esposende, nesta hora de luta, apoia toda a sua actividade.

Ao Ministro da Administração Interna

- O Povo do concelho de Esposende reunido em grandiosa manifestação de apoio ao VI Governo Provisório no dia 23 de Novembro aprovou a seguinte moção: 1 – Considerando a hora grave que a jovem democracia portuguesa atravessa; 2 – Considerando os golpes contínuos que os oportunistas desajustados do meio que os rodeia tentam dar ao VI Governo Provisório que é o governo do povo; 3 – Considerando a atitude tomada pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Esposende ao rejeitar a colaboração e apoio ao VI Governo; 4 – Considerando que os elementos que a constituem não são representativos como ficou demonstrado nas eleições de 25 de Abril; O Povo do Concelho de Esposende exige a imediata demissão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Esposende.

Ao Brigadeiro Pires Veloso da Região Militar do Norte
- *Povo de Esposende, reunido em 23 de Novembro em manifestação de apoio ao VI Governo, saúda V. Ex.ª como grande defensor da liberdade do Povo Português e afirma sua incondicional adesão ao comunicado emitido ontem.*

Francisco Sá Carneiro entra em confronto com o PCP em relação aos agentes da ex-PIDE, obrigando os comunistas a informar que *“o PCP é o partido dos trabalhadores, o partido da resistência antifascista”*, acusando Sá Carneiro de ser Secretário-geral de um partido ligado *“ao grande capital, de um partido da reacção, que no seu seio abriga fascistas e esbirros”*.

Tudo isto a propósito de um episódio passado aqui em Esposende em 7 de Novembro.

Como em quase todas as terras não faltaram episódios de *“caça às bruxas”* ou seja àqueles que, de certa forma, estavam ligados àquela polícia política. Em Esposende não faltaram as acusações e denúncias, muitas vezes infundadas, deste ou daquele possível informador ou agente da PIDE. Deu-se, no entanto, um caso curioso e que causou estupefacção na comunidade esposendense, *“na tarde de sexta-feira foi detido pela GNR do posto de Esposende, e por ordem superior, o faroleiro António Manuel Santana Farto, em serviço no farol de Esposende por suspeita de pertencer aos quadros de informadores da ex-PIDE”*. Foi transportado para a prisão de Custóias. A surpresa foi grande pois tratava-se de um activo militante do PCP aqui em Esposende.

Pela leitura atenta dos documentos camarários conclui-se que o órgão executivo não estaria em condições de exercer cabalmente as suas tarefas.

Há uma reunião em 21 de Fevereiro de 1976, no entanto, as anteriores não se realizaram *“por falta de número de vogais”*. Esta reunião marca, sem dúvida, uma nova etapa na governança do concelho.

O PPD e o PS conseguem entender-se quanto aos nomes a propor para uma nova Comissão Administrativa. Acordaram que o PPD teria 3 elementos e o PS ficaria com 2. Estamos em inícios de 1976.

1.3 – A segunda Comissão Administrativa

Uma das preocupações do PPD-PSD e do PS era o facto de o MDP-CDE estar no poder, sem que para isso tenha sido votado, e estarem perfeitamente convencidos, denunciando, essa situação, de que o MDP servia “*fundamentalmente as conveniências do Partido Comunista Português*”. Esclareciam que os portugueses não aceitavam, de forma alguma o comunismo, e, assim, era uma maneira de se “*infiltrar*”. Se dúvidas houvesse, ficaram esclarecidas no momento em que o MDP-CDE se reuniu a nível nacional para se constituir em partido político.



A Portaria de 29 de Janeiro, publicada no Diário do Governo, n.º 35, 2.ª série, de 11 de Fevereiro nomeava para Esposende uma nova Comissão Administrativa constituída pelo Dr. José Francisco Brás Marques, que ocuparia o lugar de Presidente, e os vogais Heitor Francisco Alves da Costa, Reinaldo Gouveia Saraiva de Castilho, Artur Lopes da Costa e Alberto Queiroga Figueiredo.

O acto de posse decorreu no Governo Civil de Braga e foi dada pelo Eng. Eurico Teixeira de Melo que, na altura, apelou para “*o civismo, a tolerância e o espírito democrático no decorrer da campanha eleitoral que se aproxima*”.

Francisco Marques, na qualidade de Presidente, lembrou, nessa ocasião, alguns anseios das gentes de Esposende nomeadamente “o porto de pesca e de abrigo, o reforço do fornecimento de energia eléctrica, o abastecimento da água, a construção de novas estradas e caminhos”.

Concelho e Sala de Sessões da Câmara, realizou-se a reunião da Comissão Administrativa Municipal marcada para esta data em virtude de não se ter efectuado, por falta de número dos vogais, na data própria, de dezoito do mês corrente.

Estive presente a Comissão Administrativa nomeada por portaria de vinte e nove de Janeiro findo, publicado no diário do Governo número trinta e cinco, segunda série, de onze do mês corrente, senhores Doutor José Francisco Brás Marques, presidente, e Heitor Francisco Alves da Costa, Engenheiro Reinaldo Gouveia Saraiva de Castilho, Artur Lopes da Costa e Alberto Vucikogo de Riquelme, vogais.

Esta CA reuniu pela primeira vez em sessão de 21 de Fevereiro de 1976. Uma das primeiras medidas foi, precisamente, justificar todas as faltas dadas até então¹³ por Francisco Brás Marques esclarecendo que “este tinha pedido exoneração do cargo, exoneração aceite e publicada em Portaria no Diário do Governo n.º 35, 2.ª série de onze do corrente mês”.

Já aqui se falou da possível nacionalização do Hospital de Esposende. Era um assunto decorrente e que estava na mesa de trabalho da nova Provedoria. Tudo apontava para que viesse a ser intervencionado.

¹³ - Reunião de 29 de Dezembro de 1975, 7 e 21 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1976

Em inícios de Março de 76 um despacho da Secretaria de Estado da Saúde determinava “*a constituição das Comissões Instaladoras para gestão dos hospitais em vias de nacionalização*”.

A Provedoria convocou um plenário extraordinário dos irmãos para que este assunto fosse discutido em conjunto. Depois de ouvidos os irmãos desta centenária instituição, ficou decidido “*dizer sim ao despacho com a seguinte condição: - alargar a Comissão Instaladora de 5 para 10 elementos, com representantes dos utentes e do povo*”¹⁴.

Os esposendenses iriam ser de novo chamados a votar para Eleições Legislativas que teriam lugar no dia 25 de abril deste ano.

Mais uma vez vamos assistir a uma grande movimentação partidária quer na sede concelhia quer nas freguesias.

Um dos partidos que mais cedo se organizou, para esse efeito, foi o CDS que “percorreu numa autêntica euforia as freguesias de norte a sul do concelho, apresentando, sobretudo, “*o seu interesse na luta contra os partidos que mais de perto poderão fazer obstáculo à maioria de votos*”.

O PCP, nas instalações da Escola Preparatória, organizou uma Festa Convívio onde participaram “*artistas conhecidos das rádios e televisão*”.

O PPD – sempre com inúmeras iniciativas, apressou-se a apresentar o seu programa eleitoral, convidando para as suas sessões elementos destacados do partido, nomeadamente o Eng. Eurico de Melo. Em 5 de Abril realizou um comício que teve como

¹⁴ - Em inícios de Junho foi definitivamente nomeada uma Comissão Instaladora para o Hospital de Esposende que contou com Samuel Vieira dos Santos, Maria de Lurdes Lopes, Adélia Meira, Maria Esmeralda Morgado e Juvenal Silva. Estava assim aberto o caminho “*para a oficialização do Hospital que será integrado no plano nacional de saúde, incluindo o Centro de Saúde o SLAT*”.

oradores principais Alfredo de Sousa e Jorge Miranda¹⁵. Também por aqui passou, quando percorria o país, o Dr. Francisco Sá Carneiro – Secretário-geral do PPD. Passou por Apúlia, onde fez uma interessante alocução aos numerosos militantes que aí se encontravam, dirigindo-se depois para Esposende onde foi recebido por centenas de pessoas no Largo Tomás de Miranda. Depois de usar da palavra, e antes de se deslocar para Barcelos, Sá Carneiro jantou com elementos da Comissão Política do PPD de Esposende no Hotel Nélia.

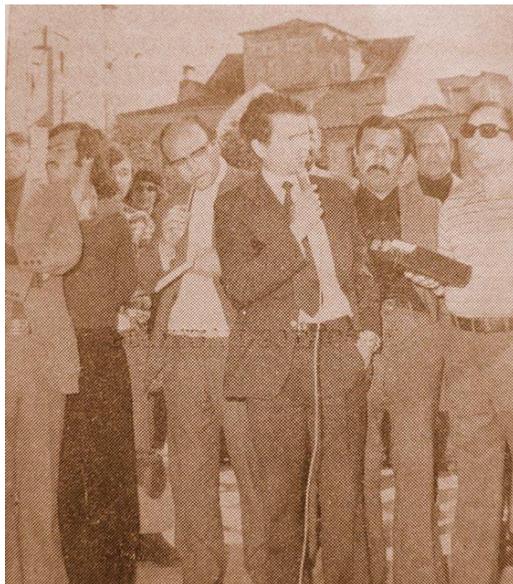
O PS – embora a sua acção fosse mais discreta, não deixou de visitar algumas freguesias, aquelas onde tinha um bom núcleo de militantes e simpatizantes, e tentou aí *“conquistar a posição cimeira do ano findo, reafirmando a sua intenção enquadrada numa ideologia marxista”*. Participando na campanha eleitoral, esteve aqui o Secretário-geral do Partido Socialista, Dr. Mário Soares. Vinha de Barcelos e deslocou-se à sede do PS concelhio, que se situava na Rua 1.ª de Dezembro. Na ocasião usou da palavra dirigindo-se a muitos militantes e simpatizantes que se encontravam nas instalações e na rua. Daí seguiu para Apúlia, visitando a sede local do PS. Refira-se que esta visita ficou marcada por confrontos entres elementos do Partido Socialista e um grupo de retornados, liderados por Mário Macau, das Marinhas, que procuraram impedir que o Secretário-geral do PS se dirigisse aos esposendenses presentes. Aconteceram mesmo alguns confrontos físicos, repetindo-se este episódio aquando da sua chegada a Apúlia¹⁶.

Enquanto estes partidos procuravam fazer a sua campanha eleitoral, de forma pacífica e esclarecedora, alguns grupos, bem identificados, da chamada *“esquerda revolucionária”* tentavam a todo o custo *“impedir na realização das sessões”*.

¹⁵ - Um destacado deputado do PPD na Assembleia Constituinte

¹⁶ - Estes confrontos têm a ver, sobretudo, com a reacção dos retornados, vindos das ex-colónias, que não viam em Mário Soares um amigo.

Nestes dias, 22, 23 e 24 de Abril a vila de Fão viveu intensamente a comemoração de elevação a vila¹⁷ assim como as festas do Senhor Bom Jesus. Para além de um vastíssimo programa ao longo de sábado, domingo e segunda-feira, merece referência especial o sábado, altura em que foi descerrada uma lápide comemorativa dessa data *“No dia 8 de Janeiro de 1976 foi esta freguesia de Fão elevada à categoria de Vila por promulgação do Senhor Presidente da República General Francisco da Costa Gomes publicada no Diário do Governo de 20 de Janeiro de 1976”*. No final foi entoado por centenas de fangeiros a sua tradicional canção *“Fão Antigo”*.



Estas cerimónias foram presididas pelo Eng. Eurico de Melo, Governador Civil de Braga, estando presentes Francisco Marques e Joaquim Peixoto, Presidentes das Comissões administrativas da Câmara e da Junta, respectivamente. Também nesse dia as ruas fangeiras foram percorridas por um interessante cortejo etnográfico no qual participaram, para além de Fão, Apúlia, Palmeira, Marinhas e Vila Chã.

Numa entrevista dada ao jornalista Santos Martins, Joaquim Peixoto dizia categoricamente que *“a longo prazo queremos a Câmara Municipal em Fão e que pudesse agregar a si algumas freguesias a sul do Cávado, o caso de Fonte Boa, Rio Tinto, Apúlia, e até, se possível for, como o concelho de Barcelos é muito grande, freguesias que pertençam àquele concelho mas que estão mais próximas da nossa terra, podiam ser agregadas a Fão”*.

¹⁷ - De facto o dia oficial da elevação de Fão a vila é 8 de Janeiro. Nesse ano fez coincidir essa festa com a festa do Senhor Bom Jesus.

As eleições decorreram com normalidade mas, mesmo assim, alguns partidos, e face ao resultado das eleições, queixaram-se que *“o povo não está ainda bem esclarecido e o caciquismo continua a imperar”*. Acusavam o clero de interferir nas opções de voto *“explorando a sua crença religiosa”*. É claro que nem todas as freguesias votaram à direita. Algumas *“votaram com firmeza, sem receio de ameaças, conscientemente optou pela esquerda”*.

A nível concelhio o CDS recebeu 4529 votos, o PPD - 4356, o PS - 2375 e o PC - 378 votos.



A nível distrital ganhou o Partido Socialista e, face a esta votação distrital, e porque foi o PS o grande vencedor das eleições a nível Nacional, o PS de Esposende no Domingo, 10 de Maio, realizou no pinhal da Redonda uma grande festa onde não faltaram os militantes e simpatizantes deste partido que foram animados, ao longo da tarde, pelo conjunto musical esposendense ETC-70.



Para o PPD foi hora de balanço. O resultado eleitoral concelhio não foi o esperado. Foi convocado o Plenário e aí foi dito aos militantes que se deviam preparar para as eleições presidenciais e que oficialmente o PPD apoiava a candidatura do General Ramalho Eanes. A comissão concelhia começou, também, a debater a escolha dos candidatos às primeiras eleições autárquicas.

O calendário eleitoral estava muito preenchido, e com

eleições diversas, acabando por se tornar difícil para os partidos a passagem de qualquer mensagem. As pessoas sentiam-se cansadas e até tristes porque após as campanhas paredes e casas apresentavam *“cicatrices deixadas pelas sucessivas campanhas eleitorais. As pinturas, cartazes e pichagens, ainda existem por todo o concelho, mais profusamente na vila”*.

A secção do PPD de Esposende continua com uma intensa actividade.

Estava de saída de Governador Civil de Braga o Eng. Eurico de Melo¹⁸. Os militantes do PPD de Esposende, que nutriam por ele elevada estima, quiseram homenageá-lo. No sábado, 25 de



Setembro, no Hotel Nélia, militantes e simpatizantes, reuniram-se num jantar com Eurico de Melo. Estiveram presentes o Secretário-geral do Partido Dr. Sá Carneiro e outras figuras de relevo do Partido, assim como os Deputados da Assembleia da República. Usaram da palavra Francisco Brás Marques, Albino Campos, Fernando Alberto Ribeiro da Silva, na altura Presidente do Plenário Distrital, Jorge Miranda, deputado e eminente constitucionalista, Luís Marques Mendes e Magalhães Mota. A encerrar a homenagem falou o Dr. Francisco Sá Carneiro.

¹⁸ - Sucedeu-lhe no cargo Parcídio de Matos Summavielle Soares



As eleições autárquicas iriam decorrer em 12 de Dezembro. Era no entanto tempo de as preparar e de convencer a população *“para o interesse que tem de demonstrar na escolha, bem sensata e consciente, dos cidadãos para a Assembleia, Junta de Freguesia e Câmara Municipal”*.

Curiosamente dava-se ênfase à notícia de quem não poderia concorrer a estas eleições e apontavam-se exemplos como *“os eleitores que pertenceram às extintas União Nacional, Acção Nacional Popular, Legião Portuguesa, os Presidentes das Juntas desde 1968 a 1974, Presidentes da Câmara, sacerdotes de qualquer religião, elementos das Forças Armadas no activo, Ministros e Governadores Civis”*. Alertava-se, ainda, a população para *“o oportunismo, alegando alianças e coligações”* e que não se devia acreditar *“no truque*

usado” para a caça ao voto. Havia alguma desconfiança nas chamadas “Listas Independentes” pois eram acusadas de agrupar “todas as ideologias segundo os organizadores, mas no fundo, destina-se a partido que vê dessa maneira, a única forma de conseguir a fina flor das freguesias”.

Sabe-se, por exemplo, que algumas figuras com destaque no PPD local integravam essas ditas listas o que irritava os dirigentes locais. Outro exemplo apontado como negativo, era as “Listas Unitárias” essas “na ânsia de reconquistar o poder perdido na vigência do VI Governo Provisório”.

Os partidos que se mostravam mais activos nestas eleições e que procuraram elaborar listas em todas as freguesias, foram o PPD e o PS.

A curiosidade em conhecer as pessoas que integravam as diferentes listas era grande. Estas tinham que ser entregues no Tribunal até ao dia

22 de Outubro. Em qualquer esquina era frequente ouvir-se falar deste ou daquele nome. Não faltava quem, desde logo, lhe endereçasse os maiores encómios ou então, as maiores críticas e defeitos.

O CDS apoiava, incondicionalmente, algumas das Listas Independentes que “agregavam elementos afectos a outras correntes ideológicas”. O PCP e o MDP-CDE usavam o slogan “Frente Eleitoral Povo Unido” procurando assim unir “os elementos de tendência mais à esquerda e mais politizada”. O PPD-PSD preocupava-se, sobretudo, que a sua mensagem chegasse aos militantes e simpatizantes. O PS procurava, a todo o custo, “elementos para compor os órgãos de poder local, mesmo que fossem de outras tendências”.

Lembre-se:
 NO DIA 12 DE DEZEMBRO REALIZAM-SE AS ELEIÇÕES PARA OS NOVOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS:

 ASSEMBLEIA DE FREGUESIA BOLETIM DE VOTO EM PAPEL BRANCO	 ASSEMBLEIA MUNICIPAL BOLETIM DE VOTO EM PAPEL AMARELO	 CÂMARA MUNICIPAL BOLETIM DE VOTO EM PAPEL VERDE CLARO
---	--	---

A DEMOCRACIA É O GOVERNO DE TODOS NÓS
 ELA COMEÇA LOGO NAS AUTARQUIAS LOCAIS.
 EXPONHA OS PROBLEMAS E ELIJA SOLUÇÕES !

PARTICIPE! DISCUTA! CRITIQUE! INFORME! ESCOLHA!
 VOTE NAS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS!

Em Palmeira concorria a L.A.P. (Lista Apartidária de Palmeira) em Mar a L.I.M. (Lista Independente de Mar) e em Vila Chã a L.I.V. (Lista Independente de Vila Chã).

Porque o concelho foi uma das terras onde se alojaram centenas de retornados, e porque eles eram importantes no momento das eleições, houve necessidade de se constituir uma Comissão de Desalojados das ex-colónias. Por imposição legal o Presidente dessa Comissão era o Presidente da Câmara, neste caso, Francisco Brás Marques, coadjuvado por António da Silva Torres, Georgiano Ferreira Peixoto e Flávio da Silva Ramos. Esta comissão tinha por finalidade *“auxiliar e proporcionar novos postos de trabalho. Incentivar o fomento da habitação e outras formas de participação a todos os desalojados”*.

Em vésperas de eleições autárquicas eram muitas as preocupações que marcavam o dia-a-dia da Comissão Administrativa. Sem dúvida que a instabilidade que se vivia no país reflectia-se, também, no concelho. Reinaldo Castilho deixava ver isso numa intervenção na reunião ordinária de 20 de Agosto de 1976 na qual apresentou uma proposta do seguinte teor *“Por motivos conhecidos de todos, nomeadamente a falta de autoridade verificada no país durante o período de 25 de Abril de 1975 a 25 de Novembro de 1975¹⁹, que também se verificou a nível concelhio com a actuação da anterior Comissão Administrativa, proliferam no concelho as construções clandestinas, com especial incidência nas praias de Cedovém, Pedrinhas e Apúlia. A eleição do Presidente da República, seguido da constituição do actual governo cujo programa foi aprovado pela Assembleia da República e que preconiza o cumprimento das leis em vigor ou a promulgar, deverá em meu entender ser também orientação desta Comissão Administrativa”*. Assim Reinaldo Castilho propunha que *“o mais rapidamente possível seja convocada uma reunião desta Comissão tendo como objectivo o estudo e discussão das medidas a adoptar para se cumprir integralmente o legislado no que*

¹⁹ - Este período ficou conhecido por Verão Quente de 75.

se refere às construções a nível do concelho e especialmente nas praias de Cedovém, Apúlia e Pedrinhas, conforme se indica no ofício n.º 524 de 15 de Julho último, do Gabinete da Secretaria de Estado do Ambiente". O mesmo vogal não se refreou e apontou nomes de alguns proprietários que estavam a edificar esses clandestinos. Todos os elementos da CA se mostraram solidários com esta proposta de Reinaldo Castilho.

Vivia-se já um clima pré-eleitoral autárquico e era notória a partidarização dos actos públicos.

Nesta altura estava em construção o edifício do Palácio da Justiça de Esposende.

Em 27 de Novembro desloca-se aqui, para se inteirar do andamento das obras, o Primeiro-ministro Mário Soares²⁰. Era aguardado por alguns elementos da Comissão Administrativa da Câmara e por dirigentes locais do Partido Socialista. No final da visita às obras do Tribunal, a comitiva dirigiu-se até à Foz do Cávado onde Mário Soares se inteirou das condições de navegabilidade do Cávado e da barra.

Curiosamente o Presidente da Comissão Administrativa Francisco Marques não esteve presente, justificando a sua atitude na reunião de câmara de 26 de Novembro nos seguintes termos *"entendia não se justificar tal presença uma vez que foi minimizado o interesse da sessão de trabalho anteriormente convocada para a sede do distrito e que não se realizou, depois de ali se terem deslocado as Comissões Administrativas das Câmaras"*.

Curiosamente a Câmara Municipal decidiu celebrar condignamente a efeméride do 5 de Outubro. Do programa constava o hastear da Bandeira e a execução do Hino Nacional, uma romagem ao cemitério acompanhada pelos Bombeiros Voluntários e uma sessão solene com uma alocução alusiva à data.

²⁰ - Estamos a falar do I Governo Constitucional de Portugal que teve o seu início a 23 de Julho de 1976, sob a chefia de Mário Soares. Terminou a 30 de Janeiro de 1978.

II – A VIDA POLÍTICA EM ESPOSENDE 1974-2013

“Que nenhum português se iluda no caminho a percorrer, nós só seremos um povo livre e senhor do seu destino, se todos soubermos ser dignos do 25 de Abril, e fizermos dessa arrancada um alvorecer radioso, sensato e prometedor”.

Manuel Garcia Monteiro
Esposende, 22 de Junho de 1974

Em 26 de Abril de 1974 Forjães acorda com um coro de vozes. Que gritava "*Nós seremos responsáveis pela construção de um Portugal melhor e mais livre da opressão*".

A primeira manifestação pública de apoio á revolução de Abril que se fez aqui em Esposende, aconteceu em 12 de Maio e reuniu-se no Largo Rodrigues Sampaio. Aí se reuniram algumas centenas de pessoas que empunhavam bandeiras nacionais e cartazes com palavras de ordem alusivos ao momento político. Usaram da palavra vários oradores que manifestaram o seu regozijo pelo fim do regime fascista. No final os manifestantes desfilaram até ao cemitério municipal onde puderam prestar homenagem aos "*democratas e soldados falecidos*". A Junta de Salvação Nacional²¹ fez-se representar pelo comandante da Estação Rádio Naval de Apúlia.

²¹ - A Junta de Salvação Nacional governou o país desde 25 de Abril a 14 de Maio de 1974. Era um governo militar mas poder-se-á dizer que o governo estava na rua. As grandes decisões eram tomadas nas ruas e casernas.



Em Esposende, logo a seguir à revolução dos cravos, em Esposende, aparece em força o MDP/CDE. Este movimento político - que aqui não era de todo entendido como se um partido político se tratasse mas antes um movimento a quem, conjuntamente com as Forças Armadas, devíamos o novo regime democrático. É por essa razão, que facilmente se conseguiu implantar não só na sede concelhia mas também nas várias freguesias. Surgiram vários MD's nas várias freguesias como, por exemplo o MDF - Movimento Democrático de Forjães.

Uma das primeiras acções políticas no concelho foi protagonizada, precisamente, pelo MDF – Movimento Democrático de Forjães. No dia 19 de Maio²², era um domingo, reuniu no salão paroquial com um grupo de forjanenses, sendo a mesa formada por Jorge Coutinho²³, José Ribeiro e Porfírio Carvalho. No uso da palavra Jorge Coutinho procurou esclarecer os presentes sobre o momento político que se estava a passar em Portugal e no final foi nomeada uma comissão, constituída por Baltazar Costa, Mendanha, Isaac Branco, Júlio Pereira e Porfírio Lima, que ficou encarregada de pedir à Casa do Povo a cedência de uma sala para sede do MDF e o salão de festas da Escola para a realização de actividades. No final da sessão foi cantado, com “*entusiasmo*” o Hino Nacional. O discurso do MDF era bem



politizado e Jorge Coutinho, na sua intervenção, dizia “*Graças ao Movimento das Forças Armadas, triunfante em 25 de Abril, que derrubou um regime corrupto e opressor das classes trabalhadoras e dos povos rurais que foram as maiores vítimas do fascismo, o povo de Forjães, que nunca deixou dúvidas quanto à sua relutância em aceitar a opressão a que os fascistas e informadores-legionários desta freguesia o submetiam, pode agora manifestar a sua verdadeira vontade através do MDF, que sempre esteve presente nas horas difíceis – tais*

²² - Adelino da Palma Carlos assume o governo de 15 de Maio de 1974 a 25 de Setembro. Continuava a ser um governo militar mas verificava-se que não estava à altura de tomar as grandes decisões de que Portugal necessitava. Estava em curso a descolonização que se mostrava um processo difícil.

²³ - Fernando Jorge Coutinho de Almeida, nasce em Forjães a 27 de Dezembro de 1941. Licencia-se em Direito, Coimbra no ano de 1973. Militante da CDE do Distrito de Braga desde a campanha para deputados em 1969. Colaborou na Revista Vértice desde 1970. Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Foi candidato a Deputado pelo MDP-CDE às Constituintes de 1975.

como, *campanha de Humberto Delgado, eleições para deputados em 1969* ". No seu manifesto político²⁴ dizia-se que o MDF, congregando todos os forjanenses "*numa frente anti-fascista*", considerava que o MD do concelho de Esposende devia exprimir as posições das correntes democráticas de todas as freguesias. Considerava importante o trabalho na base de esclarecimento político dos "*pescadores, agricultores e operários*" assim como, dentro de moldes democráticos, substituir "*todas as autoridades dos organismos concelhios*" antes nomeados pelo regime deposto²⁵. Fazia, no entanto, uma denúncia do "*actual momento político da sede do concelho de Esposende que ainda não tinha conseguido ultrapassar antigas guerras entre dois grupos rigidamente demarcados por questões que nada têm a ver com a actuação política geral, sobressaindo em ambos os grupos elementos comprometidos com o regime deposto*". O MDF acusava que "*a orientação política geral do MD do concelho de Esposende, sem a necessária representatividade, se preocupa neste momento com jogos de cúpula e lutas de chefia entre a burguesia concelhia, sem nenhuma atenção às massas trabalhadoras da sede e freguesias do concelho*". Mostravam-se estupefactos com os nomes apontados para a Câmara pois "*estavam directa ou indirectamente comprometidos com o salazarismo-caetanismo (fascistas conhecidos, elementos da ex-ANP, antigos presidentes das Câmaras, actuais funcionários camarários*". Tudo isto, para o MDF eram "*manobras camaleónicas e oportunistas*". Era urgente desmascarar esta situação e apontar para uma Comissão Administrativa²⁶ os "*nomes de democratas que sempre resistiram à opressão fascista*". Estes, por sua vez, deveriam apresentar ao povo do concelho um programa de acção.

²⁴ - Este manifesto foi publicado no jornal "O Cávado" de 29 de Junho de 1974.

²⁵ - Jorge Coutinho dizia ser membro "*da comissão de Freguesia de Forjães do MDP-CDE, organização dinamizadora do saneamento das autarquias da sua terra (Junta de Freguesia e Casa do Povo)*".

²⁶ - A Comissão Administrativa de Forjães foi constituída por Álvaro Rodrigues Almeida, Germecindo da Cruz Rodrigues e Júlio Carvalho Pereira. Eram suplentes Isaac Ferreira Branco e Avelino Faria Queirós.

Como se depreende em Esposende viveram-se momentos de grande tensão e sabe-se pela documentação produzida que a política de saneamentos provocou incompreensões, ódios e mesmo desavenças familiares²⁷. A nível do ensino esta situação chegou, por vezes, ao limite da obscenidade.

Foram agendadas novas reuniões para os dias 25 de Maio e 2 de Junho. Esta última, muito participada, decorreu debaixo de grande pressão já que os dois pontos em análise prendiam-se com a eleição do Grupo Coordenador ou Comissão Central do MDF e, também, a constituição de uma Comissão de Inquérito aos informadores da Ex-Pide-DGS. De salientar que, na altura o MDF, não sendo de todo um partido político, apresentava-se como um movimento agregador e porta-voz de todos os partidos democráticos *“em ordem a uma informação política séria ao povo forjanense para que este saiba colaborar, conscienciosamente no processo eleitoral a realizar no próximo ano e que se quer verdadeiramente democrático”*.

Em Vila Chã, nessa mesma altura, davam-se os primeiros passos para a *“consciencialização da população para a nova realidade política”*. Essa tarefa esteve a cargo de um grupo de jovens, orientados, então, pelo pároco Sebastião Matos. O salão paroquial abriu-se como espaço de diálogo. Uma das reuniões foi destinada a explicar as razões que levaram à destituição do anterior regime e o que preconizava o novo. Falou-se sobre os princípios da liberdade e que se estes falhassem falharia, naturalmente, todo o processo democrático. Os actos eleitorais não foram esquecidos nestas tertúlias e criticou-se a forma como se nomeou a Comissão Administrativa da Câmara nomeadamente a não consulta às forças vivas de cada

²⁷ - Uma das exonerações que, na altura, foi muito comentada aconteceu com Costa Leme que ocupava o cargo de Presidente da C.E. da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes. Em 21 de Novembro de 1974 Costa Leme despediu-se de todos os colaboradores através de um comunicado enviado do Grémio de Lavoura de Esposende onde era Presidente da Direcção.

freguesia e a falta de um programa de acção para todo o concelho. Curiosamente numa dessas reuniões saiu um manifesto onde se elencavam as obras necessárias para o desenvolvimento de Vila Chã.

Durante os meses de Maio e Junho foram muitos os que aderiram ao MDP-CDE começando logo as acções de politização dos esposendenses. Em 29 de Junho, mais uma vez, o MD de Forjães convocou a população para uma sessão de esclarecimento. A mesa era constituída por Jorge Coutinho, Baltazar Gomes e António Jorge Gomes. Em lugar de destaque estava António Torres - do MDP-CDE de Esposende e que tinha sido indigitado para presidir à Comissão Administrativa da Câmara Municipal. Os assuntos de maior relevo prendiam-se com as eleições para a Junta de Freguesia e para a direcção da Casa do Povo. Como era usual nesta fase do PREC, foram apresentados nomes e a votação era feita de braço no ar. Nem sempre foram pacíficas estas reuniões muito menos consensuais as decisões.

Num ofício datado de 13 de Agosto de 1974 emanado do Movimento Democrático de Forjães e dirigido ao vereador, servindo de Presidente da Câmara, que este remeteu ao Governo Civil, dava-se conta que *“promoveram-se eleições, por escrutínio secreto, para a Comissão Provisória da Junta de Freguesia de Forjães”*. Esta eleição decorreu em 28 de Julho no Teatro da Escola de Forjães. Segundo o mesmo ofício, participaram 252 chefes de família ou seja 60% dos inscritos no caderno eleitoral. Só havia uma lista e esses nomes já haviam sido indicados à Câmara em 8 de Junho desse mesmo ano.

Como estava o Movimento Democrático em Esposende na altura da Revolução de Abril de 1974?

Embora seja um concelho pequeno era grande a dinâmica de apoio ao Movimento das Forças Armadas e com fulgor se erguiam as bandeiras da liberdade.

É claro que a maneira arrebatada como se organizavam as acções, nem sempre conduziam a bons resultados ou, pelo menos, aos esperados.

Logo nos primeiros dias de Maio de 1974 surgiu no panorama político em Esposende “*e porque não queria ser surpreendido pelos acontecimentos*”, uma associação cívica - o CDICE - Centro Democrático Independente do Concelho de Esposende, que tinha como fim “*reunir todos os cidadãos naturais ou residentes no concelho de Esposende, que aceitem como princípio básico de acção o programa estabelecido pela Junta de Salvação Nacional*”. Afirmava-se ainda “*em face a todos os tipos de extremismo e violência, como posição moderada e moderadora, ao serviço das liberdades fundamentais e contrário a qualquer tipo de retaliação*”. Este movimento apresentava-se como apoiante incondicional das Forças Armadas e pugnando pela “*promoção do povo português*”. Uma das suas acções prioritárias era “*a constituição imediata de representação de todas as freguesias*”, a “*instalação em sede própria*” e a elaboração um programa socioeconómico, cultural e político para o concelho e intervir democraticamente na eleição dos cidadãos que venham a integrar a Administração Local, quer para a Câmara quer para as Juntas de Freguesia. Um outro aspecto interessante do CDICE foi o facto de ter afirmado que daria “*o seu apoio político, a nível nacional, ao partido que ofereça melhores garantias á realização integral do programa da Junta de Salvação Nacional*”. Este movimento fez saber destes seus propósitos á Junta de Salvação Nacional, ao Quartel de Infantaria 8 e ao Governador Civil de Braga.

Em finais de Maio de 1974 o MDP-CDE mostrava-se muito activo, quer na sede concelhia quer nas freguesias mais rurais. Promovia reuniões de esclarecimento sobre o momento político mas interessou-se, sobremaneira, pela nomeação da Comissão Administrativa da

Câmara Municipal de Esposende²⁸. Uma das reuniões foi marcada para o Grémio do Comércio de Esposende e para ela foi convocado um grupo alargado de "*democratas*", Aí foi apresentada uma lista de personalidades a propor para ocupar aquele cargo. Foram adiantados os nomes do médico António Fernandes Torres, do comerciante Joaquim da Silva Braga²⁹, do farmacêutico e professor Alceu Vinha dos Santos, do comerciante Samuel António Vieira dos Santos e do agricultor Carlos Alberto Vasquinho Roriz Pereira. Esta lista não colheu, no entanto, junto de outros elementos, as maiores simpatias e, por isso, foram sugeridos novos nomes. A esta lista se referem, de forma pouco cordata, os coordenadores do MD de Forjães.

É de notar, nesta fase, a ausência do PS nas movimentações políticas, ou mesmo em acções levadas a cabo por simpatizantes. Sabe-se, por exemplo, que no dia 11 de Agosto de 1974, a secção do PS de Viana do Castelo fez deslocar uma delegação a Forjães para aí apresentar "*o programa de acção política a que se propunha*".

Um dos partidos que mais actividade política manifestava, aqui no concelho era, sem dúvida, o PPD. Embora fundado em 6 de Maio de 1974, mas somente legalizado em 25 de Janeiro de 1975³⁰, rapidamente reuniu em Esposende um significativo grupo de activistas que, desde logo, se preocuparam em difundir os ideais da social-democracia preconizada por Sá Carneiro. Registe-se que a sua família era muito conhecida neste concelho, sobretudo em Apúlia onde tinha casa de veraneio. Em 16 de Agosto, na Escola de Palmeira de Faro,

²⁸ - Com o 25 de Abril de 1974 são dissolvidos os corpos administrativos do Estado Novo e nomeadas as Comissões Administrativas que, até finais de 1976, asseguraram a gestão dos interesses locais.

²⁹ - Joaquim da Silva Braga, nos tempos em que vivia em Vila Nova de Famalicão e funcionário da Casa Malvar, militava na oposição e fez parte dos activistas que estiveram no célebre Congresso de Aveiro, O seu nome fazia parte das listagens da polícia política.

³⁰ - Em 3 de Outubro de 1976 passou a designar-se por Partido Social Democrata (PSD). No II Congresso Nacional, realizado em Aveiro, no Teatro Avenida, nos dias 6 e 7 de Dezembro de 1975, foram eleitos para o Conselho Nacional Francisco Brás Marques e Artur Brás Marques.

realizou-se uma sessão de esclarecimento do PPD subordinada ao tema “*O Partido perante a actual conjuntura política*”. Foram oradores Albino Pedrosa Campos e Francisco Brás Marques que falou sobre “*a elaboração consciente do programa do partido*”.

Em finais de Novembro, no salão nobre do Governo Civil de Braga, tomou posse, como já se disse, a **Comissão administrativa da Câmara de Esposende**. Logo a seguir esta Comissão, e já nos Paços Municipais, foi apresentada pelo Governador Civil e cumprimentada por largas centenas de pessoas.



O ano de 1975 vai ser marcado por uma série de melhoramentos realizados no concelho e que vão contar com a participação das Forças Armadas. De entre vários caminhos e estradas abertas por todo o concelho. Como exemplo podemos referir a abertura da estrada do Outeiro, em Vila Chã, hoje denominada Rua da Liberdade. No jornal “O Cávado” de 29 de Março de 1975 noticiava-se que para

apoiar a construção da escola de Susão “*veio do Regimento de Infantaria 6 do Porto, o Capitão Engenheiro Sapador, com vista a estudar a melhor forma de proceder à dita construção*”.

Estamos em vésperas das eleições legislativas, as primeiras que se realizavam de forma livre, por sufrágio universal, em Portugal, após o 25 de Abril. Ficaram conhecidas por Eleições para a Constituinte pois teriam como primeira finalidade redigir e aprovar uma Constituição³¹. Realizaram-se no dia 25 de Abril de 1975. Esposende tinha 14 mil eleitores que votariam em

³¹ - A Assembleia Constituinte iniciou os trabalhos em 2 de Junho de 1975 e foi dissolvida em 2 de Abril de 1976.

32 secções de voto espalhadas pelo concelho. Os partidos com maior representatividade foram o PS e o PPD. A campanha eleitoral foi difícil, pelo menos para o PPD que era entendido, por outros partidos de esquerda, como defensor de uma direita fascista. Foram candidatos a Deputados pelo PPD na lista de Braga, e em representação de Esposende, Albino Pedrosa Campos e Francisco Brás Marques. Pelo MDP-CDE candidatou-se Jorge Coutinho de Almeida. Ao longo da campanha os esposendenses foram demonstrando que tinham uma opção política clara e que refutavam, de todo, *“os activistas progressistas-revolucionários”*. Surgiram imensas denúncias que neste concelho havia uma *“sistemática perseguição exercida por militantes que se dizem do M.E.S. e das claques por estes organizadas previamente para boicotarem as sessões de esclarecimento nas freguesias”*. Eram frequentes as perseguições, as intimidações e as atitudes provocatórias contra pessoas que não partilhavam determinados ideais políticos. Eram sistemáticos os apelos às autoridades para reporem a legalidade e agirem contra os prevaricadores, contra os que não aceitam uma *“democracia pluralista”*.

A classe piscatória, de Esposende, Fão e Apúlia, fartaram-se de ouvir promessas e mais promessas ao longo desta campanha. Muitas das suas regalias foram-lhes retiradas³² e numa das sessões de esclarecimento o PS prometia repor todos os seus benefícios de previdência. O PPD, como foi seu timbre, polarizou a população através de uma caravana automóvel, na qual, segundo a imprensa da época, participaram mais de 200 viaturas (tractores, automóveis, camiões e motorizadas) que percorreram todas as freguesias do concelho.

³² - Os nossos pescadores entregavam as cotas do seu pescado na Casa dos Pescadores de Viana e, em troca, recebiam vários benefícios nomeadamente assistência médica, medicamentos, abono de família, etc. Com a diminuição do pescado deixaram de poder fazer a entrega nesse organismo e passaram a usar a lota de Esposende, ficando privados das regalias que até aí tinham. Sabe-se que posteriormente houve novo contacto com a Casa dos Pescadores de Viana e terão chegado a um acordo em fazerem *“desconto de 11% sobre o salário mínimo para terem direito ao abono de família para ascendentes e descendentes, subsídio de casamento, invalidez, assistência médica e reforma”*.

Decorreu sem incidentes, pese embora *“em Fão, grupos identificados com bandeiras vermelhas, procuraram impedir a normal progressão da caravana dirigindo insultos aos componentes e tomando atitudes provocatórias”*.

Por todo o lado se viam as paredes pintadas com *“palavras de ordem”*.



A madrugada do acto eleitoral ficou marcada por alguns descatos pouco dignificantes que obrigou à intervenção de bombeiros e militares. Na origem dos incidentes estiveram causas políticas. Foi incendiada a sede do CDS³³ e roubado o mobiliário da mesma. Chamados os bombeiros, estes foram impedidos de prestar

auxílio por um grupo de pessoas. Perante a insistência do 2.º Comandante, João Conde, para que deixassem os bombeiros atacar o incêndio, este e a corporação foram vaiados. Um acto lamentável e que pouco dignificou a democracia.

O resultado eleitoral *“apesar das várias tentativas de boicote a sessões de esclarecimento”* foi o esperado e a população votou *“corajosamente e em liberdade ideológica”* embora não tenha faltado quem, no dia seguinte, apelidasse a população do concelho de *“estúpida e ignorante”*.

O dia 1 de Maio de 1975 – comemorando o Dia do Trabalhador – não foi esquecido neste concelho. Os diferentes partidos políticos associaram-se à Câmara para este efeito. A concentração *“verificou-se na Avenida Marginal com numerosos trabalhadores locais a empunhar bandeiras vermelhas e a bandeira nacional”*. No cortejo integrou-se o Comandante Director da Estação Rádio Naval de Apúlia que vinha acompanhado com

³³ - Esta sede localizava-se na Avenida Valentim Ribeiro.

marinheiros e sargentos, a Comissão Administrativa da Câmara e elementos ligados aos diferentes partidos políticos. Depois de percorrer algumas ruas de Esposende, concentraram-se no Largo Rodrigues Sampaio onde usou da palavra o Director da Estação Rádio Naval, em representação do M.F.A. e um trabalhador. Ambos evidenciaram esta festa como *“de consagração à instauração do regime democrático, ao M.F.A. e ao povo trabalhador”*. No final do comício a Banda de Antas executou *“números patrióticos e o hino nacional, também cantado em coro por todos os presentes”*.

Iniciaram-se as obras do Palácio da Justiça *“um edifício de linhas harmoniosas e de concepção moderna”*.

O Partido socialista mudou a sua sede para a Rua 1.º de Dezembro *“mais centralizada e com maior capacidade”* e em Apúlia inaugurou uma sede onde passaram a funcionar os



serviços daquela secção socialista. Para comemorar essa efeméride inúmeros militantes e aderentes, de Esposende e da região, juntaram-se num convívio no pinhal de Ofir.

Também o PPD envidou esforços para a criação de núcleos do partido em Apúlia e Marinhas. Em Fão surge a primeira Comissão de Moradores que convocou um plenário no Salão Paroquial onde esteve presente, em nome do M.F.A. o Director da Estação Rádio Naval de Apúlia. Esta acção não teve êxito já que a Comissão Instaladora da Junta de Freguesia³⁴ opôs-se dizendo que era da sua competência zelar por todos os moradores de Fão e que não era necessária gente vinda de fora. A maioria dos presentes *“continuava a rejeitar*

³⁴ - O Presidente desta Comissão Instaladora era o Prof. Joaquim Peixoto

imposições seguidas por minorias, dando conta de espíritos malignos a perturbarem a boa harmonia entre a população”.

As forças políticas concelhias continuavam o seu trabalho de politização das massas e, em simultâneo, procuravam apagar todos os sinais que lembrassem o anterior regime. Um grupo de cidadãos fez chegar à Câmara um requerimento no qual manifestavam a necessidade em *“proceder à alteração dos nomes dos arruamentos, bem necessários, e prestar homenagem e justiça aos homens ilustres destas terras (Esposende, Fão e Apúlia) e atribuir-lhes nomes dignos das suas tradições”.*

Por ordem do Secretariado Executivo para a Animação Sócio-Cultural, do distrito de Braga, a Câmara Municipal convidou para se reunirem na Escola Preparatória, várias instituições do sector cultural, recreativo, comercial, industrial, cooperativo, bombeiros, comissões locais, para, em conjunto *“proceder ao inventário dos problemas locais e o estudo das possibilidades de coordenação dos serviços locais”.* Foram eleitas uma série de comissões de trabalho que ficaram de apresentar os referidos relatórios numa reunião posterior. Quando da apresentação dos resultados e porque mereceram alguma discussão, os responsáveis acusaram os esposendenses de *“reaccionários”* o que provocou um descontentamento geral.

2.1 – Eleições Autárquicas de 12 de Dezembro de 1976

Estas eleições decorreram com normalidade mas com os agentes políticos no terreno a tentarem convencer os eleitores de que *“ninguém deve faltar ao cumprimento do seu dever, embora seja uma coisa voluntária”*. Procurava-se, a todo o custo, mobilizar a população para o voto, embora fosse notória



alguma desconfiança em relação aos partidos políticos. As práticas caciquistas ainda estavam bem presentes e alguns esposendenses alertavam para que *“não nos iludamos com promessas vãs deste, daquele ou daqueloutro, pois a consciência de cada um de nós é que nos obriga a votar naquela lista que nos parece ser a que melhor vai cumprir o seu dever”*.

Havia mesmo quem defendesse os movimentos independentes de cidadãos afirmando que *“partidária ou apartidariamente, a ideologia política nada nos interessa. O que devemos ter em conta são os interesses da nossa terra e só estes”*. Apelava-se com insistência *“à unidade do trabalho e em prol do comum”*.

Aqueles que já se encontravam enfileirados nos partidos procuravam esclarecer e até intimar os cidadãos usando slogans como **“Votar é um Dever Cívico”**. Apelavam para a participação cívica acusando que *“ficar em casa deixando de cumprir esta obrigação é uma falta atentatória à verdadeira democracia”*.

O CDS apresenta como candidato à Câmara Alexandre Domingos Losa Faria³⁵ que fez um



Manifesto concelhio



apelo ao dever patriótico, à necessidade em votar e participar nestas eleições autárquicas³⁶ e para a Assembleia Municipal António Baptista Marques Henriques³⁷.

É claro que 1976 não era um período fácil para as forças de direita, nomeadamente para o CDS. Acusavam este partido de ter ligações às forças contra-revolucionárias e, é bom lembrar, estávamos a viver o PREC – Processo Revolucionário em Curso que vai decorrer entre a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição Portuguesa pela Assembleia da República que acontece em Abril de 1976. Esposende vai viver essa fase com muita intensidade, também com muitos sobressaltos, ataques pessoais e materiais, criando, sem dúvida, um forte clima de instabilidade. O CDS, ao apresentar-se ao eleitorado era, acima de tudo, um acto de coragem, daí o constante apelo

ao *“cumprimento de um dever patriótico do mais alto significado político-social”*. A primeira

³⁵ - Nasce em Esposende a 15 de Agosto de 1946. Era filho de Américo Couto Faria e de Maria Amélia Loureiro Losa. Licenciado em Engenharia Electrotécnica. Trabalhou na Direcção das Construções Escolares do Norte. Foi Presidente da Câmara nos mandatos de 1976, 1979, 1982 e 1985. Pertenceu à Comissão Política Nacional do CDS e Membro da associação Nacional de Municípios Portugueses.

³⁶ - Acompanhavam-no na lista para a Câmara Álvaro Nogueira Valentim, Hercílio Carneiro de Almeida Campos, Fernando de Jesus Martins do Pilar, Augusto Vilarinho Rodrigues, Eduardo Fernandes Dias do Norte e Valdemiro Lopes Cardoso. Como suplentes Maria Ermelinda Ferreira Rodrigues de Areia, Alfredo Lopes Rodrigues Ferreira e Maria Esmeralda Morgado Couto.

³⁷ - Acompanhavam-no na lista para a Assembleia, entre outros, Eduardo José de Almeida, Paulino Martins Alves, Mário de Jesus Martins Macau, Anselmo de Faria Viana, Manuel Dias da Cunha, Albino Ferreira de Oliveira, Luís Gonzaga Eiras de Azevedo, Manuel de Faria Viana, José Manuel Escrivães Mariz e Joaquim Martins Viana

Comissão Instaladora da Câmara Municipal era conotada com o MDP-CDE, que nestas eleições de 1976 aparece coligado com o PCP formando a FEPU – Frente Eleitoral Povo Unido. Esta força procura lutar, a todo o custo, contra os partidos, então ditos da direita CDS e PPD, criando suspeitas na população concelhia. Um outro dado a reter, e importante para a afirmação do CDS no concelho, foi a presença de muitas famílias de “*retornados*” das ex-colónias portuguesas que, por norma, culpavam a esquerda do seu estado social e económico. Durante meses e até anos, fixaram residência neste concelho. Esta fatia da população, muito descontente e revoltada, davam inequívoco apoio aos partidos que, de certa forma, faziam frente a essa mesma esquerda.

Em 1976, como se disse em capítulo anterior, Francisco Brás Marques³⁸ foi nomeado Presidente da segunda Comissão Administrativa da Câmara. Esta situação colocava-o numa posição privilegiada para ganhar o acto eleitoral o que, para surpresa de muitos, não aconteceu. Desde logo se procurou responsabilizar as bases do PSD para esta derrota. Na altura Artur Lopes da Costa – da Comissão Política do PSD de Esposende, afirma que *“continua, apesar de tudo, fiel aos seus princípios ideológicos preconizados no seu programa, mantendo a sua coerência e não se deixa iludir por cantos de sereia, nem serve, tão pouco, de muleta seja a quem for e muito menos a partidos”*. Acrescenta ainda que *“o PPD-PSD desde a sua instalação neste concelho conta com cúpulas que nem sempre agradaram, nem mereceram simpatia, o que é absolutamente natural, pois isso acontece aos restantes partidos políticos locais”*.

Ora, esta posição fez com que alguns militantes do PSD o questionassem e quisessem mesmo saber a razão porque *“o povo de Esposende votou e o PPD-PSD perdeu, perdeu desta*

³⁸ - José Francisco Brás Marques nasce em Marinhas. Advogado e Presidente da II Comissão administrativa da Câmara Municipal de Esposende em 1976. Presidente da Comissão Política do PSD de 1974 a 1984. Vice-Presidente da Comissão Política Distrital do PSD e Membro do Conselho Nacional.

vez e nos anteriores actos eleitorais ganhou: - *Porquê esta derrota?*”. O desafio estava lançado: - O que pensa fazer a cúpula do PPD-PSD de Esposende uma vez que perderam as eleições?

O descontentamento era geral na família social-democrata e procuravam-se explicações para a derrota já que o partido até tinha muita implantação no concelho. Houve quem adiantasse que esse desastre eleitoral se devia mais ao voto na *“simpatia das pessoas que localmente ocupam lugares cimeiros e da forma como estes conduziram a campanha”*.

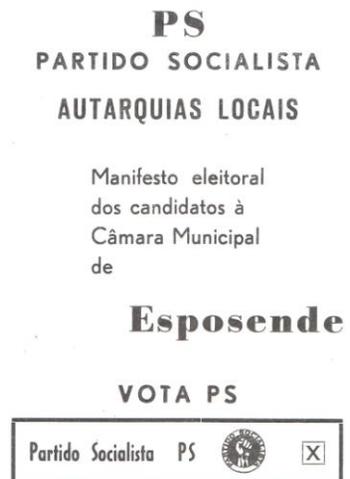
O CDS apelava a todos para votar pois este era um momento *“de enormíssima importância para a defesa e consolidação da Democracia”* e que desse voto dependia *“a organização do Poder Local e, portanto, toda a máquina administrativa do nosso Concelho”*. Losa Faria e os candidatos que o acompanhavam mostravam-se *“plenamente animados pela vontade de bem servir todos os Esposendenses”*. Apresentavam-se, pois, aptos a *“interpretar fielmente as aspirações reais e concretas das populações de todo o Concelho”*. Todos tinham consciência que *“para realizar uma obra é absolutamente necessário, antes de mais, a boa harmonia entre todos os munícipes”* e para isso trabalhariam no sentido de *“construir uma comunidade local em que as relações entre as pessoas sejam de máxima fraternidade, generosidade e altruísmo”*. O CDS prometia dignificar a pessoa humana, moralizar e dignificar as instituições. Aliás o seu lema de campanha era **“Liberdade e Responsabilidade, será o nosso lema. Justiça Social, será a nossa cruzada”**. Queria-se fazer de Esposende *“um concelho asseado, limpo e ordenado, que traduza com clareza a dignidade e o civismo de todos nós; um bem-estar social que seja o exemplo de qualidade de vida e ambiente”*. Por várias vezes Losa de Faria disse que iria trabalhar *“a sério e lutar pela descentralização, no sentido da progressiva autonomia do Poder Local, possibilitando uma maior intervenção e rapidez na resolução dos problemas concelhios procurando desta forma evitar que nos*

gabinetes de Lisboa se continue a decidir da nossa vida desconhecendo os nossos problemas”.

Das suas promessas eleitorais merecem destaque a construção, reparação e conservação das estradas e caminhos a seu cargo, a construção e conservação de redes de distribuição pública de água para consumo domiciliário e reforço das existentes que em período de Verão não abastecem regularmente os domicílios, a rede de abastecimento de energia eléctrica, melhoramento das existentes e prolongamento da rede aos lugares que não a possuem, melhorar a iluminação pública, lutar pelo Porto de Pesca e defender a praia Esposende – Marinhas, através da construção e prolongamento dos molhes, melhorar os edifícios escolares, ampliar o Ciclo Preparatório e criar a Escola Secundária com um Pavilhão Gimnodesportivo que sirva o Desporto do Concelho, promover a construção de Habitação Social de renda resolúvel e melhoramento das condições dos bairros sociais existentes, fazer uma rede de saneamento, combater a construção clandestina, fomentar a indústria e o turismo assim como criar Escolas Maternais e promover a assistência à terceira idade.

Para que tudo isto fosse possível só poderia ser feito com **Liberdade e responsabilidade, Justiça social, Dignificação da pessoa humana, Bem-estar social e com uma Comunidade Fraterna.**

O Partido Socialista congratulava-se com este acto eleitoral constatando que *“após meio século em que governou o nosso País um Estado autoritário e centralizador, será finalmente restituído às populações o legítimo direito de intervirem directamente nos assuntos locais e poderem defender os seus*



próprios interesses, pondo-se assim termo ao paternalismo e ditadura imposta pelo Terreiro do Paço e completando-se as estruturas do Estado Democrático”. Era, por isso “dever e obrigação de todos escolher aqueles que lhes mereçam maior confiança para que em colaboração com os próprios interessados se solucionarem os problemas que mais interessam às populações deste concelho”.

O PS, em 1 de Dezembro de 1976, apresentava como candidato o Eng. Reinaldo Gouveia Saraiva de Castilho³⁹ e para a Assembleia Municipal Emílio Henrique Moreira Velasco⁴⁰. Elencava uma série de carências no concelho que passavam pela melhoria das vias de comunicação e transportes, pelos abastecimentos de energia eléctrica e água, pela remodelação dos Serviços de Saúde e Assistência, pela criação de zonas urbanizadas para construção de habitações, por mais e melhores escolas, pela resolução de problemas agrários, com enfoque para a garantia de vendas a preços compensadores dos produtos agrícolas, pela melhoria das condições de trabalho dos operários, quer rurais, quer industriais, quer marítimos. Os candidatos socialistas tudo fariam para *“criar uma sociedade mais justa, mais livre e mais fraterna”*. Usavam um trunfo que lhes poderia ser útil. É que o PS, sendo maioritário no panorama político nacional *“os candidatos aqui propostos estão em melhores condições do que quaisquer outros, para pedir e obter a ajuda do Governo Socialista para a resolução dos problemas locais, suprimindo assim as deficiências derivadas da falta de recursos financeiros concelhios e articulando harmonicamente a acção das Autarquias com a intervenção do Governo e Administração Central”*. O PS concelhio, no caso

³⁹ - Com o Eng. Castilho integravam a lista do PS à Câmara Constantino de Araújo Esteves (industrial de hotelaria), Irene Margarida de Faria Cândido Ferreira (professora), Ernestino Augusto Velasco de Miranda (industrial), António Fernandes Ribeiro (construtor civil), António Fernandes Barros técnico de rádio e tv), Abílio da Silva Teixeira (gerente comercial), João Baptista Guerra (empregado comercial), José Novo dos Santos (marceneiro) e Ramiro Alves de Miranda (empregado comercial).

⁴⁰ - Acompanhavam-no na lista, entre outros, Adelino Dias da Silva, Zita Madalena Ramos Pereira, Joaquim Gonçalves Couto André e Maria Filomena Ferreira Vieira dos Santos.

de vir a ser poder na Câmara de Esposende, defenderia e levaria a efeito “a realização das aspirações das populações que se revistam de interesse colectivo, em especial as que constam dos Manifesto Eleitorais das Assembleias de Freguesia propostas ou apoiadas pelo Partido Socialista”. Para a sede concelhia lutaria pela resolução dos problemas “*ligados ao Porto de Mar, Turismo. Saneamento e Urbanização da Vila, criação de novos Bairros Habitacionais, criação do Liceu e de novas Indústrias*”.

A FEPU – Frente Eleitoral Povo Unido apresentava-se ao eleitorado persuadida da sua militância de esquerda e herdeira do sentimento revolucionário, propondo-se “unir a vontade e energia de todos os democratas para construir um futuro de progresso”, lutar “contra o caciquismo e pelas liberdades do nosso concelho” e “desmistificar e desmascarar a demagogia das forças reaccionárias que prometem mundos e fundos e nada fazem”. Declarava, antes de mais que a sua lista era integrada por elementos “*oriundos de diversas camadas sociais*”.

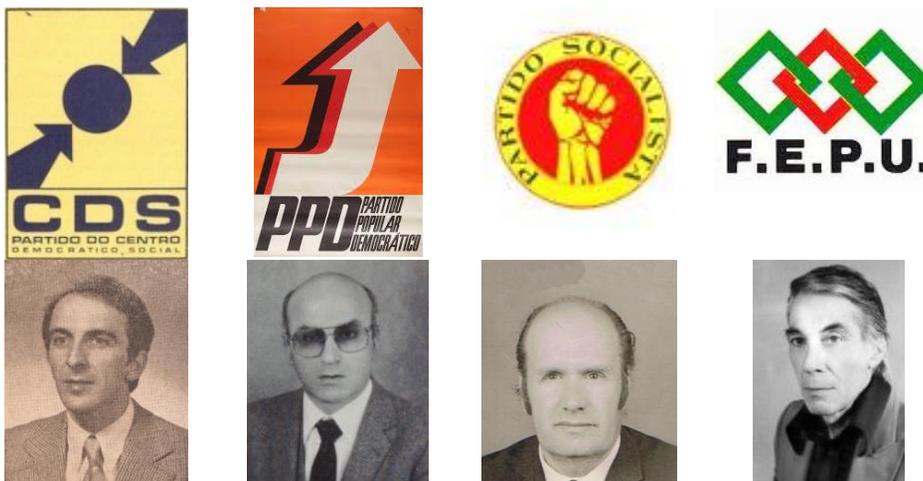


O seu candidato à câmara foi o Dr. Alceu Maria Vinha dos Santos⁴¹ e à Assembleia Municipal Manuel Meira Gonçalves Pereira⁴². Como seria de esperar foram lançadas uma série de

⁴¹ - Acompanhavam-no na lista à Câmara Manuel Meira Gonçalves Pereira, Maria Ernestina da Silva Ribeiro, João José de Sousa Morais, José Manuel Teixeira Araújo Costa, Manuel Morgado dos Santos, Francisco dos Santos Gomes Solinho, Adelino de Sousa Martins, Alberto de Barros Paquete e João José Soares Pedras.

⁴² - Acompanhavam-no na lista à Assembleia Abílio Vassalo Abreu, João Maria Loureiro Costa, Antonio Vilas Boas de Almeida, Cassiano da Silva Couto, Joaquim Isaque Vassalo Abreu, Álvaro de Barros Paquete, Alberto Francisco Barros Bermudes, Anselmo Lopes Boaventura, Marcelo Augusto Q. Ribeiro da Cruz, Alceu Maria Vinha dos Santos, Maria Ernestina da Silva Ribeiro, José da Cruz Carvoeiro, Álvaro da Silva Pinto Brochado, Rui Manuel Moura, Antonio Pereira Regado, Carlos Viana, Manuel Maria de Sousa Nunes da Silva, Licínio da Torre Lopes, Vitor Manuel Faria da Silva, Delfino Vilar e Artur Reis Miquelino.

“palavras de ordem” que marcavam a campanha “**Viva a Frente eleitoral Povo Unido**”, “**Viva a Democracia Rumo ao Socialismo**” e “**Vota na Frente Eleitoral Povo Unido**”.



Candidatos e Resultados:

	Partido	Candidato	Resultado
Câmara Municipal	CDS	Alexandre Domingos Losa de Faria ⁴³	4308
	PPD-PSD	José Francisco Brás Marques ⁴⁴	3564
	PS	Reinaldo Gouveia Saraiva	1920

⁴³ - Alexandre Domingos Losa de Faria nasce em 15 de Agosto de 1946 em Esposende. Filho de Américo Couto Faria e de Maria Amélia Gonçalves Losa. Formado em Engenharia Electrotécnica residia em Lordelo do Douro, Porto.

⁴⁴ - A lista do PSD para a Câmara era constituída por Francisco Brás Marques, Artur Lopes da Costa, Manuel Losa Faria, Anselmo Novo, Firmino Fernandes Dias, António Pires Carneiro, Alberto Luciano Fonseca Torres e Alberto Lima da Cruz. Como suplentes José Joaquim Gomes Dourado e António Alves Nogueira. A lista para a Assembleia Municipal era encabeçada por Albino Pedrosa Campos e era composta, entre outros, por Manuel Brás Marques, João Francisco de Sousa Domingues, Manuel de Lemos, José Maria Lima da Cruz e António Alves da Cruz Faria.

		Castilho ⁴⁵	
	FEPU	Alceu Vinha dos Santos ⁴⁶	648
Assembleia Municipal	CDS	António Baptista Marques Henriques⁴⁷	4315
	PPD-PSD	Albino Pedrosa Campos ⁴⁸	3681
	PS	Emílio H. Moreira Velasco ⁴⁹	1695
	FEPU	Manuel Meira G. Pereira ⁵⁰	738
		Eleitores Inscritos	15063
		Votantes	11167
		Votos Brancos	469
		Nulos	269

Nota: Depois de António Baptista Marques Henriques ter renunciado ao cargo de Presidente da Assembleia Municipal, Alexandre Losa propôs para esse lugar, e foi eleito, Manuel Meira Pereira que tinha concorrido pela FEPU.

Nas Freguesias

O CDS concorreu a 15 freguesias e ganhou 8 Juntas

O PPD concorreu a 12 freguesias e ganhou 3 Juntas (Belinho, Fão e Marinhas)

A FEPU concorreu a 3 freguesias e ganhou 1 (Forjães)

As listas Independentes ganharam - Mar (MPM), Palmeira (LAP) e Vila Chã (LIPV)

⁴⁵ - Reinaldo Gouveia Saraiva de Castilho nasce em 30 de Agosto de 1918 e era Engenheiro Civil. Era filho de Amílcar Joaquim Saraiva de Castilho e de Emerenciana Joaquina Moutinho de Gouveia e natural de Vila Nova de Foz Côa mas residente em Esposende.

⁴⁶ - Alceu Maria Vinha dos Santos, de 63 anos de idade, viúvo, era professor do Ensino Preparatório. Natural de Fão era filho de Paulo Dias dos Santos e de Isaura Gomes Vinha dos Santos.

⁴⁷ - António Baptista Marques Henriques é natural de Esposende onde nasceu a 5 de Setembro de 1920. Filho de Artur Marques Henriques e de Etelvina Baptista Marques. Era comerciante aqui em Esposende.

⁴⁸ - Albino Pedrosa Campos, de 45 anos, era filho de António Freitas Lima Campos e de Ana Pedrosa Viana. Era natural de Santa Maria Maior, Barcelos, Professor do Ensino Secundário.

⁴⁹ - Emílio Henrique Moreira Velasco tinha 53 anos, filho de Marcos Bernardino Moreira e de Maria Moreira Velasco. Era Empregado de Escritório e natural de Esposende. Concorria como Independente.

⁵⁰ - Manuel Meira Gonçalves Pereira nasceu em 31 de Outubro de 1946, filho de Manuel Gonçalves Pereira e de Maria Rodrigues Meira, natural de S. Paio de Antas. Era Professor.

Curiosamente na tomada de posse do executivo camarário eleito saído das eleições de 1979 a posse foi dada por Manuel Meira Gonçalves Pereira (FEPU) na qualidade de "Presidente da Assembleia Municipal cessante".

Composição dos Órgãos:

	Presidência	Vereadores	Deputados Municipais
Câmara Municipal	CDS	CDS	<ul style="list-style-type: none"> • Albino Pedrosa Campos • Eduardo José de Almeida • Manuel Brás Marques • Emílio H. Moreira Velasco • Paulino Martins Alves • João F. Sousa Domingues • Mário Martins Macau • Manuel de Lemos • Anselmo de Faria Viana • Adelino Dias da Silva • Manuel Meira G. Pereira • José Maria Lima da Cruz • Manuel Dias da Cunha • Albino Pereira de Oliveira • António A. da Cruz Faria
	Alexandre Losa Faria	Álvaro Nogueira Valentim Hercílio C. A. Campos	
		PSD ⁵¹	
		José F. Brás Marques Artur Lopes Costa Manuel L. Losa Faria ⁵²	
		PS	
		Reinaldo G. S. Castilho	
Assembleia Municipal ⁵³	CDS António B. Marques Henriques		

⁵¹ - O PPD-PSD apresentou ainda na lista para a Câmara - Firmino Fernandes Dias – Comerciante; António Pires Carneiro (Capitão) – Industrial; Luciano Marques – Metalúrgico e Alberto da Cruz – Fiscal de Urbanização. Como Suplentes José Joaquim Gomes Dourado – Industrial e António Nogueira – Agricultor.

⁵² - Foi substituído por Manuel Anselmo Barbosa Novo (PSD)

⁵³ - 7 Mandatos para o CDS, 6 para o PPD-PSD, 2 para o PS e 1 para a FEPU.

2.2 - Eleições Autárquicas de 16 de Dezembro de 1979⁵⁴

Nesta altura, e uma vez que o edifício da Câmara estava em obras, os serviços camarários funcionavam na “Residência Barão – Rua Trigo de Negreiros”, hoje Rua Senhora da Saúde.



Politicamente tudo apontaria para que o PPD-PSD concorresse em coligação com o

CDS *“coligação que os órgãos superiores do Partido, prudentemente, aconselharam”*. Por informações da época *“o CDS sempre se revelou aberto e receptivo a qualquer acordo”*. Não sabemos se, de facto, foi mesmo assim. Surgiram vozes de que a AD não foi possível dado o CDS, na presidência da Câmara, exigir os primeiros lugares nas listas, deixando ao PSD poucas hipóteses de eleger mais do que um vereador.

Não chegando a um acordo de princípios, estes partidos acabaram por concorrer com listas próprias.

⁵⁴ - Neste ano realizaram-se eleições intercalares em 2 de Dezembro de 1979 para a assembleia da República. A AD – Aliança Democrática saiu vitoriosa nestas eleições. Desde a sua constituição que a população a encarou como uma força política capaz *“de dar uma esperança e até como uma certeza de que algo será feito para atenuar os males de que a Nação enferma”*.

No concelho estavam recenseados 16013 eleitores e votaram 14865, distribuindo os seus votos da seguinte forma: - AD – 10115, PS – 2591, APU – 936, PDC – 325, UDP – 168, PCTP/MRPP – 144, UEDS – 99 e PSR – 74.

O CDS apresentou-se a estas eleições com uma lista *“composta por pessoas respeitadas e estimadas”*. O Eng. Losa de Faria, que já exercia o cargo de Presidente da Câmara, eleito em 1976, tinha granjeado a simpatia de muitos esposendenses, mesmo fora do círculo do CDS, e o seu trabalho tinha conduzido *“a um apreciável surto de progresso”*. Nas freguesias teve o cuidado de constituir listas com *“elementos activos interessados no progresso da sua terra e dispondo da simpatia geral”*.

Como candidato à Assembleia Municipal o CDS, embora na qualidade de Independente, apresenta Jorge Dias Félix Gonçalves de Araújo. Surgiram muitas críticas, dentro do partido, já que o candidato era militante do PSD, escondendo tal facto. Para além de eticamente reprovável, poderia ter causado alguns problemas legais a esta candidatura. Alguns elementos da Comissão Política já tinham desconfiado dessa ligação ao PSD pois, durante a campanha, nomeadamente em Forjães, o discurso de Jorge Araújo mostrou-se ambíguo, surgindo vozes que se estava perante um caso de deslealdade.

Mesmo assim foi eleito Presidente da Assembleia Municipal.

Ao fim de um ano e meio de mandato, pediu a demissão do cargo, sucedendo-lhe o Dr. Luís Gonzaga Eiras Azevedo.

Para espanto de todos os elementos do CDS, principalmente do Presidente da Câmara, as razões apresentadas por Jorge Araújo ligavam-se ao facto deste começar uma nova fase ao serviço do PSD⁵⁵ vindo a ocupar o cargo de Presidente da Comissão Política Concelhia.

⁵⁵ - Carta dirigida por Jorge Araújo ao 1.º Secretário da Assembleia Municipal de Esposende, com data de 15 de Setembro de 1981

O CDS apresentou-se ao eleitorado⁵⁶ usando um slogan onde apelava à **“Paz, ao Diálogo e à União”**. Afirmava que só com **“Dinamismo e Competência”** se conseguiria obter o **“Progresso e o Futuro”**. A candidatura do CDS chamava, por isso, *“a todas as pessoas de bom senso, responsáveis e interessadas no progresso do nosso concelho”* para que preservassem em Esposende os verdadeiros princípios que eram a *“Educação e civismo, respeito mútuo, tolerância, serenidade e verdade, capacidade de diálogo democrático, responsabilidade na acção”*. Alexandre Losa apelava à *“responsabilidade e comportamento cívico”* dos esposendenses alargando mesmo esse apelo aos *“candidatos e à direcção de outros partidos a um comportamento pelo menos proporcional á responsabilidade dos cargos a assumir e também uma função pedagógica daquilo que deve ser uma ideia, um partido quando se encontra na oposição”*. O CDS fazia-se valer da *“experiência política e Administrativa”* nos três anos anteriores na presidência da Câmara, no *“conhecimento profundo que temos do combate contra*



⁵⁶ - Na lista com Alexandre Losa Faria estavam Joaquim da Silva Braga, Manuel Alberto da Silva Moreda, Fernando de Jesus Martins do Pilar, Augusto de Vilarinho Rodrigues, Hercílio Carneiro de Almeida Campos e Maria Ermelinda Ferreira Rodrigues de areia.

Para a Assembleia Municipal, além de Jorge Dias Félix Gonçalves de Araújo, iam, entre outros, Luís Gonzaga Eiras Azevedo, Isolina Fernandes Igreja, José António Carlos Carvalho, Paulino Martins Alves, Delfino Gonçalves Pereira e Albino Pereira de Oliveira.

a burocracia do Estado, no sentido de uma maior autonomia financeira do Município e do desbloqueamento de processos adormecidos na Capital”.

Analisando o programa eleitoral proposto por esta força política vemos que as necessidades do concelho, a nível do desenvolvimento económico, eram as básicas e praticamente as mesmas promessas de 1976 – construir e reparar estradas e caminhos, pensar na instalação de redes de distribuição de água ao domicílio e na rede de esgotos, remodelar as redes de abastecimento de energia eléctrica, arrancar com a segunda fase da iluminação pública no concelho. Curiosamente já se pensava no PDM – Plano Director Municipal, e na sua importância na área da gestão urbanística. A nível da cultura e da educação as promessas eram poucas falando-se vagamente em Escolas modernas e infantários e facilitar a construção de Centros Recreativos, Desportivos e Culturais. Fala-se da solução para a grave crise habitacional e, como resposta, colaborar com a iniciativa privada e com o Estado para a sua resolução. Do turismo pouco ou nada se dizia referindo-se unicamente ao dever de *“acarinhar iniciativas que contribuam positivamente para a promoção turística do nosso concelho”*. Um dos aspectos que nos parece relevantes foi a vontade em *“Reorganizar os vários serviços camarários no sentido de uma maior desburocratização”* e rever a questão do quadro de pessoal.

O candidato do CDS apresentava-se com **“Humildade para Servir”** com experiência comprovada, com um **“Novo Estilo de Gestão”** e, sobretudo, com vontade de construir **“Obras Duradoiras”**.

O PSD apresentou como candidato à Câmara o Eng. Manuel Fernandes Ribeiro⁵⁷ e à Assembleia Municipal Albino Pedrosa Campos. Na altura surgiram vozes, mesmo dentro do

⁵⁷ - Manuel Fernandes Ribeiro nasce em Marinhas. Fez os seus estudos como estudante trabalhador. Foi bolseiro da Junta de Energia Nuclear e funcionário dos Portos do Douro e Leixões. Esteve em Moçambique

PPD-PSD, contra esta candidatura, afirmando que o Eng. Ribeiro era afecto ao PS e clamando que *“alguma coisa vai mal pelo PSD de Esposende pois este partido dispõe de entre os seus simpatizantes e militantes locais de elementos definidos e válidos para esse lugar”*.

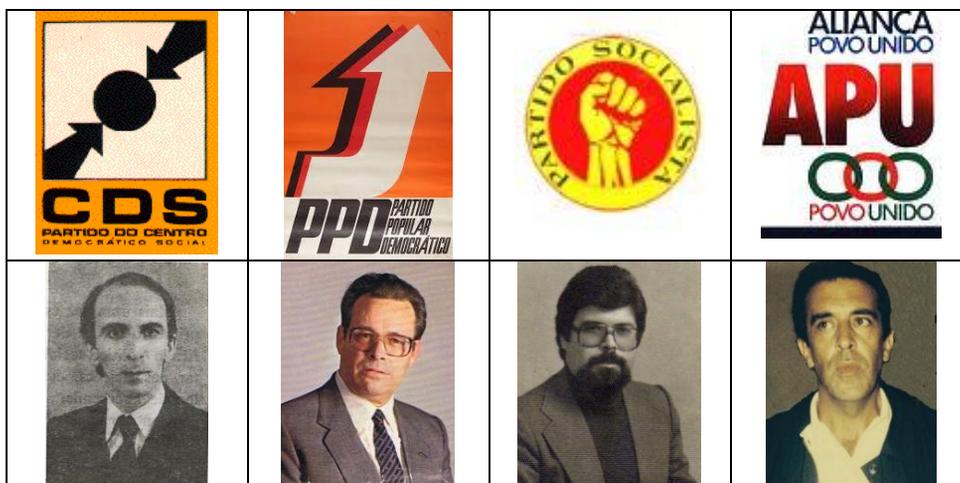
Na pré-campanha e ao longo da campanha eleitoral esgrimiram-se argumentos e o PSD acaba por entrar por um caminho que não lhe foi benéfico. Apostou demasiado no slogan *“É preciso substituir o Presidente da Câmara Eng.º Losa”* alegando que ele nada tinha feito pelo concelho. Esta atitude levou o CDS a cerrar fileiras em torno do seu candidato e logo se ouviram vozes discordante que não se cansavam de dizer que *“esses senhores do PSD, que vem sendo mal sucedidos com este tipo de propaganda, porque todos têm os olhos para verem e a obra de Losa Faria vê-se”*. A campanha apresentou alguns excessos de agressividade e girou em torno do que fez, no seu mandato, Losa de Faria e o que não fez Francisco Marques (PPD), quando antes ocupara a cadeira da presidência.

O PS procurava tirar partido da visita de Mário Soares a Esposende, que acontecera em Outubro, mas, mas, mesmo assim, mostrava ser um partido desorganizado e sem grande impulso para apresentar listas aos órgãos autárquicos. Depois de várias tentativas, à última hora, aparece uma lista para a Câmara Municipal encabeçada por Amândio Salgueiro Meira⁵⁸. Para a Assembleia Municipal não foi possível apresentar a lista.

onde foi Director Técnico de grandes empresas. Foi Director Coordenador do Projecto de Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto (Ribeira-Barredo). Vereador na Câmara Municipal de Esposende. Acompanhavam-no na lista para a Câmara Manuel José Dias Ferreira, Alda Pinheiro da Silva e Sá, Manuel Brás Marques e Manuel Correia Gomes Deveza.

⁵⁸ Acompanhavam-no na lista Alberto do Vale Souto, Mário Miguéis Ferreira da Silva, Mário Meira Marques Henriques, Abílio da Silva Teixeira, Manuel Machado Torres, Francisco de Azevedo Caridade, Emílio Henrique Moreira Velasco, Francisco José Fernandes Pereira e João Baptista Guerra.

A APU – Aliança Povo Unido apresentou como candidato à Câmara Manuel Meira Gonçalves Pereira⁵⁹, procurando tirar partido do facto deste ter desempenhado as funções de Presidente da Assembleia Municipal no mandato anterior por desistência de António Marques Henriques e proposto, na altura, por Losa de Faria. Para a Assembleia Municipal a APU propôs Alceu Maria Vinha dos Santos⁶⁰



⁵⁹ - Acompanhavam-no na lista Fernando de Jesus Torres de Sá, Rosette Anciães Monteiro Cunha Azevedo, Cassiano da Silva Couto, Manuel do Cabo Fernandes Grilo, Álvaro de Barros Paquete, Laurinda Dias da Cruz, Manuel Luís Ramos Ferreira Capa, José da Cruz Carvoeiro e João Maria Loureiro Costa.

⁶⁰ - Era acompanhado, entre outros por António Maria de Sousa Mendanha Arriscado e Manuel Meira Gonçalves Pereira,

Candidatos e Resultados:

	Partido	Candidato	Resultado
Câmara Municipal	CDS	Alexandre Domingos Losa de Faria	7108
	PPD-PSD	Manuel Fernandes Ribeiro ⁶¹	3979
	PS	Amândio Salgueiro Meira ⁶²	930
	APU	Manuel Meira Gonçalves Pereira	1054
Assembleia Municipal	CDS	Jorge Dias Félix Gonçalves de Araújo ⁶³	7023
	PPD-PSD	Albino Pedrosa Campos	4195
	APU	Alceu Maria Vinha dos Santos ⁶⁴	1678

Nas Freguesias

O CDS ganhou 11 Juntas de Freguesia

O PSD ganhou 3 Freguesias (Mar, Belinho e Forjães)

Em Palmeira de Faro ganhou a LAP - Lista Independente de Palmeira

O PSD não concorreu à Junta de Freguesia de Palmeira de Faro

O PS concorreu às Juntas de Freguesia de Apúlia, Fão, Fonte Boa e Marinhas

A APU concorreu às Juntas de Esposende, Fão, Forjães e Marinhas

O CDS não concorreu à Junta de Palmeira de Faro

Composição dos Órgãos:

	Presidência	Vereadores	Deputados Municipais
Câmara Municipal	CDS	CDS	• Luís Gonzaga de Azevedo,
	Alexandre Losa	Joaquim da Silva	

⁶¹ - Manuel Fernandes Ribeiro era casado e tinha 54 anos de idade e natural de Marinhas mas residente em Palmeira. Era filho de António Fernandes Ribeiro e de Rosa Martins do Pilar. Era Engenheiro Técnico Civil.

⁶² - Amândio Salgueiro Meira nasceu em 27 de Junho de 1946, em S. Paio de Antas. Era filho de Amândio Rodrigues Meira e de Maria Adelaide Alves Salgueiro. Era bancário.

⁶³ - A meio do mandato é substituído por Luís Gonzaga Eiras de Azevedo.

⁶⁴ - Alceu Maria Vinha dos Santos nasceu em Fão a 5 de Abril de 1913. Estudou Farmácia na Universidade do Porto. Sempre se mostrou contra as políticas do Estado Novo e, por essa razão, desde estudante que partilhou ideais de esquerda e de verdadeiro democrata. A liberdade para Alceu Vinhas era um tónico para a vida. Convive com escritores e artistas e distingue-se como um talentoso caricaturista. Conjuntamente com outros pintores e escultores realiza uma grande exposição no Porto. Terminado o curso de Farmácia radica-se em Fão na farmácia que tinha sido de seu pai. Não teve sucesso nesta área, dedicando-se, mais tarde, ao ensino.

	Faria	Braga Manuel A. da S. Moreda ⁶⁵ Fernando de J. M. do Pilar A. Vilarinho Rodrigues	<ul style="list-style-type: none"> • Isolina Fernandes Igreja • José A. Carlos de Carvalho • Paulino Martins Alves • Delfino Gonçalves Ferreira • Albino Pereira de Oliveira • Albino Novais da Venda • Mário Fernandes Casais • M. Jacinta A. D. Azevedo • Fernando P. da Rocha • Carlos Alberto G. de Faria • Joaquim M. Viana • Manuel Alves de Oliveira • Octacílio Capitão de Abreu • Mário M. G. Patrão • João Vilarinho Rodrigues • António G. Torres da Silva • António Faria Ribeiro • João Valentim B. Lopes • Albino Pedrosa Campos • José F. Brás Marques • João F. Sousa Domingues • Manuel de Lemos • José dos Santos Fonseca • Manuel Ferreira Vieira • Alberto Cruz Pereira • António C. Losa Capitão • Agostinho Penteadó Neiva • Maria José de M. Viana • José Ferreira de Brito • Alceu M. Vinha dos Santos • A. Mendanha Arriscado • Manuel Meira G. Pereira • Edgar Macedo da Costa
		PSD Manuel Fernandes Ribeiro Manuel José Dias Ferreira	
Assembleia Municipal ⁶⁶	CDS Jorge Felix Araújo		

⁶⁵ - Foi substituído em 16 de Fevereiro de 1982 por Hercílio Carneiro Almeida Campos

⁶⁶ - O CDS conquistou 20 mandatos, o PPD-PSD 11 mandatos e a APU 4 mandatos.

2.3 - Eleições Autárquicas de 12 de Dezembro de 1982

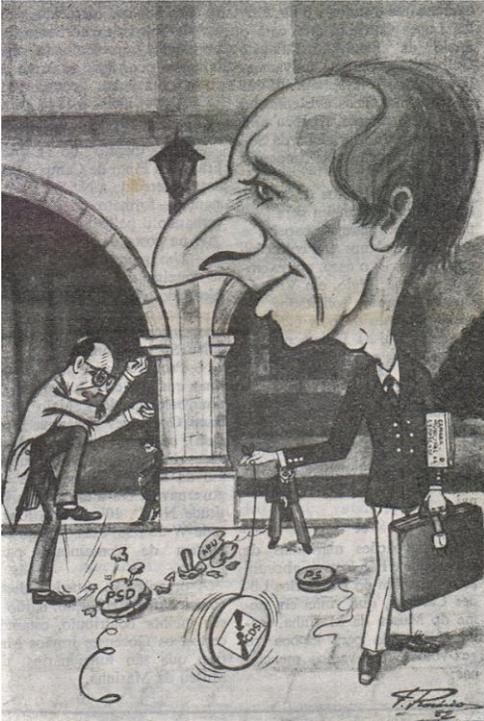
Nestas eleições a campanha política entre o CDS e o PSD, para além da discussão de ideias e projectos, foi mais uma campanha de guerras pessoais atingindo mesmo, e sem rodeios, a calúnia e a difamação. Viveram-se momentos de grande tensão protagonizados, essencialmente, pelos dois candidatos à Câmara, Alexandre



Domingos Losa de Faria (CDS) e Jorge Dias Félix Gonçalves de Araújo (PSD).

Aquando da preparação das eleições autárquicas, e tal como aconteceu a nível nacional, procuraram-se entendimentos nomeadamente a coligação do CDS, PPD/PSD e PPM sob a sigla da AD – Aliança Democrática. Não foi de modo algum possível essa coligação e antevia-se uma campanha eleitoral pouco pacífica. Sobre este assunto o PSD concelhio esclareceu que *“só não se fez a Aliança Democrática - A.D., neste Concelho, porque o Eng.º Losa Faria a isso se opôs quando declarou na segunda e última reunião feita para estabelecer o acordo que «nunca aceitaria um protocolo que não lhe garantisse a maioria absoluta»”*.

Esta guerrilha acabou por beneficiar, quer o PS quer a APU, porque tiveram um aumento significativo de votos não conseguindo, no entanto, eleger qualquer vereador, elegendo o PS três elementos para a Assembleia e a APU dois.



O CDS, não tendo a maioria absoluta na Assembleia, conseguiu, no entanto, eleger para Presidente da Assembleia Municipal o Dr. Luís Gonzaga Eiras de Azevedo.

Este partido procurou fazer uma campanha dinâmica e congregar à sua volta as principais forças vivas da sociedade esposendense, alegando que soube fazer face a sete governos politicamente diferentes e, por isso, não receava pois qualquer outro Governo. Acreditava que o seu bom desempenho em mandatos anteriores se devia **“Autenticidade, Seriedade e Credibilidade”** nas propostas apresentadas. Curiosamente, e estamos em 1982,

defendia-se com convicção que o país se deveria construir de baixo para cima tendo por base a **Comunidade Local**. Era importante haver uma estratégia local para bem das populações. Os candidatos do CDS questionavam a Constituição porque só permitia apenas *“candidaturas aos Órgãos Municipais subscritas pelos Partidos”*. Sendo assim, as suas listas abriam-se a todos aqueles que quisessem *“trabalhar connosco, pelo Nosso Concelho e para isso só exigimos duas condições Lealdade⁶⁷ e Amor à Nossa Terra”*.

⁶⁷ - Uma directa a Jorge Araújo.

Uma das primeiras iniciativas foi, precisamente, a constituição de uma Comissão Pública de Apoio à candidatura de Losa Faria⁶⁸, comissão muito alargada e com personalidades de diferentes quadrantes sociais e políticos. Desta plataforma de apoio saiu uma “Carta à População do Concelho de Esposende” na qual se reconhecia o bom trabalho já desenvolvido pelo CDS e por Losa de Faria à frente dos destinos do concelho e que era altura de *“regressar ao nosso concelho todos aqueles que amam, verdadeiramente, a nossa Terra”*. Este grupo de cidadãos – a carta foi subscrita por 21, reconheciam a obra feita, destacando *“um liceu, muitas escolas, infantários, mais e melhor abastecimento de água e electricidade, saneamento básico mais alargado, melhor iluminação pública, mais quilómetros de estradas e caminhos...”*. Comparavam a política nacional *“onde os politiqueiros teóricos, arrogantes e egoístas abundam”* com a política concelhia servida por *“homens sérios e altruístas, práticos e dinâmicos, simples e eficientes”* como era, na opinião dos subscritores, o caso de Losa Faria *“um exemplo que tem de ser acarinhado e nos merece o maior respeito e consideração pela doação total ao nosso concelho e onde tem toda a sua obra”*.

Mas esta carta tem outros objectivos. Vem a público denunciar e repudiar *“a campanha insultuosa e ordinária, movida pela Direcção do P. S. D. concelhio, cujo presidente, o Sr. Jorge Araújo, é o actual candidato a Presidente da Câmara”*.

Recorde-se que os centristas jamais perdoaram a Jorge Araújo, que antes tinha sido eleito Presidente da Assembleia Municipal de Esposende pelo CDS – embora na qualidade de Independente, o facto de este ter escondido a sua militância no PSD e também por se ter

⁶⁸ - Entre outros, subscreviam esta carta Samuel Vieira dos Santos que se tinha demitido, recentemente, do P. S. D; Adélio Guerra Vilas Boas – fundador, em 1974, da J. S. D. e P. S. D. concelhios e que apresentou a demissão do partido; Abílio S. Vieira de Sousa – que tinha renunciado à candidatura do P. S. D, depois das listas já terem dado entrada nos tribunais; Alfredo Faria e António Costa Terra.

demitido deste cargo ao fim de ano e meio de mandato alegando que, a partir daí, iria trabalhar politicamente para o PSD de Esposende.

É, sobretudo, por esta razão que lhe movem uma guerra sem tréguas. Acusam-no de estar ligado *“em autêntico conluio com administradores ou accionistas da Celanus (Bernardino Amândio, Costa Leme, Manuel Dias Ferreira actual vereador do P. S. D) que nos querem tirar as praias”*⁶⁹.

Durante a campanha surgiram uma série de panfletos onde o CDS procurava *“desmascarar”* o candidato do PSD acusando-o de Desleal e Comprometido.

Mas as acusações não se ficaram por aqui. Jorge Araújo é acusado de ser o Candidato ao serviço da Celanus⁷⁰ e de estar comprometido com aquela empresa e com os seus projectos urbanísticos ligados à zona costeira do concelho de Esposende. De facto, lendo o programa de acção do PSD para estas eleições, programa que teve Jorge Araújo como principal mentor, fica claro que, ganhando as eleições, o PSD *“actuará junto da Celanus para que promova a elaboração e a aprovação do plano de ocupação dos solos de que é proprietária”*.

O CDS, na voz do candidato Losa de Faria, recordava que este problema do litoral e da Celanus era muito sensível para a população concelhia e que a Câmara Municipal, desde

⁶⁹ - Sobre este assunto saíram uma série de artigos no jornal “O Cávado” onde, na opinião dos apoiantes de Losa Faria *“se ofende toda a população do concelho de Esposende”*. Não aceitam de forma alguma *“Este comportamento insultuoso e antidemocrático, extremista, anti-popular e anti-esposendense”*

⁷⁰ - O CDS baseia a sua afirmação em vários textos nomeadamente num artigo publicado em o jornal «O Cávado» n.º 437, no dia 7 de Outubro e assinado por B. A., presumível administrador da Celanus, e que serviu imediatamente de base a uma operação combinada com o Partido Social Democrata (P.S.D.), através dos seus representantes nesta Câmara Municipal, um deles, accionista da Celanus, o snr. Manuel dias Ferreira e também na campanha pública *“montada por outro administrador da Celanus, o snr. António José da Costa Leme, ex-presidente da Câmara Municipal de Esposende, em cuja vigência foi celebrada a escritura da Celanus”*.

Novembro de 1981, afirmava que jamais cederia à pretensão da Celanus e que as denominadas “*dunas de Esposende*” eram de domínio público e não particular.

Por parte do CDS a campanha arranca com um grito “**A hora é de Esposende!**” e um convite a “*todos aqueles que pretendem juntar-se à causa de todos nós, ao progresso e o desenvolvimento do nosso Concelho*”.

Poder-se-à, mesmo, dizer que a campanha política para as autárquicas no concelho de Esposende se centraram, essencialmente, numa questão ambiental e no litoral de Esposende. Daqui resultou, logo a seguir, na criação da APPLE – Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende.

No mandato que ora terminava um dos temas discutido e esgrimido em várias reuniões de Câmara, foi o uso do cordão dunar entre Apúlia e a Foz do Rio Neiva. A empresa Celanus apresentava-se como proprietária daqueles terrenos ribeirinhos e, por isso, sentia-se no direito de aí edificar uma série de equipamentos ligados ao turismo e hotelaria. A vereação do CDS e a do PSD colocam-se em campos contrários e este assunto transforma-se, rapidamente, numa arma de arremesso. Aqueles acusam estes de estarem “*a servir o interesse de meia dúzia de administradores ou accionistas da Celanus, destruidora das nossas dunas, praias de todos nós*”. Na reunião de Câmara de 23 de Novembro Losa de Faria, apresentou uma proposta, que foi aprovada, realçando a intransigente defesa da orla litoral face ao risco da sua privatização alegando que a qualidade de vida das populações de Esposende passaria pelo usufruto da natureza e que por essa razão a “*iniciativa privada deve intervir com inteligência pragmática e realista, com imaginação criadora e adaptativa, para não alterar ou degradar o equilíbrio natural*”. Propunha que a Câmara Municipal remetesse aos tribunais competentes uma acção judicial reivindicativa dos terrenos denominados «*Dunas de Esposende*», que se estendiam da Foz do Cávado à Foz do Neiva e que fosse

elaborado pela Câmara Municipal uma proposta de diploma legal que *“classifique todas as dunas do Concelho de Esposende, de Apúlia à Foz do Rio Neiva, como Z.U.P. – zona de Utilidade Pública (Reserva Natural, Paisagística, Recreativa e Ecológica), diploma este a ser submetido à aprovação do Governo e conseqüente publicação no Diário da República”*.

É por esta razão que o CDS pede o voto nas suas listas pois, dessa forma, era: *“ Ter a certeza da proibição de construções nas dunas; Ter a certeza de que as praias não serão nunca privatizadas; Ter a certeza da utilidade pública das praias; Ter a certeza de que as praias são definitivamente para todos”*.

O PSD vem a público responder e esclarecer que *“é um falso problema a questão da privatização da praia e tudo o que o Eng.º Losa Faria e a «meia dúzia dos seus amigos» têm vindo a propalar acerca das dunas e da Celanus”*. Desmentem o CDS dizendo que *“quem sempre defendeu as dunas foram os vereadores do P. S. D”* e que na reunião de Câmara de 11 de Agosto de 1981 foi o Vereador do PSD Manuel Ferreira quem colocou objecções à construção de um hotel nas dunas, por parte da Celanus e que *“foi o Senhor Presidente Eng.º Losa Faria quem lembrou que existe um compromisso de toda a Câmara em dar viabilidade de construção ao projecto da Celanus e por tal facto este empreendimento terá um tratamento diferente”*. Adianta o PSD que, na altura, o *“Sr. Eng.”* Losa Faria não se tinha zangado com a Administração da Celanus...”. O PSD reafirma que *“após a sua posse no dia 2 de Janeiro do próximo ano, vai cumprir a decisão recentemente tomada pela Câmara Municipal, por unanimidade, de accionar a Celanus para que demonstre o direito à posse das dunas de Esposende. Até ao conhecimento da decisão do Tribunal nada será feito quanto à elaboração dos estudos necessários a correcta ocupação do espaço vulgarmente designado por «Dunas de Esposende» ”*.

Pelo meio são publicados uma série de pasquins – os “Odientos Pasquins” que, na opinião do CDS, tinham origem no “*PSD Concelho, Celanus e Bernardino Amândio*”.

Foram distribuídos panfletos, assinados por Bernardino Amândio “*Esposende Reino de Corruptos*” e “*Esposende Administração Ruinosa*” usando uma linguagem muito dura contra o executivo camarário, acusando-os de “*impunidade e sequiosos de dinheiro, aos baldes de dezenas de milhares de contos, a «camorra esposendense» faz gáudio em exhibir compras sumptuárias, aqui e no estrangeiro, onde se diz existirem depósitos para fugir ao controlo de previsíveis devassas, logo que este pobre país se constitua em estado de direito e proceda a inquéritos honestos*” e esclarecendo que estavam para breve as eleições para a Câmara, a “*continuação deste grupo que há poucos anos vem, ruinosamente para o concelho, praticando as mais condenáveis arbitrariedades, num oportunismo constante, seria um verdadeiro holocausto do concelho de Esposende. Muito se destruiu já*”.

Esta “*guerra*” acaba por dividir as pessoas e o PSD sentiu alguma dificuldade em segurar muitos dos seus candidatos aos diferentes órgãos autárquicos. Num dos comunicados do CDS, distribuído durante a campanha, denunciava-se que “*em Curvos, a maioria dos candidatos à Assembleia de Freguesia pelo PSD já renunciou à candidatura. Também em freguesias como Rio Tinto e na Vila de Esposende outras renúncias entraram nos Tribunais*”.

Mais uma vez o CDS acusa os candidatos de PSD de serem “*Defensores Históricos da destruição das praias*” e que por essa razão os esposendenses se deveriam unir na “*Defesa intransigente da nossa orla litoral, de Apúlia à Foz do Neiva*”.

Outras “*armas*” foram trazidas a público, e que mereceram a atenção dos dois partidos concorrentes à Câmara. Um dos assuntos, denunciado pelo PSD foi a questão dos, então, Serviços Municipalizados, dos seus trabalhadores e a venda da rede de distribuição da luz eléctrica à EDP.

Em 13 de Novembro de 1982 o PSD divulga um comunicado denunciando Losa de Faria e o CDS de *“transferir para a E.D.P. as instalações e os serviços de instalação de energia eléctrica do Concelho”* e tudo isso porque havia *“uma dívida de 188.000 contos que contraiu por sua livre determinação”* e para seu pagamento *“o Eng.” Losa Faria entrega - sem quase nenhuma condições - um património que vale centenas de milhares de contos”*. Acusam ainda Losa de Faria por ter escondido o protocolo que existia entre a EDP e a Câmara Municipal e que só o apresentou à Câmara porque o Tribunal o *“encostou à parede”*. Na opinião dos candidatos do PSD este documento era importante pois aí constavam todas as cláusulas contratuais nomeadamente a salvaguarda dos *“contratos praticados ou celebrados pela Câmara, os planos de investimento e as obrigações a que a Câmara ou os Serviços se encontrem vinculados. Garante ainda a transferência do pessoal (embora não se saiba quem vai ou não vai ser transferido) e garante também que o pessoal transferido não poderá compulsivamente mudar do seu local de trabalho. Também garante a manutenção em Esposende dos meios humanos e equipamentos suficientes para assistência às redes e atendimento ao público”*. O PSD acusa o CDS e o seu candidato de ter dado à EDP *“os postos de transformação, as redes de baixa tensão, ramais, chegadas, contadores, etc. ... que à data da transferência estejam a ser explorados pelos S.M.E”*, fazendo-o, praticamente, sem condições, porque o importante era resolver a dívida da Câmara em relação à EDP e, assim, livrar Losa de Faria de pagar *“imediatamente 188.000 contos, mas é trágico para o Concelho porque implica a perda definitiva dum património que está por inventariar e por valorizar e à posse do qual nunca mais voltará”*.

O que o PSD não contava era com a reacção dos próprios trabalhadores dos Serviços Municipalizados. Estes distribuíram um comunicado à população – assinado por 39 trabalhadores e datado de 18 de Novembro de 1982, dizendo que a sua posição sobre a

decisão da Câmara Municipal de Esposende de, por contrato de concessão, conceder à EDP a exploração de distribuição de energia eléctrica do concelho, era de total apoio pois salvaguardava *“os interesses do concelho e, também, o seu direito a uma melhoria das condições de trabalho e remuneração”* e que repudiavam a *“acusação infame e vil de que são alvo no Comunicado mentiroso e calunioso da Comissão Política do P. S. D.”*

Esta posição dos trabalhadores obriga o PSD a dizer publicamente que *“não está em causa, nunca esteve, o interesse dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados irem para a E.D.P. melhorando as suas condições de trabalho, nem está em causa o possível interesse em que a distribuição de energia passe a ser assegurada pela E.D.P. Estamos mesmo convencidos de que se isso for bem negociado será benéfico para todos”*.

Nesta polémica decisão entra o PS, através do designado “Núcleo Socialista dos Serviços Municipalizados” que, acusa o PSD de estar contra os trabalhadores e mostra-se *“desinteressado na guerra aberta entre os dois Partidos da AD componentes da Câmara Municipal”*. Mas não lhe passa despercebido o manifesto do P.S.D., dirigido ao Povo do Concelho *“pelas claras contradições que o manifesto apresenta, não nos ficaram dúvidas que, o interesse claro, está em derrotar, de qualquer forma, o Presidente da Câmara e não a concessão à EDP dos Serviços Municipalizados”*. Estes trabalhadores socialistas estranham o comportamento e o incómodo dos vereadores do PSD quando da *“presença de alguns trabalhadores na reunião da Câmara onde o seu futuro estava em causa”*. Esclarecem que esses mesmos trabalhadores *“não foram manipulados, até porque não está nos seus hábitos essa forma de proceder. Não foram também ajudar ao cenário e creiam bem, Senhores do P. S. D que nunca serviram, nem servirão nunca de “MULAS DE REFORÇO». Não contem com eles se estão optimistas no vosso futuro”*.

Á parte desta polémica a APU – Aliança Povo Unido pretendeu trazer mais assuntos à campanha e questionar os esposendenses sobre “Que Câmara Temos? Que Câmara Queremos”. Denunciam que a situação da Câmara é preocupante e isso deve-se a “uma gestão “AD”, 5 vereadores CDS e 2 PSD/PPD”. Afirmam que *“a Câmara cheira a podridão, compadrio, corrupção e incompetência”* baseando-se essencialmente nas Cartas Abertas que um e outro partido lançaram na praça pública. Acusam o PPD/PSD de ter *“2 vereadores, que assistiram passivamente ou colaboraram com toda a degradação económica, moral e política que se vive na Câmara”*, que nem foram esses mesmos vereadores *“a denunciarem os factos, mas a Comissão Política do Concelho”* e que *“a gestão do PSD/PPD em outras autarquias não se distancia da do CDS na competência, moral e financeira”*.

A APU traz a público outras denúncias como os licenciamentos e construções ilegais nomeadamente, *“um imóvel na Av. Padre Se Pereira, em Esposende, (com licenciamento para abertura de caboucos) que o Sr. Presidente considerou uma obra não licenciada, mas não clandestina”*, a aquisição da Quinta do Paiva, nas Marinhas, por 19.000 contos e a forma como foi feito o seu pagamento; a forma como se contratavam funcionários quer para a Câmara quer para os Serviços Municipalizados, aceitando habilitações inadequadas para o exercício; a forma como se pagavam as horas extraordinárias, etc. A APU defende uma Câmara *“com uma gestão que saiba conciliar o desenvolvimento do Concelho com os interesses do país, onde predomine a capacidade, a competência e a honestidade”*. Mas isso só seria possível com a APU no poder pois é *“a única força política capaz de dar semelhantes garantias”*.

Perante tanta informação, e mesmo desinformação, o PSD desafia o CDS para um debate público entre os dois candidatos Losa Faria e Jorge Araújo. Esse convite foi formulado em 30 de Novembro e, na opinião do PSD, era importante dada *“a necessidade e a importância de*

um completo esclarecimento de todo o eleitorado do Concelho quanto aos assuntos que lhe dizem respeito” e atendendo a “que a Campanha eleitoral nos termos em que normalmente é feita, não conduz a esse esclarecimento porque o eleitorado não tem oportunidade nem ensejo de assistir ou participar em sessões nas quais as diversas perspectivas sejam postas em confronto”. O PSD quer colocar em debate assuntos “como o da concessão à EDP da distribuição da energia eléctrica, do adequado aproveitamento e usufruirão das «dunas de Esposende», da compra da Quinta do Paiva, da utilização dos dinheiros que constituem a dívida à EDP”. O PSD deixava à consideração de Losa Faria se “o debate deverá ser feito também com a participação dos candidatos do P. S. e da A. P. U., nada temos a opor e desde já nos declaramos dispostos a transmitir-lhes um convite nesse sentido”.

Como seria de esperar, Losa Faria declinou o convite não apresentando qualquer justificação, levando o PSD a lamentar o facto de não poder *“demonstrar na frente de todos os interessados em esclarecerem-se correctamente”.*

Vejamos agora quais foram as propostas apresentadas pelos principais partidos concorrentes à Câmara.

O CDS apresenta como slogan de campanha **“A Nossa Política é o Desenvolvimento”** e pedia que mais uma vez

a população confiasse nos seus candidatos pois já tinha passado o tempo em que *“a descrença nos homens, a ausência de esperança de um futuro melhor invadia tudo e todos”.*

Como prova do trabalho realizado o CDS apresentava *“a realização de grandes obras de infra-estrutura básica como o Liceu, Escolas Preparatórias, o Mercado Municipal, o Pavilhão Gimno-Desportivo, o alargamento e melhoria das redes de abastecimento de água e*



electricidade ou ainda a Habitação Social". Desafiavam a oposição a reflectir sobre o que pensavam para o concelho, questionando-os " *De que serve ter um programa se por trás dele não há alma popular, vontade altruísta, motivação desinteressada, energia potencial e uma estratégia para o realizar?* E tal como já tinha feito em declarações anteriores, o candidato Losa Faria desmistifica a necessidade de uma Câmara ter a mesma cor política que o governo " *acreditando que o país se pode reconstruir a partir das Comunidades Locais, estabelecemos pois uma estratégia local independente das oscilações do Poder Nacional ou de algumas directivas centralistas nem sempre conhecedoras da problemática local*". Esta era uma resposta, bem directa, ao repto do PSD que apontava vantagens em ganhar as eleições para estar em concordância política com o governo⁷¹.

Para Losa Faria não bastava ganhar as eleições. Pretendia uma expressiva vitória e, para isso, abre as suas listas " *a todos aqueles que, situados na área democrática desejam, naturalmente integrar-se num amplo momento de organização e desenvolvimento da Comunidade a todos os níveis*", " *motivar todos aqueles cujo lado positivo está orientado no sentido dos objectivos gerais da Comunidade Local (noção de conjugação de esforços) e cujo aspecto negativo não contrarie a finalidade proposta*". Porque pretendia abrir a sua candidatura à sociedade civil, propunha a constituição de Comissões de Apoio que trabalhassem, com o candidato, nas áreas das " *Relações Internacionais; Turismo; Qualidade de Vida; Educação, Cultura e Desporto; Acção Social; Actividades Produtivas*".

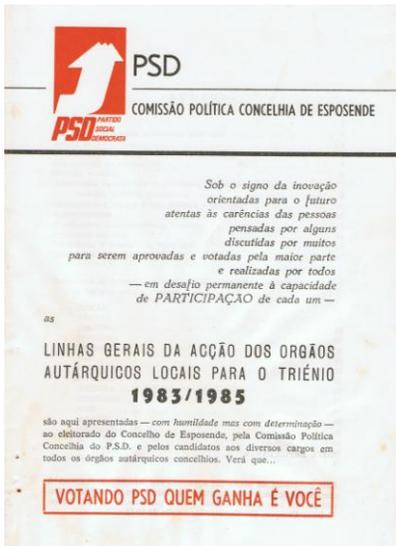
Uma das prioridades do CDS para o presente mandato era a Defesa da Orla Litoral e a constituição de uma Reserva Natural entre Apúlia e a Foz do Neiva. Este era o ponto-chave

⁷¹ - O governo era formado pela AD – Aliança Democrática (PSD, CDS e PPM) tendo como Primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão.

desta candidatura, sem o qual não seria possível o “Desenvolvimento harmonioso do nosso concelho, A defesa dos interesses das nossas populações, Repensar o Turismo seriamente”. Foram elencados quatro pontos fundamentais “Tendo em conta que as construções nas dunas (filtro de água do mar) destruindo as mesmas, leva à infiltração de água salgada, nociva aos terrenos de cultivo, único sustento das populações do litoral”; “As construções nas dunas, destruindo estas, levam a uma penetração dos ventos marítimos, nocivos à agricultura”; “a construção nas dunas faz avançar as areias para dentro das zonas de cultivo” e a “privatização das praias é um grave erro que não podemos cometer, havendo a experiência de muitos países europeus que o fizeram e foram obrigados a interditá-la, porque tardiamente se aperceberam que as populações das grandes cidades cansadas de betão armado e da urbanidade e sendo os maiores clientes do turismo, procuravam zonas de espaço humano, recreativas e próximas da natureza”.

De forma genérica o programa do CDS aponta ainda como prioridade, entre outras, continuar a exercer pressão junto do Governo *“face às promessas não cumpridas, ao longo dos anos, pela Administração Central e que acarretam graves problemas locais, nomeadamente o problema da **Entrada da Barra e Regularização do Rio Cávado**”*. Na área da Saúde e do Social apresentava como grande opção a construção de um moderno e eficiente Hospital Concelhio, a implantação de Infantários, o apoio à Terceira Idade e a construção de Habitação Social. No sector do Desporto, Cultura e Educação preconizava a criação da Escola de Pesca de Esposende, novos Edifícios Escolares, implementação de uma Escola de Música, criação de cursos de iniciação às Artes Plásticas - Pintura, Gravura e Escultura e a construção do Centro Desportivo Concelhio. Nas áreas do Saneamento Básico e Rede Viária o programa continua a ser muito vago indicando intenções em construir *“Redes de Saneamento nas localidades de maior concentração urbana”*, alargar a todo o concelho a

Recolha de Lixos, melhorar as Redes de Distribuição de Água e conservar e reparar Caminhos e Estradas.



Quanto ao Programa Eleitoral do PSD⁷² este é apresentado ao eleitorado sob o signo de “Inovação Orientada para o Futuro” e nele se faz um grande apelo de mobilização à população do concelho, apresentando-se como a melhor alternativa ao poder autárquico e que **“Votando PSD quem ganha é você”**.

Os eleitores eram confrontados com um programa muito extenso (11 itens), com muitas considerações, mas *“feito a pensar nas pessoas todas do Concelho, na sua vida toda e nas principais das suas preocupações. E é-o duma maneira*

honesto, frontal e sem ambiguidades”. É um documento programático que garantirá *“a igualdade de todos em todas as situações, para eliminar as discriminações, os favoritismos, as influências, numa palavra: todas as injustiças”*, elaborado numa perspectiva de futuro, dedicando *“muitas das suas atenções às crianças e aos jovens, ao propor acções totalmente inovadoras que não conhecem paralelo em nenhum concelho do País”*. Nele são vertidas preocupações relacionadas com *“o ordenamento, a defesa dos solos, a reconversão agrícola, o fomento industrial e do turismo”* mas, sobretudo um **plano virado para as pessoas** pois *“os seus problemas interessaram-nos e preocuparam-nos”*. O PSD quis deixar claro que *“este programa não é para ser executado só pelos órgãos autárquicos; este programa é para ser executado por toda a população do concelho sob a orientação dos órgãos autárquicos da*

⁷² - Este Programa foi aprovado em Plenário do Partido realizado em 31 de Outubro de 1982. Era Presidente do Plenário o Dr. Albino Campos.

freguesia ou do concelho". Curiosamente neste Manifesto eleitoral é reservado um ponto sobre o funcionamento dos Órgãos Municipais (Câmara e Assembleia Municipal) no qual se estabelecem algumas regras. É curiosa esta nota pois constitui, por parte do PSD, uma vontade em que se aprovassem Regimentos para melhor funcionamento daqueles órgãos. Alguns dos pontos focados, para a época, eram inovadores (ex. que a mesa da Assembleia Municipal seja constituída por representantes das três forças políticas mais votadas; o Presidente e os Vereadores da Câmara Municipal estarão presentes nas reuniões da Assembleia Municipal para responderem a todas as questões que lhes forem colocadas pelos deputados municipais; será proposta a Assembleia Municipal a existência de, pelo menos, um vereador a tempo inteiro; a Câmara Municipal comprometer-se-á a reunir, uma vez por mês, em cada uma das freguesias do concelho para que a população tenha oportunidade de conhecer como funciona a Câmara e de expor directamente os seus problemas, etc.)

O PSD propunha que as Juntas de Freguesia fossem dotadas com Sede e que estas tivessem um Serviço de Expediente diário. Fosse dignificado o papel das Assembleias de Freguesia e propor a *"participação do Presidente da respectiva Assembleia em todas as reuniões da Junta a qual lhe deverá proporcionar o acesso a dados e à documentação"*. Para que as freguesias fossem dotadas com meios financeiros o PSD defendia que fosse *"respeitada integralmente a Lei das Finanças Locais na atribuição anual das verbas às Juntas de Freguesia, a não ser que estas declarem que desejam que seja a Câmara Municipal a administrar as verbas a que têm direito"*. Para Apoio ao Município propunha que *"mensalmente, em dia e hora certa, um Vereador e um Técnico dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal estarão em cada freguesia, ao dispor da Junta de Freguesia e dos municípios que com eles tenham necessidade de tratar qualquer assunto"*. O PSD defendia a

transferência de competências em várias matérias para as Juntas de Freguesia⁷³. As respectivas taxas constituiriam receita das Juntas de Freguesia.

Uma das propostas inovadoras era o estabelecimento de um protocolo para que *“um técnico qualificado da **Segurança Social** faça visitas periódicas às sedes das Juntas de Freguesia, para atender as pessoas com problemas de Segurança Social, nomeadamente, abonos de família, pensões, reformas, subsídios de velhice e invalidez, suplementos de pensão para, grandes inválidos, subsidio de funeral, etc., etc.”*.

No Manifesto traçavam-se algumas directrizes sobre o **Ordenamento do Espaço Concelhio e Ambiente**. O PSD pretendia o *“aperfeiçoamento e a pormenorização dos estudos que visem a compatibilização das actividades económicas, sociais e culturais no espaço concelhio”*, a elaboração do PDM – Plano Director Municipal regulamentando, assim, o ordenamento físico do Concelho, rever e aprovar o Plano de Urbanização da sede do concelho assim como o da Vila de Fão e Ofir, Apúlia, Forjães e Marinhas. Defender a todo o custo, os terrenos agrícolas do concelho, com actuação imediata na travagem do avanço das areias sobre as zonas de cultivo era outra das propostas que aparece, também, ligada às questões ambientais *“especialmente focalizadas na área sensível da faixa costeira”*. Para o PSD era importante a elaboração e aprovação de um Regulamento das Construções Urbanas assim como Classificar e Proteger os *“espaços e edifícios de interesse paisagístico, urbanístico ou arquitectónico”*. Em termos comunitários o PSD avançava com a criação de associações *“para o desenvolvimento social, cultural e económico, em todas as freguesias que não tenham sede ou delegação de Casa do Povo”*, dinamizar um grupo de trabalho que *“estude e*

⁷³ - Segundo o PSD poderia ser da responsabilidade destas o Registo de canídeos, as Licenças para reclamos luminosos, a ocupação da via pública, as Licenças de condução para velocípedes, sendo o respectivo exame feito na localidade, a Matrícula de velocípedes, a Matrícula para veículos de tracção animal assim como as Licenças para a reconstrução de muros ou construção de vedações.

equacione os problemas que afectam a vida e a realização pessoal das mulheres do Concelho e aponte as vias de solução desses problemas, na concretização das quais a Câmara se compromete a colaborar” e o mesmo para os Jovens nomeadamente “no que respeita ao acesso há preparação profissional e ao primeiro emprego”. Quanto ao apoio à Família e à Educação apontava-se como prioritário a criação de “jardins-de-infância e do ensino pré-primário em todas as freguesias onde fossem necessários”, implementação de Centros de Dia para a Terceira Idade, colaborar de perto com todas as Associações de Pais. Um dos objectivos para dinamização da sociedade esposendense era a realização anual da Grande Festa da Família Esposendense de forma a *“revigorar os lagos de amizade e contribuir para a criação de um esforço comum para a melhoria das condições de vida da população”.* Abordando a questão ligada às Actividades Económicas, o PSD prometia realizar a *“obra de drenagem e regadio do litoral do concelho”*, dotar o executivo com um Vereador com o pelouro da Agricultura com *“funções de diálogo com as organizações de agricultores, nomeadamente a Cooperativa Agrícola de Esposende, Mutuas Seguradoras de Gado e Comissões de Agricultores de Freguesia (a organizar) para conhecimento dos problemas e apoio junto de quem de direito para a solução desses mesmos problemas”*, elaborar o projecto hortícola do Entre-Douro-e-Minho, apoiar materialmente a *“formação profissional dos agricultores, em colaboração com o M.A.P. e a Cooperativa Agrícola”* e pugnar para que o armazém da E.P.A.C, fosse posto ao serviço da Cooperativa Agrícola do Concelho. Em termos de Indústria era necessário e urgente a implementação da Zona Industrial do Concelho. Para desenvolver o Turismo o PSD propunha estreitar os laços com a Comissão Regional de Turismo do Alto Minho, e colaborar com os Serviços de Turismo da Póvoa de Varzim e com a Sopete.

Na área do Turismo o PSD – entrando em choque com o CDS, pretendia actuar junto da Celanus “*para que promova a elaboração e a aprovação do plano de ocupação dos solos de que é proprietária*” e no caso desta não o fazer, o PSD propunha que o mesmo plano fosse realizado pela Câmara e pago pela empresa. Seriam dados 10 anos à Celanus para concretizar a sua integral execução. Apontavam para a construção de um Campo de Golf, de uma Marina para barcos de recreio e de dois Parques de Campismo.

Sobre a Pesca o PSD propunha a criação de uma Cooperativa de Pescadores assim como a resolução dos problemas da entrada e abrigo dos barcos em Apúlia, Fão e em Esposende. O PSD era favorável à mudança dos Estaleiros Navais para outro espaço mais adequado. Refira-se ainda que o manifesto na área da Cultura apontava para a dinamização da actividade da Casa da Cultura e alargamento da sua acção às freguesias do concelho, proceder ao Inventário e usufruição de todos os Valores Patrimoniais do concelho, criação do Orfeão do Concelho de Esposende, divulgar a vida e da obra de todos os naturais do concelho ou que aqui passaram a maior parte da sua vida e que se distinguiram no campo das letras ou das artes, criação de museus de freguesia, etc. Na área do Desporto programava-se a criação de Centros locais de desporto e recreação» enquadrados no espírito do Desporto para todos, definido na Carta Europeia do Desporto.

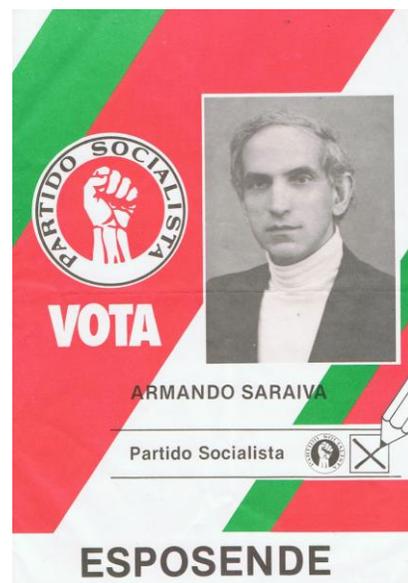
O PSD dava ainda importância, e apontava soluções, quanto ao Saneamento Básico, à Distribuição de Água ao domicílio e à Recolha e Tratamento dos lixos.

No domínio dos Transportes e Comunicações apontava, entre outros melhoramentos, a implementação de um “*esquema de transportes colectivos que responda a todas as necessidades de contactos dos habitantes de todas as freguesias com a sede do concelho*” e criar uma Estação de Correios em Forjães.

A Segurança Pública não foi descurada, prometendo, para além do apoio às Corporações de Bombeiros, lutar para que aqui se instalasse a PSP – Polícia de Segurança Pública.

O PS apresentava Armando Saraiva⁷⁴ como candidato à Câmara e José Eduardo de Sousa Felgueiras⁷⁵ à Assembleia Municipal.

Os socialistas afirmavam no seu Manifesto que nestas eleições *“não se escolhe somente apenas entre diversos candidatos e diversos programas partidários, mas ainda entre diversas concepções do Estado e do Poder Local”* e por princípio a acção autárquica não se limitaria à preocupação de edificar obras públicas e assegurar a gestão corrente, *“mas daremos prioridade ao reconhecimento e incentivo da identidade cultural, regional e local, e apoiaremos a expressão da criatividade colectiva”*. O PS esposendense daria uma atenção especial à defesa do património cultural e à salvaguarda dos valores do ambiente natural *“contra os fenómenos de depravação pretensamente*



⁷⁴ - Acompanhavam-no na lista Daniel Carvalho Vilas Boas, João Rodrigues Vilarinho, Miguel José P. Esteves, Virgílio Herculano dos Santos, Carlos Lima Maciel, José Novo dos Santos, Arnaldo José A. Nunes da Silva, Abílio da Silva Teixeira e António J. Dias Peixoto.

⁷⁵ - Integravam a sua lista, entre outros, Conceição Maria Sequeira Peixoto, Augusto Bogo, Manuel dos Santos Ferreira, Armando dos Santos Saraiva, Carlos Maria Pilar Barra Reis, José Novo dos Santos, Albino do Vale Esteves, António Ferreira Martins Azevedo, Manuel Machado Torres, Artur de Sousa Leite, Manuel Devera Alves Ribeiro, António Vitorino Casais, Manuel Augusto de Almeida, Rogério dos Santos Barroso, Marinho do Vale Esteves, António Martins Pereira, Américo dos Santos Saraiva, Manuel do Monte Catarino, Manuel Passos Rodrigues, Manuel Boucinha Fernandes, Adelino Dias da Silva, Augusto Alves Guimarães, Abel de Almeida Lima, Ana Maria Parreira Lima Meira, Joaquim Ferreira da Silva do Rosário, Carlos Alberto Graça Peixoto, António Teixeira Dias, Carlos Pedras da Silva, Eulália Ferreira Graça Barra Reis, Manuel da Silva Martins, Matias Eiras da Silva, Maria Otília Gomes Lopes da Silva, Alberto Cangostas Ferreira, António Torres Ribeiro.

*civilizacional que diariamente desfiguram a natureza e compromete a qualidade de vida” e uma das suas prioridades seria a reorganização dos serviços da Câmara, a valorização profissional, o ataque ao desemprego e o reforço da produção e da produtividade. Por isso os socialistas afirmavam convictamente que nestas eleições **“São alternativa e são esperança”**. Eram esperança porque davam oportunidade aos eleitores de mudar o seu sentido de voto, de respeitar o poder local e os eleitos locais pois *“é localmente que se devem escolher os melhores. E é, também localmente que se devam seleccionar as acções a desenvolver e os meios a mobilizar prioritariamente”*. Eram defensores de uma gestão rigorosa e clara, com *“planeamento financeiro e uma gestão previsional”*, não aceitando a **improvisação**, a **arbitrariedade** e a **ineficácia**. Tudo fariam para evitar *“a sobreposição e descoordenação de iniciativas, a fim de permitir um melhor aproveitamento dos recursos, e não menos como forma de contribuir, a nível local para a ultrapassagem da crise económica, pois é sabido que houve falta de cumprimento da Lei das Finanças Locais, por parte da AD”*. Defendiam *“uma política de terrenos e de urbanização capazes de travar a especulação imobiliária e de possibilitar o êxito da política de habitação e apetrechamento social”*, uma *“maior autonomia do Município e das freguesias assim como para uma regionalização que salvasse a independência municipal”*, um *“desenvolvimento equilibrado dos recursos”*. Politicamente tudo fariam para *“uma vez consumado o descalabro e apagamento da AD - (não se vê a “guerra” que existe entre os dois partidos, a nível local, e não só?) - seja possível construir uma verdadeira alternativa de mudança para um futuro melhor no Concelho de Esposende”*.*

O PS local dizia-se cansado de ver “nestes últimos tempos a mais barulho do que vontade em resolver os problemas da população concelhia; a guerras surdas de espectáculo triste, de dizer sim quando se devia dizer não, de colaboração passiva com aquilo que publicamente é

criticado e levemente explorado” e por isso mesmo afirmavam que **“A hora é de mudança”** e o PS apresentava aos esposendenses **“Os homens certos, nos lugares certos”**. Relembrava o PS que lutaria “para uma regionalização que salvguarde a independência municipal”, “para uma sociedade mais justa e mais livre” e “para um futuro melhor em Portugal”.

A APU classificava estas eleições da máxima importância, de grande significado e consequência *“para a defesa dos interesses e a solução dos problemas das populações, para o progresso e desenvolvimento do concelho, para a consolidação do poder local que é parte integrante do regime democrático português”*. Enfatizava que neste acto eleitoral *“o povo português vote contra a AD, não só para combater a gestão corrupta, incompetente e de compadrio nas autarquias, como também para criar condições para que o governo seja urgentemente demitido”*. Afirmava, sem



preconceitos que a sua campanha se iria desenvolver a dois níveis, um a nível local e outro a nível nacional. A nível nacional porque querem denunciar e condenar *“política desastrosa levada a cabo pelos governos AD (governos do PSD e do CDS) e como forma de reforçar a votação numa alternativa democrática”*. A nível local era seu propósito eleger *“vereadores honestos e dinâmicos para a Câmara”* e aumentar os *“eleitos democratas e competentes na Assembleia Municipal”*. Queriam ainda *“impedir e denunciar a política de corrupção e compadrio existente na Câmara”, “fazer ouvir a voz das populações na Câmara e Assembleia Municipal”* e *“contribuir de forma decisiva para a resolução dos problemas do concelho”*.

Apresenta como seu candidato à Câmara José Cândido Vinha Novais⁷⁶ e à Assembleia Municipal Rosette Anciães da Cunha Azevedo⁷⁷ e o seu slogan é “**A APU é a Solução**”.

Do seu Manifesto apresentavam-se medidas para o Saneamento como sendo as obras de saneamento básico em Esposende e Fão, para a promoção da Cultura e Desporto era fundamental o apoio às associações culturais e desportivas, descobrir, proteger, recuperar e conservar o rico património histórico e artístico. No âmbito do Turismo e Meio Ambiente a APU defendia a subordinação do desenvolvimento turístico do concelho aos interesses das populações e à defesa do ambiente natural, a defesa das praias do concelho, o disciplinar das extracções de areias *“em salvaguarda dos interesses económicos das autarquias e de defesa do ambiente natural”*, travar a destruição dos pinhais, a promoção de campanhas de sensibilização para travar a poluição dos rios Cávado e Neiva, estender a prazo imediato a recolha de lixo a todas as freguesias do concelho e fazer um aterro sanitário para depósito de lixo concelhio em local apropriado assim como estudar, a médio prazo, a possibilidade da criação de uma central para tratamento do lixo a nível inter-municipal. No capítulo da Urbanização era urgente promover o ordenamento urbanístico das zonas rurais e rever *“os planos de urbanização, encomendados e a ser elaborados á revelia da opinião das populações interessadas”*.

⁷⁶ - Acompanhavam-no na lista Marcelo Augusto O. Ribeiro da Cruz, Emílio Henrique Moreira Velasco, António Agónia Pereira, Alceu Maria Vinha dos Santos, Álvaro de Barros Paquete, Berta Monteiro, Dorinda da Conceição da S.R. Meira, Júlio Norberto Anciães Monteiro da C. Azevedo, José da Cruz Carvoeiro, António Vilas Boas de Almeida e Edgar Macedo da Costa.

⁷⁷ - Era acompanhada na lista por 40 pessoas, entre as quais, José Cândido Vinha Novais, António Maria de Sousa Mendanha Arriscado, Cassiano da Silva Couto, António Fernandes de Matos, Adão de Lima Ribeiro, Manuel do Cabo Fernandes Grilo, Carolina Augusto Nogueira, Edgar Macedo da Costa, Adelino de Sousa Martins, Manuel Barbosa Moreira, Armando Rosas Martins, José Adelino Dias Ferreira, Maria Elisa Gigante Bacelar Fernandes, João José Soares Pedras, José Manuel Ferraz Ventura Marques e Adão António Fernandes Ribeiro.

Para a Pesca a APU lutaria pela conclusão do plano do porto de pesca para aproveitamento das potencialidades piscatórias do concelho. Para o desenvolvimento da Indústria e do Emprego era importante favorecer a *“fixação e desenvolvimento da pequena e média industria na área do parque industrial designado e descentralizar essa fixação pela implementação noutras áreas do concelho tendo em conta a oferta de mão-de-obra e como tal o desemprego existente”*. Na vertente do Ensino era necessário *“dotar os edifícios escolares (que o Presidente da Câmara já fez a inauguração) do equipamento necessário ao seu funcionamento”*, criar e dinamizar o ensino Pré-primário no concelho, rever, se possível, a localização da Escola Preparatória projectada para a Apúlia, para servir as populações de Rio Tinto, Fonte Boa, Barqueiros e Apúlia e instalar serviço de abastecimento de água às escolas que ainda o não tem e noutras onde a água é imprópria. Para a Terceira Idade e Infância era importante a criação de centros de convívio, lazer e ocupação dos tempos livres para a 3.ª idade assim como a construção de creches e jardins-de-infância em todas as freguesias. Na vertente da Saúde a APU tomaria uma *“posição de defesa firme do serviço nacional de saúde de modo a permitir uma assistência capaz junto das populações”*. Na área da Mobilidade e Transportes era forçoso que se revisse o *“plano de transportes públicos existentes, estudando propostas e possibilidades de a mesma rede ser alargada de forma a permitir uma melhor e mais útil utilização pelos potenciais utentes em quantidade e qualidade”*.



Candidatos e Resultados:

	Partido	Candidato	Resultado
Câmara Municipal	CDS	Alexandre Domingos Losa de Faria	6311
	PPD-PSD	Jorge Dias Félix Gonçalves de Araújo ⁷⁸	5586
	PS	Armando dos Santos Saraiva ⁷⁹	1125
	APU	José Cândido Vinha Novais ⁸⁰	886
Assembleia Municipal	CDS	Luís Gonzaga Eiras de Azevedo⁸¹	6046

⁷⁸ - Jorge Dias Félix Gonçalves de Araújo - 51 Anos, filho de Bernardino Gonçalves de Araújo e de Angelina Dias Félix, casado, Director Comercial e residente em Forjães. Foi Chefe da Secretaria da Delegação em Braga do I.N.T.P., Chefe de Serviços da Federação das Casas do Povo do Distrito de Braga, Assistente de Missão de Promoção Sociocultural, Secretário-Geral da Comissão Executiva das Exposições-Feiras Agrícolas de Braga – AGRO, Presidente do Grupo de Trabalho para o Turismo da C.P.R.N., Secretário da Comissão de Planeamento da Região do Norte, Presidente da Assembleia Municipal de Esposende, Membro do Secretariado Técnico para a Regionalização, Director da Associação Nacional dos Industriais de Águas Minero-Medicinais e de Mesa, Membro do Grupo de Trabalho para o Relançamento de Termalismo, Membro das Secções de Regionalização e de Promoção do Conselho Nacional de Turismo.

⁷⁹ - Armando dos Santos Saraiva de 51 anos de idade, filho de Artur dos Santos Viana e de Aurora Gomes Saraiva. Era natural de Fão e exercia a profissão de Professor,

⁸⁰ - José Cândido Vinha Novais nasce em a 30 de Outubro de 1923, filho de José de Andrade Novais e de Antónia Gomes Vinha Novais. Natural de Fão mas residente em Lisboa. Era Professor do Ensino Secundário.

	PPD-PSD	António Martins de Oliveira ⁸² (Ind.)	5520
	PS	José Eduardo de Sousa Felgueiras	1239
	APU	Rosete Anciães Monteiro da C. Azevedo ⁸³	1083
		Inscritos	18294
		Votantes	14485
		Votos Brancos	239
		Votos Nulos	338

Nas Freguesias

CDS com 9 Juntas de Freguesia

PSD concorreu a todas as freguesias conseguindo 5 Juntas (Apúlia, Forjães, Belinho, Fonte Boa e Mar)

A LAP ganhou a Junta de Freguesia de Palmeira de Faro

Em Gemeses concorreu para a Junta uma Lista do PPM

O PS concorreu às Juntas de Freguesia de Apúlia, Fão e Gemeses

A APU concorreu às Juntas de Antas, Esposende, Fão, Forjães, Gandra e Marinhas

O CDS não concorreu à Junta de Palmeira de Faro

⁸¹ - Luís Gonzaga Eiras de Azevedo tinha 51 anos, filho de José Maria de Azevedo Costa e de Idalina Lima das Eiras e natural de Curvos. Era Técnico de Gestão.

⁸² - António Martins de Oliveira - Casado, 59 anos, nasce no Porto e é residente na sede do Concelho. Filho de António José de Oliveira e de Cândida da Silva Martins. Possui o curso do antigo Instituto Comercial do Porto e frequentou a Faculdade de Filosofia da Universidade Católica e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, além de outros cursos não oficiais. É Técnico de Contas, Solicitador Judicial e Empresário de Serviços Administrativos. Exerceu Funções de Juiz de Instrução Criminal, substituto.

⁸³ - Rosette Anciães Monteiro da Cunha Azevedo nas a 6 de Março de 1930, em Fão, filha de Júlio Alves Monteiro da Cunha Azevedo e de Salvina de Paiva anciães Monteiro. Era médica.

Composição dos Órgãos:

	Presidência	Vereadores	Deputados Municipais
Câmara Municipal	CDS Alexandre Losa Faria	CDS Francisco L. Ferreira R. de Areia Manuel Pedro Areias Marques Albino Pereira de Oliveira. PSD Jorge Dias Félix G. de Araújo, António F. de Abreu Cepa, Celestino Cubelo Morais ⁸⁴	<ul style="list-style-type: none"> • António Martins de Oliveira • José de Sá Pereira Portela • Agostinho Penteadado Neiva • José António C. de Carvalho • Manuel José Dias Ferreira • Aparício R. C. Maranhão • Manuel Brás Marques • José E. de Sousa Felgueiras • Albino Novais da Venda • Manuel Anselmo B. Novo • Rosete A. Monteiro Azevedo • Paulino Martins Alves • Altamiro Almeida Marques • Manuel da Cruz Vasco • Manuel J. M. Peres Filipe • Jorge Sampaio da Silva • José dos Santos Fonseca • João A. Vilarinho Rodrigues • Conceição M. S. de Peixoto • Manuel Ferreira Vieira • Fernando A. Losa Magalhães • Ester M. Mota Veiga Torres • Adelino Couto Cardoso • José Cândido Vinha Novais • Joaquim Martins Viana • Basílio Torres Lima da Silva • António Terra F. Loureiro • Manuel Gonçalves Portela • Fernando M. Silva Carvalho • Abílio G. da Costa Azevedo • Augusto Bogo • António Pilar Ferreira • Manuel Alves de Oliveira • António C. Losa Capitão
Assembleia Municipal	CDS Luís Gonzaga Eiras de Azevedo		

⁸⁴ - Foi substituído pelo Eng. António Fernandes Ribeiro

2.4 - Eleições Autárquicas de 15 de Dezembro de 1985⁸⁵

A campanha eleitoral foi muito violenta com acusações a vários níveis. Poder-se-à dizer que apresentou alguns momentos de grande tensão, com algum deficit democrático. Foram evidentes os sinais de caciquismo e fizeram-se acusações graves de corrupção.



Este clima de “guerra” entre o PSD e o CDS já era manifesto desde o início do ano quando, em 28 de Janeiro, os Vereadores do PSD (Jorge Araújo, Fernando Cepa e António Ribeiro) acusam publicamente – fazendo distribuir um comunicado à população, o presidente Losa Faria de ser “capaz de cometer, deliberada e conscientemente, as ilegalidades necessárias quando isso convém aos seus desígnios e interesses”⁸⁶ e de, deliberadamente, se negar a “informar a Vereação de tudo o que respeita à vida do Município e da Câmara, não dando concretamente cumprimento ao preceituado na Lei”, nomeadamente a distribuição das actas das reuniões de Câmara pois só tinham acesso às respectivas minutas. Denunciavam ainda o facto de Losa Faria não esclarecer a própria Assembleia Municipal do que se passava no município e como fazia a gestão da Câmara, nem mesmo apresentar, como a lei o exigia, a esta, o Relatório de Actividades e o Plano de

⁸⁵ - Em 26 de Janeiro de 1986 realizaram-se as eleições presidenciais. Apresentaram-se 4 candidatos: Eng.ª Maria Lurdes Pintassilgo, independente de esquerda; Dr. Salgado Zenha, apoiado pelos partidos PCP, MDP/CDE e pelo PRD; Dr. Mário Soares, apoiado pelo PS; Dr. Diogo Freitas do Amaral apoiado pela AD (CDS e PPD/PSD).

⁸⁶ - Baseavam esta sua acusação no texto do Relatório do inquérito realizado pela Inspeção-geral da Administração Interna nos finais de 1983



atividades devidamente fundamentado. Por estas e outras razões⁸⁷ os vereadores do PSD ameaçaram Losa Faria com um pedido de inquérito a *“toda a actividade do Presidente da Câmara por se desconhecer qual e como ela tem sido feita e por haver, pelas razões expostas e por outras, fundadas suspeitas de que nem sempre é legal”*.

Losa Faria reagindo a esta provocação vai *“alterar a decisão tomada anteriormente pela Câmara relativamente á existência de dois dias certos, por mês, para a realização das reuniões ordinárias”*. Fica bem claro que esta decisão *“vai originar que dois dos Vereadores eleitos pela Lista do PSD não possam participar nas reuniões por já terem actividades profissionais marcadas quando tomarem conhecimento das convocatórias”*. Neste novo *“Regimento”* o CDS aprova uma alínea em que simplesmente acaba com o *“Período antes da Ordem do Dia”* impossibilitando a oposição de usar da palavra. A Agenda de Trabalhos da reunião só seria conhecida na própria reunião. O PSD acusa Losa Faria de pretender *“definitivamente a voz dos Vereadores que não lhe obedecem e de impedir por todas as formas a sua participação responsável na administração do município”*.

Face a estas denúncias e mostrando-se solidária com os seus vereadores a Comissão Política Concelhia do PSD esclarece que vai *“levar até as últimas consequências, junto dos órgãos*

⁸⁷ - Entre outras denúncias os Vereadores do PSD pediram cópias do “Acordo celebrado com a E.D.P” e as informações *“prestadas a partir de Janeiro de 1983 pelo Advogado encarregado do processo de reivindicação dos terrenos que a Câmara Municipal e a Fundação da Casa de Bragança venderam á Celanus”*.

Governamentais, o pedido de sindicância formulado, pugnando pela sua imediata concretização”.

Em 27 de Novembro o candidato do PSD, Manuel Fernandes Ribeiro, vai ser vítima de novo ataque pessoal, desta vez pela directora do jornal “O Diabo”⁸⁸, através de um artigo publicado neste jornal cujo título era “*Irregularidades no Barredo*”⁸⁹. Como se sabe o Eng. Manuel Ribeiro foi um alto responsável pelas obras de recuperação da zona ribeirinha (Barredo) do Porto. Estas acusações levaram a que a Comissão Política local do PSD emitisse um comunicado solidarizando-se “*totalmente no repúdio de tais acusações, todas elas falsas, que mais não são do que a vingança vesga de ineptos oportunistas, por um lado, e a cortina de fumo com que se pretende encobrir a desonestidade, corrupção e incapacidade, por outro lado*”, exigindo àquele jornal a publicação do direito de resposta.

Esta Campanha Eleitoral vai ser diferente das anteriores. Diferente não só no estilo mas, sobretudo, porque entra aqui um novo factor que é o acesso aos Fundos Comunitários. Portugal tinha assinado o Tratado de Adesão de Portugal à, então, C.E.E. e, por essa razão as forças políticas concorrentes a estas eleições autárquicas no nosso concelho vão procurar apontar caminhos para que se conseguissem transferir para o nosso concelho “*o máximo de benefício financeiro possível de modo a que os diversos agentes de desenvolvimento incorporem com firmeza o progresso necessário aos desafios impostos pela integração*”⁹⁰. O CDS procura, desde logo, esclarecer que a vinda desses fundos nada tem a ver com factores de ordem política e que, por isso, não é necessário que o Executivo Municipal de Esposende tenha a mesma filiação política que o governo “*porque as regras da CEE, vão ser*

⁸⁸ - Era um jornal de direita – afecto aos ideais do próprio CDS. A sua directora era Maria Armada Falcão, conhecida pelo seu pseudónimo Vera Lagoa.

⁸⁹ - Estas acusações referiam-se à utilização de madeira velha retirada dos escombros das obras do Barredo – Porto, sob a orientação do Eng. Manuel Ribeiro.

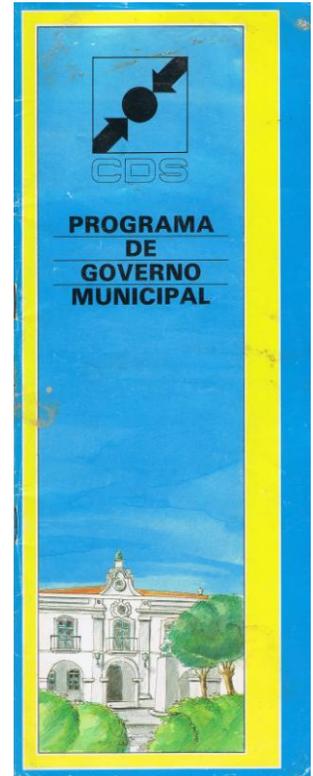
⁹⁰ - Propósito inserido no Manifesto do CDS.

suficientemente fortes para se imporem” contra essa tendência. Este partido apresenta um argumento de peso para poder beneficiar desses fundo já que *“a ausência de dívidas da Câmara Municipal de Esposende, fruto de uma gestão equilibrada levada a cabo nos últimos nove anos, permitirá que a Câmara Municipal faça uma utilização mais eficiente dos fundos concedidos pela Comunidade Económica Europeia para o desenvolvimento económico e social de Portugal”*. Os fundos mais importantes para o desenvolvimento concelhio, e aqueles que os nossos autarcas bem conheciam, eram, sem dúvida, o FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o PEDAP - Programa Especifico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa, integrado no FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola. Aqui as câmaras municipais tinham um papel importantíssimo não só a nível das candidaturas mas também no esclarecimento dos diferentes agentes económicos (empresários privados, sejam industriais, agricultores e pescadores, cooperativas e outras entidades públicas) interessados e que a eles poderiam recorrer. Estamos a falar de empréstimos não reembolsáveis e sem juros (vulgarmente conhecidos por empréstimos a fundo perdido) que muito beneficiariam o desenvolvimento da agricultura, das pescas, da indústria e do turismo.

O PSD apresenta os seus candidatos num jantar, onde o ambiente era caloroso. A nível nacional o partido fez-se representar por Eurico de Melo, Couto dos Santos e Luís Marques Mendes.

Ao longo da campanha não faltou o apelo ao voto chamando a atenção que era *“um dever de cidadão e uma obrigação de Bom Esposendense”*. O PSD divulga um último comunicado do seu candidato Manuel Fernandes Ribeiro, com data de 13 de Dezembro, apelando ao voto *“consciente e esclarecido”* pois só assim o povo de Esposende estaria a *“contribuir para a definição do futuro da nossa Terra e para a escolha dos autarcas que irão executar o que*

anseias e são as tuas legítimas aspirações". Acrescentava que votar nas listas do PSD era *"votar num conjunto de pessoas que se impõem pela sua seriedade, pelo seu trabalho e pelo amor que dedicam a terra onde nasceram e onde vivem"*, definindo-se como *"homens de trabalho que sentem que o produto do nosso esforço e trabalho aliado aos dinheiros públicos deve ser bem utilizado em benefício das populações"*. Manuel Ribeiro lembra que no governo da nação estão alguns esposendenses que o poderão ajudar no desenvolvimento do concelho, acrescentando que *"Esposende é um concelho de gente trabalhadora e ordeira, produz riqueza que deve ser investida na nossa Terra"*. Sobre os possíveis apoios na esfera do poder não se coíbe de dizer que *"muitos dos seus filhos estão investidos nos mais altos cargos e apenas pelo seu valor ai chegaram; eles também gostarão de participar no progresso da nossa Terra; temos de aproveitar o seu saber, o seu valor e as suas possibilidades de nos ajudarem"*. Para reforçar a importância do voto no PSD, o candidato usa como trunfo o Prof. Cavaco Silva que auspiciava *"um futuro melhor, um Portugal mais justo e um País digno para os nossos filhos"*.



Este comunicado é explícito em ataques à forma como Lusa Faria presidia à Câmara pois, na opinião do PSD, este não tratava *"A Todos de igual maneira: com justiça"*. É curioso o facto de haver necessidade em dar conhecimento aos eleitores a posição em que o PSD aparecia no boletim de voto *"Vota PSD - o último de cada uma das listas - e seremos os primeiros"*. Era usual os partidos mandarem imprimir espécimes de boletins de voto realçando o lugar

em que se encontrava o seu partido. Este facto acabava por provocar situações hilariantes e mesmo de algum desconforto para os elementos que constituíam as mesas de voto.

O CDS apresenta o seu Manifesto Eleitoral sob o signo **Escolher o Melhor para a Nossa Terra e O Nosso Passado é a Esperança do Vosso Futuro**. Apelava-se, mais uma vez, à **Competência** e ao **Dinamismo** e era seu desejo que a campanha decorresse com **Paz, Diálogo e União**. Só desta forma seria possível pensar no **“Futuro dos Nossos Filhos, no Combate à crise e no avanço do Caminho do Progresso”**.

Os candidatos do CDS registavam que escolheram *“o melhor que existe para o concelho”* e as suas opções correspondiam à passagem *“de uma fase inicial da generalidade, vamos agora para a fase da especialidade com o apoio dos melhores técnicos do concelho, com provas dadas”*. Reafirmavam que votar no CDS era *“a maior garantia que poderemos dar para o futuro”* e prometiam, mais uma vez, *“trabalho sério, honesto e eficaz”*. Curiosamente

Faria apresentava, com orgulho, uma das suas realizações que foi *“trazer ao nosso concelho a maior descoberta do século XX, a Informática”*. De facto Esposende foi um dos municípios inovadores neste domínio tendo sido dotados os vários serviços da Câmara e do SMAS com meios informáticos dando por isso um sentido de modernidade à gestão camarária.

Ao fim de três mandatos o candidato do CDS, atacando a oposição, perguntava *“Quem melhor do que nós pode conhecer o concelho? Quem melhor do que nós tem maior capacidade e pode resolver os problemas?”*



A nível do Turismo o CDS elege as bacias dos rios Cávado e Neiva como meio de desenvolvimento turístico. Propõe o estabelecimento de percursos de interesse turístico e de interesse histórico. Apresenta trabalho feito a nível das infra-estruturas básicas como garante de um turismo de qualidade nomeadamente o investimento feito na *“construção de redes de esgotos, água, de electricidade, construção de estradas, recolha de lixo, cobertura escolar, realização de manifestações culturais e desportivas, a cobertura do território com planos de urbanização”*.

Em termos de Informação prometia-se a edição de um Boletim Informativo para *“difundir largamente os novos propósitos da Câmara quanto ao desenvolvimento turístico concelhio e de uma forma independente de qualquer outro órgão oficial”*.

Quanto à Habitação e Urbanismo o CDS comprometia-se a dar continuidade ao Programa de Habitação Social já iniciado no mandato anterior, e Urbanização de terrenos para venda em lotes destinados a autoconstrução, a baixos Custos e destinados aos estratos da população mais carecida. Implementar o PRID – Programa de Recuperação de Imóveis Degradados, como forma de recuperação de edifícios degradados.

Mais uma vez se prometia a elaboração e aprovação do **PDM – Plano Director Municipal**, tendo por base o Plano de Ordenamento concelhio. Também se prometia

a conclusão do Plano Geral de Urbanização de Apúlia, do Plano de Pormenor a nascente da E.N. 13 da vila – hoje cidade de Esposende, do Plano de Pormenor a poente da E.N. 13 da vila de Fão e do Plano Geral de Urbanização de Apúlia bem como o Plano de Recuperação de Cedovém em Apúlia. Em termos de urbanismo uma das apostas era o Estudo paisagístico e arranjo da Ribeira e Av. Marginal em Esposende e Fão.

Curiosamente já então se propunham **“incentivos à qualidade arquitectónica”** das construções da iniciativa privada através de atribuição de prémios de qualidade arquitectónica, propondo-se a **criação o Prémio Arquitecto Ventura Terra**.

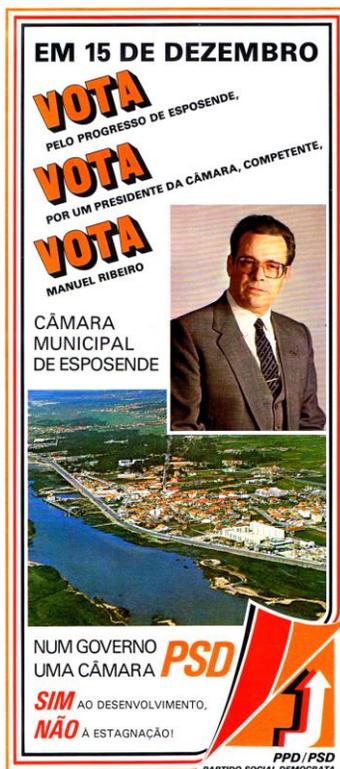
A defesa das zonas de interesse paisagístico, ecológico e ambiental (dunas, açudes, zonas húmidas e margens dos rios) e o aproveitamento do baldio da margem do rio Cávado, transformando-o num Parque Natural era uma das grandes apostas do CDS.

Constava ainda do manifesto do CDS a construção da Central de Camionagem, a instalação da P.S.P. em Esposende, a Construção dos Mercados de Apúlia, Forjães e Fão. Quanto ao Saneamento Básico continuava-se a prometer as Redes de Esgotos de Esposende e Fão, desta vez usando os fundos comunitários do FEDER, assim como continuar a construção das redes de abastecimento de água a todo o concelho usando os mesmos fundos. Os problemas ligados aos Equipamentos Sociais eram aqui referidos com atenção especial. Prometia-se a edificação de um Centro de Dia para Idosos, propor à Santa Casa da Misericórdia de Esposende a cedência à Câmara do edifício e terreno do Hospital Valentim Ribeiro para aí ser instalado novo Hospital Concelhio. No tocante à Rede Viária o CDS propunha uma série de candidaturas a fundos comunitários – com especial enfoque para o FEOGA, propondo-se, dessa forma, construir, entre outras, a estrada de Ligação Antas - Vila Chã e a estrada de acesso ao Miradouro do Faro (Palmeira), intervir junto da JAE para a construção de uma nova Ponte sobre o rio Cávado, em Fão, e respectiva variante à EN. 13, bem como a construção da nova Ponte sobre o rio Neiva, em Antas. Para o Desporto e Juventude eram propostas uma série de acções entre as quais destacamos o programa de Ocupação dos Tempos Livres, Bolsas de Estudo *“a jovens com qualidades intelectuais acima da média e de fracos recursos económicos que lhes facilitem o prosseguimento dos estudos”*, apoio às associações desportivas concelhias, construção da Piscina Municipal, *“coberta e aquecida,*

projectada para o Centro Desportivo Concelhio”, construção de recintos polivalentes em todas as freguesias, criação de circuitos de manutenção, aquisição de autocarros e apoiar, com material, o desporto escolar. Na área da Educação e Cultura no Manifesto Eleitoral do CDS faz-se um balanço, destas áreas, dos últimos mandatos e propõe-se “completar a rede de Jardins de Infância, através de um Plano de construção concelhio”, completar a rede escolar a nível do Ensino Básico, com novos edifícios (nos mandatos anteriores edificaram-se 8 escolas) e vedação dos recintos escolares, nos Ensinos Preparatório e Secundário construíram-se a Escola Secundária de Esposende e da Escola Preparatória de Forjães e o CDS afirmava que iria “endurecer a nossa posição face ao alheamento da Administração Central em relação à construção da Escola Preparatória de Apúlia”. No capítulo do Ensino Integrado (Ensino Especial para Deficientes), depois do trabalho já realizado, o CDS propunha, “em colaboração com as entidades competentes e interessadas, dar a colaboração necessária para a execução do Projecto de Esposende para a Integração de Deficientes”. Ainda na área da Educação o CDS expunha que na Rede de Transportes Escolares, só em 1985 tinha investido cerca de 10 mil contos, propondo “transporte gratuito para todos os alunos do ensino preparatório”. No domínio da Cultura continuaria a dar apoio “às diversas Escolas de Música existentes no Concelho mais propriamente em Antas, Belinho e Forjães” e tudo faria pela “criação e instalação de uma Escola de Música em Esposende”. Apoiar, ainda mais os serviços da Casa da Cultura, mais concretamente abertura do Museu, Auditório e Salas de Exposições. Criar um espaço reservado às Artes Plásticas (pintura, gravura e escultura), proceder ao levantamento exaustivo do património arquitectónico concelhio e estudar o património arqueológico do concelho.

Nos domínios da Agricultura, Pescas e Indústria, fala-se na pavimentação de caminhos agrícolas – mais de 67, com recurso ao FEOGA, promoção dos produtos agrícolas do

concelho, apoiar os Jovens Agricultores e incentivo a formação de associações de agricultores, promover obras de regadio, construção do Parque Industrial, com recurso ao FEDER, destinado, sobretudo, à implantação de indústrias não poluentes, junto da Administração Central continuar a pugnar pelo Melhoramento Hidráulico da Foz do Cávado e pela Defesa da Praia de Fão (Ofir) assim pela construção do Porto de Pesca de Esposende. Na área do Ambiente volta-se à carga com a defesa Intransigente da Orla Litoral, e pela protecção das zonas de interesse paisagístico, ecológico e ambiental, a protecção das zonas ribeirinhas do Cávado e Neiva. Neste domínio introduz-se um novo elemento ou seja a *“defesa contra todos os agentes poluidores dos rios Cávado e Neiva, mesmo que localizados fora do concelho de Esposende”*



O Manifesto Eleitoral do PSD acaba por ser o reflexo do clima de desconfiança para com o CDS e seu candidato Losa Faria. Aliás não é por acaso que o programa eleitoral se inicia com uma série de intenções dos seus candidatos que, entre outras coisas, afirmam que *“não receberão dinheiro para a aprovação de projectos de licenciamento de obras”*, *“não condicionarão nunca a aprovação de projectos à concessão de qualquer benefício para si ou para os amigos”*, *“não entregarão obras sem concursos públicos”* e, sobretudo, *“não receberão dinheiros dos empreiteiros das obras da Câmara”*. Antes pelo contrário, *“dignificarão a actuação da Assembleia Municipal, bem como das Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia”*, *“farão com que os dinheiros do Concelho sejam distribuídos por todas as freguesias de uma forma justa e equitativa, não beneficiando*

apenas umas em detrimento das outras". Deixam transparecer que tudo fariam para que a gestão da Câmara fosse *"autenticamente democrática e participativa"*.

O Documento programático do PSD esposendense começava por elencar, desde logo, o seu princípio que era **"Por um Presidente da Câmara Competente"** e ainda **"Num Governo PSD uma Câmara PSD"**. Apresenta-se como sendo o partido *"mais representado na gestão das autarquias locais (Câmaras e Juntas de Freguesias) "* e o seu programa como um *"projecto político de futuro, fortemente implantado nas sociedades modernas dos países mais desenvolvidos da Europa, nossos parceiros na CEE"*. Desejavam que com o novo elenco camarário houvesse *"uma gestão transparente e responsável do Concelho no respeito pela vontade que o voto exprime e no contributo de todos os que vierem a ser eleitos"*.

Desde logo prometiam *"democratizar a Câmara estabelecendo condições à participação de todos os órgãos do município e seus membros"* e que *"todos os munícipes serão atendidos da mesma forma, eliminando discriminações ou influências"*. Mas o PSD não se ficava por aqui. Desejava trabalhar nas áreas da Criação de Emprego e na Formação Profissional, na Regularização das construções clandestinas no concelho, na Dignificação das Juntas de Freguesia, no bom relacionamento com os concelhos vizinhos e, acima de tudo, da Defesa das praias para todos e contra a sua privatização.

Na área da Educação o PSD propunha equipar, devidamente, as Escolas Primárias, instalar condignamente o Ensino Pré-Primário, apoiar as actividades da Escola Secundária de Esposende nomeadamente na criação das opções de *"construção civil"* e *"agro-pecuária e produção alimentar"*. Defenderiam a *"construção e instalação da Escola Preparatória em Apúlia"*, definição das *"áreas pedagógicas em todo o concelho"*, apoiar *"acções de formação de professores"*, atribuir *"subsídios para material e livros escolares"* e, sem dúvida uma proposta arrojada, *"incentivar e apoiar a criação no Porto e em Braga de residências para*

estudantes do Concelho de Esposende". No domínio da Cultura, Desporto e Tempos Livres mostra-se defensor do espírito do "Desporto Para Todos", dando especial atenção à "ocupação tempos livres", aos Desportos Náuticos e, naturalmente ao apoio aos clubes desportivos concelhios. Em termos Culturais a Casa da Cultura continuaria a ser pólo dinamizador das diversas actividades, alargando a *"sua acção às freguesias"*. Apoiar incondicionalmente todas as Associações Culturais e Socioculturais, dar incentivo e apoio aos *"grupos folclóricos locais, e criação de outros"* e às *"Bandas de Música de Antas e Belinho"*. Pugnar pela *"criação de um Centro de Arte Sacra"*.

Na Acção Social defender novos Jardins-de-infância e Creches protocolando-os com a Segurança Social, apoiar a instalação de Centros de Dia para a 3.ª idade, pugnar pela *"remodelação e ampliação do Hospital de Esposende de forma a torná-lo dignamente utilizável"*. Apoiar a Associação para a integração dos Deficientes do Concelho de Esposende. Quanto à Habitação e Urbanismo mantinha-se a intenção de *"reestudar e fazer aprovar os planos de urbanização em projecto e elaboração de outros para definir concretamente uma política clara de ocupação dos solos"* assim como o propósito de *"legalização de obras clandestinas, cuja obstrução ao licenciamento tenha sido por motivos alheios aos interesses dos munícipes ou da Câmara"*. O PSD propunha-se promover a *"construção de bairros sociais para famílias de mais poucos recursos"* assim como proceder à *"reabilitação urbana com subsídios e financiamento nos aglomerados urbanos das Vilas de Esposende e Fão"*.

Nas áreas do Saneamento, Salubridade e Protecção Civil fala-se, como sempre, na distribuição de água domiciliária a todo o concelho, em novas redes de saneamento, em cobrir todo o concelho pelo sistema de recolhas de lixos domiciliários e, não esquecendo, construir sanitários em todas as freguesias, próximo dos adros e junto as praias. Apoiar as Corporações dos Bombeiros, promover a melhoria das instalações da G.N.R e dotar as praias

com Vigilantes durante a época balnear “*para estabelecer a ordem e evitar o campismo selvagem*”.

Ao falar do Desenvolvimento Económico e Social o PSD fala no emprego e na criação de novos postos de trabalho, na implantação de novas indústrias, no apoio à Cooperativa Agrícola e ao Sector das Pescas, na participação activa na vida da Comissão Regional de Turismo do Alto Minho (Costa Verde) elaborando um “*plano de desenvolvimento turístico do litoral que abranja todo o território entre Vila Nova de Cerveira e Vila do Conde e possibilite a exploração integrada de todas as potencialidades turísticas desta área*”, na construção de dois parques de campismo, um a norte e outro a sul do Concelho e no incentivo às Actividades Artesanais.

As Vias de Comunicação e Transportes não foram esquecidas pelos sociais-democratas. Para além da manutenção e conservação dos caminhos públicos, prometiam a abertura, alargamento e pavimentação de outras vias, redefinição do trânsito Local, implementação de Transportes Colectivos e, sobretudo, actuar junto do Poder Central no sentido de serem feitas as “*novas pontes sobre o Rio Neiva e o Rio Cávado e da construção da variante à E.N. 13*”.

Por último, e não menos importante, para o Ambiente, o PSD preconizava a “*preservação da paisagem quer sob o aspecto natural quer arquitectónico*”, o combate à poluição do Cávado e do Neiva e a protecção da orla marítima, “*assegurando a sua adequada usufruição pelos naturais do concelho e pelos visitantes*”.



O PS, perante o estado de guerra panfletária entre o CDS e o PPD/PSD, sente-se na obrigação de esclarecer que, tal como a população em geral, via com muita apreensão a política concelhia e que *“uma representativa e larga maioria da população deste concelho, perante a pouco transparente administração autárquica que há 9 anos ocupa os destinos da sua laboriosa como honrada gente, impôs-nos uma muito séria tomada de posição”*.

Para dar uma resposta capaz o PS afirma que tinham sido *“renovados quadros, chamados novos militantes e convidadas pessoas que pelo seu passado íntegro e como independentes, possam dar a garantia de um governo autárquico honesto, justo e dinâmico, pondo termo decididamente a compadrios, prepotências e gravosa falta de transparência nos actos públicos”*. Apresentava os seus candidatos como pessoas com *“experiência e exemplo público em instituições humanitárias e ao serviço de muito prestigiados organismos oficiais, onde neste momento prestam serviço”* sendo, por isso, capazes de garantirem *“de forma inequívoca, que o concelho de Esposende, poderá beneficiar, dos candidatos que propomos para a Presidência da Câmara, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia”*.

Para o Partido Socialista era fundamental que os candidatos tivessem por base dois pilares fundamentais **“Honestidade e Trabalho”**. Denunciava desde logo que não cairia na tentação dos outros partidos de *“cair na oferta fácil e sedutora de obras que se não realizam”*. Acusam o CDS e o PSD de apresentar *“enganosos manifestos”* e que o vem fazendo desde eleições anteriores e que pouco ou nada concretizaram.

Os candidatos socialistas solidarizavam-se com a população e afirmavam que viviam *“as mesmas ansiedades, as mesmas dúvidas dos esposendenses de todo o concelho, perante uma pouco clara passagem dos bens de todos nós para a EDP”*. Eram, no entanto, condescendentes com o CDS dizendo que não contestavam a passagem daqueles serviços para a EDP, tinham era dúvidas sobre o *“processo que a gerou e contrapartidas*

conseguidas". E mais denunciavam que tinham algumas *"reservas quanto à forma como se conduz a saída do Matadouro deste concelho criando graves prejuízos à lavoura"*. Sobre o presidente Losa Faria acusavam-no e não aceitavam *"as despesas sumptuárias atribuídas ao Presidente da Câmara em deslocações diárias ou a pouco transparente forma como se contrata pessoal ou adjudica obras"*. Mas reafirmava o PS que com os seus candidatos onde a honestidade e o trabalho era um compromisso a cumprir, seriam rigorosos na *"apreciação de projectos, evitando indeferimentos e embargos para uns e ilimitadas facilidades para outros"*. A sua acção iria ser pautada pelo *"diálogo, a compreensão e a justiça que serão uma constante numa Câmara Municipal que é de todos nós e não só de alguns"*.

Prometiam, no entanto, lutar pelo Porto de Pesca e Porto Desportivo, apoiar os pescadores na Renovação e Aumento da Frota e criação de uma Área de Congelação assim como construir uma nova Lota e Doca para estacionamento dos seus barcos.

Tudo fariam pela Dignificação e Dinamização do Turismo, pelo apoio eficaz à Agricultura e à Pecuária, tudo fariam para atrair novas indústrias que criassem novos empregos, seriam uma voz incómoda junto do Poder Central até que se recuperasse e beneficiasse o Hospital de Esposende. Em termos Culturais desenvolveriam um Plano de Cultura onde coubesse as actividades ligadas à Música, Teatro, Etnografia, Museologia, Arquivo e Biblioteca. Promover acções de forma a homenagear publicamente todos *"os grandes artistas relacionados com o concelho de Esposende"*. Ainda na área da cultura o PS promoveria a construção, na área da Foz do Cávado, de um Templo dedicado aos Mareantes e como forma de homenagear as *"centenas de pescadores, marinheiros e pilotos mortos na barra de Esposende e em todos os mares por onde navegaram, descerrando uma lápide com os seus nomes"*.

Na área do Desporto dotariam o concelho com Centros Polivalentes de Desporto e motivariam os jovens para a prática da Natação, Remo, Vela e Futebol.

Na vertente do Turismo seria edificada uma Zona de Abrigo para “*barcos desportivos de longo curso*”, solicitando a colaboração das empresas privadas.

Na vertente da Acção Social previam a construção de um Centro de Assistência à 3.ª Idade e o incremento da construção, em todo o concelho, da Habitação Social.

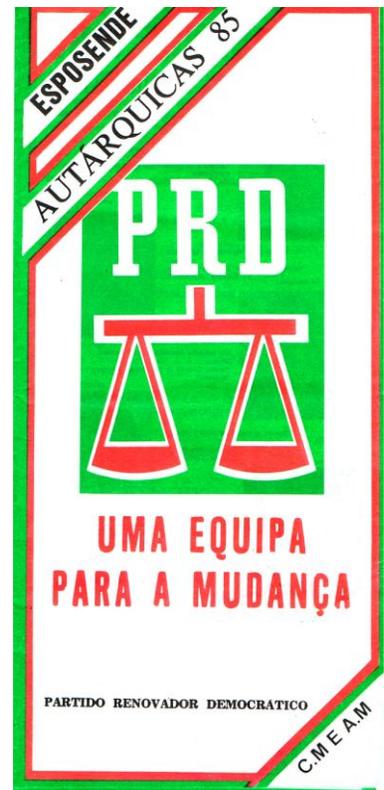
Para a Educação o PS preconizava o desenvolvimento de um Plano Escolar que fosse racional, extensivo a todo o concelho incidindo, sobretudo, no Ensino Pré-Escolar e Parques Infantis. Criar novas áreas do Ensino Secundário e por em funcionamento o Ensino Nocturno. Apoiar a Associação de Integração dos Deficientes do Concelho de Esposende.

No domínio do Ambiente o PS defendia a Despoluição do Rio Cávado e o seu Desassoreamento desde o primeiro açude até à foz do mesmo. Promoveria a Defesa e Consolidação Ecológica do concelho através do repovoamento florestal e da Defesa da Orla Marítima.

Quanto ao Saneamento defendia-se a melhoria no Abastecimento de Água, Luz Eléctrica, e Saneamento assim como a construção de Estações de tratamento de esgotos.

O PS reafirmava que, ganhando as eleições a Câmara Municipal de Esposende “*passará a ser de todos, igual para todos, aberta, leal, franca e digna!*”

Um outro partido que se apresentou às eleições em Esposende, pela primeira e única vez, foi o PDR – Partido Renovador Democrático.



No dia 30 de Novembro de 1985 os renovadores de Esposende reuniram-se e convocaram a comunicação social para apresentarem os seus candidatos e as suas ideias programáticas para o concelho.

Escolheram para a Câmara Municipal Maria Augusta F. Ferreira Neves⁹¹ e para a Assembleia Baltazar M.R. de Castro⁹².

Dado ser uma força política pouco conhecida do eleitorado do concelho, a primeira tarefa do PRD foi apresentar-se e dizer a razão fundamental para se apresentar às eleições autárquicas no concelho de Esposende. Desde logo definiu-se como *“um projecto político alternativo e diferente, baseado na honestidade, na competência e transparência de processos, no diálogo com todas as forças políticas e sociais, no respeito da opinião de todos, incluindo, naturalmente, daqueles que não pensam como nós”*. Eram um grupo de pessoas, de esposendenses, que conheciam *“muito bem os problemas que se colocam, diariamente, às populações e sabe que as críticas, à gestão camarária dos últimos anos, têm sido constantes e generalizadas”*. Não era difícil constatarem que *“em anteriores eleições, apesar de vários partidos se apresentarem como opção ao actual executivo municipal, grande parte da população, muito embora, discorde da política seguida, tem dado, sistematicamente, o seu voto ao partido que tanto critica, por falta de uma verdadeira alternativa”*. Por isso a razão porque concorriam era demais evidente. Pretendiam *“moralizar o exercício da gestão autárquica, dando-lhe credibilidade e aumentando a sua eficácia no sentido da resolução dos problemas que se colocam as populações do Concelho”*. Apresentavam uma proposta

⁹¹ - Acompanhavam-na na lista Mário José Felgueiras Morgado, Manuel Américo Couto Patrão, Manuel Alfredo Miranda Ferreira, Maria Arminda Areia Soares, Fernando Gil Marques Pinheiro e Adriano Augusto de Almeida.

⁹² - Integravam a sua lista, entre outros, Maria do Carmo Moreira F. Fernandes, José Luís Correia de Azevedo, Maria Augusta Ribeiro Fernandes, César Levi Marques Pinheiro, Rui Alberto Faria Viana, Maria Isabel Teixeira de Carvalho e José Manuel Ferraz Ventura Marques.

“inovadora, honesta, clara e realista”, verdadeiramente empenhada no “progresso, na modernização e no desenvolvimento de todo o Concelho”.

O PRD vai escolher como lema **“Transformar a Incerteza e o Cepticismo em Esperança e Realidade”** e nada como rimar e dar musicalidade ao slogan **“Se Tens Esperança e queres a Mudança Vota na Balança”**.

Apresenta as suas linhas programáticas divididas em cinco pontos: **Mudar, Melhorar, Apoiar, Fomentar e Construir**.

Mudar a ética e a prática política, concelhia, mudar a ideia de que a Câmara era pertença de um presidente, acabar com o estado de secretismo da vida e das finanças autárquicas e, sobretudo, mudar as prioridades na aplicação das verbas orçamentais da Câmara.

Mas os candidatos do PRD tinham um projecto e prometiam **Melhorar** a vida dos esposendenses. Preocupavam-se com a forma, e queriam alterá-la para melhor, de atendimento às populações pelos serviços camarários, propunham melhorar a eficácia dos meios humanos e materiais do município, a Rede Viária, defender as Áreas Litorais degradadas, por em prática um Plano de controlo antipoluição, nomeadamente no rio Neiva, promover a melhoria na Segurança das populações, dar melhor qualidade às redes de abastecimento de água.

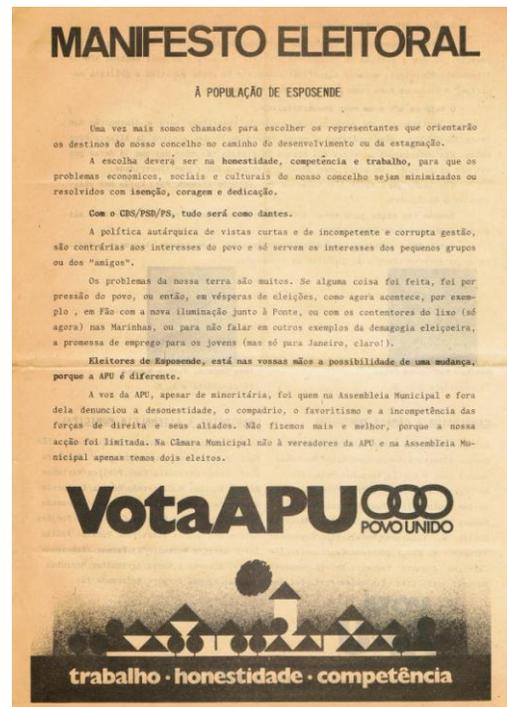
Propunham-se **Apoiar** as realizações e planos de cada freguesia, todas as estruturas de saúde e educação, a criação do Ensino Nocturno, a construção de um novo pólo escolar que sirva as populações das freguesias mais distantes da sede do concelho, a divulgação e a protecção dos produtos agrícolas de qualidade; apoiariam todos os esforços para a construção definitiva de uma escola preparatória na sede do concelho, todas as iniciativas de interesse social, nomeadamente, que servissem a infância, a juventude e a 3.^a Idade, dariam o seu apoio à construção de meios de apoio à actividade marítima e piscatória, às

iniciativas particulares e empresariais que sirvam o interesse do Concelho e o divulguem fora da sua área geográfica, apoiariam incondicionalmente as iniciativas da juventude e as corporações dos bombeiros do Concelho.

Mas para levar a efeito a política de mudança era necessário **Fomentar** a autoconstrução e o cooperativismo no sector da habitação, a implantação de indústrias não poluentes, geradoras de novos postos de trabalho, a defesa do património natural, cultural e artístico do concelho, a moralização do sector imobiliário no que respeitava ao ordenamento urbano, uma eficaz recolha e tratamento de lixos, a criação de um certame turístico anual que atraia visitantes e potenciais investidores, a criação de uma feira semanal, genuinamente agrícola, que possibilite o escoamento dos produtos locais e promova o turismo de fim-de-semana.

Os candidatos do PRD comprometiam-se a **Construir** caminhos e estradas, novas redes de abastecimento de águas, uma eficiente rede de saneamento básico, equipamentos sociais de apoio às crianças e à terceira idade, Parques de Campismo municipais e acabar, de vez, com o campismo selvagem principalmente junto das praias do concelho assim como construir uma piscina municipal que sirva as populações e, particularmente, a juventude.

A APU – Aliança Povo Unido apresenta-se ao



eleitorado para que este possa escolher entre *“desenvolvimento ou da estagnação”*. Escolheram para seu candidato à Câmara António Fernandes Matos⁹³ e para a Assembleia Municipal José Cândido Vinha Novais⁹⁴.

Ofereciam um projecto que aposta na **“Honestidade, Competência e Trabalho”** e dessa forma procurar a solução *“para que os problemas económicos, sociais e culturais do nosso concelho sejam minimizados ou resolvidos com isenção, coragem e dedicação”*.

Para os comunistas esposendenses continuar a apostar no CDS, no PSD ou mesmo no PS era deixar ficar tudo como dantes ou seja, continuar com uma política autárquica *“de vistas curtas e de incompetente e corrupta gestão”* e que só pode servir *“os interesses dos pequenos grupos ou dos amigos”*.

A APU denunciava que os melhoramentos só se faziam em vésperas de eleições *“como agora acontece, por exemplo, em Fão com a nova iluminação junto à ponte, ou com os contentores do lixo (só agora) nas Marinhas, ou para não falar em outros exemplos de demagogia eleiçoeira, a promessa de emprego para os jovens (mas só para Janeiro, claro!)”*.

Estava, assim, nas mãos dos esposendenses a **“possibilidade de uma mudança, porque a APU é diferente”**. Esta força política usava como argumento o seu trabalho desenvolvido na Assembleia Municipal, apesar de minoritária⁹⁵, onde denunciou a *“desonestidade, o compadrio, o favoritismo e a incompetência das forças de direita e seus aliados”*. E diziam que não tinham feito mais e melhor *“porque a nossa acção foi limitada”*. Desejavam colocar

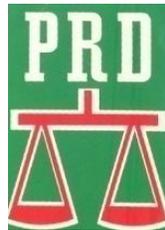
⁹³ - Acompanhavam-no na lista Carlos Alberto S. Roriz, Manuel Cabo F. Grilo, Maria Carolina A. Saleiro, Nelson Santos Alves, Manuel Fernando Carvoeiro, Emílio R. Vilarinho, Fernando M.C. Figueiredo, Carolina Augusta Nogueira e Manuel António Lima Torres Ribeiro.

⁹⁴ - Acompanhavam-no na lista José Cândido Vinha Novais, Joel Duarte dos Anjos, José Cruz Carvoeiro, Rosette Anciães M.C. Azevedo, Álvaro de Barros Paquete, Marcelo Augusto Q. Ribeiro Cruz, Nelson dos Santos Alves, Berta Anciães Monteiro, Carlos Alberto S. Roriz e António Agonia Pereira.

⁹⁵ - Tinham dois elementos na Assembleia.

um vereador no Executivo e mais elementos na assembleia Municipal pois tinham a certeza que *“mudaria significativamente e de forma positiva a política municipal e daria um novo rumo para o progresso do concelho”*. Por essa razão **“O Voto na APU é um Voto Insubstituível”** e não valia a pena entregar a *“defesa dos nossos interesses nas mãos dos que já deram provas não os defender, ou ainda, não deram provas de o fazer com sinceridade”*.





Candidatos e Resultados:

	Partido	Candidato	Resultado
Câmara Municipal	CDS	Alexandre Domingos Losa de Faria	7874
	PPD-PSD	Manuel Fernandes Ribeiro ⁹⁶	6144
	PS	José Bernardino Amândio ⁹⁷ (Ind.)	865
	APU	António Fernandes de Matos ⁹⁸	363
	PRD	Maria Augusta F. Neves ⁹⁹	264
Assembleia Municipal	CDS	Rosa Cardoso Salgado Torres Fonseca	
	PPD-PSD	José Francisco Brás Marques ¹⁰⁰	
	PS	João Rodrigues Vilarinho ¹⁰¹	
	APU	José Cândido Vinha Novais	
	PRD	Baltazar Romão de Castro ¹⁰²	

Nas Freguesias

CDS com 9 Juntas de Freguesia (Antas, Curvos, Esposende, Fão, Gemeses, Marinhas, Rio Tinto e Vila Chã)

A APU concorreu às Juntas de Esposende, Fão, Forjães, Marinhas e Palmeira de Faro

O CDS não concorreu às Juntas de Palmeira de Faro e de Forjães

O PSD concorreu a todas as Juntas de Freguesia

O PS concorreu às Juntas de Freguesia de Apúlia, Curvos, Esposende, Fão, Forjães, Gemeses e Marinhas

O PRD concorreu a todas à Junta de Freguesia de Esposende

⁹⁶ - Manuel Fernandes Ribeiro - Nasce nas Marinhas e residente em Palmeira. Fez os seus estudos como estudante-trabalhador. Foi bolsheiro e funcionário da Junta de Energia Nuclear, funcionário dos Partos do Douro e Leixões (construção da doca 2). Director Técnico e administrador de grandes empresas ligadas à construção em Moçambique. É actualmente Director-Coordenador do projecto de Renovação Urbana do Centro Histórico da Porto (Ribeira/Barredo). Tem intervindo e participado em várias conferências no Estrangeiro e em Portugal no campo da Reabilitação Urbana (Conselho da Europa e Unesco). Foi Vereador na Câmara Municipal de Esposende 1980-1982.

⁹⁷ - José Bernardino Amândio – Presidente do Conselho Directivo da Escola secundária de Esposende

⁹⁸ - António Fernandes de Matos nasce a 27 de Abril de 1929, filho de José Breia de Matos e de Idília Fernandes de Matos. Era natural de Esposende e bancário.

⁹⁹ - Maria Augusta F. Ferreira Neves, 36 anos, Professora da Universidade do Minho

¹⁰⁰ - José Francisco Brás Marques - Nasceu em Marinhas e reside em Esposende. Advogado. Foi Presidente da Câmara Municipal de Esposende. Presidente da Comissão Política do PSD Esposende 1974/1984. Vice-Presidente da Comissão Política Distrital de Braga do PSD e Membro do Conselho Nacional.

¹⁰¹ - João Rodrigues Vilarinho - Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Esposende

¹⁰² - Baltazar M. R. de Castro, 34 anos, Professor Associado da Universidade do Porto

A LIF concorreu à Junta de freguesia de Forjães
A LAP concorreu à Junta de freguesia de Palmeira de Faro

Composição dos Órgãos:

	Presidência	Vereadores	Deputados Municipais
Câmara Municipal	CDS Alexandre Domingos Losa de Faria ¹⁰³	CDS Laurentina Torres Losa ¹⁰⁴ Manuel Pedro Areias Marques António Nogueira Afonso Pereira. PSD Manuel Fernandes Ribeiro ¹⁰⁵ Jorge Dias Félix de Araújo ¹⁰⁶ Alberto Queiroga Figueiredo	<ul style="list-style-type: none"> • José de Sá P. Portela • João Paulo Gomes • José Igreja Azevedo • João Vilarinho • Manuel Nascimento • Aparício Maranhão • Isolina F. Igreja • Jorge Sampaio da Silva • Altamiro A. Marques • Manuel Barros Viana • José F. Brás Marques • Agostinho P. Neiva • Manuel Brás Marques • Adelino C. do Vale • José dos S. Fonseca • Alberto Cruz Pereira • Sílvio Azevedo Abreu • Manuel Ferreira Vieira • José A. Brás Marques • João R. Vilarinho
Assembleia Municipal	CDS Rosa Cardoso Salgado Torres Fonseca		

¹⁰³ - Faleceu vítima de um acidente, tendo sido substituído na presidência por Laurentina Losa de Faria.

¹⁰⁴ - Assumindo a presidência da Câmara foi substituída na vereação por José Armando da Cruz Carvalho.

¹⁰⁵ - Foi substituído por João António

¹⁰⁶ - Foi substituído por António Fernando Abreu Cepa pois Jorge Araújo fora nomeado Vice-Governador Civil do Porto.

2.5 - Eleições Autárquicas de 17 de Dezembro de 1989¹⁰⁷

Estas eleições marcaram uma grande alteração no xadrez político concelhio.

A campanha eleitoral decorreu debaixo de uma forte tensão, atendendo aos antecedentes políticos aquando da sucessão do presidente Losa de Faria. De facto a vereação do CDS não se entendeu e assistiu-se a uma cisão dentro do partido. Na altura,



e por carta tornada pública, um dos vereadores do CDS denuncia que em 9 de Julho de 1986 Losa Faria estaria prestes a fazer uma “*remodelação*” no executivo municipal, retirando alguns pelouros a vereadores do seu partido que, na opinião dele, não estavam a cumprir. Era público que havia algum desconforto de Alexandre Losa Faria para com o número dois da sua lista Laurentina Torres. Segundo a carta divulgada, Losa Faria esperava uma grande vitória em Apúlia o que não se tinha verificado. Logo que Laurentina Torres assume a presidência a convivência com o seu vereador Pedro Marques torna-se insustentável, levando este a desligar-se da vereação CDS, passando, sistematicamente, a votar contra as propostas da presidente. Na mesma altura Laurentina Torres mudou todo o seu gabinete nomeadamente o Adjunto e o Assessor para a área do Turismo, situação que não foi do agrado da própria estrutura partidária. Toda esta desavença foi transportada para a

¹⁰⁷ - Em 18 de Junho de 1989 realizaram-se as eleições para o Parlamento Europeu.

campanha eleitoral o que, digamos, dificultou imenso a passagem da mensagem da candidata do CDS Laurentina Veloso Fernandes Torres Losa de Faria nomeadamente na freguesia de Marinhas onde Pedro Marques, vereador do CDS, fez a distribuição de um comunicado denunciando o que se passou e se estava a passar na Câmara Municipal.

Este partido que detinha a hegemonia na Câmara desde 1976, há 12 anos, perde para o PSD a presidência da Câmara. Aliás no Executivo Municipal, de maioria CDS, também se deram clivagens tendo o Vereador Pedro Marques, eleito pelo CDS, retirado a sua confiança à Presidente da Câmara. Esta situação fez com que a última fase do mandato de Laurentina Losa de Faria fosse conturbado e difícil de gerir. Em 20 de Outubro, na reunião de Câmara, foi aprovada uma proposta em que eram retiradas as competências delegadas na Presidente nomeadamente a emissão de alvarás de loteamentos, licenças de habitabilidade e apreciação de processos de obras. Durante a campanha eleitoral à presidente estava vedada a capacidade de despachar processos de obras. É evidente que o objectivo principal desta medida era o controlo mais rigoroso nas decisões que Laurentina Torres pudesse ter nestas matérias.

O PSD foi o primeiro partido, a nível concelhio, a apresentar o seu candidato à Câmara.

A apresentação de Alberto Figueiredo aconteceu no dia 15 de Julho, na Estalagem Zende, num jantar que contou com cerca de meio milhar de pessoas, onde estavam figuras nacionais e governantes como foi o caso de Oliveira Martins, Couto dos Santos e Ribeiro da Silva, este Governador Civil de Braga e Presidente da Distrital de Braga do PSD. A sua apresentação coube ao Deputado António Fernandes Ribeiro, Presidente da Comissão Concelhia do PSD. Na ocasião Alberto Figueiredo apresenta-se como *“um homem frontal, de críticas directas e aberto ao diálogo”*.

Alberto Figueiredo é eleito Presidente da Câmara quebrando uma hegemonia de quatro mandatos ao CDS. As listas do PSD foram apresentadas no dia 3 de Novembro, no, então, Cinezende, contando com a presença de figuras do topo do PSD nacional como Oliveira Martins e Fernando Alberto Ribeiro da Silva. Alberto Figueiredo referiu que a sua candidatura *“reflecte uma maneira de estar em que o diálogo é uma palavra de ordem”* apresentado de seguida as linhas programáticas da sua candidatura.

Para o bom desempenho do PSD concelhio – e concerteza a pesar nas tendências de voto, não é alheia, também, a comemoração que decorreu em 5 de Novembro da elevação de Forjães a Vila, tal como aconteceu antes, em 28 de Maio, desse mesmo ano, com a passagem de Apúlia a Vila. Foram, dois acontecimentos marcantes e que mobilizaram todo o partido ao qual as populações das duas jovens vilas estavam muito gratas.



Em Apúlia o Ministro Oliveira Martins realçou o facto de se estar a *“fazer justiça a esta terra laboriosa”*. Na sua intervenção a Presidente da Câmara Laurentina Torres, natural de Apúlia, cometeu um deslize político, que lhe poderá ter custado a presidência da Câmara, quando afirmou que *“o facto de Apúlia ser vila, não traria benefícios, nem vantagens isto é não ganha nada sendo elevada à categoria de vila”*. A Forjães deslocou-se o Ministro da Juventude, Couto dos Santos, também forjanense, que presidiu à sessão oficial e o Deputado da Assembleia da República António Fernandes Ribeiro que foi um dos autores do projecto legislativo aprovado em 30 de Junho. É evidente que este acto foi interpretado pelos candidatos à Câmara de forma diferente. Joel Duarte da CDU, sendo, também, natural de Forjães, preferiu valorizar o acontecimento e dizer que *“a elevação a vila seja um sinal de desenvolvimento e um incentivo”* e que não quer acreditar que *“seja um aproveitamento político”*. Juvenal Silva preferiu não valorizar e disse que *“não há discurso programático e que era necessário ter um sentido de contexto do concelho”*. Alberto Figueiredo afirma que nesta elevação de Forjães a Vila *“nada há de transcendente”* e que *“não há aproveitamento político” e que duvidada mesmo que “influenciasse as eleições”*. Laurentina Losa de Faria preferiu elogiar os forjanenses e os seus filhos ilustres e não se referir propriamente ao acto político.

A campanha eleitoral do PSD foi muito notada. O concelho foi visitado por destacadas figuras quer do partido quer mesmo membros do governo. Mais uma vez a melhoria da barra e o desassoreamento do Cávado foi tema de campanha, tendo o Ministro Oliveira Martins, que aqui veio a convite do PSD local, prometido que essa obra era para se fazer e que os estudos estavam em fase conclusiva.

O PSD aumentou significativamente a sua votação praticamente em todas as freguesias, retirando votação quer ao CDS quer mesmo ao PCP/PEV. Não consegue obter a maioria

absoluta na Assembleia Municipal mas não teve dificuldade em eleger o Eng. António Fernandes Ribeiro para seu Presidente.

O PS começou a sua caminhada para as autárquicas deste ano em finais de Fevereiro. Deslocou-se aqui Parcídio Sumavielle, Coordenador Distrital do PS e, também, Presidente da Câmara de Fafe, para convidar Juvenal Silva a encabeçar a lista do seu partido para a Câmara. Juvenal Silva aceitou tendo, na altura, dito que *“o seu objectivo não era meter um lugar do Partido Socialista na Câmara mas conseguir a própria Presidência da Câmara”*. A partir daí decorreram uma série de contactos e estabeleceram-se metas para que a candidatura fosse um êxito. Em 18 de Março, num restaurante de Apúlia, juntaram-se a Juvenal Silva, para lhe dar força, Mesquita Machado, Artur Lopes, Parcídio Sumavielle e Armando Saraiva, responsável local do PS, que não pedia muito ao candidato. Para Armando Saraiva já era bom *“um lugar na Câmara que excepcionalmente poderia alargar-se a dois”*. Nesse jantar estiveram dezenas de pessoas que, de certa forma, animaram as hostes socialistas locais que, até aqui, assistiam à polarização da política concelhia entre o PSD e o CDS.

Em Setembro de 1989 a distribuição de água no concelho vai sofrer um grande contratempo. O Rio Cávado – então a fonte principal de abastecimento da rede, vai sofrer ataques sucessivos de poluição tornando a água imprópria para consumo. A Câmara faz distribuir um comunicado à população, abastecida por aquele recurso natural, informando que a água estava *“imprópria para consumo directo”*.

O Partido Socialista aproveita este incidente para entrar em pleno na sua pré-campanha. Em 23 de Setembro, a Comissão Política local do PS distribui um comunicado denunciando que a Câmara não estava a falar verdade aos seus munícipes pois a água além de imprópria para beber, estava, também, imprópria *“para cozinhar e mesmo para um contacto directo*

com a pelo (banho)”. Alertava a população para “a grave situação que o concelho vive, face à inquinação (leia-se envenenamento) da água que a população consome”, dizendo mesmo que “o sabor salgado na água provém de um conjunto de produtos tóxicos que são despejados no rio por empresas industriais sem escrúpulos”. O PS questionava a Câmara (colocando em pé de igualdade o CDS e o PSD) sobre este assunto e perguntava o que é que se tinha feito “face à possibilidade de envenenamento colectivo”? Perguntavam se não poderiam ter sido usados para avisar os consumidores altifalante ou mesmo panfletos. Será que os estavam a guardar para as eleições que se aproximavam? E denunciava que a única tomada de posição terá sido abrir uma guerra “à vizinha Câmara de Barcelos “através de uma Carta Aberta ao Presidente da Câmara de Barcelos” impressa em número considerável e distribuída à população”, para a qual já houve dinheiro. Nessa carta a Câmara demonstra que, de facto, conhecia bem este problema nomeadamente os altos valores de toxicidade da água o que, na opinião do PS “torna ainda mais criminoso o silêncio e a inoperância da Câmara”. O candidato Juvenal Silva procurou inteirar-se, junto da Câmara, deste problema tendo ficado com a impressão de que a mesma estava impotente face aos “industriais poluidores”. O PS aproveitava o comunicado para esclarecer que por parte dos vereadores do PSD a resposta ainda foi mais caricata. A solução seria, segundo o PSD “levar os industriais poluidores a um almoço no Ofir e depois tentar fazer a sensibilização dos mesmos levando-os em passeio de barco pelo rio acima”.

A apresentação pública do candidato Juvenal Silva e dos restantes elementos das listas, aconteceu no dia 11 de Novembro, no Hotel Nélia, apresentando-se Juvenal Silva como candidato “independente” e elegendo como seu slogan “**Mudar Para Melhor**” aliado a um propósito “**Tudo por Esposende e nada contra Ninguém**”. Este conseguiu, pela primeira vez, congrega à sua volta o partido e muitos simpatizantes e amigos que acreditavam na sua

causa. Nesta sessão o PS nacional fez-se representar por Agostinho Domingues, de Braga, da Federação Distrital do Partido, que vinha acompanhado por Fernando Andrade e António Reis. Juvenal Silva disse na ocasião que *“apostava na inteligência do povo do concelho”* e que acreditava que era possível *“mudar para melhor”*. Disse ainda que a sua candidatura era *“um grito de revolta pelo aviltamento que este concelho tem sofrido ao longo de 15 anos”*.

Juvenal Silva, no final da campanha, em 6 de Dezembro, faz distribuir uma Carta ao eleitorado, reafirmando ter *“uma lista competente que elaborou um programa realista para o nosso concelho”* e que sendo um espaço de todos os socialistas, era-o, também, *“de todos os que não se acomodam à rotina, de todos os que querem acabar com a corrupção, de todos os que repudiam a política do compadrio, de todos os que não concordam com a gestão da Câmara CDS/PPD – PSD, de todos os que não têm partido, de todos os descontentes”*.

O PS aumentou a sua votação mas não foi suficiente para eleger qualquer vereador. Recuperou os três mandatos que antes tinha na Assembleia Municipal. Alegando algumas ilegalidades cometidas em Assembleias de voto, no concelho, o PS, no dia 26 de Dezembro, entregou no Tribunal Constitucional um requerimento solicitando a impugnação das eleições neste concelho.

A CDU, ou melhor dizendo o PCP/PEV, indicou como seu candidato à presidência da Câmara o advogado Joel Duarte dos Santos que escolheu como lema **“Trabalho, Honestidade e Competência”**. No jantar de apresentação, que decorreu em 17 de Novembro na Estalagem Zende, o candidato lamentava a ausência no concelho *“das principais infra-estruturas base, como sejam, o saneamento, o abastecimento de água e a energia eléctrica”*. Não pedia muito mais que *“uma cadeira na vereação e enfrentar de cara lavada, um trabalho sério em favor dos munícipes”*. Nesta campanha Joel Duarte não se cansava de usar os grandes

chavões comunistas como “dinamizar e aprofundar a articulação com o movimento popular” e de acusar a comunicação social por marginalizar a sua candidatura. Aproveitou ainda para esclarecer que o PS local andaria a confundir as pessoas dizendo que a CDU iria desistir a seu favor o que era mentira.

A campanha antevia-se difícil para todos os partidos políticos. Tinha saído de cena o Eng. Losa de Faria, vítima de acidente, que sempre conseguiu congregiar à sua volta grande parte



do eleitorado. Os partidos da oposição (PPD/PSD, PS e PCP) procuravam colher frutos desse trágico acontecimento e não viam Laurentina Losa Faria capaz de manter essa popularidade. São lançados vários desafios, entre os quais um amplo debate entre todos os candidatos às eleições, propostas apresentada pelo Jornal de Esposende. Como era de esperar, a candidata do CDS recusou tal proposta alegando que não estava disposta a “promover os outros candidatos”.

Mesmo fragilizada, Laurentina Torres e o CDS apresentaram-se ao eleitorado com um vasto programa não deixando de afirmar que o concelho de Esposende se tinha desenvolvido *“aceleradamente desde que, em 1976, os destinos da sua Câmara Municipal foram confiados ao C.D.S”*. O partido apresenta a sua candidata com tendo sido *“o garante na defesa dos interesses de todo o Concelho, perante a oposição sistemática e ávida de poder daqueles que não sabem respeitar o voto popular”* e que, de forma corajosa conseguiu dirigir a Câmara nestes três últimos anos com *“competência, diplomacia e tenacidade, no sentido de dar*

cumprimento ao programa proposto em 1985". É por essas razões que Laurentina Torres escolha como slogan da sua campanha "**Consolidar o Presente e Preparar o Futuro**", apelando, sobretudo, à "**União**" dos esposendenses.

Nas linhas programáticas do manifesto do CDS aparecem, na Área da Saúde e Equipamentos Sociais, e logo em destaque, a reconstrução e ampliação do Hospital Concelhio de Esposende, colaborando, para isso, com a Santa Casa da Misericórdia de Esposende para que este processo fosse desbloqueado no Ministério da Saúde. Iria trabalhar no sentido de instalar novas extensões do Centro de Saúde para uma melhor cobertura na assistência médica, subsidiar as várias Instituições de Solidariedade Social, dar apoio à integração dos deficientes na comunidade, criar Centro de Dia para Idosos e implementar parques infantis e zonas de lazer.

Na área da Habitação e do Urbanismo a aposta era grande já que era considerada "*como factor essencial à qualidade de vida dos habitantes*". Para isso apostar-se-ia na construção do Bairro Social de Fão e a negociação de terrenos em Apúlia, Fão, Forjães e Palmeira. Tudo seria feito para concretizar o PDM – Plano Director Municipal, e dar execução aos Planos de Apúlia, Fão e Cepães (Marinhas). Defendia a construção de fogos a custos controlados, em colaboração com o INH – Instituto Nacional da Habitação, em Apúlia e Palmeira, construir Habitações Sociais, para renda económica, em Esposende, Fão, Forjães, Marinhas e Vila Chã, promover a autoconstrução disponibilizando lotes a baixo preço, incentivar a reconstrução e conservação de edifícios integrados nas zonas típicas e históricas dos centros urbanos concelhios, recorrendo ao crédito do programa PRID e RECRUA, concluir os mercados de Fão, Apúlia e Forjães, reformular a Avenida Marginal de Esposende, construir a Central de Camionagem de Esposende e ampliar a edifício dos Paços do Concelho.

Quanto à Rede Viária diz-se no manifesto que o concelho *“tem vindo a ser dotado, progressivamente, de uma rede viária condigna”*. Mesmo assim o CDS pretendia continuar essa política e para isso propunha, entre outras a conclusão da estrada Antas -Vila Chã, e ligá-la à de Belinho e Mar, promoveriam a rectificação e alargamento da estrada Antas – Forjães, abertura de novos caminhos agrícolas e promover a melhoria dos transportes públicos.

Falar de Educação e Cultura era fundamental para o CDS. Tornava-se prioritária, entre outros aspectos, a construção dos Jardins-de-infância ou Pré-primárias em Antas, Apúlia, Gemeses, Marinhas e Rio Tinto. Comparticipar na construção da escola C+S de Apúlia, construir a nova Escola Preparatória ou C+S em Esposende, instalar uma Escola de Formação Profissional na Vila de Fão, promover uma Escola de Ensino Artístico e Vocacional, fomentar a implementação de uma escola para crianças diminuídas em Marinhas (Quinta do Paiva), em termos culturais estava previsto a conclusão e activação da Biblioteca Municipal, com uma sala de Museu Arqueológico, e promoção de uma Biblioteca itinerante, apoiar as pesquisas arqueológicas e geológicas, reconstruir o Teatro Clube de Esposende, etc.

Na área da Juventude e Desporto apontava-se a melhoria nos recintos desportivos do concelho e a construção de alguns polidesportivos, construção da Piscina Municipal, implementação de um Centro Desportivo Concelhio, instalar circuitos de manutenção, construir os postos náuticos de Esposende, Fão e Gemeses, apoiar o Desporto Escolar. Para os Jovens, continuar a apostar na Ocupação dos Tempos Livres e criar a Comissão Municipal da Juventude.

Na área do Ambiente *“cumpre-nos preservar o equilíbrio ecológico assegurando um ecossistema que integre, harmoniosamente, as diferentes actividades, sócio económicas”*. Como trunfo nesta área, o CDS evidencia o facto de ter sido por sua iniciativa a criação da

APPLE - Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende. Para dar continuidade a esta política o CDS propunha a elaboração do Plano de Ordenamento da APPLE, visando um correcto aproveitamento da orla marítima, defender de forma intransigente os Rios Cávado e Neiva, criar espaços verdes e áreas de lazer, promover a limpeza das praias, ampliar a recolha dos lixos, olhar para ambiente como factor fundamental ao Turismo.

O Abastecimento de Água e a dotação do concelho com infra-estruturas nesse domínio (redes e Estações de Tratamento) assim como o Saneamento Básico, com novas redes e Estações de Tratamento de Águas Residuais, eram, também, prioridades a destacar neste manifesto.

Falar de Turismo era garantia de se *“continuar a apoiar todas as iniciativas turísticas (congressos, seminários, etc.), para além de manifestações culturais e desportivas, bem como assegurar material de propaganda e de divulgação”*. Era fundamental a conclusão do Centro de Turismo de Esposende, criar um em Apúlia e reformular o de Fão. Trabalhar na área da promoção do concelho, colaborando com os diferentes operadores e agentes económicos. Promover a construção de um Barco Turístico para passeios fluviais. Recuperar os Moinhos da Abelheira (Marinhas), proceder ao arranjo paisagístico dos montes de S. Lourenço e Faro, prolongar a Marginal de Fão até à Barca do Lago e construir a Marginal do Rio Neiva eram itens importantes para o desenvolvimento turístico de Esposende. Dotar Esposende com uma Pousada da Juventude.

No tocante ao Desenvolvimento Económico, na área da Agricultura e Pescas, era fundamental criar o Gabinete do Agricultor, apoiar os Jovens Agricultores, apoiar as Pescas, construir Abrigos de Pesca, exigir ao Poder Central soluções eficazes à navegabilidade do Rio Cávado e da sua Foz. Para fomentar a Indústria e o Comércio preconizava-se a criação de

pólos de desenvolvimento industrial e apoiar a criação da Associação Comercial e industrial do Concelho.

Para o melhor funcionamento das Juntas de Freguesia o manifesto eleitoral do CDS previa a dotação destas com *“pessoal administrativo com capacidade para elaborar documentos indispensáveis à gestão e planeamento da autarquia”* assim como a transferência de algumas competências.



O PSD elaborou um extenso documento programático começando por afirmar que estávamos a caminhar *“a passos largos para um novo século onde cada cidadão exigira mais e melhor”* e nada melhor do que apresentar para os diferentes órgãos autárquicos *“homens que balizarão a sua acção no respeito, direitos e liberdades dos cidadãos”* e que deles se exigirá que sejam *“claros, sensatos e isentos na aplicação das medidas indispensáveis para transformar o concelho de Esposende num local onde seja bom e agradável viver”*.

Na Área Educacional o PSD preconizava a construção de Creches e Jardins de Infância, redefinir uma nova Rede Escolar para o Ensino Básico, remodelação dos edifícios escolares existentes dotando-os com mais conforto, promover um Plano Educacional do Concelho e definir as Áreas Pedagógicas, um novo edifício para a Escola Preparatória de Esposende, melhorar a atribuição das Bolsas de Estudo, alargar os transportes escolares aos Cursos Nocturnos, apoiar o ensino integrado dos deficientes, apoiar os Professores que leccionam no concelho.

Para a Cultura era fundamental a construção da Biblioteca Pública Municipal, criar Bibliotecas Anexas e apoiar a Itinerante da Gulbenkian assim como promover a instalação de Bibliotecas de Praia. Era urgente a instalação do Arquivo Municipal (Histórico e Corrente), inventariar e tratar os Arquivos das freguesias, colaborar com Instituições detentoras de Arquivo Histórico e, bem importante, publicar textos de interesse para a história concelhia. Para a preservação do património o PSD trabalharia no sentido de abrir um Museu Municipal, uma Galeria Municipal com salas de exposição permanente e exposição eventual, promover uma mostra anual de arte e criar uma Escola de Artes Plásticas. Dotar o concelho com uma Escola de Música e de Dança, transformar o Teatro Club num Centro Cultural do Concelho. Criar os Serviços Municipais de Arqueologia e promover e apoiar o Associativismo. Na Área Social recuperar o Hospital de Esposende, alargar a Rede de Extensão do Centro de Saúde, apoiar as instituições vocacionadas para a área da saúde, criar um Serviço de Assistência Social e incentivar as Associações que trabalham na área social (ATL, Centros de Dia, Centros de Convívio).

Para a Política da Juventude era fundamental a instalação de um Centro de Apoio à Juventude onde poderiam ser tratados, entre outros assuntos as questões das áreas vocacionais. Criar um Centro Inforjovem, apoiar os Jovens Empresários, apoiar o Associativismo Juvenil, construir uma Pousada da Juventude, incentivar o Desporto Juvenil, reajustar os Programas OTL e OTJ e a realização anual de um Festival da Juventude.

Para o Desporto era urgente a construção da Piscina Municipal, de Gimnodesportivos, apoiar devidamente os Desportos Náuticos, incentivar o Desporto Juvenil e apoiar as Associações Desportivas.

Ao falar sobre a Habitação e o Urbanismo o PSD aponta como prioritários o PDM e os diversos Planos de Pormenor, a recuperação de zonas sensíveis como Cedovém e Pedrinhas,

elaborar um Regulamento Municipal para salvaguarda das características arquitectónicas e ambientais da região, recuperação e dinamização das zonas antigas de Fão e Esposende, recuperar a Marginal de Esposende, construir a Central de Camionagem, reposicionar os Estaleiros Navais de Esposende, apoiar a recuperação de edifícios degradados através do Programa RECRUA, etc.

Sobre as Obras Municipais mais urgentes prometia-se a construção de uma Estação de Tratamento de Água, melhorar as Redes de Distribuição de Água ao domicílio, construção de nova Rede de Esgotos e melhorar as existentes, melhorar a Recolha de Lixos, melhorar e alargar a Rede de Iluminação Pública, abertura de novos Caminhos e Estradas, estudo e construção de uma ponte sobre o rio Neiva, ligando o lugar de Guilheta (Antas) ao Castelo do Neiva, em colaboração com a Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Sobre o Desenvolvimento Económico e no que refere à Agricultura, o PSD propunha a criação de um Gabinete Técnico de apoio à elaboração de Projectos nesta área, electrificação rural, apoio ao Agrupamento de Defesa Sanitária, apoio na distribuição da produção agrícola, implementar os regadios no concelho. Nas Pescas construir um pequeno porto de mar para apoio aos pescadores, apoiar a formação profissional dos jovens pescadores e dar apoio à pesca artesanal de Apúlia e Fão. Para o Desenvolvimento Industrial a construção de três parques industriais de média dimensão localizados a Norte, Centro e Sul do Concelho, fomentar a instalação de indústrias de tecnologia de ponta e não poluentes. Na área do Turismo colaborar nas acções promovidas pela Região de Turismo do Alto Minho, implementação de um Plano Global de Turismo com acções que protejam as zonas de Apúlia, Ofir/Fão, Esposende e Cepães/Marinhas, proteger e dinamizar as praias e pinhais do concelho (limpeza e eliminação das formas de campismo selvagem), defesa do património natural e cultural do concelho, incrementar o Turismo no Espaço Rural, implementar da

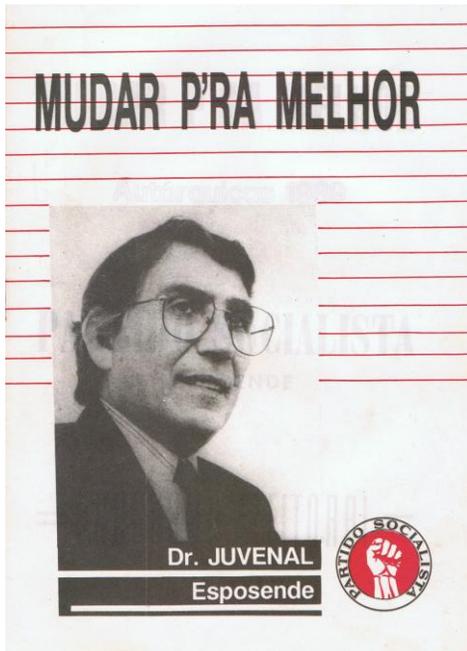
animação turística, publicação de um Guia do Investidor, distribuição de programas de animação turística do concelho, catálogo de artesanos, manifestações populares e religiosas, com divulgação não só a nível local como regional e nacional, implementar o Ensino Profissional, com uma Escola Tecnológica, Artística e Profissional, cujos recursos se orientem para a hotelaria e Turismo, apoiar os Desportos Náuticos, fomentar a criação de um circuito turístico fluvial da Foz do Cávado à Barca do Lago, construção de Parques de Campismo, etc. Para a Defesa do Ambiente era forçoso que se procedesse à despoluição do Rio Cávado através da criação de uma Comissão formada por todas as Câmaras da bacia do Cávado, Associações Industriais, Ministério da Industria e Secretaria de Estado do Ambiente, à preservação da bacia do Rio Neiva, combatendo os focos de poluição existentes, em colaboração com a Câmara Municipal de Viana do Castelo. Propunha-se ainda a criação de Parques de Merenda e o arranjo paisagístico da área recuperada ao rio Cávado, transformando-a numa grande zona de lazer, que incluirá cortes de ténis, piscina de água salgada, circuito de manutenção, etc.

Para a Acção Política a aposta do PSD era a instalação do Conselho Municipal que, como órgão consultivo, ajudará a Câmara a melhor decidir sobre o futuro do concelho, dotar as freguesias com sede própria e funcionários a tempo inteiro.

A regulamentação do trânsito nas zonas urbanas e alargar a rede de transportes públicos estava também prevista neste manifesto.

Quanto à Protecção Civil o PSD daria apoio às Associações Humanitárias dos Bombeiros, existentes no concelho e à Cruz Vermelha assim como colaboraria com a GNR na melhoria da segurança das pessoas e bens. Prometia a criação do Gabinete de Protecção Civil.

O PS apresenta Juvenal Silva¹⁰⁸ a candidato à Câmara e José Luís Correia de Azevedo¹⁰⁹ à Assembleia Municipal e elegem o slogan **“Mudar Para Melhor”** e **“Para Fazer o que Faz Falta”**.



Indica seis razões que o levaram a candidatar-se nomeadamente *“Doze anos de má gestão camarária com desvirtuamento do Poder Local”, “Incapacidade Política da Oposição”, “Ausência de Alternativas Credíveis”, “Generalizado Descontentamento da População”, “Óbvia necessidade de uma candidatura que envolva a dignidade do Poder Local de Esposende”* e *“Disponibilidade para liderar uma candidatura abrangente do Partido Socialista e Independentes”*.

Mas outras preocupações estão na agenda política do PS. A Água é uma das brechas da gestão municipal já que constitui um perigo para a saúde pública a forma

como é captada e distribuída. A falta de um PMD permite um desenvolvimento desordenado em todos os sectores desde o urbanismo, agricultura, indústria, turismo e serviços. As

¹⁰⁸ - Da sua lista fazem parte Maria Luísa Lamela, José Maria Losa Esteves, José Gualdino Baptista da Silva, Joaquim Alberto Dias Barros Peixoto, José Armando de Faria Ferreira, João Armando de Boaventura e Silva, Armando dos Santos Saraiva, Abílio da Silva Teixeira e João Celestino Cardoso Machado

¹⁰⁹ Da sua lista fazem parte Manuel Baptista de Oliveira, Manuel Machado Torres, Gaspar Capitão Nóvoa, João Celestino Cardoso Machado, Miguel José de Passos Esteves, Teresa Helena Freire Pinheiro da Silva Ferreira, Joaquim Fernandes Cachada, Daniel Carvalho Vilas Boas, Justino Mouquinho da Costa, Joaquim Ferreira de Carvalho, Domingos Torres da Silva, Ramiro Pires, António Gualberto Lima e Sá, Manuel Maciel Gonçalves, Vitor Manuel Morgado Felgueiras, Manuel António Martins do Vale, Francisco Xavier Maio Pereira da Silva, Joaquim Couto Patrão, Manuel Passos Ferreira Vicente, Ramiro Alves de Miranda, João Baptista Guerra, Delfino Capitão da Silva Cavalheiro, Adelino Martins Miranda, Delfim Ermida Lourenço, José da Silva Matos, José Arnaldo Novo Vareiro e Manuel Maria Ferreira Vasquinho.

questões da Educação estão por resolver. Os edifícios escolares estão degradados, não há apoio ao Pré-Escolar e aos deficientes. Assiste-se, dia-a-dia à Falência Técnica da Administração Camarária que não é capaz de atrair investimento e fundos estruturais. Não consegue dialogar com o Poder Central, muito menos com a Comunidade Europeia. Faltam os Espaços Verdes, destroem-se os pinhais e as construções surgem desordenadas. Não tem havido uma Política de Solos nem de Habitação faltando os apoios ao cooperativismo habitacional. O Rio Cávado tem sido esquecido e delapidado com a extracção abusiva de areias, destruindo-se as suas margens, poluindo as suas águas e destruindo as espécies naturais. A Saúde Pública está doente neste concelho. Não há saneamento básico, não se fazem campanhas de sensibilização na área das toxicodependências e doenças sociais.

O Partido Socialista promete que se for Câmara manterá um diálogo permanente com os órgãos do Estado, e com as instâncias da Comunidade Económica Europeia. Tudo fará para ter uma política de boa vizinhança com os concelhos vizinhos no sentido de executar projectos intermunicipais, nomeadamente na bacia hidrográfica do rio Cávado. O PS mostrou-se muito empenhado no processo de regionalização e na consequente criação das regiões administrativas. Uma das suas promessas era trabalhar com as 15 freguesias do concelho, apoiando os seus projectos e defendendo uma maior transferência de competências para as Juntas de Freguesia.

O Plano Director Municipal foi apresentado como primeira prioridade e dele dependerá o fomento das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços de forma a assegurar a qualidade de vida, o bem-estar e a segurança das populações.

A CDU – Coligação Democrática Unitária, elege como slogan da sua campanha **“Construir o Futuro com Juventude, Dinamismo e Competência”** e apresenta como candidato à Câmara Joel Duarte dos Santos¹¹⁰ e à Assembleia Municipal António Fernandes de Matos¹¹¹.

Joel Duarte começa desde logo com um esclarecimento que *“nestas eleições, não se decide*



só quem vai ganhar. Vai também decidir-se quem estará ou não representado nos Órgãos Autárquicos” e com uma denúncia *“O CDS e o PSD representam a continuidade da política de desastre municipal”* e que o *“PS não é alternativa credível”*. Para a CDU a gestão personalizada que o CDS impôs traduziu-se em *“desleixo, desinteresse, compadrio e corrupção”*. O clima de mau estar e desentendimento na vereação camarária foi notório durante a pré-campanha onde tudo valeu *“foram as acusações, as censuras, os insultos e até mesmo as*

ameaças a que o Povo de Esposende assistiu”, situação que nada dignifica os Órgãos

¹¹⁰ - Da sua lista faziam parte Manuel do Cabo Fernandes Grilo, Manuel Luís Ramoa Ferreira Capa, José Cândido Vinhas Novais, Marcelo Augusto Queiroz Ribeiro da Cruz, Noé Alves Miquelino Guimarães, Ana Maria Ferreira do Couto Pinto, Maria Hermínia Gigantes Bacelar Fernandes, José António Ferreira Vilares Pires e Manuel Pereira dos Santos.

¹¹¹ - Integravam a sua lista Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, Sérgio Augusto Duarte dos Santos, Maria Ernestina da Silva Ribeiro, José da Cruz Carvoeiro, João Maria Loureiro da Costa, Maria Elisa Gigante Bacelar Fernandes, Edgar Macedo da Costa, José Sampaio de Azevedo, Joaquim Lima dos Santos, Carlos Manuel Ferreira Morgado, Manuel António Araújo, João José Soares Pedras, Manuel Ribeiro Machado, Joaquim José Pereira Ribeiro, Berta Esperança Anciães Monteiro, Antonio Agonia Pereira, Fernando Regado Calheiros, João José de Sousa Morais, Marcelino Peixoto Ribeiro, Manuel Ramos Bernardino, Maria Paula Alves da Silva Morgado, Paula Cristina Morgado Ferreira, Álvaro de Barros Paquete, Manuel Maria de Sousa Nunes da Silva, Maria Moreira Portela Pedras, Francisco Gomes Pereira, Abílio de Jesus Laranjeira Alves, Salvina Anciães Monteiro da Cunha,

Manuel da Costa Laranjeira, Zélia Maria Morgado Carvoeiro, Maria Neli da Silva Ribeiro, José Manuel Rodrigues Moreira, Maria Adelaide Ribeiro Vieira e Carmem Pedras da Silva.

Autárquicos do Concelho. E tudo isto porquê? A CDU esclarece que tudo aconteceu devido *“aos exageros nos fretes e favores a Amigos dos vereadores do CDS e do PSD”*. Mas acusam, igualmente, o PS e os seus eleitos, quer na Assembleia Municipal quer nas Assembleias de Freguesia, porque nunca foram capazes *“de tomarem a iniciativa de denúncia ou até mesmo de esclarecimento sobre a actividade destes órgãos”*. Sendo assim *“para que votar em quem não tem força nem interesse em participar e intervir na defesa do nosso concelho. O Partido Socialista, em vez de dizer o que vai fazer, seria bom que dissesse o que fizeram os seus membros nos Órgãos para que foram eleitos”*. Não bastaria, no pensamento da CDU, *“mudar de pessoas, é necessário mudar de política”* e só a CDU estaria isenta e seria capaz de implementar um novo estilo de gestão e funcionamento dos órgãos Autárquicos. Assim. No seu manifesto eleitoral e ao falar de Política Urbana e Rural, a CDU promete Saneamento e Abastecimento de Água a todo o concelho, defender o Património Histórico e Cultural do Concelho (Moinhos da Abelheira), fazer a despoluição dos rios Cávado e Neiva, promover a Habitação Social, dotar as Juntas de Freguesia com Sedes próprias, melhorar a Rede de Iluminação Pública, melhorar a Rede Viária Concelhia, definir os Pólos de Desenvolvimento Industrial, etc.

Na área do Turismo propunham-se construir Parques de Campismo, requalificar para Zona de Convívio o Monte de S. Lourenço, aproveitar o potencial turístico dos Moinhos de Abelheira e as Azenhas do Neiva, proceder à Limpeza das Praias, construir Piscinas em Esposende, Fão e Apúlia assim como criar vários Circuitos Turísticos.

No domínio da Cultura, Ensino e Desporto a CDU desenvolveria ações de Animadores Culturais e promoveria a dinamização da Biblioteca Municipal, recuperaria o Cine Teatro e procederia à requalificação da Casa da Cultura. No Ensino pugnaria pela construção descentralizada de Jardins de Infância e de Parques Infantis, pela construção de Escolas

Primárias em Esposende e Forjães assim como pela criação de uma unidade de Ensino C+ S a Sul do Cávado. Na vertente Desportiva seria constituído o Conselho Desportivo Municipal que coordenaria e dinamizaria todas as actividades desportivas.

No que respeita à Saúde a CDU seria uma voz activa junto Poder Central para a instalação de um Hospital Concelhio, de modo a permitir uma assistência capaz a toda a População.



Candidatos e Resultados:

	Partido	Candidato	Resultado
Câmara Municipal	PPD-PSD	Alberto Queiroga Figueiredo ¹¹²	8169
	CDS	Laurentina V. F. Torres Losa de Faria ¹¹³	6343
	PS	Juvenal Silva	1960
	APU	Joel Duarte dos Santos	353
Assembleia Municipal	PPD-PSD	António Fernandes Ribeiro ¹¹⁴	7824

¹¹² - Alberto Queiroga Figueiredo – Natural de Apúlia, Industrial Têxtil, 39 anos de idade, casado, natural e residente em Apúlia. Possui o Curso do Instituto Comercial (actual Instituto Superior de Contabilidade e Administração). Vereador da 2.ª Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Esposende e da actual Câmara, Presidente da Assembleia de Freguesia de Apúlia de 1982/ 84.

¹¹³ - Laurentina Veloso Fernandes Torres Losa de Faria – Natural de Apúlia, Professora do Ensino Básico.

¹¹⁴ - António Fernandes Ribeiro – Natural de Palmeira de Faro, Engenheiro Civil - licenciado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Engenheiro Civil do ex - Fundo de Fomento de Habitação (1976 a 1983).

	CDS	Rosa Cardoso Salgado Torres Fonseca	6264
	PS	José Luís Correia de Azevedo	2232
	APU	António Fernandes de Matos	432

Nas Freguesias

O PSD ganha 7 Juntas de Freguesia

O CDS ganha 8 Juntas de Freguesia (inclui a LAP)

Em Forjães concorreu para a Junta a LIF – Lista Independente de Forjães

Em Gandra concorreu para a Junta a LIG – Lista Independente de Gandra

Em Palmeira concorreu a LAP – Lista Independente de Palmeira

Composição dos Órgãos:

	Presidência	Vereadores	Deputados Municipais
Câmara Municipal	PPD-PSD	PPD-PSD	<ul style="list-style-type: none"> • Aparício R. C. Maranhão • Manuel A. Barros Viana • Rosa Torres da Fonseca • Agostinho Penteado Neiva • José Igreja Azevedo • Manuel Brás Marques • José L. Correia Azevedo • João Vilarinho Rodrigues • José A. Nobre Madureira • António Maranhão Peixoto • Alberto da Cruz Pereira • Manuel Sampaio Azevedo • Manuel B. de Oliveira • Óscar H. G. Viana • Gumerzinda J. Francisco • Altamiro Almeida Marques • Raul de C. Alves Pimenta • Germecindo Rodrigues • Manuel C. Matos Ferreira • Manuel Machado Torres
	Alberto Queiroga Figueiredo	Adelino Miranda Marques Manuel Albino Penteado Neiva Alberto Luciano da F. Torres	
		CDS	
Assembleia Municipal	PPD-PSD António Fernandes Ribeiro	Laurentina Veloso Losa de Faria José Barros de Oliveira ¹¹⁵ José Armando Cruz Carvalho	

Técnico Superior do Instituto de Emprego e Formação Profissional (em exercício com actividade suspensa). Coordenador Nacional da Implementação e Construção dos Novos Centros de Formação Profissional (1983 a 1985). Responsável da zona norte do Sector de Obras e Instalações do Instituto de Emprego e Formação Profissional (actividade suspensa). Deputado à Assembleia da República (V Legislatura)

¹¹⁵ - Foi substituído por João Paulo de Castro Morais Gomes e este por sua vez foi substituído por Paulo Marinho Guimarães Martins Pilar.

2.6 - Eleições Autárquicas de 12 de Dezembro de 1993¹¹⁶



Sem dúvida que estas eleições se disputaram com grandes expectativas e, mais uma vez a campanha ficou concentrada na eleição do Executivo Municipal atirando para secundaríssimo plano as restantes eleições – Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia.

De facto a eleição para os Presidentes da Juntas de Freguesia parecia estar resolvida pois, praticamente, todos se congregaram à volta de Alberto Figueiredo.

Durante a campanha os partidos da oposição procuraram a todo o custo neutralizar a popularidade do candidato do PSD Alberto Figueiredo e a vantagem que este trazia das eleições de 1989.

O PSD saiu muito reforçado – com maioria absoluta, nestas eleições tendo sido fortemente penalizado o CDS/PP cuja candidatura não demonstrou muita capacidade organizativa nem mesmo o empenho que costumava ter em campanhas anteriores. Para a Câmara o PSD arrebatou 61% da votação e para a Assembleia Municipal 53,9%. Esta maioria absoluta na Assembleia elegeu, sem dificuldade, para seu Presidente o Eng. António Fernandes Ribeiro.

¹¹⁶ - Em 12 de Junho de 1994 realizaram-se as Eleições Europeias. A abstenção foi enorme. Aqui no concelho o PSD foi o partido mais votado (3921 votos) seguindo-se o PS com 2270 votos e o CDS obteve 2254. A CDU só conseguiu 271 votos.

A situação mais delicada nestas eleições ocorreu em Vila Chã pois aqui o PSD tinha como candidatura opositora uma lista do MPT – Movimento do Partido da Terra, encabeçada por António Carlos Vieira da Silva. Esta lista surge em desacordo com o candidato Albino Sampaio de Boaventura por este se apresentar como candidato do PSD quando antes era do CDS/PP. No acto eleitoral de 12 de Dezembro a lista do PSD ganha com dois votos de diferença (na secção de voto n.º 1) mas logo a eleição é contestada pelo MPT, aludindo a irregularidades no acto da votação. É marcado novo acto eleitoral saindo, desta vez, o MPT como candidatura vencedora.

Os resultados eleitorais não foram, de forma alguma, bons para o CDS/PP tendo descido mais de 50% na sua votação mesmo tendo contado com figuras nacionais como foi o caso de Mota Campos que aqui veio dar uma ajuda na campanha.

O PS fez substituir Juvenal Silva por um outro médico, oriundo de uma família esposendense mas radicado em Guimarães. Estamos a falar de Manuel Nunes Beirão. É verdade que, com Juvenal Silva para a Assembleia Municipal o PS pretendia voltar a valer-se da popularidade que este conseguiu ganhar em eleições anteriores. A apresentação dos vários candidatos, com destaque para Manuel Beirão à presidência da Câmara, fez-se no Hotel Nélia no dia 1 de Outubro. Para dar força à candidatura o PS distrital esteve em peso neste jantar, vendo-se, ao lado do candidato, Fernando Moniz, Coordenador Distrital e os deputados socialistas Laurentino Dias e Domingos Azevedo. Luís Lamela, Presidente do Secretariado do PS – Esposende fez as apresentações e traçou o perfil do candidato à Câmara. Manuel Nunes Beirão apelou a todos os socialistas no sentido de *“haver uma coesão firme contra o inimigo laranja”*.

O PS viu a sua votação reforçada graças ao esforço e aposta do partido nestas eleições que fez passar por Esposende figuras nacionais. Procurou, na sua campanha eleitoral, denunciar

que o que se tinha vivido nos últimos quatro anos de mandato PSD que foi a *“alegria do dinheiro fácil”*. Diziam que para Esposende vinha dinheiro a rodos *“era o da área de jogo, era o da CEE, era o do apoio ao Autarca-Modelo”* mas que as opções nem sempre foram as melhores – *“auditórios, sem rentabilidade”*, puras *“obras de fachada”* mas as *“infra-estruturas dum Concelho da Europa dos 12 mantiveram-se idênticas ao que eram há décadas”*.

A CDU, como sempre, apresenta os seus candidatos dispostos a trabalharem pelo concelho e, sobretudo, a denunciarem políticas que vão contra os seus ideais. No dia 17 de Setembro a CDU promoveu uma Sessão Pública, onde esteve Luís Sá, Membro da Comissão Política do PCP. Aí foram apresentados os vários candidatos nomeadamente os que se apresentam para



a Câmara e assembleia Municipal. Manuel Carvoeiro, candidato à presidência da Câmara, começou por dizer que *“a gestão PSD não cumpriu as promessas que havia formulado, revelando ao longo do mandato, incapacidade para a resolução dos grandes problemas”* nomeadamente as questões ambientais que se prendem com o Cávado, Neiva e ribeiro do

Peralto, assim como a destruição das dunas e o avolumar dos lixos nos pinhais. Afirmava que, mais uma vez, a CDU iria intervir com propostas concretas.

Ao longo do mandato do PSD mereceu referência a suspensão de funções de presidente de Alberto Figueiredo, suspensão apresentada à reunião de Câmara de 14 de Março de 1996 e por um período de 180 dias. Na altura Alberto Figueiredo informou que o fazia por razões que se ligavam à sua actividade empresarial mas, na altura, não faltou quem dissesse que o

fazia por algum *“desencanto com as atitudes assumidas pela classe política”*. Esta suspensão termina em 29 de Julho, altura em que Alberto Figueiredo resolve retomar as suas funções autárquicas. É a partir desta altura que começam a vir a público os conflitos entre o Presidente e o seu Vereador substituto Tito Evangelista e Sá.

O PSD vai escolher como lema da sua campanha eleitoral **“Vamos Continuar Pela Nossa Terra”**. Afirmava que em 1989 tinha apresentado um programa inovador *“repleto de projectos e de vontade em trabalhar pelo Desenvolvimento da nossa Terra”*. A mensagem passou, foi sufragada, sendo *“notória a vontade da mudança”*. O PSD cumpriu com o prometido no seu manifesto *“fruto de um bom diálogo entre Câmara Municipal e Governo”*. Lembra que quem esteve ausente do concelho durante alguns anos nota claramente os sinais de Progresso e Desenvolvimento. Há, no entanto, ainda mais para fazer e essa é a razão para *“continuar um trabalho iniciado”*.

O PSD faz um apelo expresso aos munícipes para que *“faça uma análise Fria e justa, sem falsos rodeios, da nossa actuação e então, estaremos em condições de lhe pedir que volte a confiar em nós, dando-nos o seu voto”* pois a vontade do PSD é **“Continuar a Progredir”**.

Na área da Educação havia necessidade de continuar e redefinir a Rede Escolar do Concelho e pensar seriamente nos projectos de Ensino Integrado para que os alunos dos vários níveis de ensino *“usufruam dos espaços existentes, mais precisamente cantinas, polivalentes e outros equipamentos desportivos”*. Continuar com a política da melhoria e construção de Pré-Primárias dotando-as com condições que beneficiem as crianças e os seus pais. Concluir a construção da nova Escola Preparatória de Esposende, fomentar o Ensino Profissional com cursos ligados às áreas das pescas, turismo e hotelaria. Apoiar as Actividades Pedagógicas das escolas com material e outras acções complementares. Era importante implementar as

Cantinas Escolares. Apoiar os estudantes com Bolsas de Estudo. Continuar com o projecto do Desporto Escolar. Apoiar os Cursos Socioprofissionais e o Ensino Integrado para Deficientes. Na área da Cultura, nos últimos quatro anos foram lançadas *“as bases de uma importante política cultural”*. Edificaram-se a Biblioteca Municipal, o Museu Municipal, o Centro Cultural de Fão e o Auditório Municipal. Foi implementada a Biblioteca Itinerante no concelho e iniciou-se a reorganização do Arquivo Municipal. Foram criados os Serviços de Arqueologia. Para este mandato o PSD propunha um novo impulso à dinamização das estruturas culturais criadas. Dotar Forjães com um Centro Cultural a instalar no edifício das Escolas Rodrigues Faria. Proceder à Recuperação de recantos de interesse histórico e edifícios antigos. Continuar com o incentivo ao estudo do concelho, quer no capítulo da Arqueologia quer das Fontes Documentais. Dar apoio às Associações Culturais do concelho e dotar com espaços condignos as Escolas de Música e de Ballet. Retomar a actividade cinematográfica no auditório Municipal.

No domínio da Saúde e em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia, recuperar o Hospital Valentim Ribeiro. Apoiar a Cruz Vermelha e as Corporações dos Bombeiros Voluntários. Instalar em Belinho uma Extensão do Centro de Saúde. Dotar a sede concelhia com um novo e moderno Centro de Saúde.

Na Acção Social, onde este executivo foi inovador, continuar no Apoio às Famílias mais carenciadas, promover a criação de ATL e Centros de Dia para Idosos. Dotar as Juntas de Freguesia com transportes próprios. Acabar com as bolsas de pobreza e implementar o Programa de Luta contra a Pobreza.

Para a Juventude o PSD lembrava que tinha dotado o concelho com uma moderna e atraente Pousada da Juventude, que tinha instalado em Fão um Centro de Informática com o apoio do Instituto das Novas Tecnologias. Continuar a apoiar os jovens do concelho nas suas

mais variadas actividades, dotando o concelho com novos espaços culturais destinados, sobretudo, aos mais jovens era uma das promessas do PSD. Dar novo impulso ao Desporto Jovem, continuar com a política da atribuição de Bolsas de Estudo, dinamizar a Escola Profissional de Esposende. Continuar a desenvolver o Programa de Apoio á Habitação a preços controlados, dirigida essencialmente aos Jovens deste Concelho.

No Desporto era importante dar continuidade à política iniciada. A sede concelhia foi dotada com um Estádio Relvado, construiu-se a Piscina de Forjães e está em curso a obra das Piscinas Municipais em Esposende. Serão edificados novos Polidesportivos nas freguesias e será dado apoio ao Desporto Competitivo.

Quanto à Habitação elaboraram-se vários Planos de Pormenor, fez-se um levantamento exaustivo das várias bolsas de habitação degradada, de forma a procurar soluções para o seu combate. Assim o PSD propõe continuar a dar apoio a Auto-construção, implementar o Plano de Luta contra a Pobreza e edificar um conjunto assinalável de casas para famílias de menores recursos.

No Urbanismo o PSD refere ter feito aprovar o PDM *“que traçará as regras de crescimento do concelho nos próximos anos”*. Pugnará por proceder ao arranjo urbanístico dos centros das freguesias, dotando-as com passeios, jardins e praças públicas, recuperar as zonas antigas, requalificar a Marginal de Esposende e dotar Esposende com mais espaços ajardinados.

No que diz respeito às Obras Municipais o PSD orgulha-se da obra feita nomeadamente a nível do Saneamento e Água, da Rede Viária e da Recolha de Lixos. Pretende dar continuidade nessa área à construção de Novas Vias, concluir o Plano Director de Saneamento, alargar a Rede de Saneamento e Água, melhorar a Rede de Iluminação Pública.

Proceder ao Arranjo Urbanístico em vários espaços concelhios e finalizar as obras no Edifício da Câmara Municipal.

Para o Desenvolvimento Económico havia necessidade de continuar a *“atrair para o nosso concelho novas indústrias de modo a promover o emprego e o bem-estar das famílias”*. Para isso era fundamental criar um Gabinete Técnico de Informação *“com vista a apoiar todos os sectores económicos, onde poderão entre outros assuntos, conhecer a mecânica dos Fundos*



Comunitários”, melhorar os Acessos às Áreas Agrícolas e apoiaremos as instituições ligadas e este Sector, construir a Doca de Pesca e dar apoio à Formação de Pescadores, através do pólo do Forpescas.

Sobre o Ambiente o PSD propõe a criação de uma Divisão do Ambiente *“de modo a estudar todos os casos de agressões ao ambiente e evitar a degradação do mesmo”*, promover junto das Escolas a Educação Ambiental, criar Parques de Lazer, promover a Protecção da Faixa Costeira e defender as Bacias dos Rios Cávado e Neiva.

Na vertente do Turismo haverá a preocupação do executivo em continuar a *“defender a imagem do Concelho como sendo um produto ímpar a oferecer a quem nos visita”*, dotando o concelho com diferentes itinerários que permitem a prática do Turismo Cultural e Turismo Ambiental. Promover a edição de um Roteiro Turístico de Esposende. Junto da Escola Profissional de Esposende diligenciar no sentido de se ministrarem cursos de Hotelaria e similares para melhor formação dos activos nesta área. Dar uma atenção especial à limpeza

das praias. Apoiar a Indústria Hoteleira do concelho, incentivar a animação fluvial, construindo uma Marina de Recreio. Dotar a Câmara com um Gabinete Municipal de Turismo.

O PS não esconde alguma preocupação na elaboração do seu manifesto eleitoral pois *“há a tendência de recorrer a termos muito técnicos, e, sobretudo, de prometer mundos-e-fundos, quantas vezes coisas fúteis esperando que o eleitorado vote aliciado pelo sonho de ver conclusões impossíveis, muitas vezes não dependentes de quem as promete”*. Mesmo assim elege como lema da sua campanha **“O Futuro Já é Nosso”**. Lamenta o facto de outros partidos – e o destino é claramente o PSD e o CDS, terem feito promessas e as renovem ciclicamente em campanhas eleitorais. O PS reafirma que querem fugir a esta demagogia porque *“as pessoas estão primeiro”* e que, afinal, aquilo que prometem e vão cumprir, é investir nas infra-estruturas básicas pois ainda estão, na maioria, por fazer.

O PS promete que em termos de Habitação Social irão isentar de taxas e fornecer projectos gratuitos aos mais carenciados, apoiar a construção social e cooperativa, incentivar a Autoconstrução, recuperar o Parque Habitacional Degradado, promover infra-estruturas para construção a preços controlados e fazer cumprir e fiscalizar o PDM.

Na área da Saúde dialogar com o governo para a resolução dos problemas mais prementes da saúde no Concelho. Exigir o atendimento permanente durante 24 horas/dia, apoiar as unidades de saúde do concelho, desenvolver programas de prevenção de saúde da grávida e da criança.

Para a Educação o PS preconiza a melhoria do Parque Escolar, criar em todas as freguesias o Ensino Pré-Primário, incrementar os Cursos de Alfabetização no concelho, melhorar os Transportes Escolares, atribuir Bolsas de Estudo, promover a Formação Profissional,

promover campanhas activas de sensibilização para luta e prevenção de tabagismo, alcoolismo e toxicoddependência.

Para as questões ligadas ao Trabalho o PS propõe apoiar as indústrias que venham a criar postos de trabalho e disponibilizar fundos camarários para correcção de degradações sociais causados pela falta de emprego.

Sobre Vias de Comunicação promover contactos com o governo para *“apressar a conclusão do IC1 e ouvir as freguesias no que respeita a acessos e organização dos nós rodoviários”*, diminuir a sinistralidade nas vias de comunicação do concelho, beneficiar as vias existentes e construir novas estradas e caminhos, estabelecer contactos com os concessionários dos transportes públicos no sentido de um melhor ajuste de horários, para minimizar a inexistência de rede municipal de transportes.

Sobre Esgotos Sanitários alargar a Rede de Saneamento a todo o concelho, estudar a melhor colocação das ETAR para evitar choques ambientais, recolha diária dos Lixos e proceder à sua separação e reciclagem.

Sobre a Água era proposta a distribuição a todo o concelho, com revisão das taxas de instalação, o efectivo controle das características bacteriológicas e físico-químicas da água, exigir que fossem tratados previamente os resíduos industriais lançados nos rios e/ou solos e determinar a limpeza dos trajectos naturais e das ribeiras.

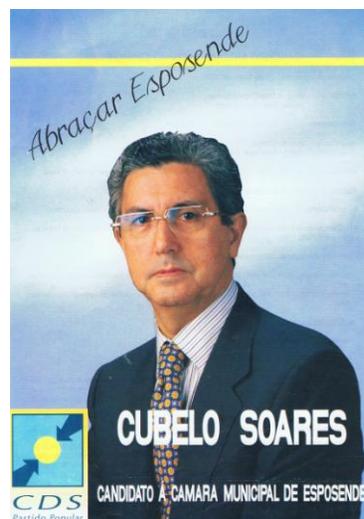
Quanto ao Turismo o PS defendia que fosse definido, de uma vez por todas, qual o tipo de Turismo mais adequado, aproveitando todas as potencialidades concelhias, dotar o concelho com Parques de Campismo, incrementar o Turismo Rural, dinamizar os Desportos Náuticos e criar um Roteiro Turístico.

Ao falar da Juventude as propostas incidiam na ocupação dos tempos livres, habitação para jovens, centros de convívio com orientação de animadores culturais e na criação de um Gabinete de orientação e apoio para Jovens.

Na área do Desporto a construção do Complexo Desportivo Municipal, dotar as freguesias com circuitos de manutenção e apoiar as colectividades desportivas do concelho.

Para a Cultura o PS defendia a criação de Bibliotecas nas Juntas de Freguesia, dinamizar os espaços culturais existentes e apoiar as Associações culturais do concelho. Em termos Sociais criar de Centros de Dia onde fossem necessários.

No domínio do Desenvolvimento Económico, e para a Agricultura, dotar o concelho com uma Feira agrícola semanal, apoio à industrialização da actividade agrícola, incentivar a Agricultura biológica e fomentar o Associativismo. Nas Pescas apoiar a pesca artesanal, lutar junto do poder central pela construção do Porto de Pesca, Barra e Esporões e criar uma rede de distribuição do pescado.



Para que este programa fosse concretizado o PS propunha criar um Gabinete do Município, um Gabinete Especializado nas áreas da CEE, descentralizar do poder camarário e dotar as freguesias com Sedes de Junta dignas e funcionais.

O CDS escolhe como lema da campanha eleitoral “**Abraçar Esposende**”.

No seu manifesto volta a realçar a importância dos fundos comunitários e o candidato salienta que os *“gestores dos Municípios devem ter razão de análise no recurso a estes financiamentos, mas, acima de tudo, na sua correcta aplicação”* e, se assim não for, *“fazem-se obras que poderão considerar-se desajustadas quer em relação às reais e actuais*

necessidades da população, quer na sua projecção em termos de futuro". Com os investimentos megalómanos e findos aqueles apoios poder-se-á correr o risco, nas palavras de Cubelo Soares, de "não haver disponibilizações financeiras nem meios de as gerar para prover sequer a manutenção das obras agora feitas".

Tal como o PS, o CDS acusava de se ter *"aplicado dinheiros sem critério em obras que, se necessárias, não foram projectadas para esse futuro, porque não defendem os interesses da população mas sim o de pessoas ou grupos de pessoas que directamente delas beneficiam".* Classificam muitas das obras como *"de fachada"*.

Era desta forma que o CDS apresentava, e defendia, as suas grandes opções para o município esposendense.

Na Rede Viária propunha a melhoria de vias e a substituição de "Caminhos Municipais" por "Estradas Municipais". Proceder à limpeza das vias municipais e dotá-las com condutas de águas pluviais.

Na área do Planeamento Urbanístico e Urbanização, o CDS propõe implementar os Planos de Pormenor para cada freguesia e proceder a arranjos urbanísticos assim como proceder à revisão do PDM – Plano Director Municipal e *"expurgá-lo das ilegalidades que contém e repor critérios de justiça na sua elaboração"*

Quanto à Educação seria feito o levantamento da População Estudantil do Concelho, adequar os edifícios escolares existentes às novas necessidades, criação de Pré-Primárias e de Cantinas Escolares, sensibilizar os jovens para as questões ambientais, incentivar as Visitas de Estudo, transferir, nesta área, competências para as Juntas de Freguesia, reordenar os Transportes Escolares, promover o Mecenato na Educação e proceder a Campanhas de Informação de forma a prevenir e eliminar a droga e a delinquência juvenil.

No domínio da Saúde fazer o levantamento das necessidades reais dos Hospitais de Fão e de Esposende e dos Centros e Extensões de Saúde, levantamento das especialidade médicas existentes no concelho, construir o Centro de Saúde de Apúlia e disponibilizar em cada freguesia um espaço para a prestação de cuidados de saúde primários.

Para a resolução dos problemas da Habitação implementar o Programa de Luta Contra a Pobreza, disponibilizar terrenos para a Auto-construção, construção de fogos a Custos Controlados *“com vista a facilitar condições de habitabilidade aos casais jovens e aos residentes em “barracas, “construções abarracadas, “ilhas” e “ghetos”*.

Para o Ambiente criar Jardins, Espaços Verdes e Parques. Aqui o CDS acusa o PSD de nada ter feito neste sentido e destruído o existente. Elaborar o Plano de Arborização do Concelho, proteger os rios Neiva e Cávado, apostar na manutenção das Praias e proteger Orla Litoral.

Na questão da Água, Saneamento e Salubridade o CDS preconiza o alargamento da Rede de Água a todo o concelho, reformular a política dos custos de instalação e consumo, adoptar medidas rigorosas de controlo da água. Para o Saneamento rever a Rede de Saneamento, construir ETAR's, e reformular a política dos custos de taxas de ligação e manutenção. O CDS propunha a Recolha e Tratamento de Lixos que funcionasse de forma satisfatória e eficaz, fiscalizar os Lixos Industriais e criação de Ecocentros.

Na área do Desenvolvimento Económico do concelho propunha-se a criação de Infra-estruturas Industriais para atracção de indústrias, geradoras de empregos e de riqueza para o Concelho, fomento das Pescas e da Agricultura e promoção do Turismo.

Para o desenvolvimento Cultural e Desportivo era urgente, para a Cultura, proceder ao levantamento dos espaços culturais do Concelho, melhorar os edifícios escolares, promover Realizações Culturais, defender o Património cultural, reestruturar a Biblioteca Municipal e criação de Centros Cívicos. Para o Desporto, aproveitamento total dos espaços desportivos

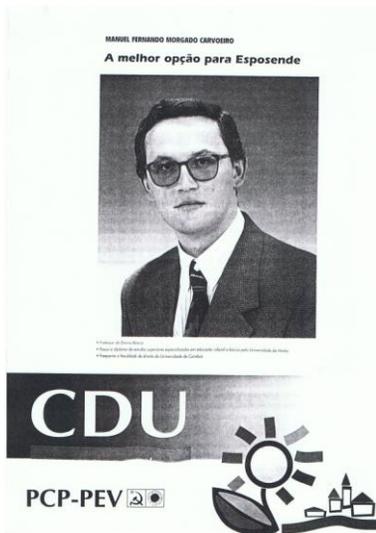
existentes, apostar no Desporto Escolar, apoiar as Associações Desportivas do concelho e construir alguns Gimnodesportivos.

No âmbito da Acção Social apostava-se na criação de Creches e Jardins-de-infância e de Lares e Centros de Dia. Promover Campanhas Solidárias e colaborar com as instituições de Assistência Social.

Quanto à Juventude era urgente promover Programas para Jovens nas áreas da Cultura, Desporto e Solidariedade.

Era importante para o CDS olhar para a Protecção Civil sobretudo para a acção da GNR e colaborar com esta força policial na defesa e segurança dos municípios.

A CDU na apresentação do seu programa eleitoral reafirmava que *“a gestão PSD não*



cumpriu as promessas que havia formulado, revelando ao longo do mandato uma incapacidade para a resolução dos grandes problemas que têm, no decorrer dos anos, dificultado o quotidiano vivencial das gentes desta terra”.

Assim, os candidatos da CDU procuram apresentar um *“Programa que visa responder as carências mais urgentes”*

dos municípios do concelho de Esposende, começando pela área do Ambiente onde propõem a elaboração de um Plano de Ordenamento e Defesa do Território *“de modo a que as dunas primárias e secundárias e o Pinhal de Ofir sejam*

defendidos”, lutarão pelo alargamento da Área de Paisagem Protegida, pela defesa intransigente dos Rios Cávado e Neiva, *“despolui-los e criar espaços verdes nas suas margens”* e criar um Centro de Educação Ambiental.

Para o Turismo defendem a construção de dois Parques de Campismo (Norte e Sul), conservar e defender o património histórico e cultural do Concelho (Moinhos e Azenhas da Abelheira, Azenhas do Neiva e Moinhos da Apúlia), preservar as praias do concelho, promover a criação de uma Associação destinada a promover interna e externamente as potencialidades turísticas do concelho, promover a Gastronomia e realizar o Roteiro Turístico do concelho.

Para as áreas da Cultura e Desporto, dotar o concelho com um Conselho Desportivo Municipal, que coordene e dinamize a actividade desportiva, criar um Núcleo de Animadores Culturais, construir um Complexo Gimnodesportivo e promover o Desporto Escolar.

A CDU lutaria para que o governo, de uma vez por todas, resolvesse o problema da Barra de Esposende e promoveria a construção de uma Lota “de modo a evitar a perda da venda de peixe como das respectivas contribuições”.

Para a Juventude a CDU propunha a criação de Programas Juvenis e a constituição do Conselho Municipal para a Juventude.

No domínio da Habitação era importante a elaboração de um Plano de Urbanização, o fomento da Habitação Social e a criação de um Gabinete de Apoio à Construção.

Para a Água e Saneamento a CDU propunha a Análise Periódica à água e o alargamento da Rede de Abastecimento de água a todas as Freguesias em quantidade e quantidade. Quanto à Rede Eléctrica reivindicar junto da EDP a reabertura dos serviços da EDP.

Para o Ensino era importante o Alargamento da rede de instalações do Ensino Pré-primário, melhorar os Edifícios existentes, criação de dois Centros de Recursos Educativos e constituir o Conselho Local de Educação.

Sobre o Desenvolvimento Económico e para a área da Indústria e a Agricultura, a CDU preconizava a instalação de um Parque Industrial, apoiar as lutas dos trabalhadores e as

reivindicações dos Agricultores, elaborar um estudo em articulação com os agentes económicos privados para a construção de Estações de Tratamento dos seus efluentes.

Quanto às Freguesias propunha-se descentralizar para as Freguesias competências e meios materiais e humanos.

Na área da Saúde a CDU prometia lutar pela edificação de um Hospital Concelhio, pela reabertura do Serviço de Atendimento Permanente, pela construção de Centros de Dia para apoio à terceira idade, pela melhoria das condições de funcionamento das Extensões do Centro de Saúde do Concelho.



Candidatos e Resultados:

	Partido	Candidato	Resultado
Câmara Municipal	PPD-PSD	Alberto Queiroga Figueiredo¹¹⁷	10913
	CDS	Francisco A. Machado Cubelo Soares ¹¹⁸	3386
	PS	Manuel José Igreja Nunes Beirão	2487
	APU	Manuel F. Morgado Carvoeiro ¹¹⁹	507
Assembleia Municipal	PPD-PSD	António Fernandes Ribeiro¹²⁰	9635
	CDS	Laurentina V. Torres Losa de Faria	3728
	PS	Juvenal Silva	3138
	APU	José Cândido Vinha Novais ¹²¹	692
		Inscritos	23891
		Votantes	17874
		Votos em Branco	384
		Votos Nulos	291

¹¹⁷ - Alberto Queiroga Figueiredo – Natural de Apúlia, Industrial Têxtil, 39 anos de idade, casado, natural e residente em Apúlia. Possui o Curso do Instituto Comercial (actual Instituto Superior de Contabilidade e Administração). Vereador da 2.ª Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Esposende e da actual Câmara, Presidente da Assembleia de Freguesia de Apúlia de 1982/ 84.

¹¹⁸ - Francisco António Machado Cubelo Soares – Natural de Marinhãs, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Foi Delegado do Procurador da República no Tribunal de Esposende e no Tribunal de Paredes (Porto) em 1965/1966. Em 1966 deixa de ser Magistrado do Ministério Público. No mesmo ano abre o seu escritório de Advogado em Paços de Ferreira e depois no Porto. Desde 1987 que é Empresário no sector da Metalurgia e Metalomecânica na Cidade da Maia.

¹¹⁹ - Manuel Fernandes Morgado Carvoeiro, natural de Marinhãs, na altura Professor do ensino Básico, detentor do Diploma de Estudos Superiores Especializados em administração Educacional. Hoje Inspector do Ensino, Advogado e Deputado Municipal.

¹²⁰ - António Fernandes Ribeiro – Natural de Palmeira de Faro, Engenheiro Civil - licenciado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Engenheiro Civil do ex - Fundo de Fomento de Habitação (1976 a 1983). Técnico Superior do Instituto de Emprego e Formação Profissional (em exercício com actividade suspensa). Coordenador Nacional da Implementação e Construção dos Novos Centros de Formação Profissional (1983 a 1985). Responsável da zona norte do Sector de Obras e Instalações do Instituto de Emprego e Formação Profissional (actividade suspensa). Deputado à Assembleia da República (V Legislatura)

¹²¹ - José Cândido Vinha Novais – É natural de Fão, licenciado em Ciências Matemáticas, Professor. Desde novo militou em movimentos contra o Estado Novo.

Nas Freguesias

Em termos de Juntas de Freguesia o PSD concorre a 12, ganhando 10 Presidências, o PS concorre a 6, ganhando 2 (Esposende e Marinhas).

Concorreram 6 listas independentes (Marinhas, Forjães, Apúlia, Mar, Palmeira de Faro e Rio Tinto) saindo vencedoras, a de Forjães, a de Palmeira de Faro e a de Rio Tinto. Em Vila Chã concorreu uma Lista do MPT – Movimento do Partido da Terra.

Composição dos Órgãos:

	Presidência	Vereadores	Deputados Municipais
Câmara Municipal	PPD-PSD Alberto Queiroga Figueiredo	PPD-PSD	<ul style="list-style-type: none"> • Manuel A. Sampaio Azevedo • Manuel Mariz Neiva • Agostinho Penteado Neiva • Laurentina V. Losa de Faria • José dos Santos Fonseca • Juvenal da Silva • Manuel Fernandes Ribeiro • António Maranhão Peixoto • José Fernandes Cachada • António M. Queirós da Cruz • José Gualdino B. da Silva • João A. Vilarinho Rodrigues • Carlos F. da Costa Palma Rio • José A. Nobre Madureira • Gaspar Capitão Nóvoa • Manuel C. Matos Ferreira • Aparício R. C. Maranhão • Alberto da Cruz Pereira • Luís E. Beirão Faria Lamela • Manuel António Barros Viana
		Tito Alfredo Evangelista e Sá, Manuel Albino Penteado Neiva Maria Fernanda Vicente da Cunha António Areias Marques ¹²²	
		CDS	
		Francisco A. M. Cubelo Soares	
Assembleia Municipal	PPD-PSD António Fernandes Ribeiro	PS	
		Manuel José Igreja Nunes Beirão	

¹²² - Foi substituído por Fernando João Couto e Cepa e, por sua vez, este substituído por Guilherme Barros Pimentel.

2.7 - Eleições Autárquicas de 14 de Dezembro de 1997¹²³

Uma pré-campanha e campanha onde pautaram, mais uma vez, as acusações pessoais e onde, raras vezes se discutia seriamente as propostas dos candidatos e o que se pretendia para o futuro de Esposende. Esta estratégia foi usada, sobretudo, por alguns candidatos



impreparados, denotando muita imaturidade política, e levando os eleitores a não acreditarem nas suas propostas. Sentiram-se alguns sinais de verdadeiro caciquismo que em nada dignificou a política local.

Esta campanha foi marcada, essencialmente, pela corrida à Câmara de dois candidatos, Alberto Figueiredo e Tito Evangelista. Este tinha sido, até então, número dois do executivo municipal, liderado por Alberto Figueiredo.

¹²³ - Em Outubro decorreram as Eleições Legislativas. Verificou-se no concelho de Esposende, tal como a nível nacional, uma grande abstenção com cerca de 35%, pese embora tenha aumentado significativamente o número de inscritos nos cadernos eleitorais. Esta campanha eleitoral esteve muito distante dos cidadãos e demonstrou que na política é necessário que haja civismo e cidadania. Verificou-se que o PSD e o CDS/PP baixaram a sua votação concelhia, verificando-se uma subida do PS e da CDU. No concelho os resultados expressaram-se da seguinte forma: - PSD – 6863; CDS/PP – 2971; PS – 6042 e CDU – 508.

Em Julho de 1999 realizaram-se as Eleições para o Parlamento Europeu onde foi grande a abstenção no concelho (58,3%), tendo estas sido ganhas pelo PSD (38,27%).

Em 10 de Outubro de 1999 decorreram as Eleições Legislativas, para a constituição do XIV Governo Constitucional. O PS ganhou estas eleições com uma maioria relativa sendo o governo liderado por António Guterres. No concelho ganhou o PSD com 6863 votos contra os 6042 obtidos pelo PS e os 2971 do CDS-PP.

Durante o mandato, em Março de 1996, Alberto Figueiredo pediu suspensão, por seis meses, do cargo, alegando “*motivos profissionais*”, deixando na presidência Tito evangelista que, nas palavras de Alberto Figueiredo não demonstrou capacidade para aquelas funções. Perante as razões alegadas por Figueiredo, este regressa à Câmara deixando, naturalmente, Tito evangelista descontente pois sempre se considerou o “*delfim*” do presidente e seu “*sucessor*” natural. Estamos em Julho de 1996. Esgrimiram-se argumentos e lançaram-se acusações graves, por parte de Tito Evangelista, contra Alberto Figueiredo (conferência de imprensa de 10 de Maio de 1997), nomeadamente as questões ligadas a uma empresa de Alberto Figueiredo – a FIGIM, SA e à doação de um terreno ao município esposendense. Este episódio obriga a Comissão Política Concelhia do PSD a retirar a confiança política ao vereador que passa, na vereação, ao estatuto de independente.

O próprio PS faz saber num comunicado tornado público que exigia “*o regresso imediato à Câmara do Sr. Alberto Figueiredo, para assumir a total responsabilidade pela grave situação que criou*”. Refere-se, naturalmente, ao facto de Alberto Figueiredo ter deixado Tito Evangelista na presidência da Câmara.

Já antes, em Novembro de 96, logo a seguir a uma reunião de Câmara¹²⁴, a Comissão Política Concelhia de Esposende do Partido Socialista tinha ameaçado que pediria à IGAT - Inspeção-Geral da Administração do Território “*um vasto conjunto de esclarecimentos, visando, nomeadamente, saber se o presidente da Câmara local, Alberto Figueiredo, se encontra abrangido por alguma incompatibilidade legal, pelo facto de ser proprietário de uma empresa imobiliária com terrenos no concelho*”. Os socialistas tencionavam “*pedir a*

¹²⁴ - Nesta reunião foi votada a doação de um terreno, propriedade de Alberto Figueiredo, à Câmara Municipal. Tito Evangelista votou a favor da doação, por ter entendido que era mais um bem que o município recebia, mas deixou clara, na sua declaração de voto, a sua apreensão pelo facto de o presidente ser proprietário da empresa doadora. Esta declaração de voto custou a Tito Evangelista a confiança política da Concelhia do PSD, que o aconselhou mesmo a abandonar o seu lugar de vereador.

perda de mandato do autarca que o Governo de Cavaco Silva considerou como modelo entre os presidentes sociais-democratas”.

Mas, não foi a única acusação do PS ao Executivo Municipal. Em 19 de Março de 1996, num comunicado distribuído, os socialistas denunciam a questão do depósito de lixo em algumas freguesias do concelho, acusando a Câmara de *“falta de respeito pela população e da total incapacidade para resolver os problemas”*¹²⁵. Perguntam se, perante isto, valerá a pena *“discutir parques de estacionamento subterrâneos, piscinas megalómanas ou marinas de luxo quando alguns problemas primários não foram objecto de estudo e planeamento?”*.

Alberto Figueiredo e Tito Evangelista entram em rota de colisão. O primeiro *“chega a pedir desculpas à população de Esposende por ter assumido o compromisso com Tito Evangelista de que renunciava ao mandato a seu favor”* e Tito defende-se acusando Figueiredo de *“ter faltado a esse compromisso com difamação e golpes baixos”*.

Tito Evangelista desfilia-se do PSD em inícios de Abril – enviando a sua carta de demissão ao líder nacional do Partido e, logo, apresenta-se como candidato à Câmara nas eleições que se seguiriam, com ou sem apoio partidário. Dizia que o fazia *“por imperativo cívico e de consciência”* e que não tinha *“interesses pessoais ou patrimoniais na candidatura”* Foi ainda mais duro informando que não tinha *“imobiliárias, nem pretendo subsídios do governo ou europeus para as minhas empresas”*.

Chega mesmo a equacionar a hipótese de suspender o seu lugar de vereador. Já em Março Tito Evangelista tinha demonstrado vontade em ser candidato à Câmara pois, à guisa de pré-campanha, iniciou uma série de contactos a que chamou *“Ouvir e receber contributos”*, assumindo-se, na altura, *“protagonista de um movimento independente”*.

¹²⁵ - Esta situação resultou da impossibilidade do lixo continuar a ser depositado no aterro de Viana do Castelo.

Tito Evangelista envia uma Carta à População do concelho onde se apresentava como Candidato Independente à Câmara e dizendo que *“esta candidatura tem os apoios na base, na sociedade civil esposendense; surge de baixo para cima e não é nomeada pela nomenclatura dirigente partidária”* e que não lhe faltam apoios *“desde o cidadão anónimo até pessoas com alguma posição na sociedade esposendense”*. Tito ia mais longe dizendo que caso não conseguisse ir como Independente *“não coloca fora de hipótese que venha a encabeçar a lista do PSD”*.

A Comissão Política do PSD, na altura presidida por Agostinho Neiva, e face ao comportamento do Vereador, solicita-lhe¹²⁶ que *“num acto de coerência política, renuncie ao mandato para o qual foi eleito integrado nas listas do PSD”*. A resposta deste não poderia ser mais acintosa *“os autarcas não respondem perante as comissões políticas, mas perante os órgãos nacionais”*. O PSD acusa Tito e o próprio PS de estarem movidos *“por obsessões políticas e fanatismos partidários”* e que só por isso é que poderão *“por em causa a competência e dinamismo com que os destinos do concelho têm sido geridos desde 1990”*, voltando a referir que Alberto Figueiredo *“se tornou, sem sombra de dúvidas, numa referência para os autarcas”*. Aliás a CP do PSD local estranha e acham *“inaceitável que, por uma questão de confronto e de cosmética para a opinião pública, o Sr. Vereador tenha em tão pouco tempo, mudado de opinião relativamente a alguns projectos da Câmara Municipal, nomeadamente o Parque Subterrâneo do Largo Dr. Fonseca Lima, ao manifestar-se contra a sua construção depois de ter votado favoravelmente o projecto e o primeiro concurso para execução da empreitada”*.

¹²⁶ - Estamos em 14 de Novembro de 1996.

Nesta guerra entra, também, a JSD¹²⁷ local que emitiu um comunicado violento contra Tito Evangelista, intitulado *“Justiça, Verdade e Honra”*, onde defende Alberto Figueiredo contra os ataques *“levados a cabo por um candidato a candidato às próximas eleições autárquicas”*. Não aceitam que esse outro candidato classifique as pessoas que apoiam Figueiredo de *“ridículas, aventureiras da política, subservientes, patetas e lambe-botas”*. A JSD, lançando mais uma picardia, esperava uma campanha positiva por parte de todos os candidatos e desejava que o *“auto-proclamado” “salvador da pátria”, “defensor da verdade” e “mártir da vida política esposendense” “consiga ser adoptado por um qualquer partido político e não desista a meio caminho”*.

Um dos pontos de discórdia entre ambos estava a privatização da recolha dos lixos, feita por Tito Evangelista, que, segundo Figueiredo se fez *“sem qualquer fundamentação económica”* considerando esta atitude como *“Irresponsável e não constituindo um acto de boa gestão”*. É daqui que resulta o epíteto de *“cigarra”* a Tito evangelista por parte de Figueiredo, acusando que *“para alguns, gerir é gastar”*.

Refira-se que um dos pontos polémicos deste final de mandato e início de uma campanha eleitoral foi, também, as propostas para a requalificação do Largo Dr. Fonseca Lima – também designado vulgarmente por Largo dos Peixinhos. A apresentação da proposta de arranjo foi dada a conhecer em 14 de Março, numa reunião pública, mas com a intenção de ouvir, depois de se exporem os desenhos, a opinião dos esposendenses. Este tema foi motivo de intensa controvérsia entre PSD e PS ao longo da campanha eleitoral. A própria Junta de Freguesia de Esposende torna pública¹²⁸ a sua posição sobre este tema denunciando que Alberto Figueiredo lhes tinha dito *“em 30 de Julho de 1994 que nada faria*

¹²⁷ - Por esta altura a JSD apresentou publicamente o seu jornal com o título *“JOTA Informa”* que acabava por ser mais um instrumento de apoio à candidatura de Alberto Figueiredo.

¹²⁸ - Comunicado com data de 9 de Dezembro de 1996. Era Presidente da Junta de Freguesia Luís Lamela.

no Largo Dr. Fonseca Lima sem a nossa concordância”, no entanto sentiam-se enganados pois “a obra já está a ser executada e os Esposendenses não foram ouvidos”. O PS tentou por várias maneiras embargar a obra, quer junto do Secretario de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território¹²⁹, quer mesmo junto do Tribunal de Contas. Consideravam esta obra um “capricho do Sr. Presidente da Câmara”.

Entretanto Tito Evangelista torna público uma série de comunicados¹³⁰, contra Alberto Figueiredo e a sua acção, provocando uma reacção enérgica quer do próprio quer da Comissão Política Concelhia do PSD. Alberto Figueiredo contra-ataca dizendo que está a ser “perseguido pessoalmente” por aquele Vereador e pelo PS.

Em Julho o PS fazia saber que apoiaria Tito Evangelista como seu candidato à presidência da Câmara. É claro que nem tudo foi pacífico no seio dos socialistas esposendenses. A escolha do candidato não foi consensual tendo provocado a demissão do líder da concelhia – Luís Lamela, assim como da maior parte dos elementos que integravam esta estrutura partidária, alegando “falta de coerência política”. As opções do PS local recaíam noutra personalidade ligada ao sector industrial do concelho – Carlos Quinta e Costa, que não aceitou o desafio, assim como no então Director da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende que não conseguiu reunir á sua volta a votação necessária para se apresentar como candidato.

Face ao vazio de poder com o abandono do Presidente da Secção, a Federação Distrital marca eleições sendo eleito José Luís Azevedo, um dos elementos que apoiava Tito de forma incondicional.

¹²⁹ - Esta obra foi feita com enquadramento do PROSIURB

¹³⁰ - Um desses comunicados dizia respeito à questão da manutenção do sapal entre a Marina e o Farol de Esposende. Tito afirma que antes, Alberto Figueiredo era contra a manutenção daquele espaço degradado, para o qual mandou fazer um projecto caríssimo, e que, depois passou a defensor do sapal como área a proteger. Tito Evangelista perguntava: - Será que a Conservação da Natureza não impõe maior prudência nas intervenções a efectuar na Zona Ribeirinha?

Através de um Comunicado do PS¹³¹ local fica-se a saber que este partido daria todo o apoio a Tito Evangelista como *“candidato do Partido Socialista a Presidente da Câmara Municipal de Esposende”* e fá-lo porque está *“convencido que, assim, serve melhor o Município de Esposende”*. Apresenta-o como *“possuidor duma sólida formação jurídica e respeitador dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos e munícipes. Direitos e interesses que, actualmente, são ostensivamente violados por uma gestão municipal parcial, injusta e desrespeitadora do principio da legalidade e dos princípios da informação, participação e igualdade dos cidadãos”*.

Nesse mesmo comunicado o PS traça o seu projecto autárquico que passa pelo *“desenvolvimento equilibrado para todo o município, pelo recentramento das vertentes social e educativa e visa a elevação da qualidade de vida dos esposendenses, através da defesa dos valores ambientais, da saúde, da construção de equipamentos colectivos necessários, da definição de regras urbanísticas justas, da habitação digna para todos, e do incentivo ao investimento e ao emprego”*.

O PSD contra-ataca dizendo que a *“actividade política no concelho de Esposende sempre se caracterizou pela existência de um grande respeito entre os seus intervenientes mais directos, que sempre foram capazes de colocar acima dos interesses pessoais e partidários, os verdadeiros interesses do seu concelho. Infelizmente, nos últimos anos, essa realidade viu-se transformada com o aparecimento na cena política local de pessoas que se movem única e exclusivamente pela ambição, pela vingança, pela crítica gratuita e pela perseguição aqueles que lhes travam o caminho da ascensão ao poder”*. Não era estranho para os sociais-democratas que *“com o aproximar das Eleições Autárquicas essas mesmas pessoas utilizem todos os meios para atingirem o fim que perseguem e que é só um: o poder”*. Não aceitavam

¹³¹ - O seu Presidente era José Luís Correia de Azevedo

que *“a maledicência, a mentira, a desinformação, a manipulação da opinião pública já fazem parte dos folhetos de campanha que vos vão depositando nas caixas do correio”*. Desafiavam a quem distribuía os folhetos que transmitissem, também, *“a postura dos seus autores ao longo dos últimos anos. Deveriam dizer que votaram contra a contratação de empréstimos para a execução de obras importantes para o Município ...”*. Para o PSD era evidente que *“votaram contra porque pura e simplesmente não queriam que se fizessem”*.

O PS apresentou o seu candidato Tito Evangelista em Setembro tendo escolhido como slogan de campanha **“Um Presidente a Tempo Inteiro”**. Na sessão de apresentação estiveram presentes António José Seguro, Secretário de Estado para a Juventude e Secretário Nacional do PS para as Autárquicas, Narciso Miranda, Membro do Secretariado Nacional e António Reis, Presidente da Federação Distrital do PS. António José Seguro apresenta Tito evangelista como *“factor de alternância, progresso e bem-estar do povo de Esposende”*. Não faltaram slogans a afirmarem que Tito seria o *“candidato ideal para mudar Esposende”*. Tito Evangelista apresentou-se com a convicção de que terá *“Esposende como única prioridade e a Tempo Inteiro”*.

Com toda esta efervescência política o PS só tinha que estar atento e aproveitar todos os deslizos políticos do PSD para atacar e diminuir a sua acção e domínio político. Todos os episódios eram importantes e disso é exemplo o Comunicado que o PS distribuiu, com data de 27 de Dezembro de 1996, no qual repudiava *“a atitude levada a cabo pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Esposende, na passada sessão ordinária de 20 de Dezembro de 96, quando, em resposta a uma declaração política do Líder do Grupo do PS, leu uma anedota obscena, de péssimo gosto e indigna do órgão a que preside”*.

Em 11 de Abril o PSD lançou um ciclo de conferência que intitulou *“Um olhar sobre o passado, Um Projecto para o Futuro”* perspectivando *“auscultar os militantes e*

simpatizantes” com fim a elaborar “a estratégia política e o programa eleitoral para as próximas autárquicas”.

A Comissão Concelhia do PSD convidou, formalmente, Alberto Figueiredo a ser, de novo, candidato à presidência da Câmara, indo ao encontro não só da vontade dos militantes do partido mas, também, da maioria esmagadora da população concelhia. Este confirma a sua disponibilidade no dia 13 de Junho de 1997 numa sessão plenária do partido onde foi aplaudido por militantes e simpatizantes. Nessa mesma reunião foi aprovada a Moção Estratégica Eleitoral, intitulada *“Ganhar as Eleições Autárquicas - Continuar a ser o primeiro no Poder Local”* onde, entre outros aspectos de afirmava que o Poder Local é *“por excelência, o nível de participação política que menos se deve esgotar na mais estrita lógica partidária e que maior abertura e confluência na sociedade civil deve promover”* assim, o PSD deveria incluir *“nas suas Listas cidadãos independentes que se revejam no projecto do Partido e que estejam dispostos a trabalhar para a sua execução”*.

Alberto Figueiredo numa Carta Aberta à população esclareceu as razões porque se recandidatava a novo mandato na Câmara. Fazia-o porque entendia *“ser importante continuar, porque é importante que o progresso e o desenvolvimento que o concelho atravessa também possam continuar”*. Esclarecia que estava *“na vida política pelo prazer de servir o meu concelho e por entender que esse é um dever de todas nós. Não estou na política nem por ambição, nem para conquistar notoriedade, nem por dinheiro. Tudo isso me diz muito pouco. Dizem-me mais a família e as pessoas”*e que a *“ambição do poder não justifica tudo. Da parte dos políticos, deve haver seriedade, respeito, transparência e todo um conjunto de princípios que são fundamentais para a dignificação da política”*.

Nessa mesma carta faz o balanço de oito anos de mandato – *“período das grandes obras, principalmente ao nível das infra-estruturas básicas”* e regista o que ainda gostaria de fazer pelo seu concelho.

Alberto Figueiredo apontava algumas razões que o levaram a continuar na Câmara *“para que as pessoas tenham um tratamento de igualdade, independentemente de serem pobres ou ricas, de serem amigas ou adversárias e mesmo da filiação partidária de cada um”*, para que a *“minha gente continue a acreditar no futuro”*, e ainda porque *“a maioria da população deste concelho assim o quer; sentimento esse que me tem sido expresso por todas as camadas da população”*. Acima de tudo porque era um homem com *“dignidade e porque entendo que não devo virar as costas a todos os que nesta ocasião me tem, fortemente apoiado”*.

O PSD, em 28 de Junho, apresentou publicamente o seu candidato Alberto Figueiredo que escolheu como slogan de campanha ***“Continuar uma Obra – Podem Contar Comigo”***. Esta iniciativa contou com a presença de Marcelo Rebelo de Sousa, Líder do PSD, assim como de Luís Marques Mendes, Líder do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República e de Fernando Reis, Presidente da Distrital do PSD de Braga. Luís Marques Mendes elogiou o candidato do PSD afirmando que se tratava do *“autarca modelo do PSD”*. Por sua vez Marcelo Rebelo de Sousa, agradecendo a disponibilidade de Alberto Figueiredo, diz que este *“fez obras com coragem e generosidade”* e, enviando recados a outros candidatos foi dizendo que Alberto Figueiredo *“seria incapaz de mudar de partido para chegar a um lugar político”* e que *“ele vai continuar em frente, e servir Esposende”*.

Em 10 de Dezembro, vésperas de eleições, Alberto Figueiredo dirige-se aos eleitores, através de uma Carta, onde reafirmava que não estava a candidatar-se *“contra ninguém”*. Era candidato porque, *“como já todos vós sabeis, preocupo-me com o nosso desenvolvimento”* e

porque era necessário *“continuar esta obra”* e que esse *“desenvolvimento tem que chegar a todo o Concelho e a todos nós. Embora muito se tenha feito em oito anos, este projecto não chegou ao fim”*.

A candidatura de Franklin Torres começa a fazer-se notar em 11 de Outubro de 1996, num jantar de Homenagem que lhe foi feito no Hotel Suave Mar, em Esposende, onde já então se dizia que *“poderá ser candidato a presidente da Câmara Municipal de Esposende nas listas do CDS-PP”*. Na altura não descartou essa hipótese mas foi dizendo que era cedo para pensar nisso. Logo a seguir em 23 de Janeiro Franklin Torres, convocando uma conferência de imprensa, apresenta-se como candidato à Câmara Municipal de Esposende pelo CDS-PP, embora frisasse que se apresentava como *“cidadão independente”*. Esclarecia que o fazia *“por dever”*, pelo *“entusiasmo”* e *“sem sacrifício pessoal”*. Apresentava-se na base do *“respeito integral pela diferença dos projectos e ideias de cada um”*. Escolhe desde logo o lema da sua campanha **“É Tempo de Esposende”**, explicando que significa *“tempo de liberdade e de transparência”*. Mesmo apelando a essa base de *“respeito”*, F. Torres não deixa de dizer que se apresenta a eleições porque *“assistimos ao autismo, duma classe política local dominante e, por vezes, persecutória”* e, falando da mudança no xadrez político concelhio, remata que *“Deus manda-nos ser bons, mas não nos manda ser estúpidos”*. Um bom augúrio para a campanha que se aproximava.

Numa Carta dirigida à população, Franklin Torres esclarece que *“após séria e profunda reflexão sobre a vida autárquica do meu concelho, e correspondendo ao desafio que me foi lançado por diversos munícipes das mais diferentes áreas políticas e ideológicas, venho, por este meio, informa-lo(a) que decidi candidatar-me à Presidência da Câmara Municipal de Esposende, na qualidade de cidadão independente, nas eleições do corrente ano. Faço-o por dever, com entusiasmo, e sem sacrifício pessoal”*. Fazia-o ainda porque, e neste caso referia-

se directamente às guerrilhas entre Figueiredo e Tito, gostaria de *“elevar o nível da discussão política, no respeito integral pela diferença dos projectos e ideias de cada um, sem ofensas e ataques pessoais, condição prévia para se evitar manchar ou denegrir o bom nome de Esposende”*. Apresentava-se como alguém que estava *“preparado, com experiência pessoal e profissional, para saber responder as dificuldades da governação municipal, aos seus desafios e obstáculos”* usando para isso toda a sua *“energia e inteligência”*. Para Franklin Torres este desafio deveria ser encarado com *“com serenidade e razão, num clima de tolerância, de sadio pluralismo, no respeito integral pela diferença”*.

Escolhe o seu slogan **“É Tempo de Esposende”** porque *“é tempo de arrumar a casa, valorizar as virtudes que temos e extinguir os vícios adquiridos”*, porque *“o dinheiro dos munícipes será gerido e aplicado de acordo com as necessidades e nunca desperdiçado em futilidades ocas e de ocasião”*, porque é necessário fazer a *“ruptura com a imobilidade, o ostracismo e a indiferença”* e, por fim, porque é importante que surja *“um tempo de mudança, uma atitude de rectidão, um momento de alternativa, um período de pacificação, um incentivo de diferentes vontades, um estímulo e participação cívica, um aceno e um desejo de reconciliação dos munícipes, no cumprimento e nas tarefas de defesa das suas terras e das suas comunidades”*.

Em Março de 1997 divulga a constituição do gabinete de imprensa da sua candidatura. Logo a seguir, numa conferência de imprensa realizada a 10 de Abril, Franklin Torres desafinou os outros candidatos *“a serem transparentes”*, apresentando publicamente a sua declaração patrimonial e de rendimentos, onde constavam os valores dos seus bens móveis e imóveis, denunciando que a vida política autárquica está *“rodeada de suspeitas, de escândalos de corrupção e de favoritismos nas decisões camarárias”*. Apresentava-se como *“apto para governar esta Câmara sem chantagens explícitas e sem maioria absoluta”*. Em 20 de Julho o

Líder do PP Manuel Monteiro e outras destacadas figuras do partido, deslocaram -se a Esposende para apadrinhar a candidatura de Franklin Torres, sendo acompanhados por Álvaro Maio, Presidente da Concelhia do PP e por outras figuras do concelho ligadas àquela estrutura partidária.

A comunicação social definia de forma curiosa os candidatos à Câmara Municipal de Esposende. Dizia-se que Júlio Monteiro representava a “*Persistência*”, Tito evangelista o “*Voluntarismo*”, Franklin Torres a “*Mudança*” e Alberto Figueiredo a “*Experiência*”.

As eleições foram muito participadas – com cerca de 75% de votantes tendo os eleitores voltado a dar a confiança política a Alberto Figueiredo e no seu projecto “*Continuar uma Obra*”.

O PSD venceu em todas as freguesias do concelho para a Câmara, mas, para a Assembleia Municipal, perdeu em Esposende.

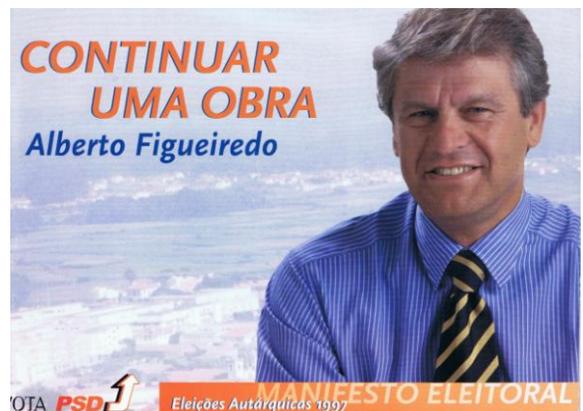
Nestas eleições o PS ultrapassa em número de votos o CDS-PP, passando a ser a segunda força política concelhia. Tito Evangelista adiantou mesmo que nas eleições seguintes iria “*discutir a liderança ao PSD*”.

Alberto Figueiredo e o PSD ganham, pela terceira vez consecutiva, as eleições concelhias.

Em 27 de Outubro de 1999 Alberto Figueiredo anuncia a sua renúncia ao mandato, durante o qual ocupou por algum tempo, o lugar de Deputado na Assembleia da República.

O PSD, no seu manifesto eleitoral, começava

por dizer que há oito anos se prometia “*trabalhar no sentido de preparar um futuro*



*promissor para o nosso concelho” e o resultado tinha sido “claro e inequívoco”. Tinha havido necessidade em “redefinir prioridades, por vezes, e com pena, abandonar um ou outro projecto mas procuramos sempre servir e defender da melhor forma os interesses concelhios”. Para o seu programa que era inovador e “continuador de uma obra”, propunha-se ser o “condutor para o século XXI e passar convosco para o novo milénio” para isso **“Temos de Continuar uma Obra”**.*

Para a Educação era proposto dar continuidade ao investimento nesta área e continuar a Assinar Acordos de Colaboração com o Ministério da Educação visando o alargamento dos horários pós-escolar, apoiando, através dessas medidas as famílias que trabalham, construir Novos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar, apoiar as Associações de Solidariedade Social que trabalham na área da Infância, continuar a remodelar as Antigos Edifícios Escolares, criação de novas Cantinas Escolares, redefinir uma Nova Rede Escolar no concelho, construção de duas Novas Escolas EBI (1º, 2º e 3º Ciclo), dinamização do Ensino Profissional, apoiar o Desporto Escolar, apoiar as actividades Socioprofissionais e Cursos de Alfabetização através do Ensino Recorrente e apostar no Ensino Superior em Esposende.

Para a Saúde era importante a construção do Novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Fão, de um novo Centro de Saúde de Apúlia, instalar condignamente o Novo Centro de Saúde de Forjães, construir o Centro de Saúde em Fão e continuar a apoiar as Corporações dos Bombeiros e a Cruz Vermelha.

Nas áreas da Acção Social o PSD preconizava a continuação do apoio às Associações que trabalham na área social, apoiar a construção do Centro Comunitário de Vila Chã e do Centro Social de Belinho, melhorar e ampliar outros Centros Sociais, criar um Gabinete de Atendimento e Apoio ao Emigrante e continuar a apoiar as crianças deficientes que estudam nos vários estabelecimentos de ensino do concelho.

Para o Ambiente, embora o Município de Esposende seja apontado como uma referência nesta área, o PSD iria apostar na Defesa da Orla Litoral de Esposende, continuar a desenvolver um Programa de Saneamento e Abastecimento de água ao concelho, integrar a RESULIMA - Projecto Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidas, integrar o Projecto das Águas do Cávado, continuar a colaborar com as Escolas em Campanhas de Sensibilização Ambiental, construção do paredão na Frente da Praia de Apúlia e continuar a política de Ordenamento Costeiro.

Na Habitação dar continuidade ao apoio à Habitação Social, promover a Auto-construção, recuperar Habitações Degradadas.

Sobre o Urbanismo o PSD apostava na Recuperação dos Espaços Centrais nas freguesias, recuperar a frente da Praia de Apúlia, revitalizar a área central de Marinhas, revitalizar a Zona de Ofir – Fão, prolongar o arranjo da Av. Marginal de Fão, promover os Planos de Pormenor de Esposende - Zona Nascente, Fão, Forjães, Apúlia e Marinhas e Proceder à Revisão e Alteração do PDM (Plano Director Municipal).

Quanto à política da Juventude era proposto a criação do Fórum da Juventude, a continuação da atribuição de Bolsas de Estudo, a instalação da Casa da juventude, apoiar o Associativismo Juvenil, apoiar os programas OTL e os Estágios Profissionais, criar um Gabinete de Assessoria Económica para apoiar os jovens e incrementar os PIJ – Posto de Informação Jovem.

Para a Cultura o PSD propunha a criação de Pólos de Leitura da Biblioteca Municipal, concluir a adaptação do edifício Rodrigues de Faria, em Forjães, a Centro Cultural de Forjães, recuperar o imóvel onde será instalado o Museu que albergará a valiosa colecção, já doada, do ilustre Arq. Pádua Ramos, recuperar a Quinta do Paiva, transformando-a em Centro Cultural de Marinhas, apoiar a Reconstrução da Casa do Povo de Apúlia, pugnar pela

remodelação do Forte de S. João Baptista, instalar o Museu do Mar, iniciar os trabalhos de investigação arqueológica no Castro do S. dos Desamparados, adquirir e recuperar a Casa do Antigo Grémio, utilizando-a como Casa da juventude, apoiar a Escola de Música de Esposende e a Escola de Ballet. Criar um Programa Anual de Actividades Culturais.

A área do Desporto já tinha sido já uma aposta do executivo. Mesmo assim propunha-se a elaborar a Carta Concelhia das Áreas Desportivas, a construir Novas Zonas Desportivas, construir a Clube Náutico de Antas, continuar a Apoiar as Associações Desportivas e a Esposende 2000.

Falar de Desenvolvimento Económico era continuar com as obras de infra-estruturas das Zonas industriais, permitindo assim a instalação de novas indústrias. Mas era necessário mais. O PSD propunha realizar a revisão do PDM, continuar a melhorar os Caminhos Agrícolas, solicitar ao Governo para que o Concelho de Esposende fosse incluído na área Dependente da Pesca possibilitando, dessa forma, uma melhoria de qualidade de vida dos nossos pescadores, manter um constante diálogo com as Várias Associações representativas dos Sectores de Actividade do concelho e melhorar os serviços prestados pelo Gabinete de Assessoria Económica existente na Câmara. Sobre as Vias Municipais era importante proceder à abertura de Novas Vias de Comunicação, já previstas no PDM, proceder à pavimentação de vias intervencionadas pelas águas do Cávado, continuar a realizar obras de Saneamento, concluir as Docas e a Abertura da Barra, acompanhar a construção do IC1, principalmente no tocante a acessos.

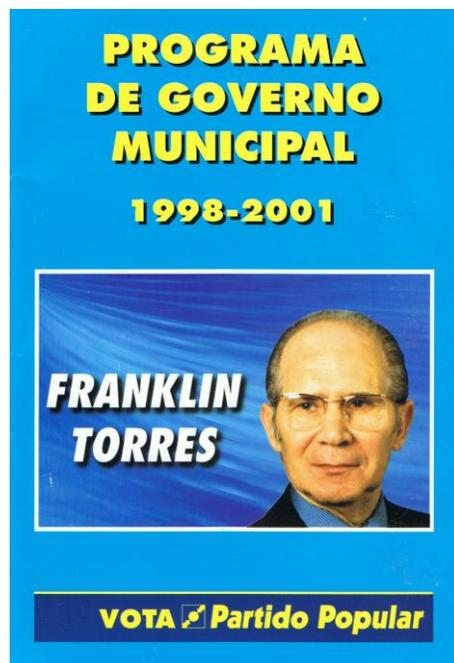
No domínio do Turismo concluir a obra da Doca de Recreio, Recuperação do Monte dos Desamparados, continuar a Defender a Qualidade Urbanística, pugnar no sentido de se inovar e renovar algumas das unidades hoteleiras do concelho.

Para apoiar o Associativismo o PSD propunha dinamizar as Associações concelhias e criar um Gabinete Municipal de apoio ao Associativismo assim como um Conselho Municipal das Associações.

Por fim o PSD propunha a nível dos Serviços e Património implementar na Câmara Municipal o Atendimento Personalizado ao Público, dotar as Freguesias com Sistema Informático, transferir Novas Competências para as Juntas de Freguesia, implementar a figura do Zelador Municipal e a criação de um Conselho Consultivo de Apoio ao Executivo Municipal.

As Propostas do CDS eram acompanhadas por um desafio *“com liberdade, tranquilidade e consciência, escolher o Presidente da Câmara para o próximo milénio”*. Alertando que **“Esposende precisa de Mudar”** para que pudesse ter *“uma Câmara mais aberta, mais humana e mais dialogante”*, *“uma maior e melhor gestão dos dinheiros”*, um Guia do Múncipe, um Provedor Municipal, um Conselho Municipal da Juventude, *“uma Câmara não partidarizada que saiba trabalhar com qualquer Governo”* e um Tribunal Arbitral.

A nível da Acção Social e Protecção Civil o CDS propunha a criação do Gabinete de Apoio à Família, a construção de centros de dia para idosos, a implementação de Programas Contra a Pobreza e o apoio a todas as Instituições de Solidariedade Social do Concelho. Para a Protecção Civil seria necessário proceder à reestruturação do Serviço Municipal de Protecção Civil, à elaboração do Regulamento



Municipal de Protecção Civil e melhorar a articulação entre as Forças de Segurança, Bombeiros Voluntários e Autarquia.

Para o Urbanismo e Ambiente defendia-se uma melhor *”protecção e valorização dos conjuntos urbanos, rurais, históricos e tradicionais”*, *elaborar a Carta do Património, elaborar o Livro do Ambiente - Um Concelho Verde e Amigo do Ambiente*, preservar as áreas florestais e as áreas de agricultura, defender da linha de costa, intervir a nível do mobiliário urbano, trabalhar a nível dos impactos ambientais, proceder à arborização sistemática da cidade e das freguesias, implementar a recolha selectiva de lixo urbano, colaborar com a Área de Paisagem Protegida de Esposende, preservar o Monte de Faro e a paisagem natural do Monte de São Lourenço, alterar os Planos de Ordenamento e realizar campanhas de educação ambiental.

Na Qualidade de Vida e Saúde Pública preconizava-se a criação do Pelouro da Qualidade de Vida, implementar programas de sensibilização das populações para a saúde escolar, reforçar o apoio aos Bombeiros Voluntários e Cruz Vermelha, alargamento do âmbito dos Centros de Saúde, melhorar o Saneamento Básico, melhorar a Qualidade da Água, da Recolha dos Lixos, da Limpeza das Ruas, dotar as freguesias com Sanitários Públicos e controlar a Poluição do Rio Cávado.

No domínio da Habitação era fundamental a promoção de loteamentos municipais, disponibilizar terrenos para a Habitação Social, dar incentivos para a recuperação do património habitacional degradado, isentar de taxas urbanísticas a 1.ª habitação para jovens e famílias de fracos recursos, apoiar Cooperativas e Associações de Jovens que tenham em vista a habitação e promover a Auto-Construção.

Para a Educação o CDS propunha apoiar as Instituições Públicas e Privadas de Ensino Pré-escolar, criar ateliês para Tempos livres e ludotecas, criar um Grupo de Teatro infantil, criar

Bibliotecas Infantis. Quanto ao Ensino Básico e Secundário era urgente a construção de escolas e pavilhões gimnodesportivos, construir em Esposende um edifício novo para o 1.º Ciclo do Ensino Básico, conservar o actual Parque Escolar, apoiar pedagogicamente as escolas, criar Cantinas Escolares e instalar nas Escolas Meios Informáticos e Internet. No tocante ao Ensino Superior, criar o Instituto Superior Politécnico do Concelho de Esposende com várias valências – Ciências do Mar, Turismo e Design, entre outras. Apoiar o Ensino Especial.

Para a área da Cultura defender a Identidade Cultural do Concelho e valorização das tradições e do Património Local, criar Extensões da Biblioteca Municipal, implementar Quiosques Culturais, divulgar a História do Concelho, apoiar as Associações Culturais, promover o Teatro, o Cinema, a Dança e a Música, promover a investigação arqueológica, fazer o Levantamento do Património Artístico – Religioso.

Para a Juventude propunha-se a criação do Concelho Municipal de Juventude, o Cartão Jovem Municipal, o Gabinete de Apoio à Juventude e dinamizar iniciativas de Ocupação de Tempos Livres para os Jovens. Para o Desporto elaborar o Plano Desportivo Municipal, dotar o concelho com Novos Equipamentos Desportivos, apoiar as Associações Desportivas, implementar o Campeonato Inter-Freguesias de Futebol Amador, dotar o município com transportes para os desportistas, fomentar os Desportos Náuticos, apoiar o Desporto Escolar, criar Circuitos de Manutenção e apoiar o Desporto de Competição como forma de promover o Turismo.

Sobre os Tempos Livres vemos o CDS a apostar em programas de Ocupação de Tempos Livres dos Jovens, em Férias dos Jovens, na promoção de tempos livres para a Terceira Idade e Deficientes, na promoção de passeios turísticos e culturais para idosos, jovens e

deficientes, no apoio e incentivo à realização de feiras, festas e romarias e na programação mensal de espectáculos e exposições.

Para o sector do Turismo era urgente *“adoptar uma nova estratégia de crescimento” e “privilegiar a qualidade e não a quantidade e corrigir desequilíbrios estruturais”*. Para isso, obrigatoriamente seria necessário *“promover o ordenamento e o respeito pelo ambiente e cultura locais”*. O turismo teria pois que se *“compatibilizar cada vez mais com as necessidades das populações locais e deverá respeitar o meio ambiente e cultural”*.

Uma das primeiras medidas a ter em conta seria a promoção do Agro-Turismo e do Turismo Rural, sectores que *“tem tido uma importância crescente, sendo fundamental proteger o Património Natural existente e valorizar o património cultural”*. O CDS propunha uma organização equilibrada dos espaços e meios naturais e a protecção de aglomerados urbanos típicos, proteger as faixas litorais, limpar as praias, apoiar o artesanato e o folclore, proteger os Centros e Espaços Históricos e Panorâmicos, criar uma Memória Videográfica das Tradições Típicas do Imaginário Colectivo dos Pescadores, publicar Guias Turísticos sobre o concelho, promover a Gastronomia, apoiar eventos de natureza náutica no Rio Cávado e Neiva, elaborar uma Carta de Qualidade turística para o concelho.

Abordando a questão das Actividades Económicas o manifesto do CDS para a área da agricultura, previa a melhoria do nível de vida dos agricultores, a criação de feiras agrícolas nas freguesias, a criação de um Gabinete Técnico de Apoio e apoiar a comercialização de produtos. Para as Pescas reivindicar junto do Governo Central a construção do Barra de Esposende, construir o Portinho de Apúlia, reestruturar toda a actividade dos circuitos de distribuição do pescado. Para o Comércio propunha a modernização do Mercado Municipal, melhorar a qualidade da Organização das Feiras de Esposende e Forjães, apoiar as candidaturas ao PROCOM - Programa de Apoio à Modernização do Comércio, dotar o

município com um Tribunal Arbitral, implementar uma Loja Municipal de Artesanato, elaborar um Plano de Diversificação da oferta e reduzir em 50% (cinquenta por cento) as taxas municipais que incidem sobre o sector. Na área da Indústria era importante a criação de valências no possível Instituto Superior Politécnico do Concelho de Esposende, promoção de acções nacionais e internacionais de atracção de Investimento Industrial, incentivar a instalação, no concelho, de indústrias não poluidoras e que garantam a oferta de emprego e incentivar eventos comerciais.

A nível das Freguesias o CDS defendia que as freguesias viviam *“numa grande dependência da Câmara Municipal, possuindo escassos meios financeiros, nenhum apoio técnico da autarquia e recursos humanos reduzidos ou inexistentes”* por isso era necessária uma *“maior autonomia e um estatuto jurídico-constitucional adequado ao importante papel que desempenham na vida e bem-estar das populações locais”*. Propunha, assim, uma descentralização de competências do Município para as freguesias, um reforço substancial da transferência de verbas, a criação de um Gabinete Técnico de Apoio às Freguesias, dotar as freguesias pelo menos com um funcionário permanente, promover reuniões mensais com as Juntas de Freguesia.

O PS apresenta-se ao eleitorado com uma equipa *“de Homens e Mulheres com provas dadas no âmbito do Serviço à comunidade”* e que, entre outras coisas, se mostram *“defensores das características tradicionais deste concelho, evitando a descaracterização de que tem sido vítima e que lhe retira a alma”*.



O seu manifesto eleitoral saliente, em primeiro plano, 15 obras de referência, sendo uma em cada freguesia do concelho.

Na área da Educação o PS prometia dotar todo o concelho com Ensino Pré-primário, proporcionando ocupação às crianças em período laboral dos pais, a instalação de ATL e Cantinas Escolares, o incentivo ao Ensino Profissional, dotar Esposende com Ensino Superior, atribuir Bolsas de Estudo, redefinir a Rede de Transportes Escolares, reprogramar o Desporto Escolar, combater o analfabetismo, construir uma nova Escola Básica Integrada e criar um Centro de Recursos.

Para a Cultura pretendia construir o Museu do Mar e o Museu em Fão. Seriam recuperadas as Azenhas e Moinhos, seriam editadas Obras de carácter local e de autores locais, apoiariam o Ensino da Música, transformariam a Escola Rodrigues Faria a Centro Cultural de Forjães, seria construída uma réplica da Barca do Lago.

Quanto ao Desporto seriam construídos Novos Campos de Futebol, circuitos de manutenção, construção de Campos de Ténis e Polidesportivos, apoio ao Desporto Escolar e aos Desportos Náuticos.

No que refere aos Serviços Municipais o PS defendia a simplificação dos processos de licenciamento de obras particulares, alteração da Tabela de Taxas, atendimento personalizado, criação do Serviço de Apoio ao Munícipe, instalação de um grupo de apoio e fiscalização permanente do executivo e seria instituído o regime de visitas periódicas às freguesias.

No domínio da Saúde propunha-se o novo Centro de Saúde em Fão e de Forjães, melhorar a Qualidade da Água para consumo, aumentar a rede de saneamento e a recolha e tratamento de lixos e apoiar a Cruz Vermelha e os Bombeiros de Fão e de Esposende.

No sector do Urbanismo rever o PDM quer a nível das Plantas e Regulamento, quer quanto às grandes linhas orientadas e quadro estratégico de Desenvolvimento, elaboração dos Planos de Pormenor já adjudicadas, delimitar as áreas centras dos aglomerados, criar um Prémio para o melhor projecto apresentado para o concelho, promover as Zonas Verdes e Áreas de Lazer, colocar rampas de acesso para deficientes, construir Parques de Estacionamento e proceder a Arranjos Urbanísticos nas praias.

Para as Vias de Comunicação o PS preconizava a construção da Avenida Marginal de Fão, a Circular de Apúlia, os alargamentos da Estrada de Fão a Rio Tinto e da estrada de Palmeira a Vila Chã, pavimentação de todos os caminhos onde existissem casas e reparação da Estrada Antas a Forjães.

Na Habitação Social prometia-se a Construção de Habitações Sociais em todas as freguesias, disponibilização de terrenos loteados, para autoconstrução, destinados a famílias carenciadas e recuperar habitações degradadas de famílias de fracos recursos.

No campo da Solidariedade o PS prometia promover a criação de Centros Sociais em todas as freguesias, a criação de um Gabinete de Apoio Social, um Serviço Gratuito de Refeições a alunos carenciados, a promoção de férias para crianças de famílias mais carenciadas e criação de um Cartão Sénior para maiores de 65 anos e pessoas deficientes ou inválidas.

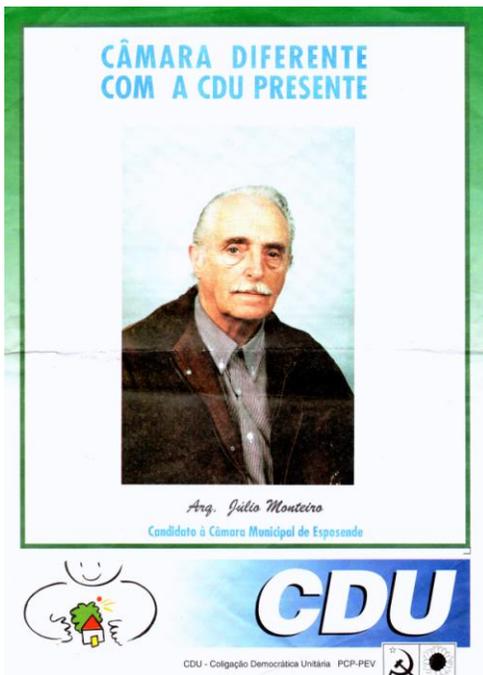
Para a Juventude seria instituído o Cartão Jovem Municipal, a construção da Casa da Juventude no edifício do antigo Grémio da Lavoura, criado o Prémio Municipal para a empresa do Município que promova um maior número de empregos para jovens, dirigir para a Juventude uma nova política de Habitação e realização de um Festival de Música à semelhança do que acontece em Vilar de Mouros.

Nas questões do Ambiente o PS preconizava o combate à poluição dos rios *“em particular as tinturarias que despejam para o Rio Cávado, actividade considerada criminosa à luz do*

actual Código Penal, punida com pena de prisão para os infractores”, construção de Ecocentros, melhorar a Limpeza Urbana, proceder à Limpeza das Praias, Margens dos Rios, Linhas de Água e Ribeiros, apoiar as iniciativas da APPLE, combater a Erosão Costeira, instalação da Rede de Gás Natural e colaborar com as associações ambientais e com as Escolas acções de sensibilização e educação ambiental.

Quanto ao Património Autárquico prometia-se a construção da Sede de Junta de Freguesia de Fão e de Esposende, o arranjo do Cemitério Municipal de Esposende, a construção de Sanitários Públicos em todas as Freguesias, a mudança dos armazéns da Câmara para a Zona Industrial e a reparação dos edifícios Municipais.

No sector do Desenvolvimento Económico o PS promoveria a instalação de indústrias não poluentes nas zonas industriais, apoiaria a agricultura e promoveremos o agro-turismo,



incentivaria o Comércio Tradicional e o artesanato, daria um forte incentivo ao Turismo, seriam construídos Parques de Campismo, tudo faria para realizar as obras necessárias da Barra do Cávado em colaboração com o Governo, seria arranjado o Largo de S. Roque em Forjães e seria instalado um Gabinete Municipal de Protecção Civil.

A CDU começava por afirmar que “Muita coisa pode mudar, mas não basta mudar de rostos, **é preciso mudar de rumo**”. Para a CDU, foi vergonhoso o que se passou, no último mandato, na Câmara de Esposende. Quem lá esteve, PSD, PS e CDS-PP

“preocupam-se mais com o lavar da roupa suja, com os ataques pessoais e a promoção

social, em vez de desempenharem eficazmente o cargo para que foram eleitos”. Acusando que nenhuns lutaram para cumprirem as suas promessas.

Ao falar do Ambiente e Saúde Pública os candidatos da CDU darão prioridade à elaboração um plano municipal para a salvaguarda do património ambiental e paisagístico. Pugnarão pelo alargamento da Área de Paisagem Protegida e defenderão a todo o custo a total proibição das construções nas margens dos rios Cávado e Neiva. Outras acções irão ao encontro da recuperação do Pinhal de Ofir, pela eliminação dos focos poluidores do Cávado, Neiva e de outros cursos de água, pela construção de um Centro de Educação Ambiental na APPLE, pela promoção e realização de análises periódicas á água consumida e pela criação de uma Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação da qualidade Ambiental e Saúde Pública.

Para o Saneamento Básico é fundamental o controlo e qualidade da água, uma Rede de Esgotos eficaz, pondo as ETAR's a funcionar e evitando a vergonha das descargas a céu aberto para o Cávado e para certos ribeiros e criar um sistema de recolha selectiva dos lixos.

O Turismo é encarado pela CDU como um sector importante para a economia local. Assim propõe a criação de uma Comissão Municipal de Turismo, a construção de três parques de campismo, o apoio ao Turismo Rural e Agro-turismo, a construção de um Museu Rural e de um Museu do Mar. Seria importante promover semanas gastronómicas e feiras temáticas assim como constituir a Associação das Cidades Litorais. Uma das bandeiras da CDU mais uma vez arvorada é o restauro e preservação dos moinhos e azenhas de Abelheira, Azenhas do Neiva e Moinhos de Apúlia. Por fim era fundamental construir o Parque Verde da Cidade de Esposende.

No âmbito da Cultura e Desporto propunha-se a criação de um espaço desportivo municipal que coordene toda a actividade desportiva, a dinamização da Área de Educação e Expressão

Físico-Motoras das crianças e jovens, a construção do Centro Cultural do Concelho de Esposende que deveria funcionar em departamentos como o Teatro, Cine - Vídeo, investigação arqueológica, a criação de pequenos Centros de Ciência, em articulação com as escolas.

Para apoio à Juventude a CDU propõe a criação do Conselho Municipal da Juventude e a elaboração de Programas Juvenis para ocupação de tempos livres.

Na área da Educação e Ensino, também uma das apostas fortes da CDU preconizavam a urgente criação do Conselho Local de Educação, a elaboração de um Projecto Educativo Concelhio, a aposta na Educação Básica Inicial dos jovens nos diferentes níveis de ensino, a implementação de Cantinas Escolares em todo o concelho, a criação de Centros de Recursos Educativos, a construção de uma Escola Básica Integrada em Fão assim como a remodelação dos edifícios escolares existentes.

No que toca à Saúde era forçoso que fosse reaberto o SAP - Serviço de Atendimento Permanente, a melhoria do funcionamento das extensões do centro de saúde e exigir junto do poder central o apetrechamento do Centro de Saúde e suas extensões com todos os meios necessários à prestação de uma assistência condigna.

Para a Habitação a Câmara deveria implementar infraestruturas básicas nas urbanizações da iniciativa da Câmara Municipal e, sobretudo, personalizar o atendimento efectuado pelo Gabinete Técnico de Urbanismo.

A Agricultura e o Mar são dois itens a valorizar desde logo com a criação de um Gabinete de Apoio ao Agricultor, a promoção da implementação de estruturas de recolha transformação e comercialização dos produtos, organização de mercados e feiras destinados aos produtos concelhios. Quanto ao Mar tudo seria feito para resolver, com urgência, o gravíssimo problema da Barra de Esposende.

Apoiar os Deficientes, eliminando as barreiras arquitectónicas, dar eficácia ao Serviço Municipal de Protecção Civil e reforçar o policiamento no concelho, eram outras apostas dos candidatos da CDU.



Candidatos e Resultados:

	Partido	Candidato	Resultado
Câmara Municipal	PPD-PSD	Alberto Queiroga Figueiredo ¹³²	11840
	CDS	Franklin Veloso Fernandes Torres ¹³³	2622
	PS	Tito Alfredo Evangelista e Sá	4311

¹³² - Alberto Queiroga Figueiredo – Natural de Apúlia, Industrial Têxtil, 39 anos de idade, casado, natural e residente em Apúlia. Possui o Curso do Instituto Comercial (actual Instituto Superior de Contabilidade e Administração). Vereador da 2.ª Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Esposende e da actual Câmara, Presidente da Assembleia de Freguesia de Apúlia de 1982/ 84.

¹³³ - Franklin Veloso Fernandes Torres - Director Distrital de Finanças. Dirigente Superior da Administração Pública (Administrador Tributário do D.G.C.) e Director Distrital de Finanças). Iniciando funções em 1961, a partir de 1965 passou a exercer funções de chefia. Progressão rápida na difícil carreira que escolheu, sempre nos primeiros lugares, em termos classificativos. Participação em inúmeros seminários. Enorme experiência de Gestão. Membro do Grupo Orientador de Estágio de Solicitadores. Membro e Presidente de Júri em vários concursos para categorias superiores.

	APU	Júlio N. Anciães Monteiro Azevedo ¹³⁴	335
Assembleia Municipal	PPD-PSD	António Fernandes Ribeiro ¹³⁵	10505
	CDS	Rui António Agonia Pereira ¹³⁶	3249
	PS	Juvenal Silva	4775
	APU	Manuel Fernandes Morgado Carvoeiro	506

Nas Freguesias

O PSD perde a Junta de freguesia de Belinho cujo candidato era o autarca mais antigo do concelho e a Junta de Curvos, ambas para o CDS/PP. Ganha a Junta de Forjães que, até aqui, era liderada por uma Lista Independente, Marinhas, que era do PS e Rio Tinto. A Junta de Esposende manteve-se no PS, a de Vila Chã continua a ser afectada ao MPT e a LAP continua a dirigir os destinos de Palmeira de Faro.

O PSD ganha as Juntas de Antas, Apúlia, Fão, Fonte Boa, Gandra, Gemeses e Mar

Em termos de Juntas de Freguesia o PSD concorre a 12, ganhando 10, o PS concorre a 6 e ganha 2 (Esposende e Marinhas).

Concorreram 4 listas independentes (Apúlia, Forjães, Palmeira de Faro e Rio Tinto). Em Vila Chã concorreu uma Lista do MPT – Movimento do Partido da Terra.

¹³⁴ - Júlio Norberto Anciães Monteiro da Cunha Azevedo – Nasce a 2 de Abril de 1925, em Fão, filho de Júlio Alves Monteiro da Cunha Azevedo e de Salvina de Paiva Anciães Monteiro. Arquitecto, residente no Porto.

¹³⁵ - António Fernandes Ribeiro – Natural de Palmeira de Faro, Engenheiro Civil - licenciado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Engenheiro Civil do ex - Fundo de Fomento de Habitação (1976 a 1983). Técnico Superior do Instituto de Emprego e Formação Profissional (em exercício com actividade suspensa). Coordenador Nacional da Implementação e Construção dos Novos Centros de Formação Profissional (1983 a 1985). Responsável da zona norte do Sector de Obras e Instalações do Instituto de Emprego e Formação Profissional (actividade suspensa). Deputado à Assembleia da República (V Legislatura)

¹³⁶ - Rui António Agonia Pereira - Nasceu em Fão, Concelho de Esposende, em 1936. Matemático, investigador científico, com muitos trabalhos publicados. Professor universitário. Antes do 25 de Abril Foi Director da 1.ª Escola Normal Superior de Portugal. Depois do 25 de Abril foi requisitado à Fundação Gulbenkian, como Investigador - Chefe, para a Direcção Geral do Planeamento Urbanístico do Ministério de Obras Públicas e foi Director no Gabinete para a Pesquisa e Exploração do Petróleo. É Prémio Internacional Gago Coutinho. É galardoado pela Universidade BRNO - Checoslováquia. É membro da Academia de Ciências de Moscovo (depois do 25 de Abril) É Presidente do Conselho de Administração da Empresa Eficiência – de Investigação em inteligência Artificial É membro director da Sociedade de Geografia de Lisboa, É vice-presidente da Associação de Geografia de Lisboa. É vice-presidente da Associação Internacional de Bases de Dados com sede em Paris.

Composição dos Órgãos:

	Presidência	Vereadores	Deputados Municipais
Câmara Municipal	PPD-PSD Alberto Queiroga Figueiredo	PPD-PSD Fernando João Couto Cepa Manuel Albino Penteado Neiva Maria Fernanda L. V. e Cunha Jorge Alves Cardoso CDS Franklin Veloso Fernandes Torres PS Tito Alfredo Evangelista e Sá	<ul style="list-style-type: none"> • Agostinho P. Neiva • Juvenal da Silva • Manuel J. Peres Filipe • Rui Agonia Pereira • António M. Peixoto • José Luís Azevedo • Alberto Cruz Pereira • Carlos Ribeiro Pereira • José Baltazar de Matos • Francisco Xavier Sousa • Manuel Ferreira Vieira • Eduardo M. de Melo • Manuel M. Ferreira • José M. Casal Almeida • Álvaro Manuel Maio • Manuel Mariz Neiva • António de S. Cepa • José Gualdino Silva • José do Paço Lopes • João Vilarinho R.
Assembleia Municipal	PPD-PSD António Fernandes Ribeiro		

2.8 – Eleições Autárquicas de 16 de Dezembro de 2001¹³⁷



Apesar de ter decorrido com entusiasmo e, sendo, de certa forma, expectável o resultado, a campanha foi manchada pelos ataques pessoais, que nada tinham a ver com os projectos apresentados pelos candidatos e/ou partidos e com a distribuição de panfletos anónimos – cujo teor, em alguns casos, roçava a indecência.

Nestas eleições era evidente que a luta pela cadeira do poder seria, mais uma vez, disputada entre o PSD e o PS.

Como se disse na altura, acabou por vencer a *“coerência e o propósito de se continuar a resolver com serenidade e equidade, os problemas de Esposende”*¹³⁸.

O PSD apresentou o seu candidato João Cepa, no dia 3 de Novembro. Este exercia o cargo de Presidente da Câmara após a renúncia ao mandato de Alberto Figueiredo¹³⁹. No XV

¹³⁷ - Em 14 de Janeiro de 2001 realizaram-se eleições para a Presidência da República, tendo sido reeleito o Dr. Jorge Sampaio que, ganhou no concelho de Esposende (6716 votos), tendo ficado em segundo lugar o candidato Ferreira do Amara, (6117 votos).

¹³⁸ - Esposende – Autárquicas 2001 – in “O Novo Fangeiro”, Ano XVIII, n.º 212, 10 de Janeiro de 2002.

¹³⁹ - Em 17 de Novembro de 1998 Alberto Figueiredo pede suspensão do seu mandato como Presidente da Câmara, por 45 dias, para retomar o seu lugar como Deputado na Assembleia da República. Alega, na altura que não era seu desejo deixar acabar a Legislatura sem antes ocupar o lugar para que fora eleito nas listas do Distrito de Braga e, essencialmente, por Esposende. Iria lutar no Parlamento por alguns projectos que achava estruturantes para o concelho de Esposende, sendo um deles a Barra de Esposende e as Docas de Pesca e Recreio.

Congresso Nacional da JSD, que decorreu no Ofir, João Cepa havia afirmado que seria *“candidato à presidência do município nas próximas eleições autárquicas”*.

O PSD acabou por renovar a maioria, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, perdendo, no entanto cerca de 400 votos o que não é relevante para quem está no poder e é julgado pelo trabalho já desenvolvido.

Em termos de Assembleia Municipal foi eleito para seu presidente Alberto Queiroga Figueiredo.

O PS – Esposende começa bem cedo a preparar-se para as eleições autárquicas. No dia 11 de Novembro realiza uma Convenção Autárquica onde Juvenal Silva (Presidente da Mesa da Assembleia) e Tito Evangelista (Presidente da Comissão Política Concelhia) deixavam antever uma grande vitória do PS em Esposende. Estavam presentes o Presidente da Federação Distrital de Braga do PS, António Reis e Joaquim Barreto que, no uso da palavra, pediram mais *“empenho, militância e determinação”* e que não antecipassem resultados ou expectativas.

A aposta vai recair, novamente, em Tito Evangelista que escolhe como lema da sua campanha **“Fazer Bem, Fazer Melhor”**, mostrando estar de **“Alma e Coração”** nesta corrida à Câmara. Na apresentação da sua candidatura, que decorreu no dia 3 de Novembro, o PS nacional fez-se representar pelo dirigente José Junqueiro, então Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária e por Joaquim Barreto, líder da distrital de Braga. Curiosamente José Junqueiro apresenta uma obra do seu governo em Esposende – Barra de Esposende: um compromisso assumido e cumprido, dando grande enfoque a esta obra

Em 27 de Outubro de 1999 Alberto Figueiredo anuncia a sua renúncia ao cargo de Presidente da Câmara, invocando razões de ordem familiar e profissional, dizia *“Já não é possível conciliar a vida autárquica com a vida empresarial. Abdico do poder em favor dos meus trabalhadores, de suas famílias e da minha própria família”*.

referindo-se que em 2002 seria posta a concurso de adjudicação num valor superior a 1 milhão de contos incluindo molhes da barra e desassoreamento da barra.

O PS, tal como em eleições autárquicas anteriores, subiu a sua votação.

O CDS/PP apresentou o seu candidato Tiago Faria tendo ao seu lado Anacoreta Correia, Coordenador Nacional do CDS/PP para as Autárquicas 2011 e Nuno Melo líder da distrital de Braga. As intervenções acabaram por andar à volta da figura do Eng. Losa de Faria, ex-presidente da câmara pelo CDS, esquecendo-se, um pouco, do próprio candidato. Tiago Losa apresentou alguns traços da sua propositura à Câmara dando enfoque especial a um programa de desenvolvimento sustentado, transformando Esposende num Centro de Estágio a nível europeu.

Refira-se que esta escolha de candidatos para Esposende não foi, de todo, pacífica¹⁴⁰.

Em 17 de Setembro a Comissão Concelhia do CDS anunciava que o seu candidato à Câmara era, para surpresa de muitos, Samuel António Vieira dos Santos. No dia seguinte é dado o dito por não dito e é retirada a candidatura apresentada. Sendo, então, indicado o nome de Tiago Losa Faria.

Sabe-se que em 21 de Setembro a Comissão Directiva do CDS/PP dissolve a Comissão Política Concelhia daquele partido pois esta *“não propôs à Assembleia Concelhia, que deveria ser convocada para o efeito, as listas concorrentes aos diferentes órgãos autárquicos”*. Sabe-se que o próprio Presidente da concelhia do CDS/PP se havia manifestado no sentido deste partido concorrer em aliança com o PS, em Esposende, desagradando esta solução à Comissão Nacional que antes havia comunicado em sentido contrário.

¹⁴⁰ - Em Junho de 2000 é leito para dirigir o CDS concelhio Fernando Américo Losa Magalhães que era coadjuvado, entre outros, por Luís Viana e Samuel Vieira dos Santos.

O CDS/PP volta a cair em número de votos no concelho onde até 1989 era maioria. Apostou em Tiago Losa Faria, filho do antigo presidente, procurando, assim, capitalizar a simpatia que o concelho sempre demonstrou em relação ao seu pai, enquanto Presidente da Câmara. Aliás o seu slogan de campanha traduzia essa vontade – **“Honrar o Nome, Continuar a Obra”**.

A campanha vai ser marcada, aliás como é usual no concelho de Esposende, por panfletos anónimos que procuram, de certa forma, lançar anátemas, sobretudo, sobre quem detém o poder. Num desses pasquins com o título *“Esposende o Concelho mais atrasado dos concelhos do Litoral”*¹⁴¹ os autores, facilmente identificáveis, chamavam a atenção para a comparação dos índices de desenvolvimento entre Esposende e Espinho¹⁴², afirmando-se que *“os espinhenses têm o dobro do poder de compra dos esposendenses (poder de compra em Espinho é de 101% e em Esposende é de 57%)”*. Perguntava-se porque seria que Esposende era o concelho mais atrasado dos concelhos situados no litoral. É evidente que o que se pretendia era afirmar que em Esposende não havia rotatividade política nos órgãos do município e, por isso, era sempre *“mais do mesmo”*. Culpavam o PSD de por *“o concelho neste estado, sem desenvolvimento, sem emprego para os mais jovens, com o turismo cada vez mais enfraquecido”*.

Pedia-se alternância de poder.

O PSD respondia a estas dúvidas com um Programa Eleitoral recheado de novidades, em jeito de **“Compromisso com a Nossa Terra”**, escolhendo como slogan **“Todos Vamos Ganhar”**. Os candidatos do PSD davam a cara por tudo o que tinham realizado e afirmavam que era, sobretudo, *“por aquilo que foi feito que se deverá julgar o Bom Desempenho dos*

¹⁴¹ - Este artigo foi publicado no Jornal “O Público”.

¹⁴² - Concelhos situados no norte do País junto ao Atlântico, com o mesmo número de habitantes e vocacionados para o turismo.



Órgãos Municipais". Recordavam os mais incautos de que *"a população concelhia tem sabido reconhecer esse esforço que os Autarcas desenvolvem, dando-nos vitórias consecutivas, reforçadas de eleição para eleição"* e que sempre se orientaram por princípios de Transparência, Seriedade e Humanismo. Neste programa o PSD recorda

todo um trabalho realizado nos últimos anos e que constitui um capital político importantíssimo, lembrando que só assim foi possível fazer com que este concelho *"tenha as melhores redes de saúde da região, quer na qualidade quer no número de equipamentos"* e que seja apontado como um concelho inovador e com uma gestão das mais eficientes. Agora era tempo de dirigir esforços para as pessoas e para a interacção das Gerações.

Na área da Educação, sendo o município de Esposende um dos que melhores edifícios escolares possui na região e um dos que mais meios dedicou a esta área, iria continuar a dar forte apoio ao ensino quer na área pedagógica quer no reforço da modernização dos equipamentos escolares. Reforçar o apoio social aos alunos, atribuir material didáctico e lúdico às escolas do 1.º ciclo, continuar a promover o ensino Pré-escolar, levar a efeito acções que permitam a ocupação dos jovens estudantes em período de férias e pausas escolares, apoiar o Ensino Profissional e artístico, construir novas escolas nomeadamente Fão e Marinhas. Pugnar pelo Ensino Superior em Esposende, ocupando as instalações da antiga Estação Rádio Naval de Apúlia, implementar novos ATL's e dar novo impulso ao Desporto Escolar, continuar a apoiar o Ensino Recorrente, melhorar os Transportes escolares e reforçar a atribuição das Bolsas de Estudo.

Para a Saúde e Protecção Civil o PSD, pese embora o concelho possuísse uma excelente situação quanto à qualidade e quantidade de equipamentos de Saúde, desejava continuar a apoiar todas as Associações que trabalham no domínio da Saúde, lutaria pela rápida construção do novo Centro de Saúde de Fão e apoiaria as Juntas de Freguesia na ampliação e remodelação dos seus cemitérios.

No campo Social é sabido que o concelho de Esposende possuía uma Rede de instituições de Solidariedade Social das melhores da região, cuja actividade permitia dar uma resposta atempada e eficaz aos problemas sociais que afectavam a população concelhia. Apontavam-se como obras exemplares nesta área o Centro Social de Belinho e o Centro Comunitário de Vila Chã. Pretendia-se dar continuidade ao trabalho iniciado, propondo-se apoio com todas as Instituições que trabalham no sector Social, incentivar a criação de Creches, ATL e Centros de Dia e Lares para idosos. Dotar as freguesias com Centros Sociais, construir Centros de Dia em Fão e em Mar e continuar com o apoio aos Deficientes do Concelho.

O Ambiente foi para o PSD uma área prioritária tendo investido em 11 anos mais de 7 milhões de contos em redes de Abastecimento de Água, em redes de Recolha de Águas Residuais e na construção de Estações de Tratamento. Para o PSD a formação dos jovens neste domínio é o garante de que se ganhará a batalha do ambiente.

Era importante alargar a Rede de Saneamento a todas as freguesias do concelho e ampliar Rede de Abastecimento de Água. Defender o ambiente passava por Campanhas de Informação e Sensibilização junto da população. Elaborar o Plano Estratégico de Intervenção na Orla Costeira de Esposende de forma a requalificar a frente marítima do concelho (Frentes de Praia de Apúlia, a Zona de Ofir, a Frente Ribeirinha de Esposende, assim como as Praias do Norte do Concelho). Continuar a apostar na Educação Ambiental, construindo, para isso, um Centro de Educação Ambiental.

Para resolver o problema da Habitação seria dada continuidade à aquisição de terrenos para a criação de loteamentos de autoconstrução em todas as freguesias, concluir as infra-estruturas dos loteamentos já existentes e continuar a apoiar as famílias necessitadas através da recuperação das habitações degradadas, no âmbito do Projecto de Luta Contra a Pobreza.

Na área do Urbanismo havia um trabalho importante já realizado em várias áreas do concelho. Era necessário continuar a recuperar as áreas centrais das freguesias e requalificação dos espaços de utilização pública, promover a discussão pública e aprovação final dos Planos de Urbanização e concluir a Revisão do PDM.

Quanto à Juventude, e sendo Esposende um dos concelhos mais jovens da região, era forçoso que se continuasse a dinamizar o Associativismo Juvenil no concelho, dotar as freguesias com Espaços Internet para Jovens, continuar a apostar no Festival da Juventude de Esposende, criar o Cartão Jovem Municipal, reforçar as Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, apoiar a criação do 1º Emprego através de candidaturas a Estágios Profissionais e criar a Casa Municipal de Juventude.

Para a Cultura que é, afinal, aquilo que diferencia a acção de uma autarquia das demais, os eleitos do PSD tudo farão para construir o Centro Arqueológico do Castro de S. Lourenço como apoio aos visitantes, dotar o concelho com uma Biblioteca itinerante Municipal (Bibliomóvel), construir Centros Culturais, finalizar o Plano de Recuperação e Musicalização dos Moinhos de Abelheira, procurar adquirir o Forte de S. João Baptista e transformá-lo num Pólo Cultural de Vertente Marítima e recuperar o Castro do Senhor dos Desamparados.

Para o Desporto e Lazer serão construídos Parques Desportivos e de Lazer nas freguesias, dotar o Monte de S. Lourenço com um Parque de Merendas, elaborar um projecto-tipo para

a construção de Pavilhões Gimnodesportivos, apoiar os Grandes Eventos Desportivos, apoiar o Desporto Escolar e do Desporto para Idosos e construir um Centro Equestre Municipal.

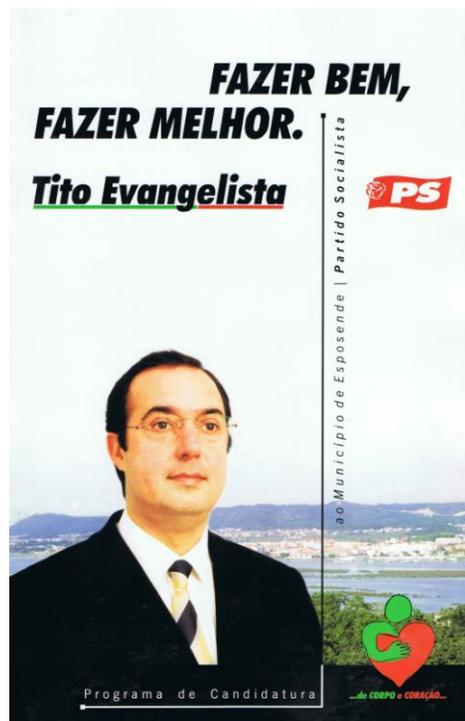
Sobre o Desenvolvimento Económico e no âmbito da Revisão do Plano Director Municipal serão criados novos Pólos Industriais nas freguesias, serão concluídas as infra-estruturas das Zonas Industriais em construção, pugnar pela rápida resolução do problema da Barra de Esposende e a Abertura do Canal de Navegabilidade, melhorar a condição das praias do concelho, melhorar os Caminhos Agrícolas, concluir as obras integradas no projecto do Urbanismo Comercial previstas no PROCOM e apoiar a construção de um Parque de Campismo de grande qualidade.

Quanto a Vias Municipais serão construídas as que estão previstas no PDM nomeadamente a Variante Norte de Apúlia e a Variante de Ofir (Fão), serão abertas novos arruamentos previstos nos Planos de Urbanização, serão pavimentadas e repavimentação de estradas e caminhos no âmbito das obras de Saneamento Básico, será criada uma Escola de Trânsito, será construída uma Central de Camionagem, serão eliminados os pontos de conflito de trânsito através da construção de rotundas, serão construídos mais Abrigos de Passageiros e tudo se fará para melhorar a Rede de Transportes Públicos no concelho.

Para fomentar o Associativismo será dado apoio a todas as Associações concelhias e será criado o Conselho Municipal das Associações.

Os Serviços e Património – uma das preocupações nos últimos mandatos do PSD, os eleitos do PSD tudo farão para adquirir a antiga Estação Radionaval de Apúlia, onde pretende instalar uma Escola de Ensino Superior. Serão melhoradas as condições de funcionamento dos serviços municipais, assim como das Juntas de Freguesia. Serão transferidas para as Juntas de Freguesia mais competências e de mais meios. Será iniciado um processo para

dotar o município com um Corpo de Polícia Municipal. As Juntas de Freguesia serão apoiadas



na construção de Casas Mortuárias e de Sanitários Públicos.

O PS, sempre combativo, lança comunicados atrás de comunicados, procurando dessa forma captar o eleitorado que defende o rotativismo do poder. Num dos panfletos que intitulou “*Sabia que...*” acusam Alberto Figueiredo de faltar à palavra pois não tinha cumprido o mandato tal como o prometera assim como deixou a Câmara com uma dívida que ultrapassava os 2 milhões de contos. Denunciavam também que os impostos locais tinham subido de forma exponencial e, mesmo assim, não se via investimento no concelho. A nível do urbanismo o PS ia

mais longe e questionava o PSD e Alberto Figueiredo porque razão não tinha dado cumprimentos aos planos que constavam no PDM, nomeadamente a construção dos Parques de Campismo previstos e as áreas industriais plasmadas nesse instrumento de gestão territorial. Neste comunicado o Partido Socialista denunciava ainda algumas situações que eram menos claras e que envolviam licenciamentos duvidosos¹⁴³ e mau uso dos dinheiros públicos.

Assim o PS, com Tito Evangelista, propunha para o concelho “**Fazer Bem, Fazer Melhor**”. Este encabeçava um conjunto de personalidades “*com provas dadas, que não buscam lugares, e que se apresentam ao eleitorado apenas pela vontade de servir, de fazer bem, de*

¹⁴³ - Um dos casos denunciados ligava-se à instalação da Multinacional Wolverine

fazer melhor pelo concelho de Esposende” e esclareciam que este mandato era de extrema importância já que correspondia ao “último quadro comunitário de apoio de que Portugal será beneficiário”. Por esta razão impunha-se “que a próxima Câmara seja gerida por quem tem competência” já que “a maioria que geriu o concelho de Esposende nos últimos quatro anos já deu provas de que não serve”.

Para o PS era urgente que se investisse nas pessoas, na formação, na educação, na acção social e na cultura. Mas, também, era fundamental fixar novos residentes, apoiar os diferentes sectores de actividades, proteger o ambiente requalificando zonas degradadas, dar segurança às pessoas, imbuir na população o espírito da solidariedade, em suma “fazer de Esposende um concelho melhor”.

Na área da Educação e Juventude era fundamental a ligação da escola à comunidade local e ao mundo do trabalho, e um bom investimento na promoção da igualdade de oportunidades. O Pré-escolar deverá ter horários compatibilizados com o funcionamento dos ATL's e os destes com o horário de trabalho das famílias. Era importante alargamento da Rede pública a todo o concelho. No Ensino Básico e Secundário era urgente apostar em novas infra-estruturas nomeadamente laboratórios e infra-estruturas desportivas. Criar Gabinetes de Orientação Escolar, construir uma nova Escola do Ensino Básico.

Na Acção Social uniformizar critérios que tenham em atenção o rendimento familiar, incidindo, sobretudo, em material didáctico, livros, transporte seguros e alimentação.

O PS tudo faria para instalar no concelho o Ensino Superior. Propunha-se aumentar as Bolsas de Estudo a alunos do ensino superior.

Também a população idosa merece atenção especial no manifesto do PS por isso apoiariam os Projectos de Idosos, a sua Integração e um programa de Férias.

Seria dado apoio incondicional aos Centros de Saúde, aos Bombeiros e Cruz Vermelha.

Para a Juventude a política deve ser *“interdepartamental, horizontal e inter-sectorial”*. O futuro do concelho estará dependente de jovens bem formados, capazes e que se sintam bem em Esposende. Para essa formação o PS levaria a efeito a Construção da Casa da juventude, o apoio às Associações Juvenis, apoiar os jovens na resolução de problemas como a habitação, a educação, o desporto e a Cultura. Uma aposta eficaz nas Novas Tecnologias e na Sociedade de Informação, lutando dessa forma contra a marginalização e a infoexclusão. Reformular o Festival da Juventude e dinamizar o uso do Cartão Jovem Municipal.

A Cultura é um dos baluartes do desenvolvimento do concelho. O PS assume-a como isso e, assim, promete uma Nova Política para a Cultura. Prevê a Construção da antiga Barca de Passagem em Gemeses, a valorização do Património concelhio e das diversas manifestações culturais, a criação nas Juntas de Freguesia de Postos de Leitura e Internet, a descentralização da Biblioteca e a promoção dos Museus.

Nas Actividades Económicas é dado grande ênfase ao emprego, com enfoque especial ao emprego jovem, defendendo, para isso, políticas de incentivo ao emprego e benefícios fiscais a empresas geradoras do primeiro emprego.

Sendo a agricultura e a pesca sectores primordiais no concelho o PS promete apoio aos agricultores que lutem por uma agricultura sustentada, apoiar a promoção dos seus produtos, o arranjo dos caminhos agrícolas e promover a irrigação dos campos, criar um Gabinete de Apoio aos agricultores. Para os pescadores o PS tudo fará para resolver os seus problemas. No sector industrial o PS diz não às indústrias poluentes defendendo indústrias de qualidade e altamente sustentáveis. Na área do Turismo era forçoso apresentar alternativas ao turismo de sol e praia e que crie uma rotura com a sazonalidade do mesmo. Isso passará pela criação de vias de ciclismo, uma Campo de Golf com 18 buracos, adquirir a Quinta de Curvos, em Forjães, preservar as aldeias mais tradicionais, construir Parques de

Campismo, promover o Turismo Urbano e recuperar centros urbanos de interesse patrimonial.

No domínio da Habitação era fundamental a criação de bolsas de terrenos para apoio à construção, incentivos ao arrendamento e, sobretudo isentar de taxas a recuperação de edifícios com interesse patrimonial.

Em questões Ambientais era importante o apoio ao associativismo ambiental. Seria dada atenção especial aos Espaços Verdes e às zonas ribeirinhas. Seria proposta a duplicação a área do PNLN, o combate à poluição nos rios, a recuperação das sua margens, a construção de uma marginal pedonal no Rio Neiva, a edificação do Parque da Cidade, a construção da marginal em Fão, a requalificação das praias, o arranjo da frente de Apúlia, o arranjo paisagístico de S. Lourenço e da Senhora da Guia e a protecção da orla costeira.

Em termos de Infra-estruturas era importante a construção de novas vias, da Barra de Esposende, a Construção da central de camionagem em Esposende e a aprovação de Planos de Urbanização.



O CDS, tal como se viu nos resultados eleitorais, não se preparou devidamente para este combate. Mostrou-se apagado, sem ideias e, sobretudo, pouco interveniente ao longo da campanha eleitoral. Não bastou ao eleitorado que trouxesse como bandeira o Eng. Losa de Faria e tudo o que ele tinha feito pelo concelho. Foi descurada a máxima “*Mudam-se os Tempos, mudam-se as vontades*”.

Das poucas acções realizadas destaca-se uma carta enviada pelo candidato Tiago Losa Faria onde começava por dizer que era “*candidato nas listas do CDS-PP honrando o nome do Eng. Alexandre Losa Faria que também a cabeça das listas do então CDS, presidiu a Câmara*

Municipal de Esposende, durante três mandatos, dando com a sua acção um contributo importante para colocar este concelho na rota da modernidade e desenvolvimento". Pretendia dessa forma afirmar que queria ser continuador dessa obra e que a ela dedicaria o seu esforço e dedicação. Tiago Losa acreditava, e os esposendenses que não são ingratos, também acreditam, que Losa Faria foi, para Esposende, *"uma referência Esposendense do século XX"*. Perguntava, agora, se não será, também *"uma referência do século XXI em Esposende"*. Foi, no pensamento de muitos esposendenses, um erro esta forma de fazer campanha e em nada dignificou a memória do Eng. Alexandre Losa de Faria e o uso do slogan **"Honrar o nome, continuar uma Obra"**. Tudo tem um tempo e em política é fundamental que se entenda esse sentido.

A aposta de Tiago Losa e do CDS era fundamentalmente no Ambiente tendo como áreas prioritárias o Rio e o Mar. Alias, *"não faria sentido sonhar com este concelho no futuro, sem contar com estes vectores"*. Também era fundamental o apoio à pequena indústria e o desenvolvimento das Vias de Comunicação como forma de desenvolver e trazer riqueza para Esposende. O Candidato do CDS propunha, em conjunto com as forças vivas do concelho elaborar *"um programa de desenvolvimento que leve a coordenação dos meios desportivos, culturais, de saúde, comércio e indústria, para que o concelho de Esposende se transforme num grande Centro de estágio de nível europeu"*.

A CDU – PCP-PEV apresentava-se, como sempre, *"com elevado entusiasmo"*. A sua combatividade era demais conhecida e, de certeza, não deixariam de dizer o que lhes ia na alma e, sobretudo, de apresentar os seus projectos para o concelho de Esposende. Começavam logo por afirmar que a sua postura *"advém do espírito e grande vontade de contribuir para a alteração da negativa política autárquica que, nos últimos anos, tristemente, tem marcado a nossa terra"*.

Acusam o PSD de não cumprir o prometido e que deveriam ter vergonha porque as necessidades *“básicas essenciais para a qualidade e bem-estar geral da população ainda não está garantida em níveis de quantidade e qualidade satisfatórios”*.

Como é timbre da CDU aplica-se uma adjectivação forte contra os seus adversários, classificando-os de *“pacóvios”*. Não aceitam de forma alguma os *“conceitos ultrapassados de crescimento e grandeza, medidos em toneladas de betão por metro quadrado”* que, no seu entender, afrontam a inteligência e a sensibilidade dos Esposendenses. A CDU contesta a política seguida nomeadamente a que diz respeito ao urbanismo onde prevalece o *“mau gosto que destrói os espaços verdes e o equilíbrio arquitectónico”*¹⁴⁴. Vai mais longe e acusa os responsáveis locais de praticar uma *“gestão velha e gasta incapaz de rasgos de inovação e mudança”* e onde *“vigora o império dos favores e dependências”*. Por estas razões era urgente procurar alternativas de poder, construir *“uma oposição firme e frontal à política de incompetência”* pois a continuar assim *“não há um rumo estratégico de desenvolvimento para o Concelho”*.

A CDU acusava, também o PS e o CDS de fazerem uma fraca oposição, preocupando-se mais com *“questões acessórias, meras bagatelas políticas, com o lavar da roupa suja e ataques pessoais na busca cega e desmedida pelo poder”*.



¹⁴⁴ - Citavam como exemplo a destruição do Pinhal de OFIR - Fão, as faixas litorais das Marinhas, Apúlia e Foz do Neiva.

Esta coligação apresentava-se com um projecto e um programa autárquico forte e capaz de *“contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentável do concelho”*, de *“elevar a qualidade de vida de todos os Esposendenses”* e ainda de *“aprofundar a democracia desenvolvendo a democracia participativa”*.

Para as questões do Ambiente e Saúde Pública a CDU prometia definir uma Rede Ecológica Municipal destinada à salvaguarda do património natural e paisagístico. Propor o alargamento da APPLE, proteger de edificações as margens dos rios Cávado e Neiva, dotar Esposende com um Parque Ambiental e de Lazer, controlar os focos de poluição, recuperação das linhas de água, construir um Centro de Educação Ambiental, criar um Gabinete da Qualidade da Água, criar uma Comissão Municipal de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação da Qualidade Ambiental e Saúde Pública, recuperar as zonas húmidas do concelho, promover e desenvolver acções de sensibilização e investigação científica com vista à defesa do ambiente.

No domínio do Saneamento Básico a CDU promoverá o Abastecimento de Água de qualidade, a revisão do Sistema de Esgotos e das Estações de Tratamento e exigirão que as empresas adoptem mecanismos de tratamento dos resíduos que produzem.

Na vertente do Turismo será nomeada uma Comissão Municipal de Turismo, serão construídos quatro parques de campismo, serão apoiados projectos na área do turismo rural e agro-turismo, tudo fará para dotar Esposende com um Museu Rural do Concelho e um Museu do Mar. Ainda neste domínio serão promovidas semanas gastronómicas e feiras temáticas, serão defendidos e preservados os moinhos e azenhas de Abelheira, azenhas do Neiva e moinhos de Apúlia. Na área da sensibilização ambiental serão levados a efeito concursos: *“A Freguesia Mais Limpa do Concelho”*, *“A Urbanização Mais Limpa do Concelho”*,

“A Rua Mais Limpa da Nossa Terra”, o concurso das “Fachadas e Varandas Floridas” e o concurso “A Nossa Escola é um Jardim”.

Para a Cultura e Desporto era fundamental a construção do Centro Cultural do Concelho de Esposende, a criação de pequenos Centros de Ciência, recuperação da Necrópole de Fão, dinamização da Rede Concelhia de Leitura Pública, criação de um Gabinete do Desporto na Câmara, dotar a Câmara com um Corpo de Animadores Desportivos, construção nas freguesias de Circuitos de Manutenção e construção de uma Pista Internacional de Remo e Canoagem.

Para apoiar a Juventude a CDU apresentava como medida urgente a criação do Conselho Municipal da Juventude e a promoção de Programas de Apoio aos Tempos Livres dos jovens. Na área da Educação e Ensino era fundamental a criação do Departamento de Educação, dinamizar o Conselho Local de Educação, definição do Projecto Educativo Concelhio, construção de Centros de Recursos Educativos, construção de edifícios escolares, alargamento da rede pública da Educação Pré – Escolar a todo o concelho, rever e reorganizar a Rede Escolar do Concelho e aprofundamento um programa de acção social escolar.

Quanto à Saúde era importante a reabertura do Serviço de Atendimento Permanente 24 horas por dia, melhorar as condições de funcionamento das extensões do Centro de Saúde e construir o Centro de Saúde de Fão.

Para a Agricultura e Pescas era urgente a criação de um Gabinete de apoio ao agricultor assim como a implementação de estruturas de recolha, transformação e comercialização dos produtos. Implementar o “mercado protegido” da lavoura concelhia. Para os pescadores a CDU tudo faria para a resolução do velho problema da barra assim como a promoção e aproveitamento turístico dos rios Cávado e Neiva e do mar.

A CDU prometia criar no concelho um Observatório Permanente sobre as condições de trabalho e garantia dos direitos de todos os trabalhadores do concelho.



Candidatos e Resultados:

	Partido	Candidato	Resultado
Câmara Municipal	PPD-PSD	Fernando João Couto Cepa	11390
	CDS	Tiago Macieira Losa Faria	1884
	PS	Tito Alfredo Evangelista e Sá	5710
	CDU	Cassiano da Silva Couto	579
Assembleia Municipal	PPD-PSD	Alberto Queiroga Figueiredo	10895
	CDS	Álvaro Manuel Oliveira Maio	2132
	PS	Joaquim Barbosa Ferreira Couto ¹⁴⁵	5720
	CDU	Manuel Fernandes Morgado Carvoeiro	747

¹⁴⁵ - Joaquim Barbosa Ferreira Couto, 50 anos, Médico, natural de Santo Tirso, onde exerceu durante vários mandatos o cargo de Presidente da Câmara Municipal. Dirigente nacional do Partido Socialista, foi presidente da Associação Nacional dos Autarcas Socialistas. Actualmente é o Governador Civil do Distrito do Porto. Reside na freguesia de Curvos, concelho de Esposende.

Nas Freguesias

Em termos de Juntas de Freguesia o PSD concorre a 13 freguesias apoiando, também, a LIFE – Lista Independente por Esposende e o MPT, concorrente a Vila Chã.

O PS concorre a 9 freguesias, apoiando as Listas Independentes da LIC- Lista Independente de Curvos, LAF – Lista Apartidária de Fão, LART – Lista Apartidária de Rio Tinto, assim como as Listas apresentadas pelo MPT – Movimento do Partido da Terra em Vila Chã e Fonte Boa.

O CDS/PP apresenta 3 Candidaturas (Gandra, Gemeses e Marinhas) dando apoio às Listas Independentes de Antas, Apúlia, Curvos, Esposende, Fão e Rio Tinto, assim como às listas do MPT de Fonte Boa e Vila Chã. A CDU apresentou 8 candidaturas às Freguesias.

O PSD perdeu as Juntas de Freguesia de Marinhas, Fonte Boa e Rio Tinto. Nas Assembleias de freguesia perdeu a maioria absoluta nas de Antas e Apúlia.

Composição dos Órgãos:

	Presidência	Vereadores	Deputados Municipais
Câmara Municipal	PPD-PSD Fernando João Couto Cepa	PPD-PSD	Agostinho P. Neiva
		Vítor Manuel da Silva Leite	Manuel Brás Marques
		Jorge Alves Cardoso	Manuel F. Torres Arezes
		Maria Emília Mariz Figueiredo	José M. Casal Almeida
Assembleia Municipal	PPD-PSD Alberto Queiroga Figueiredo	José Albino Lima de Faria	José Luís C. Azevedo
		PS	António M. Peixoto
		Tito Alfredo Evangelista e Sá	Manuel J. Peres Filipe
		Luís Miguel Morais Vale	Álvaro M. Oliveira Maio
			Manuel Enes de Abreu
			Manuel Matos Ferreira
			Tiago F. F. Faria Morais
			João Nunes da Silva
			João Migueis Silva
			Célia G. Castanheira
			José Luís da Silva Ribeiro
			Manuel Lima de Almeida
			José Baltazar Matos
			Jorge Duarte da Silva
			Carlos Afonso Novo
			António Rossas Pereira
			Victor M. da Silva Faria
			Otílio F. S. Hipólito
			Manuel Fernando Torres
			Mário F. Fernandes,
			José E. Felgueiras

			José Artur S. Marinho António V. Catarino Fernando P. Marques Jorge H. Sousa e Silva Abílio Cepa Cerqueira José Maria Losa Esteves Carlos A. Gomes de Faria António C. Vieira da Silva Sílvio de Azevedo Abreu Joaquim C. Rosmaninho
--	--	--	---

2.9 – Eleições Autárquicas de 9 de Outubro de 2005

O PSD volta a apostar em João Cepa que promete **“Novas Metas - Novos Desafios”**.

O PS apresenta, novamente, Tito Evangelista como candidato afirmando ser **“A única alternativa”** em Esposende. O Slogan escolhido por Tito foi **“Chegou o Momento”**. A sua grande aposta, para este mandato, é a edificação de um Parque de Diversões, em Apúlia, tipo Eurodisney, em Paris.



Como candidato à Assembleia Municipal o PS apostou numa figura nacional do partido o Ex-ministro Prof. Augusto Santos Silva.

O CDS/PP escolheu como candidato José Paulo Areia de Carvalho que começou por afirmar que entrava nesta campanha propondo que esta se fizesse com *“elevação política”* e que proponha para Esposende, sobretudo, **“Um Impulso de Progresso”**. Assumiu que fazer política concelhia era um desafio interessante e ainda mais tratando-se do concelho onde residia grande parte da sua família. Apresenta-se a eleições *“ porque é urgente fazer mais e melhor pela nossa Terra” e também porque “nos últimos seis anos, o Concelho de Esposende estagnou: não há uma estratégia, um rumo, um plano de desenvolvimento. É urgente recuperar um caminho de progresso que crie bem-estar e qualidade de vida”*. Areia de Carvalho criticava João Cepa por ser um Presidente ausente e prometia mudar o estado das

coisas *“quero ser um Presidente Sempre presente e disponível para ouvir, perceber, ajudar e servir! Estou completamente livre de compromissos com grupos de interesses, e por isso, não tenho medo nem de perder nem de ganhar: vou exercer todas as funções que, com o voto, me forem confiadas pelo povo de Esposende”*. Prometia trabalhar com todos os que *“estejam disponíveis para ajudar quem precisa; que tenham vontade de trabalhar e não desistam perante as dificuldades; que saibam captar o investimento; que tenham sensibilidade social nesta época de tão grave crise para as nossas famílias”*.

Na sua apresentação esteve presente o Presidente do CSD/PP José Ribeiro e Castro e o Deputado Nuno Melo os quais traçaram o perfil do candidato considerando-o *“capaz e competente”*. A Comissão Política Concelhia do CDS/PP apresenta o seu candidato como um homem *“que tem prestado muitos serviços à causa pública”*.

A CDU apostou para a Câmara Municipal, em alguém que era, sem dúvida, uma figura de prestígio no concelho, mormente na área do Desporto Escolar e no Ensino. Estamos a falar de Manuel Ribeiro, um bracarense de nascimento mas esposendense de coração e adopção. Apostava essencialmente numa campanha onde o debate político se centrasse mais nas ideias e nas propostas e menos no folclore eleitoral, afirmando que *“quem não tem dinheiro não tem vícios”*. Apresentava-se como uma mais-valia para o Executivo Municipal, quiçá como Vereador do Desporto, onde faria uma oposição construtiva, pela positiva, dando contributos para a evolução e desenvolvimento do concelho.

Mas a CDU, e isso faz parte do seu ADN, sempre que as coisas não lhe corriam à feição, disparava em todos os sentidos e aproveitava todos os propósitos para lançar comunicados e, de certa forma, provocar os seus adversários.

Nesta campanha foi lançado um desafio, por parte do Jornal de Esposende, a todos os cabeças de lista para a realização de um debate público. É sabido que quem estava no poder

iria sofrer uma pressão forte de toda a oposição, o que nem sempre é tolerável, criando-se mesmo alguma injustiça. Face à “*manobra*” João Cepa declina o convite e faltou ao debate que aconteceu no dia 23 de Setembro. A CDU difunde um comunicado intitulado “*João Cepa tem medo da Democracia*” acusando o autarca de “*falta de Cultura e sentido democrático*” e de “*não ter coragem de enfrentar as suas responsabilidades*”. A CDU aproveitou esse facto para lançar uma série de acusações sobre a forma como era gerido financeiramente o município esposendense. Terminavam o comunicado dizendo que “*João Cepa não merece ser reeleito presidente da Câmara*” e ainda “*Quem tem medo do povo não merece a confiança do povo*”.

O PPD-PSD e o seu candidato apresentaram o manifesto eleitoral começando por dizer que este era, mais uma vez, um momento importante para o concelho já que “*os eleitores não só avaliam o desempenho daqueles que exerceram funções no mandato que agora termina, mas também se pronunciam sobre os projectos que lhes são propostos para os*



próximos 4 anos”. O momento era oportuno não só para prestar contas do que se realizou mas também dar a conhecer “*aquilo que é o nosso projecto de intenções para o mandato que se vai iniciar*”. João Cepa não tinha dúvidas que “*os últimos quatro anos constituíram um período de intenso trabalho, durante o qual mantivemos a preocupação de desenvolvermos uma política de bem-estar da população e de aumento da qualidade de vida*”, e que pautou a sua acção e gestão camarária pelo “*rigor, seriedade, transparência e responsabilidade*”. No documento apresentado foi dado a conhecer um resumo das obras realizadas ao longo do

último mandato. João Cepa considera ter sido capaz *“de desenvolver grandes e importantes projectos, salvaguardando a estabilidade financeira da Autarquia”*. Era seu propósito continuar a *“promover a melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos, criando e incentivando as condições da sua valorização individual e colectiva, a participação cívica e a cooperação inter-institucional, estimulando e despertando os valores da responsabilidade social individual, das empresas e de todas as entidades que contribuem com a sua actividade para o desenvolvimento socioeconómico do concelho”*.

Para a área da Educação o PSD, entre outras iniciativas, prometia renovar e ampliar diversas escolas e construir novas. Dotar Forjães com um novo Jardim de Infância. Criar mais salas de Educação Pré-Escolar e dotar as escolas com material didáctico e informático. Apoiar o Ensino Profissional, o Artístico e o Recorrente. Criar Ludotecas e, junto do governo, pugnar pela construção de uma Escola E.B. 2, 3 a sul do concelho (Fão). Procurar instalar em Esposende uma Escola Superior de Turismo. Apoiar o Ensino Particular e Cooperativo, dotar o concelho com um Centro de Educação, Formação e Investigação e apoiar incondicionalmente o Desporto Escolar. Alargar a atribuição das Bolsas de Estudo ao Ensino Superior e melhorar os Transportes Escolares. Integrar o município de Esposende na Rede Internacional das Cidades Educadoras.

Na Saúde e Segurança o PSD apresentava algumas das iniciativas já conseguidas e prometia continuar com o apoio a todas as instituições que desenvolviam a sua actividade no domínio da saúde, o apoio aos Bombeiros, a realização do Plano Municipal de Emergência, a abertura do Centro de Saúde de Fão, elaborar o Plano Municipal de Prevenção e Combate a Fogos Florestais, reforçar as Forças de Segurança no concelho e criar o Conselho Municipal de Segurança.

No domínio da Acção Social e Habitação o trabalho já feito é mais que motivador para que o PSD e João Cepa prometam continuar a trabalhar para dar mais força à *“Rede de Instituições Particulares de Solidariedade Social”*. Serão construídos novos equipamentos sociais e adquiridas viaturas para esses serviços, serão concluídos o Centro Social das Pedreiras e o Centro de Dia de Mar, será implementado o Projecto Municipal de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, será construída habitação para venda a custos controlados.

Esposende, na área do Ambiente, tem sido apontado como exemplar. Assim, para este mandato o PSD preconizava, continuar a apostar no alargamento da Rede de Saneamento Básico, na ampliação da Rede de Abastecimento de Água, no Tratamento dos Efluentes, nas Campanhas de Sensibilização, na Requalificação das Praia de Apúlia e Zona Ribeirinha de Esposende, requalificar os Arruamentos do Pinhal de Ofir, requalificar as Praias de Cedovém, Pedrinhas e S. Bartolomeu do Mar, construir o Centro de Educação Ambiental, construir um Percurso da Natureza, implementar acções para a Despoluição do Cávado, drenar as Águas Pluviais e implementar projectos no âmbito das Energias Alternativas.

Sobre o Urbanismo, sendo que, na opinião de João Cepa *“concelho de Esposende tem hoje uma imagem diferente”* prometia-se requalificar as zonas centrais das freguesias e os espaços públicos, eliminar as barreiras arquitectónicas, requalificar a Avenida Marginal de Esposende, executar a segunda fase da Avenida Marginal de Fão, concluir a revisão do PDM, elaborar Planos de Desenvolvimento Urbanístico e criar o prémio de Arquitectura Viana de Lima.

Sendo Esposende um dos concelhos mais jovens da região era necessário estar atento para às políticas da Juventude e Associativismo. Pela qualidade e quantidade das associações que existem no concelho valia a pena continuar a apostar nesta área e, para isso o PSD queria continuar a apostar no Associativismo Juvenil, no Festival da Juventude, nos Programas de

Ocupação de Tempos Livres e na conclusão das obras na Casa Municipal da Juventude. Promover a realização de uma Feira do Associativismo, construir o Centro Cívico de Mar, criar um Parque de Escutismo, criar Gabinete de Apoio à Juventude e à Inserção no 1º Emprego e promover Estágios Curriculares e Profissionais.

Para o Desporto e Lazer seriam construídos mais equipamentos desportivos e espaços de lazer, Parques de Merendas e Circuitos de Manutenção. Realizar Eventos Desportivos e elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo. Criar o Conselho Municipal do Desporto e o Gabinete de Apoio às Associações Desportivas, apostar na Formação de dirigentes e atletas, desenvolver um Plano de Desporto Adaptado, construir um Parque Desportivo Municipal e criar o Parque da Cidade.

Na vertente da Cultura poder-se-á dizer que este concelho está dotado com um assinalável conjunto de estruturas e equipamentos culturais. Para continuar com esta dinâmica urge Descentralizar as Actividades Culturais, promover Semanas Culturais, construir o Centro Interpretativo do Castro de S. Lourenço e integrá-lo na Rede de Castros do Noroeste Peninsular, dar continuidade às investigações Arqueológicas, promover e valorizar o Património Arqueológico e implementar o Plano de Recuperação e Musealização dos Moinhos da Abelheira. Continuar a pugnar pela cedência do Forte de S. João Baptista e dotar o Arquivo Municipal com novas e adequadas instalações. Construir uma réplica da Barca de Passagem, promover uma Feira do Livro e do Artesanato, construir o Centro de Artes e Espectáculos, uma Casa da Música em Antas e promover o Festival Foz do Cávado.

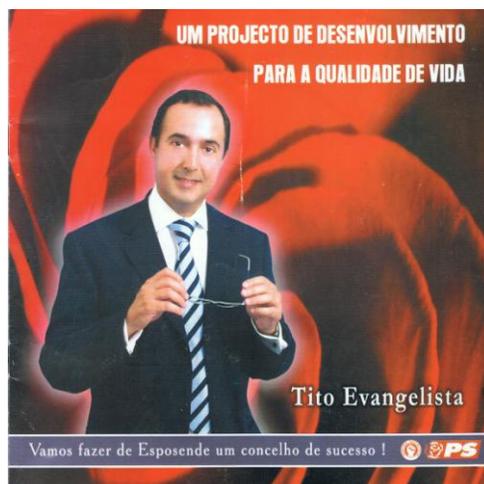
Para melhorar a Rede Viária e as questões da Mobilidade será criada uma Escola de Trânsito e melhorada a Rede de Transportes Públicos. Serão construídos novos Abrigos de Passageiros e eliminados os Pontos de Conflito de Trânsito. Tudo se fará para a Recuperação da Ponte de Fão. Serão criados novos Parques de Estacionamento e solicitar ao governo a

construção da Variante à E.N. 103-1 (ligação da A28 a Barcelos) e da Variante à E.N. 103 (ligação da A28 a Forjães). Infra-estruturar a Estrada de S. Lourenço, abrir novas vias e remodelar a Rede de Iluminação Pública.

Quanto aos Serviços e Património é fundamental que se dê continuidade ao processo de modernização dos serviços municipais. Alargar a Certificação de Qualidade e Ambiente a outros serviços da Câmara Municipal. Recuperar o edifício do Grémio da Lavoura e transformá-lo no Edifício de Apoio à Assembleia Municipal. Apoiar as Juntas de Freguesia na recuperação e construção das respectivas sedes, na construção de capelas mortuárias.

No Desenvolvimento Económico é importante a criação de Parques Empresariais, de acções de Promoção e a requalificação das Docas de Pesca e as Docas de Recreio. É fundamental que o governo proceda a obras na Barra e abertura de um Canal de Navegabilidade no Rio Cávado. Elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho. Construir um Centro de Acolhimento ao Visitante, construir um Parque de Campismo, criar um Parque Empresarial de Cantaria, construir um novo Mercado Municipal e desenvolver acções de promoção do Comércio Local.

O PS classifica a situação do concelho de *“muito preocupante”*. Enfatiza as últimas notícias que dão conta que este município, entre os municípios do litoral, é o que apresenta *“o menor índice de poder de compra por habitante”* e que isto se deve às políticas seguidas nos últimos anos que *“foram erradas porque não olharam para um problema essencial: o nível socioeconómico dos esposendenses”*. Por isso o PS apresentava-se como



alternativa e capaz de por em prática *“uma política estruturada, destinada a criar condições para um desenvolvimento sustentado”* e, para isso, propunha três grandes eixos: - *Potenciar o crescimento baseado no emprego qualificado e na diversificação das actividades económicas; Investir na formação das pessoas, valorizando o ensino e a cultura; Melhorar a qualidade de vida dos esposendenses num quadro sustentável de desenvolvimento, onde a qualidade ambiental e a melhoria dos indicadores de bem-estar sejam uma realidade.*

No seu manifesto eleitoral é dada prioridade ao Desenvolvimento e à Economia como base de *“aumentar, de forma sustentada, o crescimento potencial da economia concelhia”* e, para isso era necessário empreender uma política municipal activa, apoiando novas iniciativas empresariais, lançando projectos e programas destinados a captação de investimento e incrementando as actividades económicas existentes no Concelho.

Para esse efeito o PS criará o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo.

Promoverá a construção de um *“grande parque de diversões temático na antiga “Estação Radionaval de Apúlia”, com motivos alusivos à região e aos Descobrimentos, a transformação do actual complexo adjacente ao Farol de Esposende numa pousada de qualidade, contando com um projecto de um arquitecto de renome internacional”*.

Avançará com os estudos para a *“instalação de uma unidade de produção energética a partir de biomassa agrícola e florestal”*.

A qualificação das pessoas é fundamental e aqui o PS vai apostar sobretudo na *“formação profissional e a aprendizagem ao longo da vida”* que passará a ser *“uma componente fundamental do Sistema Municipal de Educação e Qualificação”*. É importante a interacção entre o sistema educativo e os agentes económicos. A formação deve passar pela *“construção naval, no domínio da metalomecânica, electricidade, indústrias do meio ambiente e inovação tecnológica”*. O abandono escolar é uma das grandes preocupações do

PS e tudo fará para diminuir este índice promovendo uma *“melhor eficiência do ensino, elevando a aptidão dos estudantes”*. O PS promoverá um *“acompanhamento sistemático e aprofundado da actividade dos estabelecimentos de ensino, envolvendo técnicos e meio municipais no apoio às actividades pedagógicas e na monitorização dos níveis de sucesso escolar”*. Terá em conta a melhoria das condições físicas dos edifícios escolares e dos transportes escolares.

Para a Habitação e Acção Social o PS promoverá a autoconstrução, através do loteamento de terrenos para venda a custos controlados e a construção de habitações também a custos controlados. Lançará o Programa de Revitalização dos Centros Históricos, através da aquisição de Casas nos centros históricos de Esposende e Fão, para recuperação e venda a preços subsidiados. Apoiará a população mais carenciada e os idosos através das diferentes instituições. Reforçará o apoio às Corporações de Bombeiros.

Na área do Ambiente e Urbanismo os socialistas exigem, sobretudo, um *“adequado ordenamento do território”*. Para isso serão elaborados os Planos de Urbanização de Apúlia, Esposende, Fão, Forjães e Marinhas. Serão delimitados os núcleos urbanos das demais freguesias. A revisão do Plano Director Municipal será uma boa oportunidade para transformar este instrumento de gestão territorial num factor de desenvolvimento e progresso do Concelho. Serão concluídas a Redes de Água e Saneamento Básico e será ajustado o Sistema de Recolha de Resíduos. Em colaboração com o PNLN proceder-se-á à *“renaturalização de partes importantes da faixa litoral do Concelho, a criação de circuitos ecológicos de manutenção física e a implementação de uma verdadeira política de educação e sensibilização ambiental, baseada na interacção entre o parque e a população”*.

Para a Juventude e Desporto será definida uma verdadeira Política de Juventude. A criação do Cartão Jovem Municipal e a construção de uma Zona Desportiva Municipal, fomentará o

desporto, em particular as iniciativas de desporto para todos. Serão apoiadas as colectividades concelhias e construídos circuitos de manutenção.



Para além destas propostas o PS tudo fará para fazer chegar ao concelho de Esposende o Metro do Porto, para reduzir a Taxa de instalação das indústrias no concelho e reduzirá a Taxa do IMI.

O CDS-PP escolheu como lema de campanha **“Um Impulso de Progresso”** e afirmava nas suas Linhas de Candidatura, ser urgente *“recuperar um caminho de progresso que crie bem-estar e qualidade de vida”*. A grande aposta de



campanha era a sensibilização para os valores da família *“que através de uma transmissão sólida e coesa de valores morais, cívicos e sociais, constitua a base do desenvolvimento do nosso Concelho”*, para a Solidariedade querendo *“estar sempre com aqueles que mais precisam, sem olhar a estratos sociais ou culturais”* e para a Responsabilidade empreendendo *“uma campanha pela positiva apresentando propostas e assumindo compromissos e responsabilidades”*.

Manuel Ribeiro, como candidato da CDU, apresenta-se através de uma Carta Aberta onde confessa que *“após sucessivos convites para encabeçar a lista da CDU á Câmara Municipal de Esposende decidi aceitar o repto e avançar para este aliciante combate político”*. Fá-lo porque sentiu

que muitos cidadãos independentes estavam *“descontentes com a liderança do actual executivo camarário”* e pretendiam *“intervir de uma forma mais activa e aberta para que o desenvolvimento e o progresso efectivo do concelho não sejam palavras vãs”*. Apresenta-se com uma visão humanista *“com as pessoas e para as pessoas”*.

Para Manuel Ribeiro *“o Município de Esposende tem condições excepcionais para estar na linha da frente, na vanguarda, do desenvolvimento social e económico, devendo passar a constituir um exemplo a seguir no âmbito do ordenamento do território, do planeamento urbano, da saúde, da educação, do turismo, do desporto, entre outros”*.

A sua meta era, no entanto, muito limitada. Pretendia somente ser eleito como Vereador para a Câmara Municipal.

Por outro lado estava Manuel Carvoeiro, candidato à Assembleia Municipal que acusava este órgão de se ter transformado *“num palco de ressonância do Presidente da Câmara e dos Vereadores do PSD que o acompanham na gestão do nosso concelho”*. Se for eleito tudo fará para que a Assembleia Municipal seja, de facto, um órgão *“atento, fiscalizador da acção do executivo camarário, mas também, como um fórum institucional com uma feição criativa, de propositura, apto a apontar as avenidas do progresso em vez de permanecer nas veredas do atraso”*.

A CDU para a área do Planeamento do Território e Planeamento Urbano prometia desenvolver os Planos de Pormenor e Planos da Urbanização com eficácia jurídica, concluir a Revisão do PDM, Alterar o Regulamento da Zona e Núcleos industriais, definir qual o projecto de requalificação da Barra de Esposende e promover a classificação de património ambiental e ecológico.

Na área da Habitação propunha-se criar o Programa Municipal de Habitação Social, erradicar casas degradadas e barracos e construir habitações destinadas ao mercado social de arrendamento.

No plano da Acção Social, definir um Plano de Desenvolvimento Social, construir a extensão do Centro de Saúde de Palmeira de Faro, criar o Projecto Academia Sénior, implementar o Plano Municipal de Prevenção Primária para a toxicodependência, criar um Centro de Apoio a Toxicodependentes e apoiar as IPSS - Instituições Particulares de Segurança Solidarieidade do município.

Para o Turismo a CDU preconizava a consolidação do turismo de “Sol & Praia”, requalificação dos equipamentos hoteleiros do município, estimular os segmentos do turismo no espaço rural, turismo de natureza, turismo de negócios e incentivos, ecoturismo, enoturismo e turismo cultural e religioso, requalificar a Zona Ribeirinha de Esposende, requalificar a Praia de Apúlia, criar um regulamento de Concessão Balnear, melhorar os apoios de praia e das condições nas quais operam os concessionários, aumentar o número de bandeiras azuis nas praias.

Quanto à Segurança e Protecção Civil a CDU tudo faria para criar a Polícia Municipal e reforçar o contingente da GNR.

Na Mobilidade Urbana e Acessibilidades construir uma nova ponte sobre o Rio Cávado, tudo fazer para que a Ponte de Fão passe a ter uma utilização pedonal, construir novas variantes que liguem os centros urbanos do concelho, construir novas vias municipais e remodelar as existentes.

Para o Desporto era importante a construção de um Complexo Municipal Desportivo, construir um Centro Náutico em Esposende, construir espaços ao ar livre para a prática desportiva e apoiar as associações e colectividades desportivas do concelho.

Na área da Educação era fundamental instalar em Esposende uma extensão da Universidade do Minho, remodelar por completo o Parque Escolar e criar o Projecto Educação Física nas Escolas. Promover a Expressão Musical e o ensino de Inglês.

Para a Juventude criar o Conselho Municipal da Juventude, incrementar as actividades no Museu Municipal de Esposende e na Casa da Cultura de Fão. Criar uma Companhia de Teatro Local.



Candidatos e Resultados:

	Partido	Candidato	Resultado
Câmara Municipal	PPD-PSD	Fernando João Couto Cepa	10012
	CDS	José Paulo Areia de Carvalho	2861
	PS	Tito Alfredo Evangelista e Sá	5602
	CDU	Manuel Ribeiro	842
Assembleia Municipal	PPD-PSD	Fernando Couto dos Santos	9784
	CDS	Orlando Martins Capitão	2884
	PS	Augusto Santos Silva	5599
	CDU	Manuel Fernandes Morgado Carvoeiro	981

Composição dos Órgãos:

	Presidência	Vereadores	Deputados Municipais
Câmara Municipal	PPD-PSD Fernando João Couto Cepa	PPD-PSD	Manuel Torres Arezes
		Jorge Cardoso	António M. Peixoto
		Maria Emília Vilarinho	Orlando M. Capitão
		António da Silva Garrido	João Nunes da Silva
		PS	Manuel Penteado Neiva
		Tito Alfredo Evangelista e Sá	Manuel Peres Filipe
		Luís Miguel Morais Vale	Pedro Saleiro Maranhão
		CDS	Nuno Filipe T. Lopes
		José Paulo Areia de Carvalho	Luís Areia L. Basto
Assembleia Municipal	PPD-PSD Fernando Couto dos Santos		Manuel Sérgio Zão
			Emídio Real de Morais
			Carlos Afonso Novo
			José M. Neiva da Cruz
			António Veiga de Araújo
			Manuel M. Carvoeiro
			António Rossas Pereira
			António Pilar Ferreira
			Ana M. F. Morgado
			António Luís Ribeiro
			José Luís Ribeiro
			Anselmo C. da Cunha
			Emílio Moreira Dias
			Manuel Fernando Torres
			Mário Ferreira Fernandes
			José E. Felgueiras
			José Artur S. Marinho
			António V. Catarino
			Sílvio de Azevedo Abreu
			António Martins Neves
			José Augusto Sousa
			Abílio Cepa Cerqueira
			José Maria Losa Esteves
			Jorge Manuel Neto Filipe
			Joaquim Rosmaninho
			António Carlos V. Silva

2.10 - Eleições Autárquicas de 11 de Outubro de 2009¹⁴⁶

Neste acto eleitoral os eleitores do concelho de Esposende puderam contar com mais duas forças políticas. Estamos a falar do BE – Bloco de Esquerda e do PPM – Partido Popular Monárquico, este só concorrente ao órgão Câmara Municipal.



João Cepa consegue a maior vitória que o PSD alcançou até hoje. Foi reeleito por uma maioria esmagadora e, por força da lei, cumprirá o seu último mandato. Saiu vitorioso em todas as freguesias do concelho que assim manifestaram, por um lado o agradecimento pela obra realizada e, por outro lado, a vontade em que continuasse a trabalhar pelo concelho. Teve mais 2208 votos que nas eleições de 2005 o que lhe valeu recuperar o vereador que tinha perdido a favor do CDS/PP.

O grande derrotado foi o PS que perdeu cerca de 1500 votos, em relação às eleições anteriores, correspondendo à perda de um vereador. O CDS teve menos 213 votos que em 2005 mantendo um vereador.

O PS apresentou o seu candidato à Câmara Municipal, João Nunes, no dia 17 de Julho na Estalagem Zende, sendo, por isso, o arranque da sua pré-campanha. De entre as palavras de

¹⁴⁶ - Em 27 de Setembro realizaram-se Eleições Legislativas. Ao contrário do que se passou a nível nacional, o PSD saiu vencedor nestas eleições a nível do concelho (PSD – 7153 (36,62%); PS – 5895 (30,18%); CDS – 2983 (15,27%) e CDU – 715 (3,66%). O PSD ganhou em 12 freguesias, tendo o PS ganho em Esposende, Fão e Palmeira de Faro.

ordem, ouviram-se *“chegou a hora do PS, única alternativa ao PSD para governar Esposende”*. A apadrinhar esta candidatura estiveram, entre outros António José Seguro, Líder Nacional do PS e o Presidente Distrital Joaquim Barreto os quais desafiaram os esposendenses a *“experimentarem uma gestão autárquica socialista”*. João Nunes apresentou-se ao eleitorado através de uma carta onde afirmava que *“há mais de dez longos anos que os destinos do Concelho de Esposende não têm sido conduzidos de acordo com as potencialidades da nossa terra e a riqueza humana das nossas gentes”* e que os esposendenses estavam cansados *“com as políticas que têm vindo a ser postas em prática”*. João Nunes afirma ser candidato *“com sentido de missão, pautado por valores como a cidadania, transparência, clareza, rigor, verdade e responsabilidade”*. A sua candidatura é, por isso, uma **Candidatura de Confiança**.

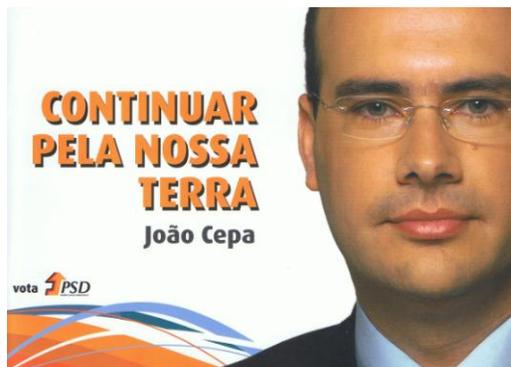
A CDU apresentou os seus candidatos em 16 de Agosto, no Auditório do Posto de Turismo de Esposende e voltou a apostar forte, sobretudo, na eleição de um Deputado para a Assembleia Municipal afirmando que queria continuar a ser uma voz activa naquele órgão.

A estreia do BE nas eleições autárquicas concelhias não foi bem sucedida apesar de ter apostado em trazer figuras nacionais à campanha como foi o caso de Francisco Louçã¹⁴⁷, Líder do BE, e Pedro Soares, cabeça de Lista do BR, por Braga, às Eleições Legislativas e de afirmarem que, na sua campanha, *“Distribuámos Compromissos e não brindes”*. O slogan apresentado à campanha pelos bloquistas foi **“uma alternativa válida”** e pretendiam se *“uma voz incómoda”* para o poder instalado. As questões do mar e do rio foram, também, para os candidatos do BE assuntos a trazer para a campanha.

Mas vejamos o que prometiam fazer os vários partidos no caso de ganharem as eleições.

¹⁴⁷ - Esteve em Esposende durante a manhã do dia 22 de Setembro.

O PSD, consciente de que para além de pedir a confiança no seu manifesto, sabia que estava, também, a ser avaliado pelos últimos quatro anos de mandato e, assim, a sua tarefa tornava-se mais exigente. Continuava a fazer uma avaliação positiva do que foi feito *“fruto de uma gestão pautada pelo rigor, seriedade, transparência e responsabilidade”* e a considerar que Esposende *“é hoje um Município modelo e um exemplo de desenvolvimento integrado e harmonioso, fruto da política que tem vindo a ser seguida no caminho do progresso, com vista ao bem-estar da população e ao aumento da sua qualidade de vida”*. Esperava-se, assim, *“uma nova etapa de desenvolvimento do concelho, com novos desafios e novas metas”*. É por esta razão que João Cepa elege como slogan de Campanha **“Continuar pela Nossa Terra”**.



Na área da Educação – uma das grandes apostas do município nos últimos anos, o PSD promete edificar 4 novos Centros Escolares, remodelar as Escolas do Primeiro Ciclo, proceder à manutenção dos equipamentos educativos, criar mais salas de Pré-Escolar, dotar a Escola Profissional com novas instalações, criar mais Bibliotecas Escolares, atribuir prémios de Mérito Escolar, apoiar o Ensino Artístico, criar uma Escola Superior de Turismo, apoiar o Desporto Escolar, reforçar as Bolsas de Estudo, participar activamente na Rede Internacional das Cidades Educadoras, apoiar as Cantinas Escolares assim como as Actividades de Enriquecimento Curricular.

Para a Saúde e Segurança dos municípios o PSD irá construir o Centro Municipal de Segurança e pedir o reforço dos meios de segurança e de policiamento, dinamizar o Conselho Municipal de Segurança, apoiar todas as instituições da área da saúde, Bombeiros

e Cruz Vermelha, manter operacional o Plano Municipal de Emergência, implementar o Plano Municipal de Prevenção e Combate a Fogos Florestais e apoiar as Juntas de Freguesia na execução de obras de ampliação e remodelação dos cemitérios.

A Acção Social e Habitação continuarão a contar com um grande apoio deste partido. Assim, serão concluídos ou iniciadas as obras em novos Centros Sociais, serão apoiadas as Instituições Particulares de Solidariedade Social, os transportes de deficientes, serão levadas a efeito várias actividades como o Dia Mundial da Criança, o projecto “Dar Vida aos Anos”, dinamizar o sistemas de transporte social para os idosos, campanhas de Combate ao Alcoolismo e à Toxicodependência, dinamização do Banco Local de Voluntariado, criar o Cartão Sénior Municipal, continuar com o Projecto Municipal de Combate à Pobreza e Exclusão Social, criar loteamentos para auto-construção de habitações unifamiliares, destinadas essencialmente aos casais jovens e requalificar os Bairros Sociais existentes.

No domínio do Ambiente, área em que *“o Município de Esposende é sistematicamente apontado como um exemplo a seguir”*, a grande aposta vai recair, sobretudo, nos projectos contemplados no Programa Polis Litoral Norte, na construção de uma ciclovia entre Antas e Apúlia que integrará a Ecovia do Litoral, combater a erosão costeira, criar um Observatório Marítimo, transferir para a Autarquia a gestão das praias e do Parque Natural do Litoral Norte, alargar a Rede de Saneamento Básico, concluir o Centro de Educação Ambiental, realizar campanhas de sensibilização ambiental, reivindicar junto do Governo o desassoreamento do Rio Cávado, continuar com a limpeza de pinhais e de praias, implementar de projectos no âmbito das Energias Alternativas, implementar os Planos de Valorização do Rio Cávado e Neiva e desenvolver um Plano de Sensibilização Ambiental.

Para o Urbanismo o enfoque vai para a agilização e redução dos prazos nos processos de licenciamento de obras particulares, continuar a elaborar os Planos de Desenvolvimento

Urbanístico dos Núcleos Centrais das Freguesias e outros Planos de Urbanização, elaborar um Projecto Estratégico de Revitalização dos Núcleos Centrais dos Aglomerados Urbanos, executar o Projecto URBI - Esposende, requalificar os espaços públicos e continuar a eliminar barreiras arquitectónicas nos espaços e edifícios públicos.

Quanto à Juventude e Associativismo, é necessário continuar a apoiar o associativismo juvenil, criar um Gabinete de Apoio às Associações, promover a ocupação dos tempos livres, continuar a apostar no Festival Sons de Verão, dinamizar a Casa da Juventude, criar o Cartão Jovem Municipal, concluir o processo de criação do Conselho Municipal da Juventude, apoiar os Estágios Curriculares e Estágios Profissionais, criar o Gabinete de Apoio à Inserção no Mercado de Trabalho e incentivar o Voluntariado Jovem.

Para a promoção do Desporto e Lazer, aponta o PSD para a implementação do Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo, construir a Cidade Desportiva e de Lazer, um Parque Radical, requalificar os Clubes Náuticos, construir uma Escolas de Surf e Body Board, um Centro de Actividades Náuticas, apoiar os clubes e associações desportivas, promover programas desportivos orientados para a População Sénior e alargar o Projecto de Desporto Adaptado, realizar a Gala Anual do Desporto, iniciar o o Parque da Cidade, criar mais percursos pedonais e ciclovias, mais Parques de Merendas e um Parque de Auto-Caravanismo.

Na área Cultural a aposta vai, sobretudo, para a dinamização dos espaços culturais existentes, ampliar a Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura, construir um novo Auditório Municipal, o Parque Temático dos Moinhos da Abelheira, o Centro Interpretativo do Castro de S. Lourenço, o Centro Interpretativo do Castro do Senhor dos Desamparados, o Albergue dos Peregrinos de Santiago, transformar o edifício do actual Mercado Municipal num Espaço Multiusos, dotar o Arquivo Histórico com novas instalações, continuar com os

trabalhos arqueológicos nos Castros de S. Lourenço e Senhor dos Desamparados, proteger, valorizar e promover o património arqueológico concelhio, apoiar o associativismo cultural e inventariar, classificar e divulgar o Património Material, Imaterial, Humano e Natural do concelho.

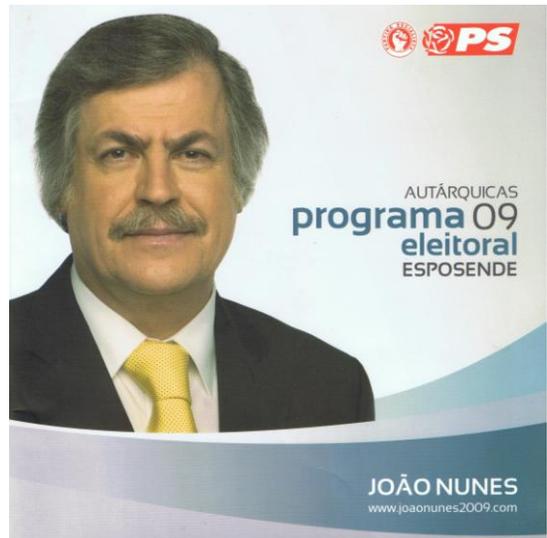
A Rede Viária e a Mobilidade, tal como tem acontecido em mandatos anteriores, vai merecer um grande esforço por parte do PSD. Uma das grandes apostas vai ser a reivindicação junto do Governo para a construção da Linha Férrea de ligação da Póvoa de Varzim a Viana do Castelo, passando por Esposende, tal como foi defendido pela Câmara Municipal e foi contemplado no Plano de Regional de Ordenamento do Território, criar uma Escola de Trânsito, melhorar a rede de transportes públicos, eliminar pontos de conflito de trânsito, construir as vias estruturantes, mais abrigos de passageiros, construção de rotundas e passeios, construção da Variante à E.N. 103 (ligação da A28 a Forjães) e da Variante à E.N. 13 na cidade de Esposende, impedir o Governo de introduzir portagens na A28 e remodelar a rede de iluminação pública.

Nos Serviços e Património a aposta continua a ser na sua modernização *“nomeadamente ao nível do atendimento aos munícipes e na criação de espaços e equipamentos mais funcionais”*. Assim vai ser aberto o Fórum Municipal Rodrigues Sampaio; construídas novas sedes de Junta, capelas mortuárias e sanitários públicos, alargar a Certificação de Qualidade e Ambiente dos serviços da Autarquia e criar o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia.

Para o Desenvolvimento Económico e uma vez que *“o concelho de Esposende registou na última década um aumento significativo da população, o que reflecte uma capacidade de atrair novos residentes”* é forçoso que nesta área haja um grande investimento. É urgente criar o Gabinete de Apoio às Actividades Económicas; Criar Parques Empresariais apoiar a criação de Micro e Pequenas empresas, apoiar a reedição da Feira das Actividades

Económicas, criar um Centro de Inovação Empresarial, assumir a gestão das Docas de Pesca e de Recreio, continuar a reivindicar junto do Governo a construção da Barra e abertura de um Canal de Navegabilidade no Rio Cávado, implementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho, recuperar o Posto de Turismo e o Centro de Acolhimento ao Visitante, Incentivar a construção de um novo Parque de Campismo, concluir a construção do Centro de Vendas de Produtos Hortícolas e um novo Mercado Municipal, trabalhar com a Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende (ACICE), elaborar o Plano Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo do Concelho de Esposende.

O Partido Socialista aposta em João Nunes que escolhe como lema **“é chegado o momento de tomar a iniciativa e mudar de rumo”**. Apresenta ao eleitorado um vasto programa *“ambicioso”* e *“sem ambiguidades”* e que *“aponta um caminho de ruptura com a prática que tem distinguido o partido que governa o Concelho há mais de vinte anos”*. Para o PS é necessário e urgente que o município de Esposende tenha *“uma Câmara Municipal que aposte de forma decisiva no*



emprego, no apoio à competitividade do seu tecido empresarial e na melhoria significativa da qualidade de vida dos seus cidadãos”. Apostar nas pessoas é a chave do progresso. O desafio estava lançado e as escolhas estavam entre *“um programa para dar um salto decisivo rumo ao futuro”* e outro em que *“nada de essencial vai mudar”*. Num programa de acção em que se aposte *“decisivamente na criação de condições para a igualdade de*

oportunidade e aumento do número de postos de trabalho para as pessoas” e noutro em que a “gestão autárquica está ausente dos verdadeiros problemas da população”.

O Programa Eleitoral do PS de Esposende firmava-se, assim, em cinco pilares fundamentais: - Colocar o Município ao serviço da criação de emprego e do desenvolvimento económico; Promover uma política social integradora; Adoptar uma política de qualificação territorial e ambiental; Incentivar a cidadania activa e, por último Definir uma nova organização e gestão Local.

Para a prossecução do primeiro pilar era prioritário que se estabelecesse um pólo de qualificação superior de excelência, em colaboração com o Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais (I.E.S.F.), uma Incubadora de Empresas, nas instalações da antiga Estação Rádio Naval de Apúlia, que se apostasse decididamente no Turismo, como um dos sectores com maior potencial de criação de emprego e riqueza, nomeadamente a revitalização do Posto de Turismo de Esposende, a construção casas de banho públicas na zona ribeirinha de Esposende, a criação de um Programa Especifico de intervenção no Farol de Esposende e Zona Envolvente e a construção de uma Praia de Marés, aproveitar o potencial do Rio Cávado, requalificando as praias fluviais, criar um ferryboat, que nos meses de Primavera e Verão ligue a cidade de Esposende à restinga de Ofir, edificar um Parque de Diversões Temático, dotar Esposende com um Parque para Autocaravanas e editar um Roteiro Turístico do Concelho de Esposende.

Mas o desenvolvimento económico passa também por reabilitar e ampliar o Mercado Municipal de Esposende, pelo desenvolvimento dos Parques Industriais existentes e a criação do Parque Empresarial Forjães - Vila Chã, por rever a tributação sobre imóveis, pela construção um Parque de Estacionamento para Camiões Pesados e pela criação do Conselho Económico Municipal.

O segundo pilar que tem a ver com a política social Integradora e onde se afirma que as “*Autarquias locais são, por excelência, as entidades públicas com melhores condições para implementar políticas que respondam de forma eficiente as necessidades da população mais vulnerável*”, o PS aposta para isso num Programa Municipal de Apoio aos Jovens Casais, na construção dos Centros Escolares de Fão e Marinhas, no novo Jardim de Infância de Forjães, em fazer das escolas uma prioridade, apoiando os professores e as associações de pais, celebrar contratos-programa plurianuais com as IPSS's do Concelho e aprofundar a colaboração do Município com a Rede Social, promover o acesso a habitação, lançar um Programa Municipal para as Pessoas com Mobilidade Condicionada, concretizar o Programa Municipal de Luta contra a Pobreza e rever o sistema de Transportes Públicos. Em termos Culturais desenvolver uma política cultural inclusiva, criar um programa de visitas de estudo, em articulação com os estabelecimentos de ensino, implementar contratos programa plurianuais que permitam as associações culturais do concelho planear as suas actividades, adoptar, nos equipamentos municipais, uma programação cultural essencialmente formativa e pedagógica, reformular a Agenda Cultural concelhia, editar, trimestralmente, o Boletim Cultural de Esposende, promover a recolha e sistematização do património etnográfico do concelho visando a elaboração de um Cancioneiro do Concelho de Esposende, instalar o Centro de Estudos e Documentação António Rodrigues Sampaio.

Na área Desportiva implementar uma política desportiva estruturada, apostar prioritariamente no Desporto Escolar, rentabilizar o Parque Desportivo Escolar, ampliar a oferta desportiva para a população, incentivar a prática do Desporto de Natureza e de Lazer, adaptar as instalações dos antigos estaleiros navais a um Centro Náutico, concluir a construção da Zona Desportiva de Marinhas, aprovar um Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.

O terceiro pilar que se prende com políticas de Qualificação territorial e Ambiental, o PS assume como prioridades a revisão do Plano Director Municipal, a criação de um Plano Rodoviário Municipal, a construção do Parque da Cidade, o lançamento do Programa Municipal de Reabilitação dos Centros Históricos de Esposende e Fão, incentivar a recuperação de imóveis com interesse arquitectónico e patrimonial, recuperar o Largo Fonseca Lima, redesenhar o Largo Rodrigues Sampaio, requalificar do Largo dos Bombeiros, recuperar e valorizar o núcleo dos Moinhos da Abelheira, reabilitar o edifício e a zona envolvente da Casa Viana de Lima, restaurar a Barca do Lago, intervir no Núcleo Rural de Curvos, apostar decididamente no Polis do Litoral Norte, elaborar um Plano Municipal de Requalificação das Margens do Rio Neiva, normalizar a relação institucional com o Parque Natural do Litoral Norte, concluir a construção das Redes Públicas de Água e Saneamento e modificar o sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos e, por último, lançar um Plano Municipal de Reflorestação e Rearborização.

Incentivar a Cidadania Activa é o quarto pilar deste manifesto e torna-se importante já que *“o processo de construção e desenvolvimento local só se concretiza plenamente com o reforço da qualidade da democracia através dos valores da cidadania activa”*. O Partido Socialista *“preconiza um reforço da democracia local, mediante a responsabilização de todos os agentes públicos, privados e da sociedade civil em torno de uma visão partilhada de desenvolvimento”*.

Neste contexto o PS propõe-se a adoptar o Orçamento Participativo, a transformar o Boletim Municipal e o sítio electrónico municipal em espaços interactivos, compromete-se a ter uma relação transparente e de parceria entre o município e as associações e a adoptar critérios transparentes de contratação de pessoal para a administração local e empresas municipais.

O quinto e último pilar prende-se com a definição de uma nova organização e gestão local. Para isso é necessário maior articulação com as Juntas de Freguesia, haver um financiamento municipal de actividades recreativas, culturais e sociais mais transparentes, uma administração municipal rigorosa, aberta, moderna e amiga do cidadão e, sobretudo, incrementar a utilização de novas tecnologias na administração municipal.

O CDS apostou em Hercília Brás Marques e esta escolhe como slogan **“Chegou a Hora de Mudar”**. Aceita este desafio com *“honra e espírito de servir”* e acredita que as suas propostas são *“as melhores para a resolução dos problemas do nosso concelho”*. Tem consciência que *“há muito para fazer e muito tempo perdido para recuperar”* e não aceite que se continue a *“assistir a esta politica autista do PSD e de João Cepa que nos conduziu à estagnação e que está a hipotecar o futuro do nosso concelho”*. Para Hercília Marques Esposende perdeu dinamismo, perdeu auto-estima. Denuncia o aumento do desemprego em Esposende e a falta de *“um programa especialmente ambicioso de políticas activas de fomento do emprego e de formação profissional”*, a precariedade do emprego existente e o crescente alastrar de grupos de cidadãos vulneráveis. Não se conforma com os índices de abandono e insucesso escolar. Não compreende o abandono a que está votado muito do nosso património cultural edificado. Preocupa-a, sobretudo, a falta de liberdade que se respira no concelho. Por tudo isto a Candidata do CDS diz liderar uma equipa forte, coesa e com capacidade para liderar os destinos do concelho. Está pronta para **Servir Esposende**.



Propõe-se Promover a Solidariedade Social orientado esta política para o combate à pobreza e às desigualdades. Criará um Bilhete de Família concedendo-se *“descontos em actividades*

culturais, educativas, desportivas ou recreativas promovidas pelo Município”, serão reforçados os Centros de Dia e o Apoio Domiciliário.

O CDS tudo fará para consagrar uma Nova Política de Cidade combatendo a massificação, protegendo, afirmando e valorizando a identidade de cada localidade. Tudo fará para reforçar a Segurança dos Cidadãos. Pugnará pela promoção de uma Gestão Eficiente da Autarquia, assegurando uma gestão equilibrada e transparente dos serviços públicos autárquicos. A protecção do Ambiente e da Natureza, a Preservação do Património e das Tradições Locais, a Requalificação do Turismo, a dinamização do Voluntariado, a moderação da política fiscal municipal, o combate ao despesismo e clientelismo, a promoção da Mobilidade dos Cidadãos, o fomento de políticas vocacionadas para o emprego e o apoio aos mais jovens, são muitos dos itens que integram o manifesto eleitoral do CDS.

A CDU auto-define-se, logo à partida, como *“uma força política prestigiada”*.

Apresenta-se como um conjunto de cidadãos *“prestigiados, competentes, pessoas que merecem a confiança geral porque são independentes das forças e interesses empresariais locais, não aspiram a lugares públicos para resolverem impasses profissionais e não são determinados por intuítos de retaliação política”* e portadora *“de um valiosíssimo património de acção e luta, trabalho feito numa ligação permanente e estreita com as gentes do nosso concelho”*. Como exemplo dessa determinação é apontado o trabalho feito na Assembleia Municipal onde foram apresentadas *“dezenas de propostas, recomendações, moções, votos de protesto, declarações políticas, requerimentos e perguntas à Câmara Municipal”*.

O seu candidato à Câmara é Pedro Meira que afirma estar *“com ânimo, coragem e muita vontade para dar corpo a luta na defesa de um concelho mais próspero e mais desenvolvido”*. Quer assumir, por isso, *“uma luta firme na defesa dos mais desfavorecidos e em dar um contributo significativo para rasgar novos rumos, novas metas, numa terra cujo poder reinante não tem mostrado ambição”*. A CDU quer ver *“Esposende na vanguarda do desenvolvimento social e económico”* e lembra que só dando mais força à CDU é que se pode conseguir uma alternativa de confiança.

A apresentação do Manifesto da CDU à Câmara de Esposende esteve a cargo de Manuel Carvoeiro que desde logo disse que *“em Esposende, a CDU está a crescer de dia para dia, facto consubstanciado na apresentação de listas a mais duas freguesias do que em 2005, sendo de realçar como politicamente muito importante, a apresentação, pela primeira vez, desde o 25 de Abril, de listas nas freguesias de Mar e Fonte Boa”*.

A CDU continua a apostar na sua representatividade na Assembleia Municipal, não descurando, no entanto, uma melhoria de votação para a Câmara Municipal. É por essa razão que o seu manifesto apresenta dois programas de acção, um referente à assembleia e outro à Câmara.

Manuel Carvoeiro, como deputado municipal, propõe o funcionamento descentralizado da Assembleia Municipal, a realização de debates temáticos, a criação da Assembleia Municipal do Jovens de Esposende, a constituição de Comissões especializadas, um debate semestral ou anual sobre o Estado do Município de Esposende, a constituição de uma Comissão



Permanente da Assembleia Municipal, a criação de um site específico da Assembleia Municipal que constitua um espaço de divulgação da actividade da Assembleia.

Pedro Meira, candidato à Câmara, afirma que se for eleito proporá a construção da Barra no rio Cávado, a construção de uma nova travessia no Cávado, pugnará pela criação da Marca Esposende, apostará na criação de uma rede integrada de percursos/rotas concelhias de forma a divulgar o nosso património ambiental, histórico-cultural e natural, continuará a defender a preservação da nossa faixa litoral e toda a riqueza paisagística e ambiental do concelho, proporá a construção do Aquário do Cávado, criação da via-férrea com ligação Norte /Sul, pois, Esposende é o único concelho do litoral norte que não está servido com transportes ferroviários, assim como a construção da via-férrea Este/Oeste, com a ligação de Esposende a capital de distrito, preconizará a construção de um Centro de Estágio Internacional vocacionado, em primeira linha, para desportos de alta competição, quiçá, na Estagio Rádio Naval de Apúlia, defenderá a construção da ciclovia e do corredor pedonal do atlântico. Proporá ainda a existência de um campus de serviços públicos, que visa, no seguimento dos serviços públicos existentes na Avenida Dr. Henrique Barros Lima, a criação de um Centro Cultural/Casa das Artes que permita uma programação cultural de qualidade ao longo de todo o ano, e que deverá contemplar ainda, a construção de uma nova biblioteca, com um horário alargado de atendimento público. Avançará com a criação de jardins, emergindo, neste âmbito, a criação do parque da cidade de Esposende.

O BE – Bloco de Esquerda apresenta-se pela primeira vez às eleições autárquicas neste concelho com Sónia Mendes¹⁴⁸ para a Câmara e Antero Santos¹⁴⁹ para a Assembleia escolhendo como slogan **“Uma Esquerda de Confiança”**. Sónia Mendes inicia a sua



campanha criticando desde logo *“a campanha que tem sido feita pelo partido do poder nestas eleições autárquicas”* e que *“Esposende não pode ser um filão para alguns, mas tem de ser uma oportunidade para todos”*. Acusa que *“reina o vazio de ideias, a fuga constante aos debates políticos e a distribuição desenfreada de brindes, bem como de comes e bebes no sentido de comprar os votos dos esposendenses”*. Mas os tiros não vão só em direcção do PSD, Sónia Mendes afirma que *“o candidato do partido socialista que se deveria assumir como o maior crítico a este estilo de campanha revela já, e ainda não foi eleito, os mesmos tiques eleitoralistas recusando-se a dar a cara, a participar no debate de ideias, depositando todas as esperanças na publicidade desenvolvida pela maquina partidária”*. O BE está em Esposende para ouvir os esposendenses e fazer uma campanha *“pautada por princípios e defesa de ideias, apresentação de propostas e de um programa consistente”*. Queixa-se que não tem dinheiro para a campanha e por isso não oferece nada a não ser as suas ideias e as suas convicções. Apelavam à população para votar *“em quem discutiu ideias, em quem falou de Esposende, e não em quem andou a distribuir brindes e ofertas, para se furtar ao debate de ideias por não as conseguir defender na praça pública”*. Os candidatos bloquistas afirmam

¹⁴⁸ - Acompanhavam-na na lista Isabel Ferreira do Vale, Joel Ricardo Vale, Maria Conceição Vasconcelos, Antero Santos, Maria Losa Regado e Juan Guisasola.

¹⁴⁹ - Acompanhavam-no na lista Sónia Mendes, Isabel Cristina Ferreira, Joel Ricardo Vale, Maria Vasconcelos, António Ferreira Vale e Maria Manuela Teixeira.

ter *“uma vontade imensa de lutar por este concelho, de defender os interesses dos esposendenses e não os interesses instalados na autarquia”* e apelavam para que ninguém tivesse medo de *“votar numa alternativa política credível que não distribui brindes, antes assume compromissos e bate-se por ideias em que todos acreditamos”*.

Até que se compreende esta forma de estar na política, o que é mais difícil é votar numa força política que pouco ou nada conhece do concelho a que se candidata e muito menos em alguém que não apresenta um programa de acção a ser sufragado e que se refira especificamente a Esposende. Fala-se de forma genérica na democracia participativa, na igualdade de oportunidades, no desemprego e crise social, na necessidade em encontrar saídas profissionais para os jovens, na aposta na agricultura biológica, nas pescas, na resolução da **Barra de Esposende**, no ambiente e qualidade de vida, no turismo sustentável, no comércio local, na educação dos jovens, no desporto e na saúde dos idosos.

Francisco Louçã abordou o problema da barra e dos problemas que esta coloca aos pescadores e a todas as restantes embarcações assim como a falta de navegabilidade da foz do Cávado que é *“um problema antigo, mas de resolução simples”* nas suas palavras. Louçã assumiu com os Esposendenses o *“compromisso de encontrar uma solução urgente, na senda, aliás, do que já vem sendo feito ao nível parlamentar onde o Bloco já apresentou um projecto de resolução deste imbróglio”*.

Ao falar do Ambiente e Qualidade de Vida os bloquistas prometem a criação de Planos de Ordenamento da Orla Costeira *“que defendam a preservação das dunas, praias, espécies vegetais e animais, bem como de toda a paisagem costeira natural”*, a construção de um Corredor Verde *“com ciclovia e percurso pedestre a construir nas margens do Rio Cávado que faça ligação Barcelos/Esposende”*, a urgente despoluição do Rio Cávado e revitalização

das suas margens assim como a promoção de acções de sensibilização para o equilíbrio ambiental.

O BE reafirma que querem *“fazer parte da solução e ter voz activa nos desígnios de Esposende”*.

O PPM – Partido Popular Monárquico, embora tenha apresentado a sua candidatura à Câmara, pouco se viu ao longo da campanha eleitoral. Pouco ou nada se sabe sobre as suas opções programáticas para Esposende. Apresentou como cabeça de lista João Paulo Silva¹⁵⁰, que se afirmou um *“monárquico convicto”*. A sua candidatura assentava essencialmente *“em projectos a longo prazo, que promovam uma melhor qualidade de vida, preservando o meio ambiente, a agricultura e a pesca, com sérios problemas, devido ao assoreamento da barra e dinamizando o turismo, para o qual tem enormes potencialidades”*. Juntamente com o seu mandatário, o conselheiro nacional monárquico Alfredo Côrte-Real, visitou o concelho e afirmou defender *“uma política de protecção ao pequeno comércio e comércio a retalho, pois acredita que uma maior redistribuição da riqueza vai beneficiar toda uma economia local, assim como uma maior estabilidade da mesma. Quanto mais distribuído e pulverizado estiver o tecido comercial, maior será a distribuição da riqueza por todos”*. Quanto ao problema da barra de Esposende é o próprio Alfredo Côrte-Real quem diz que o governo nada fez e que por isso *“Temos que alertar a população e os meios de comunicação social para este gravíssimo problema que é o assoreamento da foz do rio Cávado, o que coloca em risco toda a sustentabilidade socioeconómica de todos os pescadores da região, derivada da falta de condições adequadas à navegação nas entradas e saídas das embarcações da barra, colocando em risco quer as próprias vidas dos pescadores, quer causando danos, por vezes*

¹⁵⁰ - Acompanhavam-no na lista Cláudia Pinto, Sónia Conceição, José Sousa, Maria Deolinda Campos, Liliana Gil, Diana Dias, Susana Isabel Ribeiro, Amândio Faria de Freitas e Valdemar Pinto Guedes.

elevados nas próprias embarcações”. Era urgente “dar voz aos pescadores e a todas as pessoas envolvidas nesta actividade”. O PPM colocava-se “totalmente à disposição da Associação dos Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende, para o que entenderem ser necessário e para lhes dar uma voz”.



Candidatos e Resultados:

	Partido	Candidato	Resultado
Câmara Municipal	PPD-PSD	Fernando João Couto Cepa	12213
	CDS	Hercília Brás Marques	2649
	PS	João Nunes	4134
	CDU	Pedro Meira	682
	BE	Sónia Mendes ¹⁵¹ ;	344
	PPM	João Paulo Silva ¹⁵²	54
Assembleia Municipal	PPD-PSD	Fernando Couto dos Santos	11298
	CDS	Berta Viana	2853
	PS	Manuel Enes Abreu	4345
	CDU	Manuel Fernandes Morgado Carvoeiro	1104
	BE	Antero Santos	436

Nas Freguesias

Em termos de Juntas de Freguesia o PSD concorre em 12 freguesias – não concorrendo em Curvos, Rio Tinto e Vila Chã. O PS concorre a 8 freguesias. O CDS concorre a 3 freguesias. A CDU concorre a 8 freguesias.

Em Curvos (LIC) e Rio Tinto (LART) apresentaram-se candidaturas Independentes.

Em Vila Chã concorreu uma Lista do MPT – Movimento do Partido da Terra assim como às freguesias de Fão e Fonte Boa.

O PS conquista a Junta de Freguesia de Fão mas perde para o PSD a Junta de Marinhas.

Também é de realçar o facto das Assembleias de Freguesia de Fão e Apúlia não terem a maioria absoluta o que, de certa forma, dificultou o trabalho das respectivas Juntas de Freguesia.

¹⁵¹ - Sónia Mendes, Jurista, natural da Covilhã mas residente em Esposende.

¹⁵² - João Paulo Silva é natural de Fão onde nasce em 1968. É Desenhador Profissional

Composição dos Órgãos:

	Presidência	Vereadores	Deputados Municipais
Câmara Municipal	PPD-PSD Fernando João Couto Cepa	PPD-PSD	Manuel Penteado Neiva
		Benjamim Pereira, Jaqueline Areias, Raquel Vale Rui Pereira	Manuel Enes de Abreu Bibiana Dias Oliveira Berta F. Gonçalves Viana António M. Peixoto
		PS	Manuel F. Torres Arezes
		João Nunes ¹⁵³	Ana Margarida Morgado Ana Mafalda Silva
		CDS	Manuel Peres Filipe Georgete Cruz
		Herculía Brás Marques	Miguel Almeida Moreira Zélia Rosas Fernandes José Salvador Ribeiro Manuel Carvoeiro Orlando Rua Gorete Costa Silva António Queirós Maria Isabel F. Dias Armando L. Martins António Viana da Cruz Manuel Barros Lopes Manuel Fernando Torres Mário F. Fernandes José Felgueiras Luís António Peixoto António V. Catarino José Henrique Brito António Martins Neves José Augusto Sousa António Amorim Santos Aurélio Mariz Neiva Jorge Manuel Neto Filipe Joaquim Rosmaninho António Carlos Silva
Assembleia Municipal	PPD-PSD F. Couto dos Santos		

¹⁵³ - Mais tarde substituído por Pedro Saleiro

2.11 – Eleições Autárquicas de 29 de Setembro de 2013

Estas eleições decorreram debaixo de uma forte pressão política. Se por um lado o PSD apresentava, no concelho, um novo candidato, a nível nacional este partido, no poder, tinha uma grande parte da população descontente pelas medidas de austeridade tomadas por força do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal. Também a Reforma Administrativa e a consequente agregação das freguesias em nada ajudou a que estas eleições decorressem de forma mais pacífica e menos polémica.



O PSD concelhio reconhecia que se vivia *“um dos períodos mais conturbados e difíceis da nossa história recente, em que os municípios, as empresas, as famílias e as pessoas em particular, sofrem as consequências de anos de desgoverno e de más decisões políticas por parte da administração central”*. Mesmo assim não havia motivos para a descrença e era possível *“olhar para o futuro sem medo, com ambição e com esperança”* e propunha-se para Esposende *“um projeto político inovador e diferente, apoiado numa nova dinâmica autárquica”*.

É claro que a oposição procurou a todo o custo ligar o PSD de Esposende ao PSD nacional e, por isso, responsabilizar os social-democratas de Esposende pelas políticas nacionais e,

dessa forma, retirar-lhe o eleitorado descontente, fazendo o mesmo em relação ao CDS-PP já que este, a nível governamental, se encontra coligado com o PSD.

O PS usou como bandeira a extinção das freguesias dizendo que tinha sido um grande erro do PSD pois *“com a extinção de Freguesias perde-se a proximidade entre eleitores e eleitos e a eficácia na resolução de problemas. As Freguesias são os órgãos da administração pública que fazem mais com menos dinheiro”* e não se cansava em recordar que *“a lei de extinção de Freguesias foi aprovada com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e com os votos contra do PS e dos restantes partidos políticos da oposição. Os dirigentes locais destes partidos políticos mantiveram-se nos seus cargos. Querem agora fazer crer que nada mudou, o que não é verdade. Assobiam para o lado como se a responsabilidade não fosse toda deles”*. Recordavam à sociedade que a responsabilidade de algumas freguesias do concelho terem sido extintas se devia exclusivamente à má política do PSD e do CDS-PP.

Ainda o PS, através de comunicados, procurou argumentar que era importante, para a saúde financeira do município, acabar com as Empresas Municipais existentes pois seria uma forma de *“gastar menos para investir melhor”*, salvaguardando, no entanto, a integração dos funcionários das mesmas que, certamente desempenhariam as mesmas funções mas debaixo da tutela administrativa da Câmara. A descida da factura da água foi outro dos argumentos usados na campanha socialista esclarecendo que *“não existe nenhuma razão para pagar estes preços, porque o rendimento disponível dos esposendenses está abaixo da média nacional”* e que desde há anos que o PS luta *“pelo direito a serviços públicos de qualidade a preços justos”*.

O PSD apresentou como candidato Benjamin Pereira que elege como slogan de campanha “**Ganhar o Futuro**”. A sua grande aposta situa-se no Desenvolvimento Económico do concelho, turismo, comércio e indústria, agricultura e pesca, sobretudo na “*extrema necessidade de criar emprego para a nossa população*” aproveitando para isso o novo Quadro de Fundos Comunitário (QEC) que está em vigor de 2014 a 2020 claramente vocacionado para esta área.



Benjamin Pereira diz acreditar que “*as políticas locais se devem conformar com as estratégias do país, mas também e quando possível, com as da Comunidade Europeia*”.

Para esta área o PSD pretende que Esposende seja um concelho “ *Amigo do empreendedorismo, da inovação, dos criadores de emprego*”. Propõe para o Comércio e Indústria a criação de pequenos Parques Empresariais, a criação de incubadoras de empresas, infraestruturar e a requalificar os Parques Empresariais existentes, lutar pela fixação de novas empresas no concelho, desenvolver acções de promoção do concelho de Esposende junto do tecido empresarial, dinamizar Gabinete de Apoio as Atividades Económicas, implementar medidas com vista a diminuição da sazonalidade no concelho, apoiar e cooperar com as associações representativas dos setores económicos indústria, Comércio, Pesca e Agricultura, Apoiar a reedição da Feira das Atividades Económicas, implementar o Plano Estratégico de Revitalização dos Centros Urbanos de Esposende, Apúlia e Fão, conceber o Plano Diretor de inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o concelho de Esposende, criar o Gabinete do Empreendedor, promover o apoio ao

Empreendedorismo Jovem, criar espaços de coworking para utilização de empresas e profissionais liberais para networking, reuniões, trabalho, secretariado virtual.

Para o sector da Agricultura e Pescas assumir a gestão das Docas de Pesca e de Recreio e requalificá-las, reivindicar a construção da Barra e abertura de um Canal de Navegabilidade no Rio Cávado, apoiar as atividades económicas ligadas a Economia do Mar, dinamizar o Centro de Vendas de Produtos Hortícolas, construir um novo Mercado em Apúlia, requalificar o Mercado Municipal, apoiar a Cooperativa Agrícola de Esposende, nomeadamente na construção de um novo Centro de Recolha de Produtos Hortícolas, em Apúlia, apoiar a criação de um Centro de Recolha e de Distribuição de Floricultura.

Na vertente do Turismo rever o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho, criar uma Rede Municipal de Miradouros, apostar no Turismo Natureza, no Turismo Cultural e no Turismo de Eventos, promover a travessia de barco entre Esposende e a restinga, dinamizar o Centro de informação Turística, continuar a desenvolver o programa "Esposende em Acção", desenvolver um estudo para a concretização de Parque Aquático, dar continuidade à realização de festas gastronómicas, continuar a realizar as Feiras de Artesanato e Velharias, ampliar o Albergue de S. Miguel para apoio ao Peregrino do Caminho de Santiago; Promover a realização de actividades de promoção, participar em Feiras de promoção nacional e internacional, implementar o Plano de Valorização e Requalificação da Barca do Lago, requalificar a zona envolvente ao Forte de S. João Batista, criar pólos de valorização do artesanato e doçaria tradicional, reivindicar junto do governo a cedência dos terrenos da antiga Estação Radionaval de Apúlia e do Forte de S. João para projetos na área do turismo, que visem a criação de postos de trabalho.

Na área da Habitação e Acção Social e dando seguimento a uma política que merece destaque nesta matéria, pretende-se continuar com o apoio às IPSS, apoiar a remodelação e

adaptação da Escola de Azevedo, em Antas, para Centro Social, apoiar o transporte adaptado para jovens portadores de deficiência, apoiar a requalificação das instalações do Núcleo de Marinhas da APPACDM, Promover o programa de Envelhecimento Activo, continuar a realizar a Festa do Idoso e Santos Populares, concluir a elaboração da Carta Social do Cávado, apoiar as famílias carenciadas na recuperação das suas habitações, criar loteamentos para autoconstrução, realizar campanhas de sensibilização e de informação no domínio do Combate ao Alcoolismo, a Toxicodependência, a Violência Doméstica e a Igualdade de Género, criar o Projecto da Horta Urbana, dinamização da Loja Social da Rede Solidária, dinamizar o Banco Local de Voluntariado e o Gabinete de Apoio ao Emigrante, criar um Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento Jovem, promover a construção do Domus Social e dar início ao processo de criação da Casa das Gerações.

Na Educação, uma das principais prioridades do Município, pretende o PSD continuar a modernizar e requalificar o Parque Escolar, criar mais Salas de Educação Pré-Escolar, conceder estágios profissionais, atribuir Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior, manter o apoio ao Ensino Profissional e ao Ensino Artístico, reforçar a parceria com o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, continuar a promover a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens; Promover a melhoria dos transportes escolares, apoiar as Cantinas Escolares, participar activamente na Rede Internacional das Cidades Educadoras, apoiar as Associações de Pais, criar mais Bibliotecas Escolares, promover Atividades de Enriquecimento Curricular, continuar a promover o Programa de Educação Musical na Educação Pré-Escolar, continuar a promover o Programa de Equitação e Terapêutica, dar continuidade a realização do Fórum da Educação e das comemorações do Dia Mundial da Criança; Actualizar a Carta Educativa do Concelho de Esposende, criar uma Bolsa de Empréstimo de Livros Escolares, implementar o Programa de Promoção do Sucesso

Educativo, criar a Escola de Artes do concelho de Esposende, realizar a Feira da Oferta Formativa do concelho de Esposende, Dinamizar o Portal Online de Educação do Município de Esposende, definir e consolidar o Plano Municipal de Educação, atendendo a atual situação da Pousada de Juventude, estudar a possibilidade de protocolar com o IPCA a sua utilização como residência universitária.

Para a Saúde, Segurança e Protecção é fundamental a articulação com o Agrupamento de Centros de Saúde Barcelos – Esposende, continuar a protocolar com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, reorganizar o trânsito na cidade, implementar o Plano de intervenção para a Promoção da Saúde no Concelho, continuar a apoiar as Corporações de Bombeiros e a Cruz Vermelha Portuguesa, promover acções de combate à Erosão Costeira, criar um Programa Municipal de Vigilância da Floresta, estudar a possibilidade de implementação de uma Escola de Segurança Rodoviária, reivindicar junto do Ministério da Administração Interna o reforço dos meios de segurança e de policiamento, promover a elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária, continuar a apoiar as Juntas de Freguesia na execução de obras de ampliação e remodelação dos cemitérios, promover uma atividade permanente do Conselho Municipal de Segurança.

Ao falar de Ambiente e Energia o PSD propõe executar os projetos contemplados no Programa Polis Litoral Norte, construir uma Ecovia entre Antas e Apúlia, dar início ao processo de implementação da Ecovia do Cávado, alargar a rede de Saneamento Básico, construir redes de drenagem de águas pluviais, realizar campanhas de sensibilização ambiental, dar continuidade ao pleno funcionamento do Centro de Educação Ambiental, dar continuidade aos Projectos de Educação para a Sustentabilidade, continuar a reivindicar junto do Governo a implementação de acções de despoluição e de desassoreamento do Rio Cávado, reivindicar junto do Governo a transferência para a Autarquia da gestão das praias,

manter e alargar a rede de praias com Bandeira Azul, praias com o Galardão de Praia Acessível e Praias Douradas, reivindicar junto do Governo a gestão do Parque Natural do Litoral Norte, reivindicar junto do Ministério do Ambiente a implementação de medidas de combate á erosão costeira, defender junto do Governo a criação de um Observatório Marítimo, construir um Ecocentro Municipal, incentivar a implementação de projetos no âmbito das Energias Alternativas, implementar o Plano de Valorização do Rio Cávado, elaborar o Plano de Valorização do Rio Neiva, implementar o Plano de Valorização Ambiental das Freguesias, desenvolver um Plano de Sensibilização Ambiental.

Sobre o Urbanismo e já que Esposende detém o prémio “Cidade de Excelência”, é forçoso que se continue a agilizar e reduzir os prazos nos processos de licenciamento de obras particulares, proceder a requalificação urbana, continuar a embelezar e a requalificar devidamente os espaços públicos, eliminar barreiras arquitectónicas, concluir o processo de Revisão do PDM, dar continuidade ao processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbanístico dos Núcleos Centrais das Freguesias, elaborar Planos de Urbanização para as zonas das Freguesias, elaborar um Projecto Estratégico de Revitalização dos Núcleos Centrais dos Aglomerados Urbanos, criar um Programa de Reabilitação Urbana, promover a atribuição do Prémio "**Arquitecto Viana de Lima - Câmara Municipal de Esposende**".

Para a Juventude e Associativismo é essencial criar as melhores condições para que um maior número de jovens se posse fixar no nosso concelho e encontrar um futuro melhor é a suprema pretensão do Município de Esposende, elaborar um Plano Municipal de Juventude, apoiar o associativismo juvenil no concelho, apoiar os clubes e associações, dinamizar o Gabinete de Apoio as Associações, dar continuidade ao Festival Sons de Verão, dinamizar a Casa da Juventude, dinamizar o Gabinete de Apoio a Juventude, dinamizar a utilização do

Cartão Jovem Municipal, apoiar a edição de obras literárias de jovens escritores, continuar a conceder Estágios Profissionais a jovens licenciados, criar o Gabinete de Apoio à Inserção no Mercado de Trabalho, criar o Portal da Juventude, implementar Concursos de Ideias e Prémios de Criatividade; promover o Arrendamento Jovem, promover a atribuição de Bolsas de Estudo a Jovens do Ensino Superior, realizar o Festival de Artes Urbanas, criar um Estúdio de Gravação na Casa da Juventude, incentivar o Voluntariado Jovem e criar urna Bolsa de Recrutamento para as atividades municipais.

No Desporto e Lazer convém referir que a prática desportiva assume hoje um papel cada vez mais importante na sociedade, decorrente do crescimento no número de praticantes e dos factores associados a saúde. Para isso é proposto monitorizar e actualizar o Plano Estratégico do Desenvolvimento Desportivo do Concelho de Esposende, avançar com a construção da Zona Desportiva e de Lazer, avançar com a criação do Parque da Cidade, dar continuidade ao Plano de Apoio ao Associativismo Desportivo, realizar a Feira do Desporto, criar o Centro de Medicina Desportiva Municipal, dar continuidade ao Plano de Formação dos Agentes Desportivos, numa lógica de qualificação dos agentes desportivos locais - Técnicos, Dirigentes, Pais e Atletas, dar continuidade aos Jogos Desportivos Municipais e ao apoio ao Desporto Escolar, dar continuidade a realização da Gala do Desporto, dar continuidade ao programa Dar Vida aos Anos, criar um Centro de Formação de BTT, continuar a promover o Encontro Luso Galaico em BTT, Esposende Eco Emotions, Corrida da Primavera, Torneios de Futebol, Andebol e Hóquei em Patins, Provas de Canoagem, construir a Ecovia do Cávado, dar continuidade aos programas Esposende em Movimento, Centro Municipal de Marcha e Corrida, Corridas de Aventura e Descidas de Rio, dar continuidade a Rede Municipal de Percursos Pedestres, construir a ciclovia entre as Piscinas Municipais e a Ponte de Fão; Incentivar as modalidades de Vela, Remo e Kitesurf, Windsurf,

apoiar as Escolas de Surf e Bodyboard, promover a instalação de um Parque Aventura, alargar o Projecto de Desporto Adaptado para pessoas com deficiência, criar mais Parques de Merendas.

No domínio da Cultura Esposende já usufruí de um conjunto muito significativo de estruturas e equipamento culturais que inserem Esposende na rede de itinerários culturais de referência do país. Pretende-se dotar a Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura de novos espaços, Promover e valorizar a Casa das Marinhas (Casa Museu Viana de Lima), dotar com novas instalações o Arquivo Municipal e o Centro de investigação e Documentação do Mar, consolidar a Rede de Museus do Mar de Esposende, nomeadamente com a criação do Núcleo Museológico dos Sargaceiros da Casa do Povo de Apúlia e do Centro Interpretativo do Artesanato do Junco de Forjães, construir o Centro de Recepção do Cemitério Medieval das Barreiras, em Fão, arranjo paisagístico das Estações Arqueológicas do concelho, criação do Parque Temático dos Moinhos da Abelheira, elaborar um Plano Estratégico Cultural do Município de Esposende, dar continuidade aos trabalhos arqueológicos nos Castros de S. Lourenço (Vila Chã) e Senhor dos Desamparados (Palmeira de Faro), proteger, valorizar e promover o património arqueológico, realizar a Feira do Livro e do Artesanato, inventariar, classificar e divulgar o Património Material, Imaterial, Humano e Natural do concelho de Esposende, implementar uma política editorial municipal, com a edição e apoio a publicações de temática local, criar o Prémio Literário Manuel Boaventura, continuar a apoiar e promover o projeto do Coro de Pequenos Cantores de Esposende.

Na Rede Viária e Mobilidade continuar a reivindicar junto do Governo a construção da Linha Férrea de ligação da Póvoa de Varzim a Viana do Castelo, passando por Esposende, tal como foi defendido pela Câmara Municipal e foi contemplado no Plano de Regional de Ordenamento do Território, requalificação da Estrada Nacional N.º 13, construir mais abrigos

de passageiros, eliminar pontos de conflito de trânsito, criar mais soluções de estacionamento, continuar a pugnar pela construção das vias estruturantes (Variantes) previstas no Plano Diretor Municipal, construção da Variante a Estrada Nacional N.º103 (ligação da A28 a Forjães) e da Variante a Estrada Nacional N.º 13 na cidade de Esposende, continuar a reivindicar junto do Governo a eliminação das portagens na A28,

No âmbito das Freguesias, Serviços e Património e face ao esforço concertado e consistente de modernização e aplicação administrativa, o nosso Município já implementou um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente (SIGQA), tendo sido pioneiro na certificação de um sistema integrado pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação é necessário dar continuidade à modernização e agilização dos serviços municipais, continuar a implementação do Licenciamento Zero, manter a Certificação de Qualidade e Ambiente dos serviços da Autarquia; implementar um Orçamento Participativo; Apoiar as Juntas de Freguesia, criar o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, promover a cobertura das zonas centrais das freguesias e da cidade com rede Wireless.

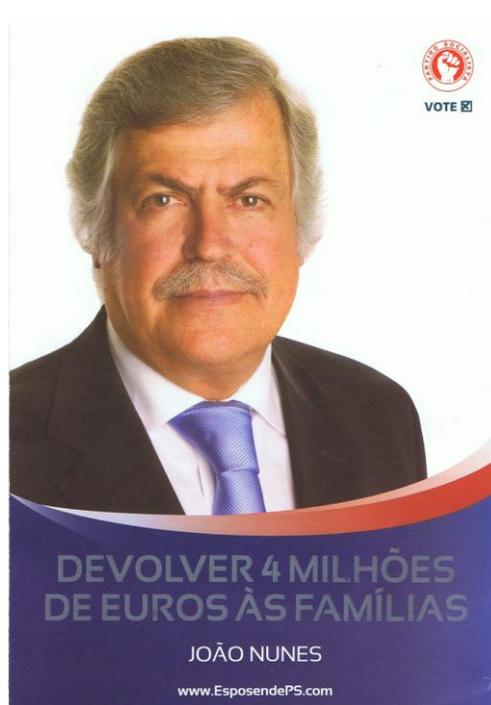
O PS apresenta publicamente o seu candidato João Nunes numa iniciativa que decorreu numa unidade hoteleira no dia 27 de Junho de 2013. Na ocasião volta a denunciar que num concelho *“onde o rendimento per capita está muito abaixo da média nacional, não podemos dar-nos ao luxo de pagar impostos, tarifas e taxas municipais como se fossemos a região mais rica de Portugal”*. Para os socialistas é forçoso que se proteja o rendimento das famílias e para isso era forçoso, e prometia fazê-lo, baixar as diferentes taxas municipais. Outro ponto estratégico para uma boa governação municipal é Gastar Menos para Investir Melhor o que obrigará a *“Extinguir as empresas municipais, integrando os respectivos trabalhadores no Município e suprimindo cargos de administração, direcção e coordenação de gabinetes e departamentos redundantes”* e a diminuir despesas desnecessárias. Mas a grande valia de

uma terra é o investimento nas pessoas e no crescimento populacional. Para isso é urgente

Incentivar a natalidade e isso passaria por *“atribuir um desconto de 50% na factura da água, saneamento e lixo, a futuros pais, a partir do quarto mês de gravidez e durante um período de três anos e o mesmo desconto a famílias com três ou mais filhos menores”*.

Na área do Desenvolvimento Económico torna-se fundamental Apoiar as empresas e os empresários para criar empregos isentando *“de taxas municipais os empresários e empresas, instalados no concelho, que criem mais de dez postos de trabalho líquidos, durante um período de cinco anos, aplicando uma*

redução de 50% para os agentes económicos que criem de Cinco a nove postos de trabalho e uma redução de 25% para aqueles que criem entre dois e quatro postos de trabalho”, construindo o Parque Industrial Forjães - Vila Chã, lançando uma bolsa de terrenos para investimentos estruturantes, lutando por uma solução de navegabilidade da Foz do Rio Cávado que permita desenvolver a actividade piscatória e a náutica de lazer e turismo, apoiando a instalação de unidades de aquacultura no concelho e desenvolvendo, em parceria com as associações sectoriais e os agricultores, os pontos de venda e de distribuição de produtos agro-pecuários de origem concelhia. Apostar no Turismo é para o PS uma mais-valia para o desenvolvimento económico. O PS promete lançar a marca "Esposende" junto dos operadores turísticos e companhias de aviação "low-cost", promover junto de investidores privados a instalação de unidades termais, residenciais e hoteleiras, que



disponibilizem tratamentos fitoterapêuticos pela água do Mar (talassoterapia), tirando partido das condições excepcionais que são proporcionadas pela frente marítima do concelho, desenvolver o turismo sénior, durante todo o ano, em parceria com as associações, nacionais e internacionais, do sector e criar dois parques de auto-caravanas com boas condições para o acolhimento destes turistas.

Valorizar a educação implica criar uma bolsa de manuais escolares, gerida pelas escolas, que permita a sua distribuição gratuita no ensino obrigatório, apoiar as associações de pais no recrutamento de professores sem colocação para a desenvolver programas de estudo acompanhado, desenvolver a oferta de ensino profissional para jovens e pessoas à procura de emprego e incentivar a aprendizagem ao longo da vida através da criação de ofertas educativas que funcionem em regime nocturno e ao Sábado, concluir a rede escolar, construindo os Centros Escolares de Apúlia e Marinhas e terminando o Centro Escolar de Forjães, instalar no concelho um Centro de Apoio Extra-Escolar para Crianças e Jovens com necessidades educativas especiais.

Qualificar o território implica criar a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Esposende e a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Fão de modo a criar condições para a sua recuperação e dinamização através da concessão de apoios aos proprietários, residentes e comerciantes, iniciar a construção do Parque da Cidade na margem direita do Rio Cavado, requalificar as margens do Rio Cávado e do Rio Neiva em toda a sua extensão, dotando as suas praias Fluviais de infra-estruturas que as transformem em pólos de atracção turística, rever, urgentemente, o Plano Director Municipal cujo processo de revisão se iniciou há quase dez anos, dotando o Município de um instrumento de ordenamento do território moderno e eficiente.

Defender as Freguesias é manter em funcionamento as quinze sedes de Junta de Freguesia, apoiar os autarcas das freguesias de forma transparente, assegurando a transferência municipal para cada Freguesia de um valor igual ao Fundo de Financiamento das Freguesias no âmbito de contratos-programa de investimento local.

Fomentar a cidadania activa implica, desde logo, adoptar o Orçamento Participativo, a participação dos cidadãos na democracia local não se esgota nas eleições.

O CDS e a sua candidata Berta Viana apresenta-se aos esposendenses *“com uma forte motivação e convicção de servir Esposende”* e também *“porque não me resigno com a estagnação a que vem sendo votada a realidade municipal, fruto da falta de visão e influência dos nossos representantes locais”*. Escolhe como lema **“Fazer o que ainda não foi feito”**. Consta que Esposende continua a andar *“a duas velocidades”* e que é urgente *“desenvolver a nossa acção política centrada na pessoa humana e no desenvolvimento sustentado de Esposende”*. Berta Viana acrescenta que não era *“mulher de baixar os braços, nem de desistir perante os maiores obstáculos”* e que o seu desejo era *“lutar pelo futuro dos nossos filhos, dos nossos pais e avós”*. Considerava-se, com a sua equipa, *“bem preparados, que teremos maior determinação e as melhores propostas”* e que é sua convicção que *“Esposende deseja uma mudança, uma nova alternativa, um novo rumo”*. O CDS apresentava-se com *“ideias muito concretas do que fazer, começando por actuar do lado do investimento, captando-o para Esposende, algo que não tem sido conseguido”*.



Na área da Educação e Formação o CDS pretendia apostar nos jovens sobretudo naqueles que *“depois de concluírem a sua formação não se conseguem fixar em Esposende e os que conseguiram e ousaram ficar fazem-no com uma bravura e dignidade digna de registo”*.

Ao falar de Desenvolvimento Económico implicava falar de empresários que investissem no concelho em empresas que possam gerir novos empregos. Era urgente combater *“o fecho de inúmeras empresas, e infelizmente também de lojas de comércio, que atiram pessoas e famílias inteiras para o desespero”*. O CDS propões a criação de uma Incubadora que possa transformar ideias de negócio em novas empresas. É fundamental, e prioritária, a aposta na formação na área da Agricultura e Pescas.

Na área da Segurança é notório, para Berta Viana, que o apagão na iluminação pública que se verifica nas freguesias do concelho, cria um clima de insegurança e perigo.

No Turismo é necessário *“dar um verdadeiro impulso, criando parecerias susceptíveis de apoiar e potenciar as nossas unidades hoteleiras e de restauração”*.

Na área do Urbanismo é urgente a conclusão de revisão do PDM, garantir um plano de mobilidade efectivo para pessoas de mobilidade reduzida, a disponibilização de terrenos a custo controlados para implementação de empresas, reorganizar o tráfego rodoviário e transportes públicos, sinalética, reabilitar os centros urbanos, criar uma rede de ciclovias em todo o concelho e levantamento da rede de drenagem e águas pluviais.

Para a Agricultura e Pescas é necessário garantir a navegabilidade do rio Cávado, Melhoria da acessibilidade dos pescadores ao mar/praias, requalificação da frota pesqueira e locais de abrigo, criação de um gabinete de apoio a projectos de modernização e legalização da actividade agrícola, criação do pólo de formação agrícola, requalificação dos Mercados, criação da marca Esposende e Certificação dos produtos locais, criação de um Conselho Municipal de Agricultura, pescas e actividades aquáticas, criação da confraria gastronómica.

No Turismo/Cultura a aposta vai para o apoio à criação e dinamização dos projectos hoteleiros/turismo e ecoturismo, já existentes, Incentivo à articulação de parcerias entre as entidades internacionais, nacionais e locais de turismo e promotores turísticos, valorização e promoção do património, artesanato, gastronomia local, culturas, tradições património arqueológico e arquitectónico do concelho, criação de uma marca de valorização das tradições do concelho, criação de uma agenda cultural durante 12 meses do ano, contemplando as 15 freguesias, criação de um guia de rotas, roteiros e guia anual de festividades para promoção e difusão da arte, Cultura e festivais.

Na Área Social tudo fará para a oferta dos Manuais Escolares até ao 4º ano, revisão do preço da água e saneamento, reorganização do plano de segurança e Socorro no concelho, disponibilização de terrenos a custos controlados para habitação social, Dia do Freguesia – visita mensal do Presidente/executivo a cada Freguesia, criação de uma rede de apoio social entre instituições concelhias, reivindicar a reorganização do serviço de urgência médico no concelho, criação de equipas de intervenção permanente de Socorro imediato e combate a situações de violência doméstica, alcoolismo e demais dependências

Para o Ambiente a cooperação efectiva com o Parque Natural do Litoral Norte, reorganização das acessibilidades às praias, recuperação das zonas ribeirinhas do Cávado e Neiva, melhoria da higienização do espaço público e melhoria na limpeza das áreas Turísticas, praia e dunas, reorganização da recolha do lixo urbano, edificação de estruturas de apoio ao combate a incêndios, criação de uma rede de aceiros na floresta, implementação de sinalética florestal, incentivo à política dos 5 R's Reduzir, Reutilizar. Recuperar, Renovar e Reciclar

Para o Desporto o CDS propõe potenciar os equipamentos Desportivos Municipais, dinamização do acolhimento de eventos desportivos de âmbito Nacional e internacional,

intensificação do apoio às modalidades amadoras e desporto formação, divulgação de hábitos de vida saudável, fomento à actividade desportiva na população.

Na Economia urge fazer a revisão dos Tabelas municipais de Taxas e Licenças, revisão dos Taxas de IMI, o apoio à internacionalização das empresas e marcas de Esposende, a promoção do factor natureza, o incentivo da promoção de eventos de sucesso no concelho, a compatibilização do calendário de eventos com concelhos limítrofes e a criação de um Gabinete do Investidor e Empreendedorismo.

A CDU continua “com coerência, coragem, determinação e combatividade de sempre, continuaremos, na linha da frente, a defender os interesses dos Esposendenses e o desenvolvimento do nosso concelho”.

Apresenta como seu candidato à Câmara Municipal Manuel Almeida que escolhe como lema da sua campanha “**Alternativa de Confiança para Esposende**”.

Antes de apresentar o seu programa eleitoral esta força política falou da problemática da agregação de freguesias e acusou “*a sua liquidação*” aos partidos do arco do poder PSD, CDS e PS. Também a estes partidos atribui a introdução das portagens na A28 e, sempre num tom acusatório, denuncia Couto dos Santos, que ocupava o cargo de Presidente da Assembleia Municipal e, também, de Deputado na Assembleia da República, e que “*esteve contra a extinção de freguesias e introdução de portagens na A28 em Esposende. Dias depois, em Lisboa, na Assembleia da República, traiu os esposendenses, assumindo uma posição contrária a que teve na Assembleia Municipal*”.

A CDU recorda também a sua acção na Assembleia Municipal onde, ao longo dos trabalhos, apresentou *“mais de 60 declarações políticas, moções, propostas, recomendações e perguntas ao executivo da Câmara Municipal”* e que jamais se *“calarão ou farão silêncio durante os seus mandatos”*.

Para o Desenvolvimento económico e emprego com direitos, O PCP-PEV propunha que a economia se desenvolvesse *“privilegiando o tecido produtivo e aproveitando as potencialidades da localização geográfica do concelho de Esposende”*. Era fundamental tudo fazer para Fixar empresas e auxiliar as micro P.M.E.'s, criando, alargando e infra-estruturando áreas de fixação empresarial, isentando de taxas e impostos os licenciamentos de novas empresas.

No plano da emergência social era fundamental apoiar os mais atingidos pelos diferentes flagelos sociais. A CDU constata que *“o aprofundar da crise trouxe mais pobreza, mais exclusão, mais desemprego ao concelho de Esposende”*.

Existem serviços que são um bem público e, por isso, a CDU apresenta-se contra a privatização da água Pública propondo *“devolver ao Município o funcionamento e gestão do saneamento e abastecimento de água”*.

A revisão do PDM, *“com regras claras, objectivas e sem omissões”* irá permitir acabar com o urbanismo da *“Idade da Pedra”*. Esposende precisa de ter uma Marca *“enquanto forma de certificação da origem e qualidade de um leque muito variado de produtos”*.

Os esposendenses podem confiar na **CDU**, porque cumpre o que promete, respeita a palavra dada, honra os compromissos assumidos.

Fernando Almeida
candidato à
Câmara Municipal

alternativa de confiança
para **Esposende**

Com coerência, coragem, determinação e combatividade de sempre, continuaremos, na linha da frente, a defender os interesses dos Esposendenses e o desenvolvimento do nosso concelho.

Manuel Carvoeiro
candidato à
Assembleia Municipal

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

No item Habitação social: construir e recuperar, a CDU defende o lançamento de um *“programa de construção e de recuperação de habitações, com custos baixos que vise a fixação dos jovens no concelho”*.

Uma das obras prioritárias para o concelho é a **Construção da Barra e desassoreamento do rio Cávado** *“obra fundamental para que Esposende se volte, outra vez para o mar, na perspectiva de suporte e alavanca para o desenvolvimento económico do concelho”*.

Em termos de mobilidade é obrigatória a construção de uma Nova travessia sobre o rio Cávado pois a *“centenária Ponte de Fão não refine todas as condições para o efeito, como por exemplo o trânsito de transportes pesados de mercadorias”*.

Defender a faixa litoral do concelho de Esposende e *“adoptar medidas orientadas para a preservação deste património”* torna-se urgente para restabelecer o equilíbrio ecológico do concelho.

Em termos culturais era importante a Criação de um Campus Serviços Públicos que funcionará como um *“centro cultural para espectáculos, cinema, exposições”*.

Um Parque aquático de diversão e lazer poderia ser uma excelente alternativa à zona balnear.

A CDU ao falar de Transportes / Mobilidade defende o alargamento da rede dos horários dos transportes públicos no concelho e aumentar a rede de transportes públicos entre o concelho e a capital de distrito.

Na área da Saúde propõe-se a criação de Centros móveis de saúde *“numa lógica de proximidade”*.

Uma vez que Esposende reúne condições naturais e de localização excepcionais é fundamental que se dinamizem os recursos naturais para o desporto.

A CDU propõe ainda a criação de um Centro do Conhecimento vocacionado para as ciências da arte de marear, sendo de destacar a matemática, a física e a astronomia, a aquisição e recuperação do Forte S. João Baptista para fins museológicos, a requalificação do centro da cidade de Esposende, a recuperação e preservação do património concelhio e a criação de um Parque Municipal que potencie a harmonia da natureza para actividades de descanso e lazer.

A CDU termina o seu manifesto com uma certeza **“Porque sabemos ouvir, temos respostas. Porque estudamos os problemas, temos propostas”**.



Candidatos e Resultados:

	Partido	Candidato	Resultado
Câmara Municipal	PPD-PSD	Benjamim Pereira	10711
	CDS	Berta Filipa Gonçalves Viana	2013
	PS	João Nunes	3938
	CDU	Fernando Almeida	1001
Assembleia Municipal	PPD-PSD	Agostinho Silva	9790
	CDS	Artur Jorge da Silva Viana	2009

	PS	Luís Sá e Melo	4309
	CDU	Manuel Fernandes Morgado Carvoeiro	1390

Nas Freguesias

Em termos de Juntas de Freguesia o PSD concorre em 8 freguesias – não concorrendo em Vila Chã, apoiando a lista independente. Ganha 5 Juntas de Freguesia para o PSD.

O PS concorre a 5 freguesias, ganhando Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão e a Junta de Gemeses

O CDS concorre a 4 freguesias.

A CDU concorre a 4 freguesias.

Em Vila Chã e Forjães saíram vencedoras as Listas Independentes respectivamente a LIV – Lista Independente de Vila Chã e a LIF – Lista Independente de Forjães.

Composição dos Órgãos:

	Presidência	Vereadores	Deputados Municipais
Câmara Municipal	PPD-PSD Benjamim	PPD-PSD	Manuel Penteado Neiva
		António Maranhão Peixoto	Bibiana Dias Oliveira António S.
		Jaqueline Areias	Garrido Manuel J. Peres Filipe
		Raquel Vale	M. Alexandra F. Vilar António
		Rui Pereira	de Sousa Cepa
		PS	Manuel Fernando Torres
		João Nunes	Helena M. C. de Abreu
			António V. Catarino
		CDS	Vitor M. Q. Quintão
			Maria Goreti C. Lima
		Berta Viana	Paulo F. Alves Marques
Assembleia Municipal	PPD-PSD José Agostinho Velooso da Silva		Luís A. de Sá e Melo
			Orlando Lima Rua
			Luzia F. C. Miquelino
			Beatriz P. Matos
			João E. P. Felgueiras
			Artur J. Viana
			Alberto F. A. Ferreira
			Manuel M. Carvoeiro
			António Viana da Cruz
			Luís A. Sequeira Peixoto
			Manuel E. M. de Abreu
			Aurélio Mariz Neiva

			Carlos Veiga Escrivães Manuel Torres Ribeiro Eduardo Oliveira Maia Jorge M. Neto Filipe Mário P. de Boaventura
--	--	--	--

Índice

Introdução	
I . A Governação da Câmara	
1.1 - O Executivo de Transição.....	
1.2 – A Primeira Comissão Administrativa	
1.3 – A Segunda Comissão Administrativa	
II – A Vida Política em Esposende 1974-2013	
2.1 – Eleições Autárquicas de 12 de Dezembro de 1976	
2.2 - Eleições Autárquicas de 16 de Dezembro de 1979	
2.3 - Eleições Autárquicas de 12 de Dezembro de 1982	
2.4 - Eleições Autárquicas de 15 de Dezembro de 1985	
2.5 - Eleições Autárquicas de 17 de Dezembro de 1989	
2.6 - Eleições Autárquicas de 12 de Dezembro de 1993	
2.7 - Eleições Autárquicas de 14 de Dezembro de 1997	
2.8 - Eleições Autárquicas de 16 de Dezembro de 2001	
2.9 - Eleições Autárquicas de 9 de Outubro de 2005	
2.10 - Eleições Autárquicas de 11 de Outubro de 2009	
2.11 - Eleições Autárquicas de 29 de Setembro de 20013	